

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARCOS PAULO DOS REIS QUADROS

**CONSERVADORISMO À BRASILEIRA:
SOCIEDADE E ELITES POLÍTICAS NA CONTEMPORANEIDADE**

PORTO ALEGRE

2015

MARCOS PAULO DOS REIS QUADROS

CONSERVADORISMO À BRASILEIRA:
SOCIEDADE E ELITES POLÍTICAS NA CONTEMPORANEIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira (Orientador)

Prof. Dr. André Salata (PPGCS-PUCRS - Presidente da Banca)

Prof. Dr. André Luiz Marenco dos Santos (PPGPP-UFRGS)

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu (PPGH-PUCRS)

Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo (PPGS-UFRGS)

Ao Mestre dos mestres, ao Rei dos reis, Àquele que É.

*Os laços te livrarão!
Olha a vinha: está amarrada.
Mas vai se erguendo do chão
Perfeitamente aprumada.*

Friedrich Wilhelm Weber (Dreizehnlinden)

AGRADECIMENTOS

O esforço para dar vida a uma tese nunca é plenamente individual. É verdade que é o autor quem sacrifica noites de sono, é ele quem dedica muitos dias ensolarados ao ambiente fechado das bibliotecas e à pálida paisagem de uma tela de computador. Porém, familiares, colegas de estudo e de trabalho, amigos e mesmo pensadores falecidos há pares de séculos são imprescindíveis companheiros de jornada. Todos escrevem com o autor, compartilham suas ânsias, dão-lhe o suporte necessário para seguir em frente.

As próprias instituições, desde o pedestal da impessoalidade, são importantíssimas. Por isso, inicio agradecendo à PUCRS, universidade onde colhi saberes valiosos entre salas de aula, corredores, auditórios, cafés e sombras de árvores. Foi graças à bolsa que me permitiu prescindir do pagamento das mensalidades que o doutoramento do qual a presente tese é fruto foi concluído. Guardo da PUCRS as melhores memórias, e pretendo dela jamais afastar-me.

De igual modo, tenho o dever moral de agradecer a Capes, entidade que subsidiou os custos do período em que estive fora do Brasil para aprimorar a pesquisa. O ingresso no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), autêntica e já tradicional política pública de Estado, tão necessária para um país que ainda carece de conhecimentos, tecnologias e cultura erudita, foi, de fato, determinante para minha formação.

Agradeço imensamente à Universidade Católica Portuguesa. Foi naquele singular ambiente que abriga seu Instituto de Estudos Políticos - o qual alguém bem descreveu como "uma ilha de sanidade" - que talhei indelevelmente meu espírito de estudioso dos fenômenos políticos. "Um *projecto* de futuro com raízes no passado", que bebe nas fontes da Escola de Sagres e na "atmosfera aristocrática" das velhas universidades, realmente é capaz, como reza sua auto-descrição, de formar "*gentlemen*, na feliz expressão inglesa".

Aquelas tardes e noites frias de Lisboa, aquecidas pela discussão intelectualmente franca e robusta solfejada por gentes de todas as partes do globo, jamais me sairão da alma. A sabedoria clássica de um professor João Carlos Espada, o brilhantismo filosófico de um professor Hugo Chelo, o conhecimento palpitante de tantos palestrantes de tantos países, dão fisionomia a um tesouro que para mim não tem preço.

Para o mais, o professor João Pereira Coutinho, que gentilmente aceitou orientar meus trabalhos em Portugal, mostrou-se um mestre inesquecível. Ao seu raciocínio rapidíssimo, ao seu humor inteligente e à sua disponibilidade constante jamais poderei retribuir como gostaria. Em meio às suas volumosas tarefas de intelectual requisitado, o professor Coutinho me apontou com precisão os caminhos (e os livros, muitos livros!) que eu deveria percorrer (e ler) a fim de superar o conhecimento deveras imaturo que eu mantinha da filosofia conservadora, dotando-o paulatinamente de alguma razoabilidade. Aquelas conversas em vosso gabinete, caro professor, foram algumas das mais belas lições que tive em minha precária carreira acadêmica.

Pessoas assim robusteceram em mim o respeito por Portugal, país pelo qual eu já cultivava uma romântica admiração. As noites no Chiado, as tardes à beira do Tejo, as ginjinhas na Praça Luís de Camões, os pastéis de nata, as missas no Mosteiro dos Jerônimos, nossa morada em Marvila, os cheiros da Mouraria, a opulência do Parque das Nações, o lamento do fado, o falar de um povo antigo, as caminhadas pelas tuas ruelas, Lisboa, fizeram daqueles pouco mais de seis meses os melhores dias da minha vida. Jamais esquecerei o momento em que, da janela do avião, me escaparam as lágrimas porque via desaparecer a Torre de Belém. Era Portugal que ficava para trás, era Portugal que dali em diante viveria comigo.

Agradeço também aos professores da PUCRS, especialmente àqueles que estiveram mais presentes na minha trajetória de estudante: Ricardo Mariano, Hermílio Santos e Rafael Madeira. Do primeiro apreendi o gosto pelo estudo sociológico das religiões e de seu influxo na política. Em pleno período em que cursava seu pós-doutorado, o professor Mariano me ajudou a refinar o projeto de pesquisa que eu pretendia submeter à PUCRS para a seleção do doutorado. Todo agradecimento é pouco. Com o segundo, tive a honra de trabalhar em dois fantásticos projetos de pesquisa ligados ao Centro de Análises Econômicas e Sociais ("Infância e Violência: cotidiano de crianças pequenas em favelas do Rio de Janeiro e Recife" e "Cotidiano de Crianças em Favelas e Cortiços de São Paulo"), os quais me enriqueceram intelectualmente por mais de dois anos, além de me permitir conviver com pessoas competentes e ilibadas. O professor Hermilio é para mim um exemplo de combinação entre ação e pensamento, entre sofisticação e humildade. Quanto ao professor Rafael, meu orientador desde o mestrado, as palavras seriam vãs. Mas cabe, nesse momento, agradecê-lo pela parceria, pela paciência, pela disponibilidade, pela simplicidade, pela mente

aberta, pelas leituras atentas de meus escritos, pela amizade intelectual e pessoal que construímos. Se tivéssemos mais pessoas assim, o mundo acadêmico brasileiro certamente seria outro.

Agradeço às pessoas que fazem a Faculdade da Serra Gaúcha (agora já Centro Universitário), grupo onde aprendi muito como professor e como gestor. Destaco Adriano Pistore (um modelo de *CEO* e de tomador de decisões), Delzimar Lima (uma genuína Professora, com "P" maiúsculo), Ana Paula Bosa (assertiva e objetiva) e Fábio Vanin (um grande amigo que tem o mundo pela frente, seja na política, no Direito ou na docência).

Tenho poucos amigos, mas são os melhores. Mesmo flertando com a injustiça, cito, além do Vanin, alguns: Rafael e Roberta, Márcio Strogulski, "Alemão", Rodrigo Giacomet, Mário Humberto Júnior, Luiz Capra, André Girardi e Bruno Mendelski. Cabe uma menção especial a Cezar Roedel (*Ave Cezar!*), companheiro de todas as horas, pessoa com quem julgo manter uma amizade na mais verdadeira acepção da palavra. Nossas intermináveis conversas sobre tudo o que se possa imaginar - da filosofia tomista aos charutos, da política internacional às piadas de gosto duvidoso - são terapias para as quais sempre me dirijo impacientemente. Obrigado por tudo, amigo! Tens aqui um parceiro para o que precisar.

Minha família é uma bênção: meus pais, Paulo e Cleusa, têm o amor incondicional de um filho que não compensaria o que lhe foi dado mesmo que vivesse mil anos; meus avós, Carlos e Clélia, são a materialização mais bela daquilo que o amor pode produzir em uma vida de casal, são um exemplo moral para mim em todas as atividades do cotidiano; meu irmão Leandro e eu somos e seremos sempre um.

Last but not least, agradeço à minha esposa, Andréa. Nosso amor solidificou-se como precisa ser o que é belo e verdadeiro. Todas as coisas boas que desfrutamos juntos não de ser apenas o começo, como o foi aquela tarde de junho ou aquela noite de São Miguel... Sem você, eu pouco faria.

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
1 AS BASES DO PENSAMENTO CONSERVADOR	16
1.1 Edmund Burke e os alicerces do conservadorismo político moderno	18
1.2 Interpretações dos conservadorismos	33
1.3 Linhagens do pensamento conservador: o reacionarismo tradicionalista	37
1.4 Linhagens do pensamento conservador: o ceticismo político	45
1.5 Linhagens do pensamento conservador: as inclinações liberais	55
1.6 O caso do neoconservadorismo	58
2 O CONSERVADORISMO LATENTE: AS CRENÇAS DOS BRASILEIROS POR ELES MESMOS	65
2.1 "Identidade": uma questão inicial	67
2.2 O conservadorismo no Brasil para além dos intelectuais	74
2.2.1 Positivização de instituições tradicionais	76
2.2.2 Autoritarismo, hierarquia e busca da ordem	81
2.2.3 O estatismo	92
2.2.4 O certo e o errado: padrões de comportamento social	98
2.2.5 O brasileiro se diz "de direita"	103
2.2.6 Conservadorismo à brasileira: um conservadorismo mestiço	108
3 NEGAÇÃO PETRINA E VÁCUO REPRESENTATIVO	115
3.1 Os partidos políticos e o espectro ideológico no Brasil	116
3.2 A negação petrina	128
3.3 Consenso de esquerda e vácuo representativo	141
4 A GUERRA CULTURAL E A GUERRA POLÍTICA: NOVAS TRINCHEIRAS PARA O CONSERVADORISMO À BRASILEIRA NA SOCIEDADE CIVIL E NO CONGRESSO NACIONAL	164
4.1 Acerca da ideia de guerra cultural	165
4.2 As vozes dissonantes e a guerra cultural na atual sociedade civil brasileira	168
4.3 A colonização "à direita" do Congresso Nacional	198
4.3.1 Os religiosos militantes no Congresso: conservadorismo e "crístocracia"	201
4.3.2 A "bancada da bala" e os apelos do conservadorismo à brasileira	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
REFERÊNCIAS	236
Anexo	260

RESUMO

A presente tese analisa a natureza do conservadorismo no Brasil contemporâneo, enfatizando os valores assentados na mentalidade popular, os recentes movimentos da sociedade civil e o comportamento de elites políticas no Congresso Nacional. A fim de apresentar os significados dos conservadorismos no espaço e no tempo, a pesquisa se inicia com um mapeamento teórico dos princípios basilares da filosofia política conservadora, de Edmund Burke ao neoconservadorismo norte-americano. Em seguida, valendo-se sobretudo de *surveys* publicados por institutos de pesquisa, delineia-se os traços do "conservadorismo à brasileira" e dos valores tradicionais defendidos por parcelas expressivas da população. Contudo, a tese sugere que o potencial eleitoral do conservadorismo não vem sendo explorado pelos principais partidos políticos brasileiros, os quais, na esteira de um "consenso de esquerda" instalado ainda durante o regime militar, permaneceriam reproduzindo o fenômeno da "direita envergonhada", especialmente no que se refere aos programas partidários e às plataformas políticas apresentadas nas eleições presidenciais. Não obstante, o "vácuo representativo" daí decorrente teria sido percebido por setores da sociedade civil e do Congresso Nacional. Nesse sentido, intelectuais, formadores de opinião e movimentos sociais recentes estariam oferecendo fôlego a uma "guerra cultural" a fim de conquistar a opinião pública e fazer triunfar pressupostos conservadores também na esfera política. Em paralelo, a pesquisa argumenta que grupos como a "bancada evangélica" e a "bancada da bala", tendo superado o sentimento da "direita envergonhada", estariam a introduzir agendas ostensivamente conservadoras no parlamento, minimizando paulatinamente o "vácuo representativo" suscitado pelos partidos políticos.

Palavras-chave: Conservadorismo; Pensamento Político de Direita; Sociedade Civil Brasileira; Elites Políticas, "Bancada Evangélica".

ABSTRACT

This thesis analyzes the nature of the conservatism in contemporary Brazil, emphasizing the values rooted in the popular mind, the recent movements of civil society and the political elites behavior in National Congress. In order to present the meanings of different "conservatisms" in space and time, the research begins with a theoretical mapping of the basic principles of conservative political philosophy, from Edmund Burke to the American neoconservatism. Then, using surveys published by opinion research institutes, it outlines the features of "the Brazilian way of conservatism" and of the traditional values held by significant segments of the population. However, the thesis suggests that the electoral potential of conservatism has not been fully exploited by the major Brazilian political parties, which, in the wake of the "leftist consensus" created during the military regime, remain reproducing the phenomena of "ashamed right", especially in party programs and in the political platforms presented in presidential elections. Nevertheless, this "representative vacuum" would have been felt by sectors of civil society and of the National Congress. Thus, intellectuals, opinion makers and recent social movements have been encouraging a "culture war" in order to win public opinion and implement conservative values also in the political sphere. At the same time, the thesis argues that groups such as the "evangelical bench" and the "bullet bench" have overcome the feeling of "ashamed right" and started to introduce overtly conservative agendas in parliament, gradually minimizing the "representative vacuum" produced by the political parties.

Key-words: Conservatism; Right-Wing Thought; Brazilian Civil Society; Political Elites, "Evangelical Bench".

INTRODUÇÃO

O conservadorismo, para além dos diversos prismas a partir dos quais possa ser vislumbrado, é um fenômeno firmemente presente na linguagem política da contemporaneidade. Inúmeros movimentos, personalidades públicas, intelectuais, escolas de pensamento e mesmo atitudes cotidianas eminentemente individuais são repetidas vezes associados ao conservadorismo, que se torna, assim, uma ferramenta de distinção ideológica e comportamental fartamente empregada mesmo na esfera alargada do *doxa*.

Semelhante diagnóstico se estende também ao contexto brasileiro. Com efeito, não é raro que partidos políticos sejam batizados de conservadores, que parlamentares ou formadores de opinião sejam vinculados ao conservadorismo e que a cosmovisão social de um indivíduo encontre no conservadorismo a sua baliza de definição. Para o mais, a sociedade como um todo é por vezes enquadrada em sentenças que se presumem capazes de explicá-la simplesmente valendo-se daquela afirmação categórica e tantas vezes ecoada: "a população brasileira é conservadora".

Contudo, o elástico emprego do termo nem sempre é acompanhado pela precisão que a Ciência Política reclamaria. Se a vulgarização do vocábulo "conservadorismo" – que, saliente-se, tornou-se corrente também na linguagem cotidiana que tem lugar à margem da política – acentuou sua nebulosidade conceitual, é igualmente crível asseverar que o grosso dos cientistas sociais, ao menos no Brasil, não vêm dedicando atenção propedêutica aos esforços de definição densa do tema. O círculo da confusão então se consuma, e a arquitetura de sentenças como "a sociedade brasileira é conservadora" torna-se prática naturalizada (mesmo em certos ambientes acadêmicos) justamente no momento em que se verifica uma formidável escassez de informações apuradas e seriamente meditadas a respeito dos sentidos que os conservadorismos (no plural) poderiam conter.

Assim, se o conservadorismo, como se faz julgar, é tão essencial para a compreensão profunda do Brasil, que fatores explicariam o virtual desânimo de politólogos, filósofos, sociólogos e historiadores brasileiros em estudá-lo? Se a afirmação de que "a sociedade brasileira é conservadora" não costuma enfrentar aguda contestação, onde está amparada a

justificativa para que, por um lado, se produza uma plêiade de teses, livros e artigos científicos que versam sobre algum tópico que orbita o universo conceitual e prático das esquerdas em todas as seus matizes, e, por outro, sejam relativamente isoladas na atualidade intelectual do Brasil as pesquisas que abordam especificamente sobre os significados dos conservadorismos?

Como consequência, as notáveis conclusões do trabalho seminal e quase exclusivo de Paulo Mercadante ainda demandam atualização. Em *A Consciência Conservadora no Brasil* – obra publicada ainda em 1965 –, o jurista¹ observa que o conservadorismo brasileiro caracterizar-se-ia, na ordem política, como "uma ideologia da mediação" cimentada em "feições conciliatórias" (MERCADANTE, 1965, p. 7) que na prática operariam para preservar o *status quo*, freando as agendas progressistas de modo silencioso, mas eficaz.

Se é imperativo frisar que temas comumente incluídos no universo de valores que seriam caros a determinados conservadorismos (como a defesa da ordem, de códigos morais e de instituições e costumes sociais tradicionalmente assentados) assumem crescente protagonismo no debate público em virtude de posições adotadas por lideranças religiosas e políticas no Brasil dos nossos dias (especialmente no âmbito do Congresso Nacional), é igualmente salutar observar que as análises ora publicadas, via de regra, apresam-se nas particularidades das "polêmicas" encorajadas por cada episódio derivado dos embates políticos, desconsiderando a investigação sistêmica do fenômeno à luz de suas possíveis correlações com o conservadorismo filosófica e empiricamente definido. Tampouco se procura comparar sistematicamente o posicionamento dos políticos conservadores com as cosmovisões da sociedade. Aportes como aqueles outorgados por Mercadante, portanto, raramente são aplicados ao Brasil dos dias que correm.

Logo, urge estudar o desenho do conservadorismo brasileiro e suas manifestações na atual realidade política, de modo que a presente tese, ainda que modestamente, objetiva contribuir para o gradual saneamento da lacuna que julgamos existir na literatura. Nesse sentido, aspira compreender, em última análise, as bases gerais do discurso potencialmente conservador emanado de parcelas significativas da sociedade, investigando como alguns *players* sociais e políticos reagiriam a fim de dilatá-lo e instrumentalizá-lo.

¹O fato de que Mercadante seja um jurista é, por si só, sintomático.

Para tanto, a pesquisa se estrutura em quatro capítulos. No primeiro, mapeia-se os valores centrais advogados pela filosofia política conservadora, de Edmund Burke – o célebre *Founding Father* do moderno conservadorismo político – à atualidade. Logo, é inerente ao capítulo o intento de dissecar as diversas correntes do conservadorismo, valendo-se sobretudo do exame de obras de intelectuais referenciais que aperfeiçoam a concepção e a interpretação do conservadorismo ao longo dos anos. Além das contribuições inaugurais de Burke, examina-se, por conseguinte, o pensamento daqueles que denominamos "reacionários tradicionalistas", além das impressões dos "céticos" e dos "liberais-conservadores" (ou "conservadores-liberais"). Como acréscimo, procura-se incorporar autores brasileiros sempre que o paralelismo é facultado.

Cumprido o desígnio de ofertar uma síntese dos possíveis significados dos diferentes conservadorismos na dimensão conceitual, o segundo capítulo, ao acatar o pressuposto de que é escassa a produção autóctone de teorias do conservadorismo aplicadas ao Brasil, avalia a natureza de uma conjeturada *Weltanschauung* próxima do conservadorismo que dormiria no seio de contingentes expressivos da própria população brasileira, o que se revelaria por meio de pesquisas de opinião acerca de temas morais e ideológicos publicadas nos meios acadêmicos e de comunicação. Após uma preliminar reflexão a respeito dos caracteres formadores da "identidade brasileira", interroga-se em que grau os elementos centrais daquela cosmovisão/discurso seriam singulares. Ao contrário da pesquisa eminentemente teórico-bibliográfica que ancora o primeiro capítulo, a seção que lhe sucede, portanto, centra-se na apresentação e discussão dos resultados de diferentes *surveys* que contenham informações relevantes para a nossa problemática, repercutindo também as reflexões geradas pelos cientistas sociais em torno de certas implicações de tais pesquisas.

O terceiro capítulo, por seu turno, detém-se na conformação ideológica e no comportamento dos principais partidos e atores políticos desde a última redemocratização no Brasil. Almeja-se, em suma, avaliar se os partidos que *a priori* poderiam encarnar o rótulo de conservadores de fato transmitem um discurso pública e ostensivamente conservador, capacitando-se para ocupar a "assimetria" ou "vácuo representativo" que aventamos existir no nível das eleições presidenciais. Tendo em vista esse alvo, são considerados elementos como manifestos e programas partidários, classificações realizadas pela literatura da Ciência Política a respeito do eixo conservadores-progressistas, a identidade ideológica declarada

pelos próprios operadores da política e o tecido cultural que agasalharia o fenômeno da "direita envergonhada" e daquilo que denominamos "consenso de esquerda".

Se, como se infere, os apelos do conservadorismo à brasileira, a despeito de seu potencial eleitoral, não seriam reiteradamente transpostos explícita e voluntariamente às propostas formuladas institucionalmente pelos principais partidos nos programas e candidaturas que suportaram nas eleições presidenciais, provavelmente emergiria um espaço para a representação deste pensamento em outros sítios da ordem política. Logo, o quarto capítulo objetiva primeiramente mapear as tentativas de rompimento do "consenso de esquerda" que estariam se processando através da ação de movimentos da sociedade civil e de formadores de opinião, configurando uma espécie de "guerra cultural" no espaço público.

Contudo, investiga-se se a superação da "direita envergonhada" assumiria um estágio mais apurado de desenvolvimento na ação que norteia elites políticas no Congresso Nacional, como a "bancada evangélica" e a "bancada da bala". Amparando-se na apreciação de projetos de lei protocolados nas casas legislativas e em declarações de membros das citadas bancadas publicadas pela imprensa, importa-nos averiguar de que modo algumas bandeiras inerentes ao conservadorismo à brasileira estariam pautando a *praxis* de tais parlamentares.

Diante do exposto, cumpre explicitar que a tese pretende digerir especialmente as hipóteses que seguem: i) sendo intrinsecamente diversificado em sua formulação teórico-filosófica, o conservadorismo assumiria facetas próprias também no Brasil; ii) mesmo no bojo de tais singularidades, parte considerável da população brasileira tenderia a esposar alguns valores que poderiam ser relacionados ao campo ideológico dos conservadorismos; iii) os principais partidos políticos atuais, não obstante o peso eleitoral que aqueles valores potencialmente adquiririam, não estariam a publicizar programas sistematicamente conservadores e não fundamentariam neles sua plataforma discursiva voluntária nas eleições presidenciais, dando fôlego a um "consenso de esquerda" que teria migrado da esfera cultural para a ordem política; iv) o "vácuo representativo" alimentado por esse processo teria sido percebido por elites ainda relativamente incipientes da sociedade civil, que militariam em uma "guerra cultural" a fim de difundir os valores conservadores entre a população e, conseqüentemente, no seio do sistema político; v) No segundo *front*, que compreende a esfera eminentemente política, a "bancada evangélica" e a "bancada da bala" visariam preencher a assimetria representativa forjada pelos partidos nas disputas à

presidência, utilizando o Congresso Nacional como palco para dar vazão à pautas conservadoras, virtualmente colonizando o parlamento com discursos centrados em valores morais ligados à religiosidade cristã e em apelos pelo recrudescimento da lei penal. Assim, o consenso de esquerda estaria sendo gradualmente superado.

É no teste de tais hipóteses que as páginas seguintes se debruçam.

1 AS BASES DO PENSAMENTO CONSERVADOR

A cosmovisão ocidental transformou-se bastante desde o dia em que os agitadores jacobinos, tomados pelo triunfo fulminante das suas radicais ideias, cometeram o regicídio na França setecentista. O *locus* que serviu de palco à revolução que simbolizaria o ocaso de uma Era não poderia ser mais paradigmático. A França, até então batizada como "filha diletta" da Igreja Católica, abrigava uma monarquia tradicionalíssima, que no Direito Divino dos Reis uma vez buscara sua inspiração e uma das fontes mais caras da sua legitimidade:

Há muito que havia em França um culto pelo rei, o único monarca europeu que se podia vangloriar de ter sido ungido com óleos vindos diretamente dos céus, o herdeiro de Carlos Magno, a esperança dos doentes. [...] A França era a terra santa, onde floresciam a piedade, a justiça e o saber. Como antigamente os israelitas, os franceses constituíam um povo eleito, merecedor e objeto do favor divino (STRAYER, 1986, p. 60).

Com efeito, a França que atentou para a doutrinação de Bossuet e Bodin contemplara o próprio Papa coroando Carlos Magno como timoneiro do Sacro Império em uma noite natalina do ano 800. Selava-se então uma aliança entre instituições divinas e seculares que se tornou modelar para os arquitetos dos Estados europeus por séculos. Não obstante, a França de Luís IX – o rei cruzado que recebeu as honras da canonização –, a França ungida das ordens cavarianas, da nobreza cortesã e das mutualidades das guildas, ouviu um lema inteiramente novo naquele verão de 1789.

Mas as implicações do célebre movimento excederam muito a idealista tríade *Liberté, Égalité, Fraternité*, influenciando a queda paulatina de monocracias, a supressão dos privilégios de nascimento, a separação radical entre as prerrogativas de Deus e as de César. Mais do que isso, o sopro revolucionário forjaria uma nova mentalidade, avessa aos antigos acervos de pensamento que se moldaram na antiguidade e floresceram na Idade Média. Se a França foi a nação preferida pela Igreja Católica durante mil anos, a revolução jacobina tornou-se a filha diletta daquele iluminismo que Kant classificou, não sem indisfarçado entusiasmo, como "a saída do homem da sua menoridade" (KANT, 1989, p. 11).

A despeito disso, o turbilhão de 1789 tem precedentes mais remotos. As ocorrências se avolumam, a ponto de ser possível mencionar apenas as mais impactantes sem que se perca a dimensão das suas implicações. O cisma de 1054 se insurge como primeiro grande golpe à ordem católica ocidental: pôs em xeque a unidade da Igreja, fraturando a cristandade em duas porções políticas distintas e não raro antagônicas. Ao cesaropapismo oriental que submetia os patriarcas ao arbítrio dos governantes seculares, o ocidente respondeu com a fórmula oposta: a primazia do Sumo Pontífice romano diante de quaisquer atores políticos. Mais à frente, as descobertas copernicanas – as quais seriam ressignificadas por Galileu – puseram em agonia o teocentrismo e o sistema político por ele bafejado. De igual modo, o nominalismo de Guilherme de Ockham já feria o alicerce moral compacto e perene que norteava as noções de realidade, racionalidade e justiça, relativizando-as e atomizando-as (MACINTYRE, 2003). Por fim, se a fixação das noventa e cinco teses de Lutero em Wittenberg serviu para fragilizar os métodos e o poder de mediação da hierarquia eclesiástica católica, a renascença fortaleceria os pressupostos do naturalismo, do racionalismo e do humanismo. Essa longo processo, aos olhos de Lopes (1992), teria provocado uma verdadeira "ruptura psicológica" que por fim pôs o homem no centro de todas as coisas e permitiu que o espírito marcial e austero de outrora sucumbisse diante do gozo floreado de uma burguesia enriquecida, já dotada de poderes políticos.

No bojo desta mutação estava a vanguarda da intelectualidade ocidental, que então labutava insistentemente para emancipar o homem das autoridades eclesiásticas assim como Maquiavel, o florentino, havia emancipado a política da teologia moral. As respostas para as inquietações humanas passaram a residir na ciência laicizante, e não nos textos sagrados. A consulta às verbetes da *encyclopédie* tornou-se mais receitada do que a leitura dos evangelhos. Ante a fé incondicional na infalibilidade do trono de Pedro², ergueu-se a dúvida metódica da qual desde Descartes se fazia propaganda. A busca constante pelo paraíso condicionado ao *post mortem* cede lugar à perseguição do progresso, o deus nascente: a felicidade e a bonança não estão reservadas para uma existência futura, podendo ser desfrutadas em pleno mundo material, no aqui e agora. Emergia uma nova promessa salvífica embasada pela moderna gnose (VOEGELIN, 1982).

Sugeriu-se que o ápice dessa "ruptura psicológica", cultural e política se consumou na Queda da Bastilha. Porém, os atos dos Robespierres paradoxalmente excitaram a

²Empregamos o termo "infalibilidade" apenas para expressar o prestígio então conferido ao papado. Não se quer fazer alusão ao dogma da infalibilidade, publicado apenas em 1870 por Pio IX.

estruturação de uma visão política cujos princípios seriam intrinsecamente opostos aos revolucionários em tudo o que importa. A revolução – e, em última análise, boa parte dos valores iluministas – encontraria um encarnizado inimigo: o conservadorismo.

Neste capítulo, objetiva-se examinar as bases do pensamento conservador, mapeando alguns de seus apelos seminais codificados, os quais constam na produção de Edmund Burke. Também se aspira posicionar o conservadorismo e suas diferentes linhagens a partir da apreciação de obras de intelectuais posteriores a Burke que de alguma maneira reinterpretaram o conservadorismo, facultando sua sobrevivência na contemporaneidade. Com base nestes subsídios – que dizem respeito às raízes e ao modo de interpretar o pensamento conservador –, supõe-se que o necessário lastro para a compreensão da disposição conservadora ventilada no Brasil dos dias que correm estará minimamente assegurado.

1.1 Edmund Burke e os alicerces do conservadorismo político moderno

O termo "conservadorismo" tem origem controversa, assim como divididas estão as opiniões quando abordam o sentido que esse pensamento adquiriu ao longo dos anos, apropriado que foi por uma gama heterogênea de intelectuais e grupos políticos. Uma vez que tais especificidades serão examinadas na próxima seção do presente capítulo, é razoável assinalar, por hora, que Edmund Burke é reconhecido como genitor do conservadorismo político moderno³, admitindo-se também que o *leitmotiv* desta concepção foi justamente a reação à revolução francesa e ao próprio sistema axiológico dela derivado.

Não é outra a justificativa para a constatação de Weffort, que se referindo a Burke, escreve: "por paradoxal que possa parecer, o pensamento político da época moderna começa por este conservador" (WEFFORT, 1989, p. 9). O aparecimento da modernidade fez supor que os velhos apelos do passado não encontrariam ressonância entre homens permanentemente expostos às ideias dos filósofos das luzes. Mas foi em plena modernidade ocidental que aqueles apelos foram renovados e que o *Ancien Régime* recebeu aplausos.

Burke advoga para si a defesa de valores que estiveram presentes na política e no imaginário de inúmeras culturas políticas durante muito tempo. Mesmo incorrendo no risco

³Porém, é imperativo reconhecer que autores como Quinton (1976) outorgam a nomes anteriores a Burke, como Richard Hooker (1554-1600), o título de precursores do conservadorismo. A despeito disso, é certo que o pensamento de Burke mostrou-se muito mais influente do que o de Hooker, especialmente se considerarmos culturas políticas outras que não a britânica.

da simplificação, pode-se inferir que a *Weltanschauung* tradicional esposada por significativa fatia das sociedades antigas e medievais no ocidente foi permeada por uma religiosidade muito presente, pela aceitação das hierarquias nas relações sociais, pela família patriarcal, por códigos de moralidade longamente erigidos e apenas penosamente afrontados, pelo senso de comunidade e pela legitimação de uma ordem política tradicional, comumente ancorada na monarquia.

Não obstante, compete frisar que a obra pouco sistematizada de Burke dificulta qualquer análise. Alheio à técnica e à metodologia que normalmente norteiam o trabalho dos analistas políticos referenciais, Burke constrói sua obra de forma dispersa, ao sabor dos acontecimentos que o afligiam. Comungando desta ponderação, Maria D'Alva Kinzo assegura que "Burke não escreveu um tratado sobre teoria política; (...) e seu pensamento, embora altamente imaginativo, é bastante assistemático, o que tornou sua produção sujeita a interpretações conflitantes e mesmo à acusação de inconsistência teórica e doutrinária" (KINZO, 1989, p. 15). Ainda destacando essa particularidade, Parkin reitera que a produção burkeana é "uma exposição acima de tudo assistemática, desordenada e turbulenta" que reclama capacidade de discernimento por parte daqueles que ambicionam interpretá-la (PARKIN, 1965, p. 121 – tradução nossa), ao passo que Chevallier observa que *Reflections on the Revolution in France*, texto mais discutido de Burke, foi escrito "como se o autor desejasse conservar em seu livro o aspecto de espontâneo protesto, escrito duma só respiração, duma só e gigantesca torrente!" (CHEVALLIER, 1966, p. 184).

Mas uma análise simultânea da trajetória da vida e da obra de Edmund Burke pode clarificar suas motivações e sua linha de raciocínio, minimizando algumas das imprecisões desencadeadas por uma produção pouco ortodoxa. Filho de uma união inter-religiosa (o pai anglicano, a mãe católica), Burke nasce em Dublin, no ano de 1729. A filiação religiosa paterna parece adquirir proeminência na sua formação infantil, já que Burke foi enviado ao *Abraaham Shackleton's* (uma instituição educacional *Quaker*⁴), e após formar-se pelo *Trinity College* (Dublin), estabelece-se em Londres a fim de estudar ciências jurídicas no *Middle Temple*.

⁴Em que pese o fato de que tenha formalmente recebido educação protestante, Burke, na esteira da diversidade religiosa existente na sua cidade natal e na própria família, iria manifestar inequívoco zelo pela liberdade religiosa durante seus anos de militância política, conforme pontuaremos brevemente adiante. A fé da mãe, somada ao conteúdo dos discursos nos quais defendeu o catolicismo em face da política repressiva praticada por Londres, chegou mesmo a causar problemas para Burke. Seus oponentes mais de uma vez o associaram ao rebanho da Igreja Romana, pertencimento que seria potencialmente problemático para o curso de uma carreira política exitosa na Inglaterra daquele período. Contudo, ao que tudo indica, a ilação nunca se confirmou.

O trânsito pelo universo do Direito, no entanto, é voluntariamente abortado, e Burke passa a consagrar-se à literatura, campo no qual deposita boa parte das suas energias juvenis. Assim, em 1756 é publicado seu primeiro livro, *A Vindication of Natural Society: a view of the miseries and evils arising to mankind from every species of artificial society*.

A obra é sucinta, mas incendiária. Escrita quando o autor contava menos de trinta anos, revela, à primeira vista, traços gerais que destoam dos pressupostos conservadores tão presentes na maturidade da vida de Burke. Longe de desferir anátemas aos princípios do iluminismo e dos jacobinos, o livro é dominado por uma aparente inclinação contestatória, por uma postura de afronta à ordem social estabelecida. Em uma primeira leitura, a desejada "sociedade natural" evocada no título precisaria romper com as instituições tradicionais, promovendo uma liberdade integral, à margem das autoridades políticas e da tutela religiosa:

Somos gratos por todas as nossas misérias e à desconfiança que o Guia, que a Providência pensou ser suficiente para o nosso Estado, para nossa própria razão natural, que rejeita tanto coisas humanas quanto divinas, demos nossos pescoços ao jugo da escravidão política e teológica. Nós rejeitamos a prerrogativa do homem, e não é de admirar que deva ser tratado como animal [...]. Assim, se estamos decididos a apresentar a nossa razão e a nossa liberdade de usurpação civil, não temos nada a fazer senão conformarmo-nos tão silenciosamente quanto pudermos com as noções vulgares que estejam relacionadas com isso, e tomar até a Teologia do Vulgar e suas políticas. Mas se pensarmos esta necessidade mais imaginária do que real, devemos renunciar aos sonhos de Sociedade em conjunto com as suas visões de Religião, e vindicar-nos em perfeita liberdade (BURKE, 1756, p. 104, tradução nossa).

O excerto é sintomático, induzindo analistas à afirmação de que "de fato, a vindicação de Burke foi talvez a primeira expressão moderna do anarquismo racionalista e individualista" (ROTHBARD, 1958, p. 14, tradução nossa). Seria realmente o jovem Burke um dos precursores do anarquismo?

O próprio Edmund Burke trata de desfazer a cogitação, redigindo um prefácio na edição posterior do livro no qual define seu conteúdo como uma simples sátira. Realmente, Quinton observa que o trabalho de Burke "é um irônico ataque contra o deísmo de Bolingbroke" (QUINTON, 1976, p. 38 - tradução nossa)⁵. Ademais, pelo esdrúxulo de muitas das assertivas contidas na obra, permite-se considerar, como sugere McCue (1997), que decididamente se trata de uma crítica às avessas, de uma sátira incompreendida pelos leitores menos cautelosos. Em decorrência disso, não é por acaso que o livro "tem sido quase

⁵Henry St. John (1678-1751), o primeiro visconde de Bolingbroke, foi criticado por Burke à medida que adotou posicionamentos políticos radicais e racionalistas, sobretudo quando criticou as bases religiosas da Inglaterra de seu tempo.

completamente ignorado no atual reflorescimento da obra de Burke" (ROTHBARD, 1958, p. 14 – tradução nossa)⁶.

Para além dos gracejos, Burke publica no ano seguinte (1757) *A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful*. Sob o prisma eminentemente filosófico, o ensaio penetra densamente no exame das mais diversas concepções estéticas geradas pela percepção humana. Para concretizar a complexa tarefa de "mostrar em uma luz clara a genuína face da natureza" (BURKE, 1909, pp. 7-8, tradução nossa), o autor aborda inúmeros tópicos que envolvem a fundamentação e os sentimentos derivados dos nossos conceitos de sublime e de beleza⁷. Ainda que a temática do livro esteja mais ou menos à margem da discussão política (foco central da presente tese), o conservadorismo contido no pensamento de Burke começa a ser explicitado, conforme percebe O'Gorman:

Ninguém deveria seriamente negar, porém, que os primeiros escritos são, em alguns aspectos, uma antecipação significativa da filosofia política de Burke. Trata-se também de um ataque à teoria rousseauiana da superioridade da sociedade natural sobre a civil. Burke estava relutante em investigar de perto as fundações da sociedade com 'as mesmas engrenagens que foram utilizadas para a destruição da religião e que podem ser empregadas com igual sucesso para a subversão do governo'. Burke apenas anunciou sua suspeita característica diante do raciocínio abstrato [...] (O'GORMAN, 2004, p. 17, tradução nossa).

Portanto, já potencialmente transcendendo a crítica estética que o sagraria neste terreno, Burke introduz um pressuposto que se tornará basilar para o pensamento conservador: trata-se da crítica ao racionalismo. Com efeito, "racionalismo em matéria de religião, racionalismo em matéria de política, nada lhe inspirava mais repugnância, nem temor" (CHEVALLIER, 1966, p. 182). Esta expressão do pensamento de Burke é examinada também por Ryan:

Burke é, em alguns aspectos, o menos kantiano dos pensadores britânicos do século XVIII. Enquanto Kant afirma que o sublime nos permite intuir a nossa capacidade racional, a versão fisiológica de Burke acerca do sublime envolve uma crítica da razão. O sublime de Burke não é uma questão de incrementar a autoconsciência do sujeito, mas considerar o senso de limitação do sujeito e do

⁶Rothbard está entre os raros que insistem em visualizar no livro um autêntico manifesto de cunho anarquista. Sua lamentação diante do fato de que *A Vindication of Natural Society* tenha sido pouco valorizado pelos analistas serve precisamente para pôr em evidência o isolamento de sua interpretação. Ademais, importa advertir que Rothbard ficou conhecido pela apologética do ideário libertário e do "anarco-capitalismo" nos Estados Unidos, o que pode ter influenciado sua interpretação da obra burkeana.

⁷Enquanto o sublime "socializa o indivíduo pelo terror da solidão fragilizadora, a beleza torna a vida social algo mais que uma necessidade ao gerar amor e afeto entre os seres humanos", pois se "a natureza do sublime tende a dissolver o orgânico, a beleza enfatiza a unidade e a harmonia das formas" (ARAÚJO, 2004, p. 2).

valor final dessa experiência dentro de um contexto social e ético (RYAN, 2001, p. 266, tradução nossa).

Em decorrência desta marca, é corrente a leitura segundo a qual "o conservadorismo de Burke é fundamentado no ceticismo" (KRAMNICK, 1999, p. XI, tradução nossa). Realmente, a desconfiança diante de doutrinas seculares subitamente "reveladas" é uma constante no pensamento de Burke e de muitos dos conservadores que o sucederam. Em face das tantas teorias produzidas por intérpretes que pretenderam oferecer *a* explicação para as relações sociais e a política, o veredito conservador é invariavelmente cético: trata-se de meras vontades presumidas, de utopias, que além de provavelmente falsas, são perigosas. Assim embasado, Burke

[...] sublinha o artificialismo racionalista dos *philosophes* que imaginavam poder criar e destruir governos com a força da vontade e da razão. Segundo Burke, os revolucionários desconheciam os princípios básicos de funcionamento dos verdadeiros corpos políticos. Os Estados são sempre criações coletivas e históricas, não podendo ser controlados por homens cuja vida breve não é capaz de acumular a experiência e sabedoria necessárias (ARAÚJO, 2004, p. 3).

Sob a ótica burkeana, portanto, a sociedade precisa ser gerida com embasamento na consciência da compleição imperfeita dos homens e nos princípios consagrados pela experiência, pelo acúmulo de saberes adquiridos pelos povos, geração após geração. Rupturas ancoradas em *insights* individuais de quem quer que seja abrem caminho à tirania e merecem nosso ceticismo. A censura burkeana opor-se-ia à "ambição desmedida de atribuir à razão a tarefa hercúlea de construir e reconstruir a sociedade humana de forma radical e perfeita", de modo que "não é a razão *per se* que inspira a crítica conservadora; é, tão só, a arrogância do racionalismo moderno" (COUTINHO, 2014, p. 54). Cimenta-se nisso a ideia conservadora de que "a verdade prática é encontrada nos costumes e nas tradições. Os verdadeiros legisladores agem por esses impulsos⁸ práticos" (VINCENT, 1995, p. 81) e não por ideais abstratos.

As doutrinas revolucionárias gestadas no ventre do iluminismo racionalista, pelo contrário, fatalmente incorreriam no erro de desprezar o passado, confiando cegamente na imaginária genialidade de arquitetos sociais que difundem ideias de ruptura tão súbitas quanto autogestionadas. De acordo com Burke, os valores que ordenaram a sociedade estão incrustados na própria realidade e a ela se adaptaram através de sucessivos testes, o que nos permitiria prescindir do aval dos teóricos para mantê-los. É o próprio pensador irlandês

⁸ O emprego do termo "impulso" é delicado e pode gerar conclusões equivocadas, uma vez que o conservadorismo clássico supõe a moderação e uma prática política baseada na experiência e no respeito a normas longamente testadas (justamente o oposto do comportamento daquele que age por impulso).

quem ironiza a presunção que entorpeceria aqueles que denomina "*literary caballers and intriguing philosophers*" ou "*political theologians and theological politicians*" (BURKE *apud* KRAMNICK, 1999, p. 419).

Sob o ponto de vista do pai do conservadorismo moderno, doutrinadores que alardeiam o uso da razão como fonte de legitimação das suas propostas seriam contraditoriamente absorvidos por uma crença mística nas suas próprias (pseudo)verdades, tornando-se presunçosos e hostis à crítica. A fim de combater as construções axiológicas que sustentam o *status quo*, os filósofos revolucionários forjariam um sistema de princípios ainda mais arbitrário (além de artificial). O racionalismo transformar-se-ia em abstracionismo, em teologia secular; a alardeada lógica dos tratados científicos cederia lugar ao misticismo dos "*literary caballers*".

Ao avaliar o tema, Karl Mannheim deixa transparecer os elementos que dão fôlego a tal juízo, uma vez que "a tentativa de realização da revolução, por mais planejada e 'científica' que seja, invariavelmente produz um elemento irracional 'milenarista'" (MANNHEIM, 1986, p. 98). Hannah Arendt, por seu turno, detém-se na reflexão acerca daqueles que consideram que ideologias modernas como o comunismo seriam "uma nova 'religião', não obstante seu declarado ateísmo, por preencher social, psicológica e emocionalmente a mesma função que a religião tradicional preenchia" (ARENDRT, 2005, p. 139)⁹. Finalmente, John Gray atesta que "os projetos utópicos" que avançaram durante o século XX, "embora estruturados em termos seculares que negavam a verdade da religião, constituíam de fato veículos para os mitos religiosos" (GRAY, 2008, p. 11).

Do racionalismo emergiria o irracionalismo e a utopia, uma falsa interpretação do mundo que propõe a perfeição, algo impossível devido à natureza imperfeita dos homens. Focando essa discussão, O'Gorman bem sintetiza a oposição ao racionalismo moderno contida na cosmovisão burkeana, adiantando suas consequências:

Burke deliberadamente optou por manter o papel de crítico do pensamento contemporâneo. Seu pensamento revolucionário limita-se à sua reação à filosofia iluminista da religião, da sociedade e do homem. O Iluminismo provocou profundas ansiedades intelectuais na mente de Burke, o que gerou uma filosofia antirrevolucionária, e esta procedeu de uma posição anti-racionalista. A liberdade, por exemplo, não era uma proposição abstrata, mas uma realidade social. A

⁹Ainda que os excertos transcritos acima sejam ilustrativos, não se poderia deixar de mencionar o respeitado trabalho de Raymond Aron, *O Ópio dos Intelectuais*, publicado originalmente em 1955. Conforme verificaremos adiante, este tema é também caro a Eric Voegelin, outro expoente intelectual do conservadorismo.

propriedade não devia ser considerada como uma construção mental. Tratava-se, em termos práticos, do baluarte da ordem social. Inevitavelmente, portanto, o anti-racionalismo de Burke reforçou a sua presunção duradoura em favor de qualquer governo estabelecido ou instituição existente (O'GORMAN, 2004, p. 125, tradução nossa).

É certo que Burke advoga a manutenção da ordem e dos sistemas políticos tradicionais. Contudo, sua justificativa para tanto está no respeito à estabilidade erigida pelos hábitos sociais e pela provação do tempo, por um lado, e, por outro, no temor das ideias salvacionistas e do arbítrio político, que são intrinsecamente avessos à moderação e à prudência. Portanto, não seria acertado enxergar neste pensador um partidário da total imutabilidade social. Robustece essa hipótese o modo como Burke positiva a revolução inglesa ocorrida no século XVII, tema ao qual dedica parte expressiva do seu livro mais importante.

Por que o instituidor do conservadorismo moderno manifestaria tal atitude? Porque, longe de desencadear rompimentos traumáticos, os acontecimentos de 1688 teriam reconduzido a Inglaterra ao berço das suas tradições, ceifando mudanças impensadas e realinhando as instituições políticas com os hábitos sociais:

Desejávamos, quando da Revolução, e desejamos ainda derivar do passado tudo o que possuímos, como uma herança legada pelos nossos antepassados. Sobre o velho tronco de nossa herança, tivemos cuidado em não enxertar nenhuma muda estranha à natureza da árvore primitiva. Todas as reformas que até aqui realizamos procedem do princípio de referência à antiguidade (BURKE, 1982, p. 67).

Nesse sentido, a deferência de Burke pela "gloriosa revolução" decorre do pendor de permanência (ou restauração) que distinguiu esse movimento, o que sugere que, para ele, a própria tradição eventualmente pode reclamar reformas pontuais que garantam a constância do *ethos* social já enraizado. Em decorrência disso, o entendimento de Burke julgaria que "algumas reformas podem até ser admitidas, contanto que resultem de um longo processo de experimentação e não de uma ruptura radical com o passado" (COUTINHO, 2011, p. 9). De fato, naquelas páginas de *Reflections on the Revolution in France*, consta que a revolução inglesa, totalmente distinta da agitação jacobina, teria representado precisamente um aperfeiçoamento do passado, uma nova dose de vitalidade para o então magoado arcabouço institucional que agasalhava as tradições da sociedade anglo-saxônica.

A memorável passagem de 1688 – "tão perfeitamente inglesa e respeitável, concreta, limitada, protestante" (CHEVALLIER, 1966, p. 184) –, não poderia ser equiparada à ruptura e ao antissistemismo característicos da revolução francesa de 1789, abastecida que foi pelos

mananciais pertencentes aos filósofos iluministas/racionalistas. À margem da temperança dos ingleses seiscentistas, a impetuosidade jacobina nos faria mergulhar em um estado de desordem e tolhimento das liberdades. Porque os homens são imperfeitos, a superação das coerções sociais tradicionais, antes de conduzir-nos para um estado de natureza supostamente pautado pela liberdade, ocasionaria chagas e anarquia:

O 'estado de natureza', para Burke, foi um estado de anarquia desumano ao qual o homem não deve optar por retornar. Ele afirmou que as instituições humanas, longe de impor restrições artificiais sobre o homem – como muitos escritores iluministas declararam –, libertou-o da anarquia do estado de natureza e permitiu uma liberdade ordeira para desenvolver suas faculdades (O'GORMAN, 2004, p. 134, tradução nossa).

Por conseguinte, o retorno àquela licenciosidade natural proposta pelos iluministas (e nisso as teses do "bom selvagem" rousseauiano emergem como protagonistas), seria nocivo, já que a bondade/perfectibilidade natural do homem simplesmente não existiria. Fiel a tal pressuposto, Burke escreveria mais tarde: "a sociedade requer [...] que as paixões dos indivíduos possam ser subjugadas [...]. Isso só pode ser feito por um poder que está fora dos indivíduos" (BURKE *apud* KRAMNICK, 1999, p. XVI, tradução nossa).

Logo, as instituições que validam a ordem política são benéficas desde que brotem da tradição, sejam maturadas por um longo processo de acúmulo de conhecimentos e limitem-se à gestão dos conflitos sociais. Nestes moldes, a imposição da ordem pelo Estado historicamente lapidado, longe de amputar o arbítrio individual (como, aliás, denunciam muitos doutrinadores liberais), produziria a autêntica liberdade e permitiria um convívio social harmonioso, erguido pelo esforço de sucessivas gerações. Em síntese, "a boa ordem é o fundamento das boas coisas. Para ser capaz de adquirir, o povo, sem ser escravo, deve ser manejável e obediente. Os magistrados devem ser respeitados e as leis obedecidas" (BURKE, 1982, p. 219). A manutenção da ordem e de um padrão de moralidade, princípios eternamente inegociáveis para o conservadorismo, têm aqui uma das suas máximas mais ilustrativas.

Colhendo os frutos de seu segundo livro, Burke pouco a pouco consegue se inserir nos círculos intelectuais do Reino, e em 1757 é convidado para escrever um compêndio da história inglesa (o qual só seria publicado em 1812, com o título de *Abridgement of the English History*). Simultaneamente, inicia *Account of the European Settlements in America*, um trabalho que prenuncia seu interesse pela situação do Novo Mundo e da América do Norte em particular. Finalmente, Burke passa a dirigir o *Annual Register*, publicação que

com certo ineditismo procurava analisar regularmente os fatos mais relevantes ocorridos durante cada ano em todo o mundo¹⁰.

Tamanho ativismo intelectual não tardaria a ganhar notoriedade nos meios políticos. O jovem Burke das provocações de *A Vindication of Natural Society* desaparecera. Já casado e pai de família, é convidado para assessorar William Gerard Hamilton, um político designado pela monarquia para gerir a pasta dos assuntos irlandeses. Após alguns anos envolvido nesses afazeres, torna-se secretário do Marquês de Rockingham, primeiro-ministro pelo *Whig Party*. Fortalecido pela experiência e pelo cartaz suscitado por suas funções públicas, Burke é eleito para a *House of Commons* no ano de 1765.

Inicia-se então uma nova fase da biografia do pensador irlandês. O labor político passa a absorvê-lo completamente, e seu proselitismo migra definitivamente da literatura para a tribuna do parlamento. Ainda que seja imperativo ressaltar que Burke jamais tenha exercido papéis de liderança no interior do partido *Whig*¹¹, sua ativa atuação parlamentar fez emergir boa parte dos elementos que estruturariam a filosofia conservadora.

Adquirindo gradualmente o renome de "potente e suntuoso orador político" (CHEVALLIER, 1966, p. 182), da tribuna Burke toma posição em torno de duas questões prementes para Grã-Bretanha de seu tempo: o movimento de independência estadunidense e as relações do Império com a colônia indiana. Neste terreno, Burke

[...] defendeu as reivindicações das colônias americanas e criticou a atuação, na Índia, da Companhia das Índias Ocidentais, brandindo, aliás, argumento que seria utilizado em sua crítica à Revolução Francesa: a Companhia estaria destruindo as tradições e os costumes locais (SOUZA, 2007, p. 21).

Destarte, Burke faz-se advogado dos direitos das treze colônias, ainda que o preço a pagar por essa postura fosse contrariar múltiplos interesses do Império britânico. Porém, seu argumento para tanto não se fundamentou em princípios anti-imperialistas, mas na ideia de que as tradições de liberdade que a América saxônica herdara dos ingleses eram válidas e reclamariam preservação. Para além dos seus eventuais interesses estratégicos, ao Reino

¹⁰O prestígio da *Annual Register* sobreviveu a Burke. O informativo até hoje é publicado.

¹¹Apesar disso, é certo que a atuação parlamentar de Burke foi muito influente, uma vez que protagonizou ou esteve presente nos principais debates do Reino Unido de seu tempo. De qualquer forma, O'Gorman (2004, p. 22, tradução nossa) pondera que "embora Burke tenha sido o grande orador desse período, seu talento nunca o fez obter a liderança de seu partido na *House of Commons*". Para além disso, não deixa de ser curioso que Burke tenha pertencido ao partido *Whig*, e não ao *Tory*, agremiação da qual descende o atual Partido Conservador da Inglaterra. É possível que sua escolha, em parte, decorra da filiação de seu patrono político, o *Whig* Rockingham.

Unido caberia acatar o resguardo daquela herança de hábitos. Em suma, conforme se depreende de seu famoso Discurso Sobre a Conciliação com as Colônias, "o direito à liberdade deve prevalecer sobre o direito legal" (MAGALHÃES, 1996). Realmente, "Burke mostra-se sobretudo contrário ao revolucionarismo utópico, à fanática perseguição das regenerações sociais" (PARKIN, 1965, p. 128, tradução nossa), mas não se opõe às demandas de liberdades oriundas de povos que, afinal, de alguma forma adaptavam organicamente certa cosmovisão inglesa ao continente americano.

Se os abalos no Novo Mundo e as censuras à ação das Companhias nas "Índias" recebiam o beneplácito de Burke, a emergência de outro levante definiria para sempre os rumos do pensamento conservador. Em 1789 a França rompe com suas tradições e o parlamentar *Whig* reage imediatamente. Seus discursos na *House of Commons* passam a ter como pauta privilegiada a revolução jacobina:

Burke tinha agora um novo objetivo: defender o antigo regime na França e na Europa. Para atingir este objetivo era necessário demonstrar que uma mudança política radical não era apenas impraticável, mas, no contexto do Antigo Regime, positivamente indesejável. Burke, portanto, sublinhou o perigo que a inovação e a ruptura podem ocasionar a um sistema social através da introdução de elementos novos e alienígenas [...]. A característica central do pensamento de Burke era a sua preocupação em preservar a velha sociedade (O'GORMAN, 2004, p. 124, tradução nossa).

A revolução francesa é intolerável. Sintetiza os ideais iluministas, a aversão ao passado, o triunfo da ideologia sobre os costumes erigidos pelos ancestrais. Suprime a nobreza e a monarquia pelos "*intriguing philosophers*", a religião divina pelo abstracionismo alastrado pelos "*political theologians*", a hierarquia e a ordem pelo igualitarismo antinatural e pelo caos. Nesse sentido, é correta a premissa de que Burke, em última análise, vislumbrava a revolução como "uma ruptura com a civilização europeia" (FURET, 2001, p. 93). Era imperativo reagir: "a condenação de Burke em relação à Revolução Francesa começa por ser, não uma condenação ideologicamente sistematizada e articulada – mas, precisamente, uma *reação*" (COUTINHO, 2009).

No entanto, Burke não se contenta em golpear a revolução apenas com as armas da oratória, e já em 1790 publica *Reflections on the Revolution in France*, obra basilar para o conservadorismo, que a despeito da estrutura acidentada, é capaz de compendiar boa parte de seus princípios permanentes. As críticas aos responsáveis pela derrubada da Bastilha se desenvolvem em diversas frentes, e Burke não poupa adjetivos:

Nos últimos tempos estávamos em perigo de sermos presos pelo exemplo da França na rede de um despotismo implacável. [...] Nosso presente perigo está no exemplo de um povo cujo caráter não conhece a ponderação; é, no que diz respeito ao governo, o perigo da anarquia, o perigo de ser levado, através de uma admiração à fraude bem-sucedida e à violência, a uma imitação dos excessos de uma irracional, inescrupulosa, confiscatória, saqueadora, feroz, sangrenta e tirânica democracia. Do lado da religião, o perigo do seu exemplo não é mais a intolerância, mas o ateísmo, uma falta, um vício antinatural, inimigo de toda a dignidade e consolação da humanidade (BURKE, 1982, p. 139).

Despotismo, anarquia, confiscação, derramamento de sangue: eis os frutos da marcha revolucionária que prometia libertar a França e a humanidade. Como consequência, a "tirânica democracia" recém-instituída é o oposto da bela (mas ilusória) utopia ensejada pela tríade "liberdade, igualdade e fraternidade", atentando também contra a "consolação" proporcionada pela religião. Em nome da redenção dos povos, aplica-se o terror e a violência como instrumentos legítimos de governança. Ademais, o movimento de 1789 teria introduzido a incerteza, em detrimento da segurança ofertada pelo *Ancien Régime*: "É impossível estimar a perda que resulta da supressão dos antigos costumes e regras da vida. A partir daquele momento não há bússola que nos guie, nem temos meios de saber a que porto nos dirigimos" (idem, 1982, p. 102). O dano às referências causado pela queda da monarquia e de seu *ethos*, deplorável para toda a sociedade, revela-se especialmente pernicioso para o povo:

Eu não saberia qualificar a autoridade que atualmente governa na França. Ela se crê uma democracia pura, apesar de eu crer que em breve ela se tornará uma ignóbil e malévola oligarquia. [...] Até o presente nunca tivemos exemplo de democracias dignas de nota. [...] Estou certo que em uma democracia, a maioria dos cidadãos é capaz de exercer, sobre a minoria, a mais cruel das opressões. [...] Acredito que essa dominação exercida sobre a minoria, se estenderá sobre um número maior de indivíduos e será conduzida com muito mais severidade do que, de modo geral, poderia ser esperado da dominação de uma só coroa (BURKE, 1982, p. 135-136).

A oligarquização da nova facção governante degenera em métodos políticos que naturalizam a tirania. Vestindo a fantasia da democracia a fim de exercer seus arbítrios, o regime então desencadeia uma opressão mais formidável do que aquela supostamente protagonizada outrora pelo rei. *La Terreur*, fundamentado ideologicamente, se instala¹². Mas a supressão da monarquia teria determinado mais do que apenas uma violenta distorção política que custou incontáveis vidas. Na perspectiva de Burke, o governo revolucionário foi responsável por conduzir o povo francês ao esquecimento de normas de conduta moral

¹² J. L. Talmon (1988) cunhou o termo "democracia totalitária" para ilustrar o espírito do governo revolucionário francês, bastante solícito em distribuir a violência durante o período denominado como "Terror".

incrustadas no *modus vivendi* da comunidade; normas consideradas capitais para qualquer cultura ou hierarquia social. Sobre o tema, Araújo depreende do pensamento de Burke:

A polidez e o cavalheirismo são forças responsáveis por deslocar o indivíduo de sua rudeza egoísta para o seio do organismo social. O bom gosto, elegância e refinamento das classes nobres atuam pedagogicamente sobre o conjunto social, na medida em que despertam afeto e admiração, seguidos pelo desejo natural de imitação. Ao dissolver o bom gosto e a polidez e destruir a nobreza, a Revolução ameaçava o próprio fundamento das sociedades humanas (ARAÚJO, 2004, p. 6-7).

Se à nobreza cumpriria a elevação moral do povo, conclui-se que ela seria intrinsecamente superior. Realmente, a existência de uma desigualdade natural entre os homens está plenamente assentada no pensamento de Burke: "Para Burke, os pobres eram ignorantes e numerosos demais para aspirar poder econômico ou político. A desigualdade social não causava nenhum terror a Burke. De fato, isso fazia parte da ordem natural das coisas" (O'GORMAN, 2004, p. 50, tradução nossa)¹³.

Ainda que essa desigualdade seja parte da ordem natural e tenha reflexos diversificados que separariam os homens de acordo com capacidades e responsabilidades inerentemente distintas, sua relação com a propriedade, ao menos para o conservadorismo, é também relevante. Heterogêneos que são, os homens não poderiam igualar-se na conquista e posse de bens materiais. A desigualdade social é habitual e desejável:

A característica essencial da propriedade, formada a partir dos princípios combinados de sua aquisição e conservação, é ser desigual. [...] O poder de perpetuar a nossa propriedade em nossas famílias é uma das circunstâncias mais valiosas e interessantes desse poder, e é isso que permite a perpetuação da própria sociedade (BURKE *apud* KRAMNICK, 1999, p. 439, tradução nossa).

Logo, a essência da propriedade é a desigualdade, que estrutura e mantém o corpo social a partir das competências de cada indivíduo, mesmo porque "todos os homens têm direitos iguais, mas não direito a coisas iguais" (BURKE, 1980, p. 53). Diante dessa realidade tida como inescapável, às massas não caberia a revolta, mas a adesão ao sistema estruturado, já que para Burke "a massa popular deve se contentar com sua posição de natural subordinação. Precisa respeitar a propriedade da qual não pode compartilhar" (O'GORMANN, 2004, p. 140, tradução nossa).

¹³O'Gorman não parece ter se detido severamente no conceito burkeano de ordem natural, o que eventualmente pode abrir margem para deduções temerárias. Importa advertir que para Burke o significado da ordem natural não se fundamenta em princípios abstratos. Supõe-se que seria mais prudente ponderar que o pensador irlandês considerou como natural "o que aparece como resultado de um longo desenvolvimento histórico, de um longo hábito; por outras palavras, natureza equivale a história, experiência histórica, hábito criado pela história" (CHEVALLIER, 1966, p. 190).

Ainda que semelhante ideia contenha tintas de elitismo, o pensamento burkeano transcende a mera defesa dos interesses de casta. Em face daqueles que conjecturam, mediante uma leitura marxista, que o objetivo inconfessável de Burke seja "advertir a sua própria classe para os riscos que acarretariam a participação popular nos processos de decisão" (MAGALHÃES, 1996), pode-se contrapor o argumento de que o pensador irlandês esposou uma concepção orgânica da sociedade, que exalta a cooperação comunitária de inspiração cristã antes da chamada "luta de classes". Nesse sentido, Maria D'Alva Kinzo assinala:

Estado e sociedade fazem parte da ordem natural do universo, que é uma criação divina. Segundo Burke, Deus criou um universo ordenado, governado por leis eternas. Os homens são parte da natureza e estão sujeitos às suas leis. Estas leis eternas criam suas convenções e o imperativo de respeitá-las; regulam a dominação do homem pelo homem e controlam os direitos e obrigações dos governantes e governados. Os homens, por sua vez, dependem uns dos outros, e sua ação criativa e produtiva se desenvolve através da cooperação (KINZO, 1989, p. 20).

Com efeito, se Burke eleva certos valores naturais acima das contingências materiais e tem uma visão organicista da sociedade, é questionável transformá-lo em soldado autômato de uma "classe privilegiada". De acordo com Burke e os conservadores de um modo geral, o convívio social forjado em tempos idos basear-se-ia na interdependência e complementaridade entre os diferentes extratos sociais. Nesta ótica, a natureza é desigual e os homens são desiguais; o contrato tácito erigido por Deus e acatado por sucessivas gerações chancela essa disparidade, se harmoniza com o crivo da experiência e deve ser respeitado para o bem de todos. Assim, para os conservadores, "exceto em um último senso moral, os homens são desiguais. A organização social é complexa e sempre inclui uma variedade de classes, ordens e grupos. Diferenciação, hierarquia e liderança são características inevitáveis de qualquer sociedade civil" (HUNTINGTON, 1956, p. 456, tradução nossa). Não seriam os indivíduos iluminados por novas ideias de igualdade os portadores da autoridade necessária para modificar esse arranjo.

Segundo Burke, a desigualdade não suprime a colaboração e o sentido coletivo em sociedades penetradas pelos princípios cristãos. Nesses casos, a assistência-mútua propicia a segurança, a comunhão entre os homens, que se vinculam em torno de interesses comuns, para além, portanto, das eventuais gradações econômicas que os diferem. Conforme Kinzo conclui, a cooperação "requer a definição de regras e a confiança mútua, o que é desenvolvido pelos homens, com o passar do tempo, através da interação, da acomodação

mútua e da adaptação ao meio em que vivem", criando assim "os princípios comuns que formam a base de uma sociedade estável" (KINZO, 1989, p. 20). É o que O'Gorman extrai da obra de Burke:

Não há diferença de interesses entre os ricos e os pobres, porque as iniciativas dos ricos, como administradores dos pobres, como seus protetores e como os seus prestadores, supõem a retirada de uma parcela específica de seus lucros para o cumprimento dessas responsabilidades. [...] Por outro lado, há um contrato implícito, muito mais forte do que qualquer instrumento ou acordo formal, que dita que as condições de remuneração devem ser suficientes para gerar ao empregador um lucro sobre o seu capital e uma compensação para seu risco (O'GORMAN, 2004, p. 50, tradução nossa).

O antídoto à injustiça que eventualmente pode acompanhar a desigualdade está na preservação da cooperação que permeia as relações sociais nos núcleos comunitários, tidos por Burke como exemplo de vida orgânica, cooperativa, ordeira e livre. Dos associativismos nascidos na vida comunitária emerge o sentido saudável da coletividade: "que é o primeiro princípio – o germe por assim dizer – de nossas afeições públicas [...] é o primeiro elo da corrente que nos liga à nossa pátria e à humanidade" (BURKE, 1982, p. 79). Com efeito, Russel Kirk, outro conservador renomado, segue a receita de Burke: "o verdadeiro conservadorismo nasce como um antípoda do individualismo. Individualismo é atomismo social; conservadorismo é comunidade de espírito. Os homens não podem existir sem sua própria comunidade" (KIRK, 2001, p. 242, tradução nossa).

Ademais, há um valor que subsiste à margem de eventuais clivagens e diferenças sociais: a liberdade. Existente para todos, a liberdade é o direito primeiro dos homens. Ao contrário do que ocorre em relação ao acúmulo de bens materiais, a liberdade independe das capacidades inerentes de cada indivíduo, ao menos *a priori*. Nesse sentido, Burke observa:

Eu certamente creio que todos os homens que desejam a liberdade, merecem-na. Não se trata da recompensa ao nosso mérito ou da aquisição gerada pelo nosso esforço. É a nossa herança. É o direito de primogenitura de nossa espécie. Não podemos perder o nosso direito a ele, ou perderíamos os títulos de privilégios da nossa espécie; significaria o abuso ou o esquecimento de nossas faculdades racionais (BURKE *apud* O'GORMAN, 2004, p. 158, tradução nossa).

Contudo, a liberdade, esse "direito de primogenitura", não se confunde com a inexistência de regras inegociáveis e perenes (porque historicamente enraizadas), nas quais repousaria a verdadeira liberdade coletiva. Existem freios à liberdade puramente individual, e são freios bastante aceitáveis:

O governo é uma invenção da sabedoria humana, para providenciar às necessidades dos homens. Em nome de todas essas necessidades, deve convir-se

que a mais sensível é a de restringir suficientemente as paixões. Nesse sentido, inclui-se a repressão, tanto quanto a liberdade, entre os direitos dos homens (BURKE, 1982, p. 67).

O governo, diante da imperfeição humana, precisa ser dotado de certos instrumentos de coerção a fim de conter as paixões nascidas daquela imperfeição. Logo, a repressão é bem-vinda quando instrumentalizada de modo a preservar a estabilidade, herdeira legítima dos hábitos sociais históricos.

A fim de desenvolver este ponto, Burke novamente se vale do movimento de 1789. A reforma, e não a revolução, geraria mais belos frutos, já que os franceses, nesse caso, "teriam feito a causa da liberdade venerável aos olhos dos sábios de todos os países, e desonrado o despotismo aos olhos do mundo inteiro" (idem, p. 72). Portanto, há o reconhecimento de que o regime carecia de melhoramentos e atentava contra a legítima liberdade pública. Porém, se tivesse renunciado à via revolucionária, a França possivelmente evidenciaria que "não somente a liberdade pode se conciliar com a observância das leis, mas ainda que, quando ela é bem disciplinada, pode fazer respeitar a lei" (ibidem, p. 72). Daí emergiria uma liberdade fidedigna porque baseada em

[...] uma Constituição livre, uma monarquia poderosa, um exército disciplinado, um clero reformado e venerado, uma nobreza menos orgulhosa, mas mais digna [...]. É esta felicidade que constitui a única verdadeira igualdade moral entre os homens, e não esta monstruosa ficção que [...] só serve para agravar e para tornar mais amarga a desigualdade (BURKE, 1982, p. 72).

Outro princípio intocável para o entendimento burkeano em relação à liberdade seria a deferência do Estado não apenas às coisas divinas, mas à plenitude de ação das instituições religiosas no espaço público. Neste particular, Burke defendeu inclusive a liberdade de culto dos católicos na Irlanda, postura que lhe rendeu amargas críticas por parte de muitos de seus colegas de parlamento. A revolução jacobina teria atentado contra este e outros valores inegociáveis:

Desde o início, Burke havia considerado a Revolução Francesa como uma profanação, um assalto ateísta sobre os princípios sagrados da cristandade, uma infecção da ordem moral pelo individualismo racionalista do Iluminismo que atacou as unidades básicas da sociedade: a família, a igreja, a comunidade e as instituições sociais da nação (O'GORMAN, 2004, p. 159, tradução nossa).

Burke, falecido em 1797, se fez um emblemático crítico das ideias políticas que se insurgiram contra esses princípios. Entretanto, o conservadorismo certamente continua vivo e atuante, perpetuando-se através de livros, discursos e práticas político-comportamentais levadas a cabo por intérpretes que se renovam constantemente em praticamente todos os

ambientes sociais. É com base nessa realidade que a seguir analisar-se-á alguns dos desdobramentos do conservadorismo pós-burkeano, pretendendo com isso aplainar o terreno para o exame das particularidades/influxos deste pensamento no Brasil, país no qual tem lugar o fenômeno que intitula a presente tese: o "conservadorismo à brasileira".

1.2 Interpretações dos conservadorismos

No que diz respeito à história do termo *conservadorismo* no vocabulário acadêmico-político, "muitos estudiosos admitem que sua verdadeira origem data mais precisamente do início da década de 1800, nos Estados Unidos" (VINCENT, 1995, p. 65). Já na França, "o termo foi criado pelo jornal de Chateaubriand, *Le Conservateur*, da década de 1820", ao passo que na Inglaterra adquiriu popularidade em 1835, quando "tornou-se a designação oficial do partido Tóri" (idem, p. 65).

Superando a mera discussão referente às raízes da expressão, há quem afirme que o pensamento conservador, *per se*, teria gênese mais remota. Auerbach, à guisa de exemplo, adverte que "um trabalho sobre o conservadorismo precisa começar com *A República* de Platão" (AUERBACH, 1959, p. 5, tradução nossa). Na esteira deste raciocínio, não raro se concebe que o conservadorismo transcenderia qualquer sistematização que possa ter sido realizada por homens como Burke, caracterizando-se sobretudo como uma espécie de estilo de vida, como uma índole desde sempre inerente à própria psicologia humana: "pensa-se comumente que a atitude conservadora está profundamente enraizada naquilo a que se chama 'natureza humana'" (OAKESHOTT, s/d, p. 8). Da mesma forma, Cecil afirma que o conservadorismo é "uma propensão da mente humana" (CECIL, 1912, p. 9, tradução nossa). Não raro desejosos de preservar determinadas estabilidades, seríamos, os homens, em alguma medida conservadores.

À sua maneira, a Ciência Política apressa-se em reconhecer que os conservadorismos representam objetos notadamente amplos e imprecisos, permeados por referências alheias ao fenômeno estritamente político:

A inexistência de uma teoria política comum a que se possam referir todos aqueles que se autodefinem ou são definidos como conservadores, a pouca propensão dos conservadores a sistematizar as próprias ideias e o abuso que se faz desse termo na linguagem cotidiana, política ou não, fizeram com que se reduzisse o Conservadorismo a uma atitude e se estudasse desde o ponto de vista psicológico, na busca das motivações que impelem certos indivíduos a assumir posições consideradas na prática política como conservadoras (BONAZZI, 1998, p. 242).

Pode-se ser simultaneamente conservador em política e "progressista" em matéria de costumes (ou vice-versa), até porque, como pondera Bonazzi, há um "abuso" no uso do termo "conservador" nas relações sociais. Porém, apesar de ambas as esferas não serem necessariamente sincronizadas, há formas de conservadorismo plausíveis de serem classificadas como eminentemente políticas, excedendo a esfera psicológica ou comportamental.

Por isso, "o conservadorismo não existe. Existem *conservadorismos*, no plural, porque plurais foram as expressões da ideologia no tempo e no espaço" (COUTINHO, 2014, p. 15). Parece residir aí a explicação para que uma plêiade de pensadores e atores políticos seja associada ao(s) conservadorismo(s), a despeito dos enormes contrastes que de ordinário ficam patentes nas suas respectivas formas de produzir intelectualmente ou de agir politicamente. Para citar apenas personagens célebres, não seria demasiado heterodoxo se arrolássemos, sob o rótulo de conservadores, pensadores tão díspares como Burke e Louis de Bonald, Irving Kristol e T. S. Eliot, Charles Maurras e Eric Voegelin, Tocqueville e Karl Popper, David Hume e Russel Kirk, Michael Oakeshott e Leo Strauss, Donoso Cortès e Alasdair MacIntyre.

De modo análogo, o campo político é ainda mais prodigioso para a feitura de semelhante exercício, uma vez que de Bismark a Churchill, de Disraeli a De Gaulle, de Salazar a Reagan, de Hiroito a Thatcher, de George Washington a George W. Bush, do Visconde do Uruguai a Castelo Branco, do Visconde do Rio Branco a Carlos Lacerda (se ansiássemos incorporar nomes brasileiros), todos são considerados de alguma forma conservadores, um tanto irmanados por elos que superam as distinções que marcaram suas atividades políticas pessoais e os contextos sócio-históricos nos quais viveram.

Logo, é crível deduzir que o conservadorismo dificilmente poderia ser estimado como um bloco monolítico de pensamento e ação. Diante dessa realidade, Vincent (1992) propõe cinco balizas a partir das quais a sociologia política conseguiria abordar o conservadorismo no quadro das doutrinas políticas: "a ideologia aristocrática, a posição ideológica pragmática, a visão situacional ou posicional, o conservadorismo como disposição do hábito ou da mente e, por fim, a interpretação ideológica" (VINCENT, 1992, p. 66).

Com base neste raciocínio, o autor pondera que o conservadorismo, se entendido como ideologia aristocrática, remeter-nos-á ao reversionismo das classes que reagem ao ocaso da sociedade tradicional e de seus aparelhos sociais e políticos. O conservadorismo invariavelmente esposaria uma tendência de nostalgia diante do passado, especialmente quando este passado, não raro idealizado, precede a modernidade e fere os interesses da aristocracia.

De outro lado, Vincent observa que o conservadorismo pode expressar uma forma singular de pragmatismo político, para o qual a meta última seria simplesmente manter o *status quo*. Um tanto alheio às inclinações ou interesses ideológicos que eventualmente permeiam um dado arcabouço social, o conservadorismo trataria apenas de pelejar para sustentar a ordem existente. Haveria, assim, uma dosagem considerável de literal oportunismo nas premissas que guiam as personagens conservadoras.

A terceira baliza proposta pelo autor ("visão situacional ou posicional") está de certo modo ancorada no princípio anterior, dele decorrendo. Pragmáticos e desprovidos de algum "ideal ou uma utopia por que lutar" (VINCENT, 1992, p. 67), os conservadores erigiriam uma posição, uma trincheira contra a mudança, qualquer que seja ela. Dessa lógica deduz-se a imperiosa existência de uma relação de tensão entre duas posições distintas: a conservadora e a vanguardista¹⁴.

A quarta abordagem, como vimos, advoga que o conservadorismo se organiza como "uma disposição do hábito ou da mente". Está aqui a ojeriza às inovações repentinas, a desconfiança em face das novidades, sobretudo quando tais novidades pretendem fulminar hábitos e costumes herdados das gerações passadas. É a voz da tradição, do espírito de apreço pela estabilidade e pelas lições da experiência que estariam presentes em todos os homens dotados de bom senso (bom senso que nos impediria de crer na oratória de

¹⁴Para valermos-nos de figuras ilustrativas, uma facção trotskista de um partido comunista que continue se negando a acatar alianças com agremiações consideradas "burguesas" seria conservadora se comparada aos grupos deste mesmo partido, que embora igualmente marxistas, passam a se mostrar abertos à conciliação com as práticas corriqueiras do sistema instituído. Não restam dúvidas de que está nesse dilema a gênese dos partidos social-democratas tão bem investigada por Przeworski (1989). Ainda que significativamente mais distantes da "direita" no *continuum* ideológico, esses imaginários trotskistas tornar-se-iam mais conservadores do que a corrente que transita para o centro. Portanto, de acordo com essa visão que suprime a carga ideológica das relações políticas, são de alguma forma conservadores todos os indivíduos, grupos ou instituições que alimentam o desejo de manter uma disposição específica e tradicionalmente assentada, mas que, apesar disso (ou justamente por isso), passa a ser considerada obsoleta por outros setores. Haveria, assim, conservadores de todas as colorações.

doutrinadores revolucionários). Em decorrência de tais características, o conservadorismo seria natural, realista e estranho às ideologias, que por sua vez, são vistas como invariavelmente artificiais, enganosas e perigosas.

Finalmente, Vincent avalia que é possível examinar o conservadorismo como uma ideologia. De acordo com essa hipótese, o conservadorismo, ao contrário da pretensão anti-ideológica de autores como Burke, seria precisamente uma forma de ideologia. Uma ideologia que busca sua fundamentação na repulsa a determinadas ideologias modernas, mas ainda assim uma ideologia. Logo, mesmo cientes da promessa de combater realisticamente os ideários totalizantes que negam as vozes dos costumes herdados, os conservadores adeririam a algum grau de idealização. Embora não mergulhe nesse paradigma, Huntington observa que "a teoria do conservadorismo possui ordens e propósitos diferentes de outras teorias políticas, mas permanece sendo uma teoria. O conservadorismo não é apenas a ausência de mudança. Ele é uma resistência articulada, sistemática e teórica à mudança" (HUNTINGTON, 1957, p. 461, tradução nossa).

A partir destas divisões, atesta-se que são diversas as maneiras pelas quais os estudiosos podem decifrar o fenômeno do conservadorismo, realidade percebida também por Huntington¹⁵. Por conseguinte, o exame da "filosofia" conservadora em si (para além dos aportes suscitados por Edmund Burke) e dos seus eventuais valores torna-se ainda mais complexo. As interrogações suscitadas por um possível conteúdo conservador são bastante intrincadas, de modo que qualquer categorização estanque incorre no risco da arbitrariedade.

Logo, é importante novamente frisar que pode haver diferenças substanciais entre o conservadorismo político e o conservadorismo como uma disposição/comportamento. Conforme veremos adiante, autores como Michael Oakeshott não consideram anômalo que alguém seja, por exemplo, conservador em matéria de costumes e radical em questões políticas, enquanto Sullivan sustenta que "um conservador gosta de uma vida intensa e de políticas monótonas. De fato, frequentemente é conservador na política de modo a poder ser radical na sua vida privada" (SULLIVAN, 2010, p. 306). Porém, também há aqueles para os quais dificilmente pode haver diferenciação entre as duas esferas: "os conservadores insistem, conseqüentemente, na necessidade e na importância de arranjos políticos que

¹⁵No seu artigo de 1957, Huntington propõe, em suma, três prismas a partir dos quais se poderia compreender o conservadorismo: como "teoria aristocrática", como "teoria autônoma" e como "teoria situacional". Dentre estas, o autor identifica na "teoria situacional" o método mais adequado, uma vez que compreende o conservadorismo como uma visão política que reage sempre que se depara com uma situação adversa que afronta as instituições sustentadas pela experiência tradicional.

evitam o mal", e por isso defendem iniciativas como "a educação moral" e o "incremento da moralidade" (KEKES, 2007, p. 161).

Por esses e outros fatores, a presente tese abdica da realização de um experimento dotado da mesma natureza daquele sugerido por Vincent. A proposta que será desenvolvida a seguir objetiva apenas mapear algumas das linhagens do pensamento conservador, e não a ontologia dos conservadorismos. Sendo evidente que o conservadorismo assume diferentes contornos ao longo da história, a análise proporrá um diagnóstico holístico que não deixa de reconhecer as imprecisões daí decorrentes ou as interconexões entre cada uma das linhas do pensamento conservador. Para o mais, a discussão irá se centrar sobretudo em autores de origem anglo-saxônica, embora não se possa desconsiderar que em França se consolida toda uma escola de pensamento conservador igualmente importante. Citaremos pontualmente autores franceses, como é o caso de De Bonald, De Maistre e Maurras. Contudo, para além destes, há um imenso rol de pensadores que desde a França forjaram um entendimento do conservadorismo que não raro o analisa sob prismas distintos daqueles utilizados pelos autores de língua inglesa. É o caso, por exemplo, de Lammenais, Chateaubriand, Veuillot, Claudel e Maritain, os quais em certo sentido adornaram o conservadorismo com a perspectiva católica militante. A escolha pela corrente anglo-saxônica, repita-se, não encerra qualquer pretensão de menosprezar a vasta escola francófona do conservadorismo.

1.3 Linhagens do pensamento conservador: o reacionarismo tradicionalista

Em primeiro lugar, cumpre investigar uma apropriação bastante radical do conservadorismo. O emprego da palavra "apropriação" não é gratuito, uma vez que se pretende clarificar desde já que o pensamento reacionário guarda relações por vezes residuais com os conservadorismos. Conforme veremos adiante, não pode ser automática a associação entre as duas visões para além da oposição ao iluminismo e do respeito às tradições e à religiosidade (religiosidade que, aliás, nem sempre é ardorosamente estimada por conservadores seculares). Além disso, o radicalismo que geralmente acompanha o reacionário é, em si, contrário ao princípio da moderação e da prudência que pauta as correntes majoritárias do pensamento conservador quando abordam a ação política.

Embora essa concepção mantenha laços estreitos com as origens do conceito mesmo de "reacionarismo" (que remonta ao período da Revolução Francesa, onde os reacionários

estavam integrados às facções contrarrevolucionárias que propunham o retorno ao *Ancien Régime*), o vocábulo posteriormente se generaliza, passando a ser utilizado pela linguagem política a fim de indicar "genericamente todo comportamento coletivo que, opondo-se a um determinado processo evolutivo em ato na sociedade, tenta fazer regredir essa sociedade para estádios que aquela evolução tinha ultrapassado" (BIANCHI, 1998, p. 1073). Essa interpretação, ainda vaga e com fortes determinantes relacionais, é complementada quando se observa que

Em sentido mais restrito e corrente, são considerados reacionários aqueles comportamentos que visam inverter a tendência, em ato nas sociedades modernas, para uma democratização do poder político e um maior nivelamento de classe e de *status*, isto é, para aquilo que comumente é chamado de progresso social (idem, p. 1073).

Por conseguinte, o comportamento reacionário no campo político supõe uma aversão às mudanças sociais que não se limita à antipatia passiva ou à contestação intelectual: transforma-se em atitude radical de corte reversionista. O foco não é exatamente frear as transformações promovidas pelo progressismo, mas reconduzir a ordem política para um estágio anterior, para uma fase onde a semente da transformação sequer havia sido semeada. Intenta-se, na feliz expressão de Antony Quinton, uma "revolução negativa" (QUINTON, 1976, p. 19).

Assim, "é antes de mais nada uma proposta de sociabilidade, um projeto de sociabilidade antagonista do projeto da modernidade ilustrada. Uma 'contra-utopia'" (PIERUCCI, 1999, p.18). Em outros termos, o reacionarismo aqui aludido ambiciona deslegitimar principalmente os sistemas políticos baseados no sufrágio universal, no secularismo e na igualdade, restaurando os antigos instrumentos de governo e os valores sociais que os escoltavam. De acordo com Huntington, o reacionário é "um crítico da sociedade existente que deseja recriar no futuro um ideal que ele assume ter existido no passado. É um radical" (HUNTINGTON, 1957, p. 460, tradução nossa).

Logo, a mentalidade reacionária ora referida é essencial e inflexivelmente antimoderna (ou pré-moderna). Em sentido mais abrangente do que restaurar as instituições políticas de acordo com certos moldes que precederam o racionalismo, o reacionarismo se insurge contra o *ethos* mesmo da modernidade. Sua batalha é antissistêmica e sem concessões ao secularismo que pautou os tempos hodiernos, especialmente no ocidente. Aquele que Aleksandr Dugin classifica como "conservadorismo fundamental", portanto,

"nega o vetor fundamental do progresso histórico" e "*per se* se opõe ao tempo" (DUGIN, 2013, p. 131).

Negando a passagem do tempo e a conformação social existente, o reacionarismo alimenta concepções claramente nostálgicas, idealistas e autoritárias¹⁶. A escultura das percepções autoritárias tende a apresentar dosagens de maniqueísmo, à medida que delimita territórios éticos baseados em juízos de valor emitidos a partir da crítica ao comportamento de grupos ou situações que lhe são antagônicos. As forças de oposição, por consequência, são intoleráveis e invariavelmente equivocadas, servindo à subversão da ordem tida como legítima¹⁷.

No que tange ao terreno estritamente político, no entanto, o autoritarismo dos reacionários inclina-se para o socorro da ideia de que o governo, desde que borrifado pelos aromas pré-modernos, deve deter o monopólio inquestionável das decisões, prescindindo do debate e do balanceamento/mediação entre concepções e interesses políticos distintos (os "pequenos pelotões" aludidos por Burke). Advogando para si a condição de posseira dos instrumentos e dos conhecimentos mais apropriados à condução da administração das massas, a elite governante, tendo nas mãos um Estado vigoroso, avalia que realiza a justiça e o bem geral sempre que manietta (ou aniquila) as forças de oposição, evidentemente relacionadas como o erro, e em última análise, como o mal/pecado. Assim, a defesa da cosmovisão tradicional em contraposição às instabilidades e às relativizações das referências culturais históricas é a pedra sobre a qual se ergue o reacionarismo tradicionalista.

A priori, este pensamento guardaria escassas associações também com o totalitarismo. No entanto, as aberturas não deixam de se insinuar, já que o reacionarismo tradicionalista encontrou eco entre os timoneiros da chamada "Revolução Conservadora", sobretudo na corrente *Völkisch*. Preparando o cenário que assistiria a ascensão do hitlerismo¹⁸, aquele movimento estimulou o nacionalismo alemão de bases romântico-racialistas, embebido pelo misticismo pré-cristão e pela apologia da vida rural (em oposição às sociedades urbanas, consideradas decadentes, desenraizadas e lamentavelmente

¹⁶Sob um prisma que flerta com a psicologia, o autoritarismo pode ser descrito como "[...] uma orientação excessivamente diferenciada para aqueles que têm autoridade, adotando simultaneamente uma atitude arrogante e hostil para com aquelas pessoas percebidas como inferiores. Também é comumente associado a um sistema de valores muito convencional em que 'certo' e 'errado' são inequivocamente demarcados e grupos desviantes ou minoritários são abertamente derogados" (BROWN, 1996, p. 76, tradução nossa).

¹⁷Em virtude de tais características, chega-se a sustentar que "o conceito de autoritarismo é equivalente ao conceito sociológico de etnocentrismo" (LEITE, 2002, p. 26).

¹⁸Sobre aquele contexto, ver, por exemplo, Stackelberg (1981).

cosmopolitas¹⁹). Antiliberais, anticomunistas e profundamente autoritários, entre os *völkischen* se podia encontrar nomes como Herman Wirth, Ludwig Ferdinand Clauss e Hans Günther, que apesar das divergências com as correntes nacional-revolucionárias, direta ou indiretamente somaram forças para o êxito da modalidade alemã do fascismo, fenômeno que então ganhava terreno em várias partes do mundo²⁰.

Não é diferente o caso de intelectuais como Friedrich Hielscher, René Guénon e Julius Evola, alguns dos expoentes mais conhecidos do reacionarismo tradicionalista. Em traços muito rápidos, Hielscher pugnava pelo retorno ao passado através das odes ao velho paganismo germânico cristalizado na sua *Unabhängige Freikirche*, ao passo que Guénon estruturou a escola esotérica encarregada de reerguer uma elite aristocrática, iniciada, tradicional e espiritualizada, capaz de fulminar a cultura moderna e reconduzir o homem ao contato com a espiritualidade ancestral.

Evola, por seu turno, tornou-se emblemático arauto da crítica ao substrato mesmo modernidade. Em uma de suas obras – não por acaso intitulada *Revolta Contra o Mundo Moderno* –, o pensador italiano sustenta que "as primeiras forças da decadência no sentido antitradicional começaram a manifestar-se de maneira palpável logo entre os séculos VIII e VI A.C." (EVOLA, 2010, p.12). A "decadência", portanto, remonta a tempos quase imemoriais²¹. A humanidade está a experimentar desde então não o progresso, mas o retrocesso rumo à escatologia e à morte:

Não é verossímil que, tendo pisado o último degrau, estando do limiar do advento universal da verdade e da potência da última das antigas castas, não se deva realizar o que ainda falta para chegar ao fundo da 'idade sombria' e da 'idade do ferro' prevista pelos ensinamentos tradicionais, e cujas características gerais correspondem às da civilização contemporânea [...] Encerram-se ciclos, e outros começam (idem, p. 497).

¹⁹No campo da política prática, um eminente representante dessa corrente foi Walter Darré, ministro da agricultura do *III Reich*. Destacou-se pela defesa intransigente do espírito rural que seria o mais puro emblema do modo de ser alemão e a forma mais legítima de nacionalismo natural, porque baseado no apego sentimental, familiar e econômico à terra. Nesse sentido, Darré se opôs frontalmente à industrialização fomentada pelo regime e é certo que foi marginalizado pela elite dominante no interior do nacional-socialismo.

²⁰O debate acerca da natureza do fascismo ainda está em aberto. De um lado, autores como Bauman (1998) sustentam que o fascismo, e especialmente sua variante nacional-socialista, é um fenômeno que traduz uma forma de modernidade. De outro, estão aqueles que, como Turner (1972), julgam que o fascismo significou um movimento de retorno a certas configurações mentais do passado.

²¹A distância desta interpretação em relação às considerações de conservadores como Burke é imensurável. O autor irlandês, por exemplo, aponta os erros do iluminismo e da Revolução Francesa e positiva o Antigo Regime que vigorara na Europa poucos anos antes (o que incluía a sociedade mercantil e tudo o que ela representa). Evola, por seu turno, vê a gênese primeva da modernidade ainda no período que a História oficial classifica como "mundo antigo", o que nos leva a crer que apenas um retorno ao *ethos* anterior a esta época nos livraria da decadência. Por isso, não é à toa que o nome de Evola se associa ao chamado "paleoconservadorismo".

Assim, a modernidade jazeria condenada ao desaparecimento, e deveria ser sucedida, em um processo de refluxo, pela civilização alicerçada pela tradição e pelo pilar social hierárquico-aristocrático. Além disso, a espiritualidade/religiosidade ocupa lugar de destaque nesta acepção, que manifesta franca ojeriza ao materialismo e ao agnosticismo contemporâneos, referidos por Evola como o "último degrau" da degeneração moral inerente à *psique* das "castas" mais baixas.

Refletindo sobre a *Philosophia Perennis* (código de saberes e valores assegurado pela verdade transcendente que paira acima das épocas), Evola lança os argumentos centrais do "Tradicionalismo Integral". Ainda que as teses de Evola tenham recebido enorme adesão em círculos ocultistas e entre seguidores do chamado "nazismo mágico"²², o fato é que este intelectual foi, acima de tudo, um tradicionalista que vislumbrava na unidade de ação das religiões tradicionais o único antídoto eficaz para combater o modo de vida moderno. Nesse sentido, as religiões encerrariam os derradeiros vestígios dos recursos axiológicos das sociedades tradicionais, alçando-se à condição de protagonistas na guerra sacra contra a modernidade decadente²³.

Mas se Evola, Guénon e Hielscher, cada um a seu modo, buscam a ressacralização do mundo por meio da apologia mística que fomentaria a restauração do antimoderno *Homo Heroicus*, pensadores como Joseph de Maistre, Louis de Bonald e Charles Maurras bebem nas fontes exclusivas do catolicismo ultramontano para apresentar o contraveneno à modernidade. A sociedade pura não estava no paganismo ou no mundo antigo, mas na Idade Média católica,

[...] uma 'idade dourada' da razão e dos costumes – em geral o Império Romano ou a baixa Idade Média – que havia sido fraturada pela ascensão do mundo moderno, que haveria sacrificado os valores da verdadeira ordem natural e os altares da liberdade objetiva. A sábia e indômita condução política das elites intelectuais e militares do passado teria sido substituída pela 'tirania do rebanho' de uma 'horda sem discernimento' que busca impor e universalizar suas preferências subjetivas através dos mecanismos plebiscitários e dos debates públicos (GHERI, 2012, p. 466, tradução nossa).

²²Sobre o sentido do termo, ver, por exemplo, Galli (2003).

²³Na esteira de tal raciocínio, Evola considera que "a Europa conheceu, em mais de um aspecto, na Idade Média, uma última imagem de um mundo de tipo tradicional" (EVOLA, 2010, p. 141). Porém, este tipo tradicional, fundado no "espírito de cavalaria", teria ocorrido apenas porque a Igreja Romana, consentindo na incorporação de valores pré-cristãos enraizados na mentalidade dos povos europeus, variou naquele momento para uma inclinação heróica e combativa que forjou o catolicismo cruzado ("solar" e "masculino"), em detrimento da compaixão e da doçura do posterior catolicismo piedoso ("lunar" e "feminino").

Nostálgicos da mentalidade pré-moderna, os citados "paleoconservadores" propõem um regresso às tradições cristãs de outrora, o que ocorreria por meio de uma ação política sem tréguas que ofertaria nova esperança de redenção para as sociedades roídas pelo pecado, pela anomia e pelas ideologias progressistas. A "idade dourada", de fato, teria se feito representar pela Idade Média (católica, sacral e hierárquica). Para Maurras, foi este o período no qual "a velha França professou este catolicismo tradicional", que baseado no "sentimento cristão e na disciplina recebida do mundo grego e romano, traz com ele a ordem natural da humanidade" (MAURRAS, 2008, p. 4, tradução nossa).

À sombra de tais assertivas, o líder da *Action Française* prescreveu a restauração monárquica como forma de restabelecer a "ordem natural" também na política. No entanto, a legitimação da monarquia não se esgota nas garantias ao governo de um rei: apenas a religião detém a faculdade de validá-la. Emerge assim a concepção da monarquia fundada em uma renovada categoria de direito divino dos reis, que, por sua vez, emana do beneplácito papal. Maistre considera que

A autoridade dos Papas foi o poder escolhido e constituído na Idade Média para equilibrar a soberania temporal e torná-la suportável aos homens. [...] E esta é apenas uma dessas leis gerais do mundo que não queremos observar, e que são, entretanto, de uma evidência incontestável. Todas as nações do universo estão mais ou menos de acordo com a influência do sacerdócio nos negócios políticos (MAISTRE, 1860, p. 198 – tradução nossa).

O papismo de Maistre consagraria uma teocracia revitalizada, cuja missão seria fulminar o materialismo, o nivelamento político, a fragmentação social e o anticlericalismo insuflado pelo racionalismo. Bonald, por seu turno, construiu juízos análogos, já que "entendia que era através do poder atribuído por Deus a um homem, o monarca, que a dominação exercida sobre a sociedade ganhava legitimidade" (RODRIGUES, 2005, p. 43). Outro expoente do reacionarismo tradicionalista, Donoso Cortés, observa que

A soberania de direito é una e indivisível. Se ela é própria do homem, ela não pertence a Deus. Se está localizada na sociedade, não existe no céu. A soberania popular, pois, é ateísmo e se o ateísmo pode introduzir-se na filosofia sem transformar o mundo, ele não pode introduzir-se na sociedade sem feri-la com a paralisação e a morte. O soberano possui a onipotência social. Todos os direitos são seus, porque se houvesse um só direito que não estivesse nele, não seria onipotente e, não o sendo, não seria soberano. Pela mesma razão, todas as obrigações estão fora dele, porque, se ele tivesse alguma obrigação a cumprir, seria súdito. Soberano é o que manda, súdito o que obedece. Soberano é o que tem direitos, súdito o que cumpre obrigações. Assim, o princípio da soberania popular é ateu e tirânico, porque onde há um súdito que não possui direitos e um soberano que não tem obrigações há tirania (CORTÉS, 1970, p. 342-343).

Contudo, o instrumento necessário para atingir tais objetivos não seria exatamente a contrarrevolução: "o restabelecimento da Monarquia, a que se dá o nome de contrarrevolução, não será de forma alguma uma revolução contrária, mas o contrário da revolução" (MAISTRE, 1989, p. 201, tradução nossa). A passagem é lapidar: o intuito do reacionarismo aqui abordado excede a mera proposta de barrar o processo de modernização política; esta forma de conservadorismo é intrinsecamente incompatível com a modernidade e almeja nada menos que extirpá-la da história, ressuscitando um tempo que já deixou de existir como se tudo aquilo que se presenciou desde o humanismo fosse um parêntesis indesejável.

Assim, é certo que as doutrinas políticas surgidas neste parêntesis histórico são incondicionalmente rechaçadas pelo reacionarismo tradicionalista. Surge então a ideia de que comunismo e liberalismo são igualmente detestáveis e avessos à moral católica, conforme observa Nisbet a respeito dos pressupostos alimentados por esta corrente: "o capitalismo e seus plutocratas são tão culpados pela destruição da sociedade tradicional como os democratas radicais e os socialistas" (NISBET, 1987, p. 113).

No Brasil, *locus* principal da presente tese, o pensamento reacionário-tradicionalista de corte católico possuiu ilustres aclamadores. Não é outro o caso de Jackson de Figueiredo, um leigo tardiamente cristianizado que passa a capitanear a intelectualidade católica conservadora no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Valendo-se da herança do Pe. Júlio Maria²⁴ e do bispo D. Vital²⁵, Figueiredo funda o *Centro D. Vital* e a revista *A Ordem*, dando vazão àquela hoje rara acepção de catolicismo prescrita pelo Papa S. Pio X²⁶.

O intelectual brasileiro promovia o catolicismo combativo, avesso aos ventos da contemporaneidade: "Nós, católicos de verdade, somos uma ameaça muito mais séria ao

²⁴Nascido na Bélgica, Maria assentou-se como missionário no Brasil em 1912. Sua atividade foi marcada pela apologética intransigente do catolicismo tradicional, o que lhe valeu o apelido de "terror dos hereges". Fundou o jornal "O Lutador", em cujas páginas combateu frontalmente a maçonaria e o progressismo.

²⁵Durante seu bispado na cidade de Olinda no último quartel do século XIX, D. Vital publica a "Carta Pastoral contra as ciladas da maçonaria" e excomunga uma série de maçons do seio da Igreja. Uma vez que vários dos atingidos eram membros eminentes da política imperial, a Corte envia uma ordem para que o Bispo anule a decisão, mas Vital, fiel às suas convicções, recusa-se a acatá-la. O governo então processa e prende o bispo, alegando desacato (no Brasil imperial vigorava o regime do padroado). A postura de Vital durante esse evento - que ficou conhecido como "Questão Religiosa" - mereceu aplausos dos movimentos católicos ultraconservadores do Brasil.

²⁶Pio X, Papa canonizado pela Igreja em 1954, notabilizou-se pelo pontificado ortodoxo, durante o qual foi publicada, por exemplo, a encíclica *Pascendi Dominici Gregis* (1907), que condenou severamente o "as doutrinas modernistas". Seu exemplo inspirou inúmeros grupos de católicos conservadores, entre os quais se destaca a Fraternidade Sacertodal São Pio X, que fundada por Marcel Lefebvre, opõe-se às inovações doutrinárias e rituais suscitadas pelo Concílio Vaticano II, alinhando-se com os "vancantistas".

mundo moderno do que os mais convictos bolchevistas. O que vale a esse sarapatel de ouro e de lama é que é mais fácil ser bolchevista do que católico de verdade" (FIGUEIREDO apud CARNEIRO, 1947, p. 181). Com efeito, Figueiredo não media palavras para condenar a modernidade:

Ora, nós já temos pago tributo não pequeno, nós, brasileiros, a este espírito de negação, que ora se paramenta de todas as falsidades do sentimentalismo tem de útil e socialmente generoso, ora se veste das mais pedantescas illusões philosophicas e scientificas, mal escondendo fúrias nihilistas, instintividades brutae, horror ao senso commum, ódio de morte à religião e à moral (FIGUEIREDO, 1922, p. 11)²⁷.

Ao lado de Figueiredo ombreavam-se no conservadorismo católico reversionista figuras como Leonel Franca, Tasso da Silveira e Plínio Corrêa de Oliveira. Para estes intelectuais, urgiria restaurar tradição católica e as armações sócio-políticas que lhe eram inerentes, acoçadas que estavam pela modernidade e pela ideologia progressista. Franca observa que "em outras eras, as condições de vida social, mais informadas pelo espírito cristão, respeitavam melhor a hierarquia essencial dos valores humanos" (FRANCA, 1952, p. 80). Já Silveira vislumbra que "os tempos medievais foram eminentemente religiosos, arrastados que eram pela nostalgia do céu, a qual tornava os povos como que possuídos por uma loucura santa" (SILVEIRA, 1935, p.11).

Finalmente, o pensamento de Oliveira merece uma análise à parte. Ativo militante da Ação Católica e ex-deputado federal, Oliveira funda a *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* (TFP) em 1960. A entidade, que rapidamente ganha sucursais em vários países, difunde o catolicismo ultraconservador, pré-conciliar e abertamente contrário à modernidade. Em *Revolução e Contra-Revolução*, obra mais saliente de Oliveira, se pode ler:

Em consequência do agnosticismo religioso dos Estados, ficou amortecido ou quase perdido na sociedade moderna o sentir da Igreja. Ora, que inimigo desferiu contra a Esposa de Cristo este golpe terrível? Qual a causa comum a este e a tantos outros males concomitantes e afins? [...] Este inimigo tem um nome: ele se chama Revolução. Sua causa profunda é uma explosão de orgulho e sensualidade que inspirou, não diríamos um sistema, mas toda uma cadeia de sistemas ideológicos (OLIVEIRA, 1998, p. 13).

A "Revolução" deve ser compreendida como o espírito moderno, igualitário, imoral, ateu, inspirado em maquinações tecidas nos recônditos das Lojas. Seu objetivo mal encoberto seria introduzir o barbarismo comunista, em um processo paulatino e orquestrado,

²⁷Manteve-se a grafia da época (1922).

no qual a liberal-democracia seria apenas um instrumento. A lógica do pensamento de Oliveira fica bastante evidente no trecho a seguir:

Da revolução francesa nasceu o movimento comunista de Babeuf. [...] O que é mais lógico? O deísmo tem como fruto normal o ateísmo. A sensualidade, revoltada contra os frágeis obstáculos do divórcio, tende por si mesma ao amor livre. O orgulho, inimigo de toda superioridade, haveria de investir contra a última desigualdade, isto é, a de fortunas. E assim, o ébrio de sonhos de República Universal, de supressão de toda autoridade eclesiástica ou civil, de abolição de qualquer Igreja e, depois de uma ditadura operária de transição, também do próprio Estado, aí está o neo-bárbaro século XX, produto mais recente e mais extremado do processo revolucionário (idem, p. 30).

Com base neste breve mapeamento, pôde-se observar que o reacionarismo tradicionalista ecoou no Brasil e no mundo, inspirando uma gama de intelectuais e ativistas político-religiosos, dentre os quais a presente seção filtrou uma pequena e resumida amostra. Para concluir este tópico, fiquemos com as palavras de Jean Touchard, que sintetizam esta linhagem que por vezes é associada ao pensamento conservador, marcada que é pelas "mesmas prevenções contra o racionalismo aplicado às sociedades humanas, os mesmos transportes quando se evoca a herança das tradições seculares", um pensamento que evocou a "crença na Providência, reguladora misteriosa e soberana dos destinos dos povos" e a "filosofia da história que moraliza os cataclismos políticos e neles vê o sinal do castigo divino do pecado" (TOUCHARD, 1959, p. 48).

1.4 Linhagens do pensamento conservador: o ceticismo político

Embora desprovida do ímpeto místico-religioso e da intransigência política inerente ao reacionarismo tradicionalista, a linhagem aqui denominada como ceticismo político também alicerça seus pressupostos no apelo da tradição. No entanto, para os céticos, a tradição não remonta necessariamente à verdade divinamente revelada, repousando antes (e às vezes simplesmente) nos costumes sociais já testados pela marcha do tempo²⁸.

Nesta percepção, tais costumes são legítimos *per si*, independem da validação de instituições ou de doutrinas filosóficas: as gerações os autenticaram e o conservadorismo apenas serviria como pontífice entre a realidade e a *praxis* política. Conforme bem observa João Pereira Coutinho, o conservadorismo aqui referido se choca com o reacionarismo tradicionalista e sua "crença pueril de que as iniquidades que afligem os homens, hoje, serão removidas pela simples aplicação de um programa, de um manifesto, de uma dogmática

²⁸Como consequência, a religião *pode* ser apenas mais um elemento que compõe a paisagem de tais costumes.

qualquer, secular ou religiosa" (COUTINHO, 2012, p. 27). Como consequência, as ideologias, inclusive aquelas atribuídas aos reacionários tradicionalistas, são potencialmente duvidosas. De acordo com o ceticismo conservador, a experiência vivida, antes de tudo, é o melhor guia para os homens e para os aparelhos políticos.

Logo, importa salientar que o ceticismo conservador, pretendendo-se alheio às ideologias, se desconecta voluntariamente daquela luta política concreta levada a cabo pelos militantes partidários: "o conservadorismo é uma postura que precisa ser definida sem identificações às políticas de qualquer partido. Na verdade, pode ser uma postura que apela a uma pessoa para quem a própria ideia de partido soa desagradável" (SCRUTON, 2001, p. 4, tradução nossa). Seu foco, pelo contrário, é teórico²⁹, invariavelmente lavrado pela reflexão promovida por intelectuais que de modo algum almejam descobrir algo novo. Seu trabalho autodeclarado é servir de intérpretes para a cosmovisão tradicional que acompanharia os homens de uma dada sociedade desde tempos já remotos.

Isso não significa, é claro, que não existam princípios. De acordo com Kekes, "os conservadores céticos não precisam de negar a existência de uma ordem moral na realidade. Negam simplesmente que possa haver um conhecimento seguro acerca dela" (KEKES, 2007, p. 145). Por isso, seria fundamental prevenir a sociedade para os perigos embutidos nas utopias e ideias políticas voltadas à ruptura (inclusive, ressalte-se, à ruptura proposta pela "revolução negativa" dos reacionários).

No bojo destas perspectivas inserem-se autores fundamentais para o conservadorismo, podendo-se enfatizar os nomes de David Hume, Eric Voegelin, e Michael Oakeshott, além do próprio Edmund Burke³⁰. Uma vez que o pensamento de Burke foi parcialmente analisado na primeira seção deste capítulo (até mesmo no que se refere à sua inclinação cética), é razoável adentrar diretamente no exame dos aportes que os demais autores forneceram ao conservadorismo de pendor céticos e tendencialmente meta-ideológicos.

²⁹Aludimos à ideia de que o conservadorismo cético seria fundamentalmente teórico buscando apenas ressaltar sua dissociação da arena político-partidária. Essa ressalva se legítima porque "a teoria conservadora é anti-teórica. A mente liberal e racionalista conscientemente articula projetos abstratos; a mente conservadora inconscientemente encarna tradições" (VIERECK, 1956, p. 16, tradução nossa).

³⁰Burke é cético em relação às filosofias políticas oriundas do racionalismo, mas não deixa de valorizar a moral das religiões tradicionais e sua importância sócio-política. Este não é o caso dos céticos mais "duros", como Hume e Oakeshott.

Começemos por breves referências a David Hume. Embora este filósofo, contemporâneo daquele que foi o *founding father* do conservadorismo moderno, Edmund Burke, não possa ser considerado aleatoriamente um conservador de acordo com a acepção atribuída ao termo desde a publicação de *Reflections on the Revolution in France*, seu ceticismo cimentou boa parte dos argumentos forjados por expressivas parcelas da intelectualidade conservadora ao longo dos tempos:

O conservadorismo é uma crítica de um determinado padrão de pensamento. Na medida em que Hume identificou este padrão de ideias e o criticou de maneira tipicamente conservadora, poderia ser considerado como parte da tradição intelectual conservadora. Embora Burke tenha sido o primeiro a tomar conhecimento dessas ideias graças ao impacto do Terror e outros tenham aprendido através das suas *Reflections*, não se deve pensar que essas ideias não existiam antes de 1790. Existiam, e Hume mais do que ninguém deve ser considerado o primeiro a tê-las identificado, oferecendo uma crítica filosófica para elas (LIVINGSTON, 2007, p. 171, tradução nossa)³¹.

Com efeito, a filosofia de Hume inaugura a crítica filosófica às utopias que fizeram nascer a modernidade política, buscando mensurar seus alicerces epistemológicos menos visíveis. A exemplo da dinâmica que rege o pensamento religioso, tais utopias, inebriadas pelo apriorismo, atentariam contra a realidade, cuja fonte é a experiência. Isso "corresponde, em Hume, à sua antipatia pela religião e seu desgosto por todas as formas de entusiasmo político" (QUINTON, 1976, p. 46, tradução nossa). O próprio racionalismo constitui um engodo, afiançado que é por uma crença tão pouco provável quanto a fé religiosa. Nesse sentido, Hume, sustenta que "não se pode conceber como essas qualidades triviais da fantasia, conduzidas por essas falsas suposições, possam alguma vez levar a qualquer sistema sólido e racional" justamente porque o raciocínio dos propagadores das utopias "não tem conexão possível com a existência" (HUME, 2000, p. 250).

No bojo dessas conclusões primeiras, ergue-se o trabalho de Eric Voegelin, intelectual tão respeitável para o conservadorismo quanto insuficientemente estudado em terras brasileiras. Cabe assinalar, contudo, que a obra de Voegelin é vastíssima, de modo que sua análise exigiria um espaço infinitamente superior àquele do qual a presente tese dispõe.

³¹A conexão entre os pensamentos de Hume e Burke também é atestada por Laski: "A metafísica de Burke - tanto quanto se pode usar um termo que ele teria repudiado - é, em grande medida, a de Hume. O lugar do hábito e do instinto social, ao lado do consentimento, a percepção de que a razão, só, não bastará para explicar os fatos políticos, a ênfase na resistência como último recurso, a negação de que a lealdade seja mero contrato a ser atualmente explicado, o profundo respeito pela ordem - tudo isso, enfim, é o tecido de que é feito o pensamento de Burke" (LASKI, 1950, p. 105).

Diante disso, se almeja elencar os conceitos mais essenciais da filosofia política do pensador alemão, que em certo sentido se evidenciam no ensaio *A Nova Ciência da Política*³².

No texto, Voegelin argumenta que a existência de uma cosmovisão social coesa e transcendente³³, de uma racionalidade/ética prática, mostrou-se vital para a manutenção da ordem na história. Na busca da elucidação do sentido existencial, coube inicialmente às antigas religiões o papel de mestras axiológicas dos povos, expressando os valores previamente acatados pela sociedade sob um arcabouço dotado de símbolos formalmente erigidos. Daí decorreria a estabilidade moral das sociedades tradicionais.

Contudo, o advento do cristianismo – que alimentou desde o princípio a visão escatológica (e teleológica) de que a passagem do Homem sobre a Terra representa uma prova necessária apenas porque há uma existência espiritual futura – impulsionou um vazio na organização social. O cristianismo teria provocado um "eclipse da razão natural" (VOEGELIN, 2008, p. 161) que informara o mundo antigo, procurando erigir uma nova arquitetura social à luz da revelação inédita e *sui generis* de Cristo. Após a lenta fragilização da filosofia cristã, porém, o "gnosticismo" moderno emerge como arauto de uma "nova teologia civil" destinada a preencher o "vácuo existencial" provocado pelo milenarismo cristão transposto à realidade cotidiana (VOEGELIN, 1982).

Segundo Voegelin, a fórmula encontrada pelo gnosticismo para suprir o vazio vigente foi realizar a " imanentização" do "*eschaton* cristão", subvertendo-o de modo a transplantar a esfera divina para o mundo terreno. Sob o signo de propostas ideológicas salvacionistas centradas na vida material, o gnosticismo pretendeu substituir o *religare* tradicional pela deturpada teologia política, negando a realidade na pretensão de transformar a sociedade a partir de ideias revolucionárias abstratas, secularmente abstratas³⁴. Haveria no

³²Esta obra, publicada originalmente em 1953, é fruto de uma série de conferências pronunciadas por Voegelin nos Estados Unidos e resume sua compreensão do sentido político da modernidade. No entanto, a filosofia do autor pode ser mais bem decodificada através da leitura do magistral "Ordem e História", livro que em vários tomos (o número depende da edição) mapeia criticamente a história das ideias políticas e sociais, da antiguidade à contemporaneidade.

³³É evidente que tal cosmovisão, no entanto, se diferiria das ideologias políticas justamente porque respeita os hábitos e tradições, para além de ideários forjados intelectualmente. Seria, em última análise, uma moral inerente, genuína, nascida organicamente e voltada à verdade transcendente.

³⁴A percepção de Voegelin é retomada por Gray: "Se no cristianismo a salvação era prometida apenas para a vida no além, as modernas religiões políticas oferecem a perspectiva da salvação no futuro – e mesmo, desastrosamente, num futuro próximo. [...]. O declínio do cristianismo e a ascensão do utopismo revolucionário vão de par. Ao ser rejeitado o cristianismo, suas expectativas escatológicas não desapareceram. Foram reprimidas, para acabar retornando como projetos de emancipação universal" (GRAY, 2008, p. 48-49). Da mesma forma, importa salientar que o clássico *Ideas Have Consequences*, de Richard Weaver, bebe em fontes bastante similares.

íntimo da mentalidade moderna uma aversão aos fatos concretos e uma busca insana pela corrupção da própria natureza humana: "a imanentização pode se estender à totalidade do símbolo cristão. O resultado será então o misticismo ativo de um estado de perfeição, a ser atingido através da transfiguração revolucionária da natureza do homem, tal como, por exemplo, no marxismo" (VOEGELIN, 1982, p. 95).

Ainda de acordo com Voegelin, as sociedades influenciadas pelo gnosticismo ignoram a realidade voluntariamente, o que obscurece a verdade *per se* e amplia as chances de sucesso das miragens filosóficas. Diante disso, a imanentização gnóstica se radicalizaria, substituindo, inicialmente na mentalidade das elites político-filosóficas, o mundo real (oriundo da experiência) pelo mundo imaginário (fruto dos delírios políticos). Nasce, então, a alienação, uma "segunda realidade" inventada para "designar a imagem da realidade criada pelos homens quando em estado de alienação" (VOEGELIN, 2008, p. 144), que nada mais é do que "o afastamento do plano divino e a volta a um eu que, embora se imagine humano, não se constitui por sua relação com a presença divina" (idem, p. 148).

A negação da realidade/recusa de perceber (*Apperzeptionsverweigerung*) e a negação do divino (*apostrophe*) paulatinamente se generalizam e outorgam as condições para o triunfo do gnosticismo, o que equivale à morte do espírito:

A força espiritual da alma, que no cristianismo se devotava à santificação da vida, podia agora ser orientada rumo à criação do paraíso terrestre, criação esta que era mais atraente, mais tangível, e, acima de tudo, mais fácil. A ação civilizacional tornou-se um *divertissimet* [...] que diabolicamente absorvia em si o destino eterno do homem e tomava o lugar da vida do espírito (VOEGELIN, 1982, p. 98).

A partir deste artifício, levantar-se-iam duas variantes: a "ala direita" e a "ala esquerda" do gnosticismo alienante. Na direita, Voegelin visualiza a variante "ativista" (totalitários³⁵), ao passo que a esquerda congregaria as correntes "teleológicas" (progressistas³⁶) e "axiológicas" (utópicas³⁷). Ambos os lados se ancorariam na (pseudo)ciência racionalista como agente de corrosão da transcendência, facultando a subversão da tradição e da realidade.

Por meio de uma crescente vulgarização da política – que se volta inteiramente para o afagamento das paixões das massas – têm gênese um movimento pendular, no qual a

³⁵"O totalitarismo de nosso tempo deve ser entendido como o fim da estrada percorrida pelos gnósticos na busca de uma teologia civil" (VOEGELIN, 1982, p. 119).

³⁶O liberalismo.

³⁷Os movimentos de esquerda.

ordem política seria levada ora para o liberalismo, ora para o comunismo. Na ótica de Voegelin, estes movimentos seriam inimigos apenas na aparência: "não se deve negar a consistência e honestidade imanentes dessa transição do liberalismo para o comunismo; se o liberalismo for entendido como a salvação imanente do homem e da sociedade, o comunismo é certamente sua expressão mais radical" (VOEGELIN, 1982, p. 126).

Assim, de acordo com Voegelin, o modernismo gnóstico não representa legitimamente a sociedade ocidental: trata-se de um "tumor" que corrói a tradição clássica e a moral. Apostando do gradualismo premeditado, tal tumor orquestradamente promove revoluções parciais, aguardando que as fundações da tradição ocidental estejam suficientemente abaladas para não resistirem ao golpe final da grande revolução gnóstica. Voegelin observa que

O receio ou a esperança, dependendo do caso, de que as revoluções 'parciais' do passado serão seguidas pela revolução 'radical' e pelo estabelecimento do reino final baseia-se na premissa de que as tradições da sociedade ocidental estão agora suficientemente arruinadas e que as famosas massas estão prontas para dar o bote final (idem, p. 127).

O bote final, que simboliza o ápice da distorção gnóstica e do rebaixamento moral das sociedades, está associado à vitória das ideias marxistas, já que "haverá um perigo comunista latente [...] enquanto forem estigmatizados como 'reacionário' o reconhecimento das estruturas da realidade", mantendo-se "a construção falaciosa e a falsificação da história" (VOEGELIN, 1982, p. 128).

O ceticismo de Eric Voegelin, como se percebe, encerra relações com o antimodernismo dos tradicionalistas (já que visualiza a existência de uma ordem moral essencial), embora dele se difira à medida que opõe-se ao reversionismo puro e simples e censura a transplantação irrefletida da mística religiosa para a esfera política. Igualmente conservador, Michael Oakeshott intensifica esta última ideia, depurando-a de quaisquer afeições definitivas à moral das religiões (elemento que em certo sentido persiste na filosofia de Voegelin)³⁸.

Com efeito, Oakeshott, "sendo um conservador, no sentido britânico, apresenta-se como um cético e acusa os chamados 'progressistas' de serem defensores de uma política de

³⁸ Porém, é possível sustentar que "a política de ceticismo defendida por Oakeshott é fundamentalmente compatível com a fé religiosa. [...] O ceticismo conservador de Oakeshott opõe-se às religiões seculares de que o marxismo foi a expressão máxima" (ESPADA, 2008, p. 62).

fé" (ESPADA, 2009). Os caracteres do conservadorismo de Oakeshott ficam patentes em sua obra *On Being Conservative*, onde se lê:

Ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o facto ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica. As relações e lealdades familiares serão preferíveis ao fascínio de vínculos mais proveitosos; comprar e expandir será menos importante que conservar, cultivar e desfrutar; a dor da perda será maior que a excitação da novidade ou da promessa. É ser igual ao nosso próprio destino, é viver ao nível dos meios, contentar-se com a necessidade de maior perfeição pessoal como com as circunstâncias que nos rodeiam (OAKESHOTT, s/d, p. 5).

Em outros termos, "diferentemente do liberalismo e do socialismo [...], a disposição conservadora nasce de um *'attachment'* aquilo que nos é familiar" (ESPADA, 2008, p. 66). Nesse sentido, o conservadorismo de Oakeshott associar-se-ia francamente àquela "disposição do hábito ou da mente" referida por Vincent (1992). Trata-se de um tipo de realismo que está no cotidiano e não necessariamente na visão política, que desconfia das inovações abruptas e prefere confiar na força dos costumes, reconhecendo o fato concreto antes de pretender suprimi-lo a partir de conceitos revelados pela pseudo-iluminação.

Por conseguinte, Oakeshott observa que o conservador compreende que "nem toda a inovação constitui verdadeiramente um avanço (...) e pensa que inovar sem antes melhorar é uma loucura, seja ela premeditada ou acidental", de modo que "mesmo quando a inovação representar um progresso convincente, ele (o conservador) analisará duas vezes os argumentos que a justificarem antes de a aceitar" (OAKESHOTT, s/d, p. 7).

Baseando-se em hábitos mais do que em ideias, o ceticismo de Oakeshott, no entanto, dessacraliza o passado tantas vezes idealizado pelos tradicionalistas. Para ele, no autêntico conservadorismo "não existe nenhuma idolatria simples pelo que já passou ou já se foi", sendo mais importante apreciar o presente "não devido às suas relações com uma antiguidade remota nem porque se considere que seja preferível a qualquer outra alternativa possível, mas pela sua familiaridade" (idem, p. 4). Portanto, a adaptação, desde que não fira de morte o núcleo do hábito, será condição *sine qua non* para a preservação e não poderia ser desconsiderada por uma mentalidade conservadora.

A partir daí, o conservadorismo de Oakeshott, que recorre às fontes divulgadas por Hume, relativiza não apenas o racionalismo e a mística do progresso, mas a imposição de todas as cosmovisões:

De fato, não me parece que o conservadorismo esteja necessariamente relacionado com alguma crença particular acerca do universo, do mundo ou da conduta humana em geral. Prende-se, isso sim, com crenças sobre a atividade de governar e os instrumentos do governo, e é em crenças nestes tópicos, e não em outros, que pode ser compreendido. E, para demonstrar brevemente o meu ponto de vista diria, antes de o desenvolver, que o que faz com que uma atitude conservadora em política seja inteligível não é nem a Lei natural nem uma ordem providencial; não tem nada a ver com a moral ou com a religião; é a observação da nossa atual forma de vida combinada com a crença (que, no nosso ponto de vista, não deve considerar-se mais que uma hipótese) segundo a qual o facto de governar é uma atividade limitada e específica (OAKESHOTT, s/d, p. 18).

Logo, o conservadorismo esposado por Oakeshott, frontalmente avesso às doutrinas de todos os matizes, objetiva principalmente orientar a operacionalização das instituições políticas de modo a harmonizá-las com os padrões de convivência social historicamente assentados pelos costumes. Diante disso, o governo necessariamente deverá abdicar da ideia de ser o portador de uma verdade, de uma fórmula capaz de nortear a sociedade. Sua natureza limitada, pelo contrário, exigiria apenas a condução da gestão pública de acordo com os hábitos previamente existentes na esfera social, mantendo a estabilidade sem recair em imobilismo³⁹.

As suposições de Oliveira Vianna acerca das funções governamentais de certa forma se integram com aspectos dessa proposta⁴⁰. Intelectual brasileiro de enorme influência no Brasil da primeira metade do século XX, Vianna preocupou-se com a implantação de arranjos políticos dissociados da realidade do país. Segundo sua ótica, a sociedade brasileira, desde o período colonial, fora plasmada sob a égide do "espírito de clã" e do "facciosismo" (VIANNA, 1952). Assim, os brasileiros de ontem, convivendo reiteradamente com o mandonismo de caudilhos que dominavam imensos latifúndios, teriam sido marcados pelo "insolidarismo" e pela incapacidade de forjar organizações coletivas de autogoverno (*self-government*).

O raquitismo da sociedade civil e a dependência do Estado foram heranças que penetraram nos hábitos brasileiros até os dias que correm. Em decorrência disso, o advento de instituições políticas liberais no Brasil seria possível apenas no bojo de idealizações falsas, germinadas na filosofia de intelectuais e atores políticos que desconhecem a realidade nacional e propõem uma ordem política apriorística (e por isso mesmo inviável):

³⁹Kekes pondera que "a atitude conservadora não se funda num preconceito pré-crítico em favor dos arranjos históricos da sociedade. Os conservadores estão empenhados em conservar apenas aqueles arranjos que a história da sua sociedade mostrou serem conducentes a vidas boas" (KEKES, 2007, p. 142).

⁴⁰As reflexões seguintes acerca de Oliveira Vianna e de Alberto Torres são baseadas em trabalho publicado pelo autor (ver QUADROS, 2013). Voltaremos à análise do pensamento de Vianna no próximo capítulo.

Os apóstolos do liberalismo nos dão o municipalismo, o federalismo, a democracia como a última palavra do progresso político. O que as experiências do Código de Processo e do Ato Adicional demonstram, entretanto, é que essas instituições liberais, fecundíssimas em outros climas, servem aqui, não à democracia, à liberdade e ao direito, mas apenas aos nossos instintos irreduzíveis de caudilhagem local, aos interesses centrífugos do provincialismo, à dispersão, à incoerência, à dissociação, ao isolamento dos grandes patriarcas territoriais do período colonial (idem, p. 297).

No entanto, se o pensamento de Vianna vai ao encontro dos aportes de Oakeshott à medida que desaprova a imposição de ideias políticas alheias aos costumes sociais enraizados, sua visão apenas residualmente concebe o governo como uma atividade limitada. O ceticismo de Vianna em face de doutrinas estranhas à mentalidade brasileira (como o liberalismo e o socialismo) o leva a acatar a lógica do Estado autoritário também porque este seria o mecanismo arraigado na *praxis* política do Brasil: "os grandes construtores políticos da nossa nacionalidade, (...) procuram sempre, como objetivo supremo da sua política, consolidar e organizar a nação por meio do fortalecimento sistemático da autoridade nacional" (VIANNA, 1952, p. 297)⁴¹.

Portanto, a tradição política centralista do Império brasileiro teria evitado o "esfacelamento localista", fato que Vianna credits à autoridade de D. Pedro II e ao Poder Moderador, um "poderoso e ótimo instrumento" (idem, p. 329). Tendo logrado êxito na tarefa de reduzir os danos políticos e sociais alimentados pelo localismo colonial, o arcabouço político imperial, conforme assegura Vianna, foi mais condizente com a realidade brasileira.

Alberto Torres, outro intelectual destacado nas primeiras décadas do século XX no Brasil, precede Vianna na ojeriza diante da introdução de ideias políticas inseridas à margem dos hábitos sociais pré-existentes. Advogando a efetivação de um governo "sugerido pela observação da nossa vida e pela experiência das nossas instituições" (TORRES, 1978, p. 252), Torres faz-se um ardoroso crítico da "importação artificial" de fórmulas políticas estrangeiras para remediar o "problema nacional brasileiro". Sendo singular, a sociedade brasileira precisaria ser regida por uma ordem política desprovida de idealismos ou utopias

⁴¹A proposta de Estado autoritário em Vianna, porém, é vista como contraditória por alguns intérpretes. Antes de adequar-se aos hábitos da sociedade brasileira, a fórmula de Vianna na prática conduziria à criação artificial de convívios sociais até então estranhos ao Brasil: "O caminho percorrido por Oliveira Vianna é cuidadoso, mas parte do 'fato' de que, como no Brasil inexisteriam formas modernas de solidariedade social, essas teriam que ser criadas por um ator 'externo' ao espaço privado. Um ator que teria que ser suficientemente forte para controlar a sociedade, impondo-lhes novas regras de convívio e cooperação [...]. E, como esse objetivo só poderia se materializar na direção do Estado, apenas um novo tipo de Estado, forte e autoritário, portanto não liberal, seria capaz de fazê-lo. Cabendo ao Estado 'criar' a sociedade, segundo uma lógica claramente hobbesiana" (GOMES, 2010, p. 209).

malsãs: objetividade e praticidade seriam os condimentos mais apropriados para tal realidade.

O ceticismo de Torres igualmente pondera que o liberalismo é virtualmente impossível em terras brasileiras, uma vez que o despertar da "consciência nacional" (de onde brotaria a cidadania) reclamaria doses anteriores de autoridade e robustecimento estatal. Em face da ampla aceitação de suas ideias por parte das elites políticas, tais intelectuais ganharam proeminência no Brasil durante os anos 1930, de forma que algumas das suas receitas foram incorporadas às políticas públicas do Estado Novo varguista (1937-45): o corporativismo (Vianna havia discutido o tema detidamente⁴²) torna-se o mecanismo representativo do regime, que vale-se de instrumentos autoritários e antiliberais para forjar a "consciência nacional". Azevedo Amaral, outro intelectual conservador/autoritário daquele período, sintetiza o papel do Estado Novo:

A ideologia do Estado Novo envolve a determinação de certas finalidades para onde deve encaminhar-se a Nação, o que implicitamente acarreta para o Estado uma função educativa [...]. Isto não apenas na acepção pedagógica da função educadora, mas no sentido da plasmagem de uma consciência cívica caracterizada pela identificação com a ideologia do regime [...]. A missão dos intelectuais é sutil. Emergidos da coletividade como expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo, os intelectuais são investidos da função de transmitir às massas, sob forma clara e compreensível, que nelas é apenas uma ideia indecisa e uma aspiração mal definida (AZEVEDO AMARAL, 1981, p. 272).

Como se percebe, o conservadorismo brasileiro do entre-guerras contrariou a acusação de que a própria natureza do conservadorismo seria reativa. Por meio da transposição de aportes intelectuais à ação política, Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo Amaral – ao lado de nomes como Francisco Campos – moldaram a ordem política como verdadeiros "pilares da ideologia do Estado Nacional" (OLIVEIRA, 1982, p. 31). Ademais, conforme será sublinhado no próximo capítulo, o estatismo presente na obra destes autores encontra ressonância na concepção de extratos significativos da sociedade brasileira na contemporaneidade, erigindo um conservadorismo próprio, ao qual se somam outros elementos.

⁴²Entretanto, o corporativismo do Estado Novo não teria se materializado segundo os moldes elaborados por Vianna, conforme salienta Costa (1993). De fato, para além da forma que efetivamente vigorou, temos um indício da "derrota" de Vianna nessa questão quando o mesmo deixa o influente cargo que exercia no Ministério do Trabalho (órgão diretamente associado ao corporativismo estadonovista) e torna-se conselheiro do Tribunal de Contas da União, um posto importante, mas bem menos influente no que tange ao corporativismo e às altas esferas das decisões políticas de um modo geral.

Contudo, o estatismo e a ideia de "Estado Pedagogo" – também verificados na inclinação reacionária do conservadorismo – gozam de pouco entusiasmo entre outras correntes do pensamento conservador. Não é outro o caso do conservadorismo liberal, que será avaliado a seguir.

1.5 Linhagens do pensamento conservador: as inclinações liberais

Em última análise, o liberalismo emerge como força política após a Revolução Inglesa seiscentista, operando como novo marco para gerir uma sociedade que abandonara as estruturas tradicionais que vigoravam desde o feudalismo. Nesta nova realidade, cabia ao Estado a garantia da propriedade e da liberdade individual, sob a égide do governo parlamentar/representativo, consubstanciado na democracia e na economia de mercado. Julgando que o homem teria se emancipado dos preconceitos tradicionais impostos por cosmovisões sociais fortemente impregnadas pela religiosidade de outrora, o liberalismo então receitou o respeito às escolhas individuais, da economia ao estilo de vida. Assim, a abstenção do Estado, que assume a laicidade e se autolimita, eleva-se à condição de princípio. O liberalismo, portanto, define-se, na teoria e na prática, como uma filosofia fundamentalmente moderna, que se associa com o espírito de um tempo que, *a priori*, pretende-se inimigo das ideias totalizantes e aposta na razão, na tolerância e na libertação das vontades individuais como elementos promotores da justiça e do progresso.

Tendo como foco o conservadorismo, a presente tese renuncia à realização de um esforço de compreensão densa do liberalismo. Somando-se ao fato de que descrições do fenômeno liberal podem ser encontradas em obras célebres publicadas por apologetas⁴³ ou pesquisadores acadêmicos credenciados, há o problema de que o liberalismo, como o conservadorismo, adquire cortes diversos, sendo permanentemente suplementado por novos aportes conforme se estendem o espaço e o tempo⁴⁴.

⁴³Pensem em nomes de referência, como John Locke, Adam Smith, Stuart Mill, Friederich Von Hayek e Ludwig Von Mises.

⁴⁴Mateucci nos assegura que "[...] ontem como hoje, os diferentes partidos com o nome e com as ideias liberais ocuparam nos agrupamentos parlamentares posições bastante diversificadas: conservadoras, centristas, moderadas, progressistas. Ainda hoje a palavra liberal assume diferentes conotações conforme os diversos países: em alguns países (Inglaterra, Alemanha), indica um posicionamento de centro, capaz de mediar conservadorismo e progressismo, em outros (Estados Unidos), um radicalismo de esquerda defensor agressivo de velhas e novas liberdades civis, em outros, ainda (Itália), indica os que procuram manter a livre iniciativa econômica e a propriedade particular. Por isso, um destacado pensador liberal (F. A. Hayek) propôs renunciar ao uso de uma palavra tão equívoca" (MATEUCCI, 1998, p. 688).

Por isso, não chega a causar espanto que o liberalismo seja vislumbrado como uma corrente à "esquerda" do espectro político em países como os Estados Unidos, ao passo que em outros contextos, como no caso brasileiro, os grupos liberais sejam associados à "direita". Tal flutuação não ocorre com o conservadorismo, que é invariavelmente posicionado à direita do *continuum* ideológico: conservadorismo e socialismo, conservadorismo e progressismo, conservadorismo e esquerdismo, conservadorismo e anarquismo, são casais impensáveis⁴⁵. Contudo, a combinação entre conservadorismo e liberalismo não só é viável como caracteriza diversos grupos e partidos políticos na contemporaneidade. Em que medida haveria uma fronteira demarcada entre liberalismo e conservadorismo? Ou, em sentido inverso: Quais seriam os pontos de convergência que facultam a associação entre as duas concepções?

A primeira questão pode ser respondida a partir da avaliação dos valores próprios que podem distinguir interpretações de conservadorismo e liberalismo, ao passo que a segunda se clarifica quando se analisam conjecturas históricas singulares que promoveram a aproximação entre as duas correntes. O trabalho de Russel Kirk, ícone do moderno conservadorismo estadunidense, é funcional para tal reflexão. Em *The Politics of Prudence*, Kirk elenca seus famosos "dez princípios do pensamento conservador". Ainda que tenha sido obra de um autor isolado, a redação, pela clareza e poder de síntese, tornou-se referência para algumas das atuais definições do conservadorismo e serve também para o propósito de compará-lo com o liberalismo. Um desses princípios seria o de que os "conservadores estão convencidos de que a liberdade e a propriedade são intimamente relacionadas" (KIRK, 1993). Kirk assinala que se separássemos

[...] a propriedade da posse privada, o Leviatã se transformará no mestre de todos. Por sobre as fundações da propriedade privada são erigidas grandes civilizações. Quanto mais difundida for a posse da propriedade privada, mais estável e produtiva será uma comunidade. Nivelamento econômico, creem os conservadores, não é sinônimo de progresso econômico. Acumular e gastar não são os principais objetivos da existência humana; mas uma base econômica sadia para o indivíduo, a família e a comunidade deve ser almejada (idem).

Abre-se neste ponto um canal de diálogo bastante pacífico entre conservadores e liberais. A propriedade privada é concebida por ambos como um item natural, que proporciona o desenvolvimento individual e corrobora inclusive para a prosperidade social. Com efeito, John Locke, um dos pais do liberalismo, advoga que, sendo os bens terrenos a

⁴⁵No entanto, não é descabido falar-se em "social-liberalismo" ou "anarco-liberalismo", nomes pelos quais se identificam algumas facções políticas nos dias que correm.

nós ofertados por Deus para livre usufruto, caberia ao homem transformá-los e apropriá-los: "os homens podem vir a ter uma propriedade em diversas partes daquilo que Deus deu em comum à humanidade, e isso sem nenhum pacto expreso por parte de todos os membros da comunidade" (LOCKE, 1998, p. 405-406). Empregando seus esforços pessoais na transformação e salvaguarda dos bens, o proprietário legitima sua propriedade como prolongamento da essência livre daquele que a conquistou. Por isso, "com o pensamento lockiano, liberdade e propriedade se haviam convertido em termos quase indissociáveis" (KUNTZ, 1997, p. 2). Locke considera que

O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele (indivíduo). Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens (LOCKE, 1998, p. 45)⁴⁶.

O conservadorismo, desde Hooker ou Burke, não parece erigir anteparos a essa concepção. Para além disso, outra convergência diz respeito à desconfiança em face do poder estatal, que deve ser balanceado e limitado pelas comunidades. Embora seja evidente que boa parte dos reacionários tradicionalistas teça críticas contundentes a essa ideia, Kirk reitera que "em uma comunidade genuína, as decisões que afetam mais diretamente a vida dos cidadãos são feitas localmente e voluntariamente" (KIRK, 1993). As instâncias organizadas da sociedade organicamente exprimem suas demandas, de modo que as necessidades são forjadas pelos próprios indivíduos afetados. Porém, alerta Kirk, "quando estas funções passam, 'naturalmente' ou por usurpação, à autoridade central, a comunidade estará em sério perigo" (idem).

Realmente, a limitação do Estado e as precauções diante da tirania são bandeiras centrais do liberalismo. Se Kirk sustenta que "um estado onde um indivíduo ou pequeno grupo seja capaz de dominar a vontade de seus concidadãos sem qualquer supervisão, será despótico, seja denominado monárquico, aristocrático ou democrático" (ibidem), Hayek argumenta que "o governo ilimitado é o supremo mal, e ninguém é qualificado para empunhar um poder ilimitado. Os poderes da moderna democracia seriam ainda mais intoleráveis nas mãos de alguma pequena elite" (HAYEK, 1960, p. 13, tradução nossa).

⁴⁶Adam Smith, à sua maneira, associa-se aos argumentos de Locke: "os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos ordinários, são as mais vantajosas para a sociedade [...]. Sem qualquer intervenção da lei, os interesses e os sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível, na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade" (SMITH, 1983, p. 104).

À limitação do Estado o liberalismo acrescenta o individualismo (em oposição ao coletivismo). Embora o individualismo seja relativo para fatias expressivas dos conservadores (que preferem exaltar o *modus vivendi* do comunitarismo, dos "pequenos pelotões" e da superioridade da sabedoria armazenada por uma coletividade em relação às pretensões individuais de mudança), Kirk considera que o pensamento conservador se opõe ao "processo uniformizante que é hostil à liberdade e à dignidade humana" (KIRK, 1993)⁴⁷.

Finalmente, a defesa da democracia e do governo representativo traduz as intenções de todos os liberais⁴⁸ e das correntes majoritárias do conservadorismo na atualidade. Caso se recorra a outro trabalho de Kirk, *The Conservative Mind*, verificar-se-á que o autor pondera que no íntimo da mentalidade radical/revolucionária está o "desgosto pelos velhos arranjos parlamentares" (KIRK, 2001, p. 10). Em contrapartida, a democracia opera como antídoto à tirania, ainda que o emprego do termo não seja imprescindível: "nós podemos chamar esse governo de 'democracia', se preferires, embora eu pense que estaríamos distorcendo a palavra. Ele pode ser chamado simplesmente de um governo que prefere princípios à ideologia, variedade à uniformidade, balanço à onipotência" (KIRK, 1960, p. 160, tradução nossa).

1.6 O caso do neoconservadorismo⁴⁹

Não é novidade que na práxis política do liberalismo a apologia da democracia parlamentar seja bastante difundida, o que, como vimos, só não foi integralmente acatado por correntes mais ou menos marginais do conservadorismo histórico. No entanto, fatos específicos do século XX fizeram com que os princípios do governo representativo fossem bandeiras cardeais também pelos grupos dominantes do conservadorismo hodierno. A ascensão dos regimes totalitários de esquerda e lógica da Guerra Fria contribuiu ainda mais para aproximar grande parte dos liberais e conservadores, e tudo então levava a crer que os eventuais pontos de divergência entre ambos os grupos sucumbiriam no futuro próximo em virtude do consenso de que era preciso unir forças para combater a ameaça comunista.

⁴⁷Mais uma vez os tradicionalistas reacionários não comungam desta ideia, uma vez que a uniformidade, sob a égide de uma verdade moral transcendente, é para eles um alvo a ser perseguido. Ainda que o totalitarismo à direita certamente seja igualmente repudiado, liberalismo e conservadorismo convergem especialmente na crítica à uniformização inerente ao marxismo, ponto demasiado óbvio para ser aqui pormenorizado.

⁴⁸Exceção poderá ser feita, talvez, ao anarco-liberalismo.

⁴⁹Uma versão deste tópico foi publicada pelo autor sob a forma de artigo (ver QUADROS, 2014).

Contudo, a corrente conhecida como "neoconservadorismo" provoca a primeira grande fissura na aliança. Tendo como berço os Estados Unidos, o neoconservadorismo foi inicialmente formado por liberais⁵⁰ descontentes com o assistencialismo estatal e com a falta de assertividade na política externa em relação à Moscou. Com efeito, as ações iniciais mais consistentes daqueles que seriam conhecidos apenas posteriormente como neoconservadores se processam através da discussão promovida pela *National Review*⁵¹ (mais abertamente "à direita") e pela *The Public Interest*⁵² (liberais descontentes), tendo como norte a preocupação com os rumos do conservadorismo e da política estadunidense em particular.

O movimento ganha força considerável a partir da década de 1970, quando coopta parcelas importantes da *intelligentsia* norte-americana, acentua seu anticomunismo e concilia a moralidade tradicionalmente defendida por grupos conservadores com o liberalismo econômico e com a democracia, apelos que centralizaram as ações de órgãos como o *Committee on the Present Danger*.

Finalmente, o neoconservadorismo se torna um *player* decisivo na década seguinte, com o advento do governo Reagan. No âmbito de um visível processo de enfraquecimento da União Soviética, onde a Guerra Fria rumava para o esgotamento e para o triunfo do bloco liderado pelos Estados Unidos, a bipolaridade que caracterizava a ordem internacional desde 1945 cedia lugar à emergência de um mundo unipolar no qual o capitalismo e a democracia liberal despontariam como únicos arranjos aceitáveis, levando autores como Fukuyama (1992), no auge da excitação, a decretarem o "fim da história".

Embebidos por esse entusiasmo, os neoconservadores norte-americanos recebem o acréscimo formal de um ator que plasmaria sua identidade: a direita religiosa. Entidades como a *Moral Majority*, *The Religious Roundtable* e *Christian Voice*, bem como agremiações religiosas de inclinação conservadora (sobretudo igrejas evangélicas de

⁵⁰No sentido em que o termo é utilizado nos Estados Unidos.

⁵¹A revista foi fundada em 1955 e desde então se consolidou como importante *locus* para o fluxo das ideias conservadoras nos Estados Unidos. Apesar disso, muitos consideram que os verdadeiros precursores do neoconservadorismo são os chamados *intelectuais de Nova Iorque*. Ainda na década de 1930, esse grupo de artistas e literatos confessadamente marxista passa a repudiar o stalinismo. Marginalizados pela esquerda, são paulatinamente atraídos pelos grupos conservadores e neles se fundem, especialmente com a intensificação da Guerra Fria e o combate geopolítico desencadeado pelos EUA em face do Estado Soviético (BLOCH, 1997).

⁵²Criada em 1965. Nas palavras do fundador da revista, Irwin Kristol, "Embora a fundação da *The Public Interest* seja, em geral, vista como a origem do "neoconservadorismo" [...], o grupo principal que se reunia em torno da revista ainda se via como liberal, ainda que de uma tendência dissidente e revisionista. Eu era o mais conservador de todos" (KRISTOL, 1995, p. 31, tradução nossa).

"renascidos"⁵³), tornam-se aliadas naturais dos "neocons". Contrários à dinâmica que então guiava o *welfare state*⁵⁴, neoconservadores e religiosos de direita concordavam que os Estados Unidos haviam sido mergulhados em uma crise moral justamente porque as políticas democratas ultrajavam o papel da família e da religião, promovendo a licenciosidade moral, a contracultura, o assistencialismo, o inchaço excessivo do Estado e a complacência com a criminalidade.

A partir disso, o liberalismo propriamente dito torna-se alvo de aguda contestação, na esteira da contribuição de intelectuais como Leo Strauss e Gertrude Himmelfarb, que denunciaram o descaso moral que seria inerente às doutrinas liberais⁵⁵. A sociedade norte-americana, em síntese, estaria sendo induzida ao desprezo pelos valores judaico-cristãos tradicionais, perdendo sua identidade e sua fortaleza. Esse discurso certamente obteve vultosa audiência, e o grupo neoconservador/direita religiosa ingressa em um novo patamar de prestígio político: "tanto para os neoconservadores, como para a direita Cristã, os anos 1980 foram de consolidação de suas posições. A chegada de Ronald Reagan à Casa Branca sinalizou a possibilidade de pôr em prática algumas de suas principais propostas" (FINGUERUT, 2009, p. 127). Com efeito, inúmeras e variadas bandeiras dos conservadores parecem ter encontrado em Reagan um denominador comum:

Todas essas correntes da Direita norte-americana vieram a se aglutinar na campanha republicana que culminou com a vitória de Reagan em 1980. Elas se unificavam em torno de um credo conservador que era comum a todas as tendências e que forneceu o reforço ideológico e o apoio político e financeiro ao Partido Republicano de Reagan: defesa da propriedade privada e da liberdade de empresa; combate ao comunismo e ao socialismo; defesa de uma forte presença dos Estados Unidos no mundo, baseada na sua superioridade na América e no Ocidente; crença no cristianismo ou no judaísmo; valores baseados na moral tradicional; e hostilidade ao positivismo e ao relativismo (GROS, 2003, p. 30).

⁵³Os "born again" são como são conhecidos os cristãos convertidos nos Estados Unidos. Quando se aceita Jesus Cristo, o crente adquire simbolicamente uma vida nova, renasce.

⁵⁴Embora os primeiros neoconservadores tenham sido críticos severos do *welfare state*, há uma interpretação diferente a partir da proclamação do "compassionate conservatism", como veremos nos próximos parágrafos. Nesse sentido, os neoconservadores "também rompem com os conservadores tradicionais na arena da política interna ao fazerem as pazes com o *welfare state*, contra o qual os conservadores têm declarado guerra durante décadas" (STELZER, 2004, p. 20, tradução nossa).

⁵⁵Os efeitos da neutralidade moral que costumam vigorar sob o liberalismo foram percebidos também por T. S. Eliot, outro destacadíssimo poeta e intelectual conservador: "através da destruição dos hábitos sociais tradicionais do povo, através da dissolução de sua consciência coletiva natural em constituintes individuais, através do licenciamento da opinião dos mais néscios, através da substituição da instrução pela educação, através do encorajamento da esperteza em vez da sabedoria, do sucesso rápido, em vez da qualificação [...] o liberalismo pode preparar o caminho para aquilo que é a sua própria negação: o controle artificial e brutal, que é o remédio desesperado para o caos" (ELIOT, 1946, p. 77).

Contudo, se Reagan havia contribuído para o êxito de algumas das ideias também dos "neocons"⁵⁶, o movimento ganharia um fôlego definitivo anos depois, quando George W. Bush ascende ao poder e inicia uma série de políticas públicas claramente simpáticas aos seus apelos (e da direita religiosa). A proposta de um "conservadorismo solidário" (*compassionate conservatism*)

[...] põe fim àquela que, durante um longo período do tempo, tinha sido a maior retórica do Partido Democrata, a sua reivindicação declaradamente vazia do monopólio no cuidado dos mais desfavorecidos. Trata-se de um extraordinário movimento de jiu-jitsu político (MAGNET, 2007, p. 104).

Mas os neoconservadores, incorporando o princípio de que a atenção aos pobres deve ser uma causa política, tratam a questão sob um prisma totalmente diverso daquele que guiara o Partido Democrata nos Estados Unidos. De acordo com Stelzer, "Bush escolheu o termo '*compassionate conservatism*' para descrever sua própria concepção de conservadorismo, valendo-se do título de um dos grandes livros da professora Himmelfarb, *Poverty and Compassion: The Moral Imagination of the Late Victorians*" (STELZER, 2004, p. 19, tradução nossa). A lógica norteadora do livro é a de que a autêntica promoção do bem muitas vezes depende da adoção de instrumentos que ordinariamente podem soar amargos. Nesse sentido, a eficácia do bem e da ajuda aos carentes deve estar à margem das sensibilidades daqueles que estão tentando servir. Logo, os benefícios sociais conferidos pelo Estado aos pobres deveriam ser cortados a fim de incentivar as pessoas a saírem da pobreza por meio do esforço pessoal e da mudança de mentalidade. Quando o pobre se liberta moral e economicamente da dependência estatal, o remédio, que a princípio seria amargo, mostra-se eficaz e produz o verdadeiro bem. Conduta similar, concluem os neoconservadores, deve ser adotada diante do crime: punindo-se rigorosamente as condutas

⁵⁶ Seymour Lipset não avaliza inteiramente essa concepção, e observa que "o termo 'neoconservador' rapidamente se tornou parte do discurso político. Muitos, particularmente fora dos Estados Unidos, não sabiam que a palavra se aplicava a intelectuais esquerdistas e liberais (no sentido americano) que eram ferozmente anticomunistas, encontrando-se separados da comunidade liberal por razões de política externa, mas mantendo-se apoiantes do Estado-Providência planejador das políticas do *new deal*. [...]. Algumas dessas pessoas foram subsequentemente designadas por Reagan para ocuparem cargos no Departamento de Estado e Defesa, embora não em áreas de política interna, onde discordavam de Reagan. Ironicamente, os europeus, canadinos e outros não americanos, ignorando estes antecedentes, começaram a presumir que 'neoconservador' significava apoiante das políticas internas de Reagan, anti-estatistas, de redução do Estado" (LIPSET, 2007, p. 17-18). No entanto, a afirmação de Lipset é controversa, se considerarmos, por exemplo, que um dos principais planos de redução de impostos da administração Reagan (e que, portanto, trazia consigo a diminuição do Estado e dos recursos aos programas assistenciais), a proposta Conable-Hance, foi apoiada por neoconservadores como o próprio Kent Hance, um dos autores da proposta. Hance, seguido de outros *neocons*, pertenceu ao grupo dos *bool-weevil*, democratas do sul que esposavam ideias conservadoras e que estiveram na origem do movimento. Ademais, as políticas de Reagan no sentido de inibir o aborto e promover orações nas escolas públicas claramente se sintonizaram com as demandas dos *neocons*. Logo, é difícil sustentar que a concordância entre Reagan e os neoconservadores limitava-se à política externa.

criminosas, os potenciais praticantes do ilícito seriam dissuadidos, e a sociedade estaria lhes fazendo um bem. Em resumo, "o ponto de partida do neoconservadorismo é: aceitar o *welfare state*, sim; mas também retrocedê-lo às suas raízes vitorianas para concentrar recursos nos pobres que fazem por merecer" (idem, p. 20, tradução nossa).

Com base nesta concepção, a administração Bush promove, por exemplo, a reforma no sistema previdenciário norte-americano (a fim de introduzir a lógica da responsabilidade individual e da ética do trabalho ao invés de simplesmente ofertar pensões gratuitamente aos pobres), programas federais de incentivo à abstinência sexual antes do casamento (com o intuito de frear o aumento dos contingentes dependentes do Estado e fomentar a responsabilidade da paternidade e do casamento), o subsídio estatal para suportar as ações sociais de grupos cristãos, os "cheques-educação" (que permitem que os pais escolham as escolas em que seus filhos estudarão, esquivando-se do ensino público e abrindo margem à matrícula em escolas confessionais) e a política de "tolerância zero" diante da criminalidade, já que "quando antigos bairros dominados pelo crime são policiados dessa forma e a ordem regressa, a sociedade civil pode começar a estender suas asas" (MAGNET, 2007, p. 109).

No bojo de tais propostas emergem alguns dos principais pontos de divergência entre correntes do conservadorismo e do liberalismo na atualidade. O contraste se dá sobretudo devido à ideia neoconservadora de que seria imperativo moralizar a vida pública, fomentando os valores judaico-cristãos através do apoio aos movimentos religiosos, em detrimento de uma ótica materialista que estaria denegrindo o autêntico sentido da sociedade estadunidense. Em outras palavras, o alardeado *american way of life*, baseado no consumo materialista, no individualismo e na licenciosidade moral, deveria ceder espaço à ética cristã. Os hábitos cosmopolitas que campeiam nas grandes metrópoles se chocam com os sentimentos da "América Profunda", religiosa e tradicional. Como consequência, os atores políticos não poderiam ficar inertes.

Assim, "o conservadorismo solidário tomou parte nas guerras culturais" (MAGNET, 2007, p. 108), e a política conservadora (re)adquire novos objetivos que estão muito além daquele limitado remédio destinado a amainar a imperfeição humana, o que justifica o governo para pensadores como Oakeshott. Como pondera Irving Kristol, "alargando a visão conservadora para incluir a filosofia moral, a filosofia política e mesmo o pensamento religioso, ajudou-se a tornar o conservadorismo politicamente mais sensível e politicamente

mais atrativo" (KRISTOL, 1995, p. 37). A modificação era necessária porque se enfrenta de uma guerra ideológica ativa:

Os extremistas da contracultura desapareceram por volta de 1976, mas os resíduos são mais duradouros. Seus efeitos sobre aquilo que tem sido chamado de política liberal foram profundos. A contracultura era muito mais ampla do que o movimento pacifista com o qual foi associada, e, acredito, constituiu uma rejeição arrebatadora às atitudes, valores e objetivos tradicionais americanos. A contracultura submetia praticamente todos os aspectos da vida e da cultura norte-americana à crítica e ao repúdio (KIRKPATRICK, 2004, p. 235, tradução nossa).

Mas as críticas dos *neocons* não se limitam aos movimentos da década de 1960 (*hippies, Nova Era, "Maio de 1968"*). Se a América cristã e os "valores e objetivos tradicionais americanos" estão em perigo, o neoconservadorismo empregará todos os meios necessários para defendê-los no campo das ideias e não perderá a oportunidade de mantê-los vigorosos quando ascender ao governo. A ação política, pois, tem um dever moral com Deus e com as tradições éticas da religiosa América dos antepassados, dos *Founding Fathers*, já que "moralidade e poder americano eram indissociavelmente ligados à luz da concepção tradicional" (idem, p. 236, tradução nossa).

Para além de êxitos relativos na formatação da agenda política, essa modalidade de proselitismo político se intensifica ainda mais nos Estados Unidos após os atentados terroristas de setembro de 2001. Diante da ameaça vinda de facções islâmicas jihadistas, a direita religiosa, em parceria com o conservadorismo estadunidense, responde com a sua própria bandeira de combate: a democracia e os valores cristãos ocidentais têm abrangência universal e devem ser implantados mesmo que para tanto seja preciso arcar com o ônus do enfrentamento militar. Assim, os neoconservadores "colocam sua fé não em pedaços de papel, mas no poder, especificamente no poder dos Estados Unidos", já que "os neoconservadores de fato acreditam que democracia e liberdade são melhores para a vida das pessoas. Mas eles vão além do mero dogodismo e argumentam que ao difundir a democracia o ocidente assegura a manutenção de uma ordem mundial próspera e segura", especialmente porque "pessoas de todos os lugares compartilham valores ocidentais e desejam a liberdade na forma como esse termo é entendido no ocidente"⁵⁷ (STELZER, 2004, p. 10, tradução nossa). Em outras palavras,

⁵⁷Contudo, no próprio livro organizado e introduzido por Stelzer há argumentos um tanto diversos, à medida que valorizam instrumentos como o *soft power* norte-americano e a necessidade de se criar uma cultura capaz de acolher a democracia antes de simplesmente impô-la a povos que convivem reiteradamente com o autoritarismo (ver, no mesmo livro, o ensaio de George Will, *The Slow Undoing: the assault on, and the underestimation of, nationality*). É redundante referir que correntes mais pluralistas do conservadorismo – e

Os neoconservadores se opõem a todos os totalitarismos: ‘ontem a Alemanha nazista e a URSS, hoje o islamismo’. Eles são os campeões da exportação agressiva de valores que eles chamam de ‘americanos’, mas que são quase indistinguíveis do pacote da modernização: liberdades individuais, democracia, segurança coletiva, etc. Acreditam que o expansionismo democrático poderia derrotar os terroristas. Embora sua influência tenha sido exagerada, os ‘neocons’ pressionaram a favor da guerra no Iraque, que logo se tornou o símbolo da ‘cruzada democrática’ proclamada por Bush. (DEMANT, 2004, p. 17).

Nasce daí um modo bastante enérgico de se implantar a política externa, que contou com inúmeros adeptos no interior do Partido Republicano (lembremo-nos da ascensão do *Tea Party*) e na sociedade civil estadunidense. Ainda que a democracia e o livre mercado sejam demandas permanentes, o neoconservadorismo aposta especialmente no chamado "excepcionalismo americano"⁵⁸ fundamentado pela moral religiosa que se insere no campo político, relativiza certos dogmas do Estado laico e outorga nova conotação à ideia de liberdade:

O conceito de liberdade humana como uma característica que define o conservadorismo – característica que foi energicamente defendida por Barry Goldwater, Margaret Thatcher e Ronald Reagan – lentamente foi-se desviando em direção a uma insistência na ‘remoralização da América’ e também no resto do mundo. ‘Remoralizar’ o mundo também significava exportar agressivamente a democracia *made in América* onde fosse possível (SULLIVAN, 2010, p. 164).

Trata-se, enfim, de uma forma de conservadorismo apenas parcialmente liberal, à medida que entende que a função do Estado é algo mais do que apenas manter as liberdades individuais. Para o neoconservadorismo, ressalte-se mais uma vez, a política é verdadeiramente missionária: além de manter as instituições tradicionais, deve moralizar as sociedades a partir dos ensinamentos divinos.

No entanto, a dinâmica da ação política da direita religiosa não ficou totalmente restrita aos Estados Unidos. Como veremos nos próximos capítulos, fragmentos desta cosmovisão, reorganizados e adaptados, se fazem presentes em outros contextos, inclusive no Brasil. Embora adquira traços próprios, o conservadorismo brasileiro não deixa de apresentar elementos análogos àqueles presentes nas demais linhagens do pensamento conservador examinadas até aqui.

muitas delas flertam mesmo como o relativismo – consideram que as especificidades culturais de cada povo devem ser respeitadas antes de tudo, porque refletem suas tradições (um bom reflexo dessas correntes está visível nos argumentos de O’Donovan, 2007).

⁵⁸A ideia original acerca do excepcionalismo norte-americano está em *A Democracia na América*, clássica obra de do conde de Tocqueville que foi publicada ainda na primeira metade do século XIX.

2 O CONSERVADORISMO LATENTE: AS CRENÇAS DOS BRASILEIROS POR ELES MESMOS

Na seção anterior, mapeamos, em sentido *lato*, as bases teóricas do conservadorismo, bem como seus enquadramentos, seus possíveis princípios e sua aplicabilidade na política, de modo que se concluiu, por exemplo, que o conservadorismo se manifesta em duas frentes diferentes e nem sempre conjuntas: no modo de compreender a vida e na visão política propriamente dita. Para tanto, analisamos o pensamento de Edmund Burke e algumas das correntes que herdaram a *praxis* conservadora ou interpretaram-na com base em elementos ou ênfases mais ou menos singulares. Embora a menção de pontos em comum entre todas as correntes não deixe de ser razoável⁵⁹, observa-se que o conservadorismo é bastante plural, partindo da ojeriza de Burke ao jacobinismo, ao racionalismo e à ruptura, passando pelo reacionarismo radical e reversionista de nomes como De Maistre e Maurras, pelo ceticismo político bem representado por Voegelin, pela inclinação secular e quase psicológica de Oakeshott, pelas convergências com o liberalismo, e pelo neoconservadorismo, que sem aderir ao reversionismo antissistêmico dos reacionários, considera, por exemplo, que a promoção dos valores morais (às vezes de ordem religiosa) constitui um dever político no âmbito de uma "guerra cultural".

Entretanto, a apreciação conceitual do conservadorismo em si não fornece subsídios suficientemente consistentes para o enquadramento do contexto específico que envolve o Brasil contemporâneo. Nesse sentido, se desejarmos aplicar os próprios preceitos caros para alguns conservadores – segundo os quais o que importa "é a tradição de uma sociedade particular", já que "a identidade continuada é ela mesma a justificação suprema para as estruturas políticas que a expressam" (O'DONOVAN, 2007, p. 64) –, é imperativo considerar a sociedade e a vida política brasileira em sua singularidade. Se o conservadorismo é plural em relação aos seus apelos, também provavelmente o será no espaço específico de uma nação.

⁵⁹Huntington chega a considerar que "mais do que qualquer ideologia política, o conservadorismo pode ser condensado em um breve catálogo de princípios ou conceitos que constituem o catecismo comum a todos os pensadores conservadores" (HUNTINGTON, 1957, p. 469, tradução nossa).

A fórmula se torna funcional também porque é visível que no Brasil foi escassa a presença de autores autóctones que realmente tenham contribuído de forma marcante para a discussão teórico-filosófica do conservadorismo. Com efeito, nomes como Visconde do Uruguai, Joaquim Nabuco, Farias Brito, Miguel Reale, Gilberto Freyre, Otto Maria Carpeaux⁶⁰, Roberto Campos, Gustavo Corção, Mário Ferreira dos Santos, Golbery do Couto e Silva, Nelson Rodrigues e os já citados Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo Amaral⁶¹, mantiveram-se distantes da reflexão em torno do sentido epistemológico do conservadorismo. Foram, é verdade, em alguma medida conservadores, mas é apenas o viés desse conservadorismo, como modelo de abordagem e de julgamento, que transparece em suas respectivas produções intelectuais. Já que *A Consciência Conservadora no Brasil*, de Paulo Mercadante, é uma formidável exceção, a intelectualidade brasileira não produziu vasta obra sobre o assunto.

Portanto, se aquela discussão teórica e abrangente se revela crucial para a definição básica de conceitos e para a minimização de imprecisões metodológicas, interpretar os conservadorismos a partir de como eles se manifestam no Brasil atual é ainda mais importante para a presente tese. A consecução deste objetivo não pode se dar apenas ou principalmente com base no exame dos textos de autores brasileiros que tenham sido reconhecidos como conservadores simplesmente porque, repita-se, suas obras pouco versaram sobre o conservadorismo propriamente dito (e menos ainda sobre um eventual modo brasileiro de "ser conservador"⁶²). O sucesso da empresa depende, pelo contrário, da investigação dos posicionamentos políticos, ideológicos e comportamentais adotados pelo homem comum.

Se bem que as contribuições de alguns autores terão enorme valia para a explanação do atual ambiente brasileiro, as fontes consultadas a seguir constituem antes de tudo uma

⁶⁰Embora seja austríaco de nascimento, Carpeaux naturalizou-se brasileiro e no Brasil desenvolveu a maior parte de sua atividade intelectual.

⁶¹As reflexões de Vianna, Torres e Amaral acerca da impossibilidade de uma ordem liberal no Brasil devido aos antecedentes históricos e psicossociais do país parecem fundamentar-se muito mais em uma constatação prática do que em um arcabouço de doutrina conservadora. Com efeito, nenhum dos autores valeu-se abundantemente do vocábulo "conservadorismo" em suas obras. Por conta de sua vinculação mais flagrante ao autoritarismo, é possível pressupor que "o pensamento autoritário, especialmente o que foi escolhido para construção da 'ponte' do período Vargas, não pode ser identificado o tempo todo como conservador. Se para este a tradição deve sempre prevalecer sobre o novo, para a ideologia autoritária, as mudanças sob controle de um Estado fortalecido e centralizador compõem seus parâmetros de análise, e assim, a modernidade é entendida como uma necessidade para que a tradição não se desvirtue em desordem" (MENDONÇA, 2010, p. 2).

⁶²Sob um prisma bastante irreverente (e mesmo anedótico), poder-se-ia afirmar que as célebres crônicas de Nelson Rodrigues talvez tenham se constituído nas análises que mais perto chegaram da interpretação da alma do conservadorismo que dorme no seio da sociedade, do povo brasileiro.

gama de *surveys* elaborados e publicados por institutos de pesquisa que mensuraram a opinião da população brasileira a respeito de temáticas específicas, capazes de refletir, para tomar livremente de empréstimo a linguagem de Oakeshott, uma "disposição" própria.

Com efeito, a hipótese discutida neste capítulo supõe que parcelas expressivas da sociedade brasileira contemporânea, se não transplantam fielmente os imaginários conservadores apresentados na primeira seção, arquitetam uma percepção elaborada intramuros a respeito da política, da moral e dos arranjos sociais como um todo. Essa percepção, no entanto, superaria a distinção entre moral e política, havendo aproximações nos julgamentos dos temas de ambas as áreas. Ainda que em certos aspectos possam ser mais ou menos inconscientes e estranhos ao corpo doutrinário elaborado por alguns dos pensadores clássicos do conservadorismo, essa percepção, pela sua natural singularidade⁶³, faria emergir aquilo que denominamos "conservadorismo à brasileira".

2.1 "Identidade": uma questão inicial

O Brasil é o único país onde prostituta tem orgasmo, cafetão tem ciúme, traficante é viciado, e pobre é de direita.

(Frase atribuída ao cantor Tim Maia)

Conquanto não seja exatamente central para nosso tema, alguma discussão acerca da identidade⁶⁴ brasileira, ainda que breve, se faz necessária. Compreender os arranjos culturais historicamente forjados por um país é tarefa tão complexa quanto forçosa para aqueles que almejam analisar seus dilemas políticos no tempo presente. Em face de tal realidade, esta subseção objetiva apresentar algumas contribuições que se tornaram referenciais para o clareamento da natureza mesma da sociedade brasileira.

Único país lusófono da América Latina, onde descendentes de africanos, europeus, indígenas e asiáticos reiteradamente conviveram em sincretismo cultural e não raro até religioso, o Brasil, com seus diferentes climas, com seus tipos regionais, com seu riquíssimo folclore, com sua culinária muitas vezes exótica, com seus sotaques, com sua diversidade,

⁶³Como é óbvio, o conservadorismo (e todas as outras ideologias) não existe em estado puro e possui marcas distintas de acordo com a realidade na qual está inserido.

⁶⁴Tendo em vista os fins desta tese, abdica-se de investigar o conceito de identidade. Penetrar no terreno dos inúmeros debates sobre o tema que pululam nas Ciências Humanas da contemporaneidade exigiria um esforço teórico desproporcional ao espaço que o conceito possa possuir no presente estudo. Diante disso, visualizar-se-á a "identidade" genericamente, como um conjunto de valores, hábitos e psicologias coletivas que seriam distintivas do Brasil por estarem presentes na sua sociedade ao longo da história.

enfim, é ordinária e acertadamente concebido como uma nação *sui generis*. Oliveira Vianna comunga deste ponto de vista ao sublinhar os desígnios de *Populações Meridionais do Brasil*, sua obra mais debatida:

Todo o meu intuito é estabelecer a caracterização social do nosso povo, tão aproximada da realidade quanto possível, de modo a ressaltar quanto somos distintos de outros povos, principalmente dos grandes povos europeus, pela história, pela estrutura, pela formação particular e original (VIANNA, 1952, p. 13).

Estando a considerar esse universo, Gilberto Freyre, ele próprio um idílico intérprete do Brasil, salientou que a estrutura social brasileira tem no princípio dos "antagonismos equilibrados" o seu motor primeiro:

A tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em 'Princípio de Autoridade' ou 'defesa da ordem'. Entre essas duas místicas – a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente europeia e outros de cultura predominantemente africana e ameríndia. E não sem certas vantagens: as de uma dualidade não de todo prejudicial à nossa cultura em formação, enriquecida de um lado pela espontaneidade, pelo frescor da imaginação e emoção do grande número e, de outro lado, pelo contato, através das elites, com a ciência, com a técnica e com o pensamento adiantado da Europa. Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente a muitos respeito entre a intercomunicação entre duas tradições de cultura. Mas não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical – como diria Sorokin – o regime brasileiro, que em vários sentidos sociais é um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos (FREYRE, 2002, p. 123).

Nesta ótica, o *ethos* brasileiro seria caracterizado pela assimilação de influxos culturais múltiplos, dando gênese a um padrão eminentemente híbrido de convivência coletiva. Em suma, a identidade brasileira fundamentar-se-ia exatamente na ausência de uniformidade, na "fusão harmoniosa de tradições diversas".

Assim como ocorrera na perspectiva adotada por Vianna, o papel desempenhado pelo colonizador português é central na obra de Freyre⁶⁵. Evocando os métodos daquele campo de estudos que batizou de "lusotropicalismo", o autor de *Casa-grande e Senzala* aprofunda a ideia de que os portugueses, como resultado do desenvolvimento histórico de sua pátria (influenciado que foi pelo demorado contato com a gente moura e com outras

⁶⁵Vianna é comumente associado à corrente do "iberismo", entendido como "um código civilizatório, matriz cultural que abrigava uma visão do social avessa ao ordenamento mercantil das relações sociais e ao desencantamento do mundo produzido pela racionalização burocrática da modernidade" (MAIA, 2009, p. 161).

culturas alheias à Europa), implantaram na sua grande colônia americana, como política de Estado, um instrumento de dominação inteiramente heterodoxo: a miscigenação. O português teria sido

[...] o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos. [...] Mas independente da falta ou escassez de mulher branca, o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com a mulher exótica. Para o cruzamento e miscigenação. Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu (idem, p. 265).

As linhas gerais da proposta de Freyre encerram afinidades com outra teoria funcional para a interpretação do Brasil: a antropofágica. Germinada no bojo do turbilhão cultural que viu nascer a Semana de Arte Moderna de 1922, a antropofagia se inspira naquele herético movimento cultural que se dedicou a "algo como uma volta às origens", a algo como o despertar "de uma alma nacional" (GONZAGA, 1994, p. 173). A partir de tão largos fins, o antropofagismo que informou artistas e intelectuais do porte de um Oswald de Andrade amparou-se na arte e na literatura (mas não só) para apregoar que a marca distintiva da sociedade brasileira consistiria na permanente deglutição de culturas (inclusive estrangeiras), sem que tal processo tenha como ônus o abatimento da identidade básica do "ser" brasileiro.

Assim, na senda das cerimônias rituais praticadas por seus ancestrais indígenas⁶⁶, a sociedade brasileira absorveria cotidianamente alimentos culturais que *a priori* lhe são estranhos; mas, ao digeri-los, permaneceria sendo brasileira. O ente antropófago adquire novas dimensões sem deixar de ser, ao fim e ao cabo, o mesmo:

O instinto antropofágico, por um lado, destrói, pela deglutição, elementos de cultura importados; por outro lado, assegura a sua manutenção em nossa realidade, através de um processo de transformação/absorção de certos elementos alienígenas. Ou seja: antes do processo colonizador, havia no país uma cultura na qual a antropofagia era praticada, e que reagiu, sempre antropofagicamente mas com pesos diferentes, ao contato dos diversos elementos novos trazidos pelos povos europeus. É este instinto antropofágico que deve ser agora valorizado pelo projeto cultural defendido por Oswald de Andrade. Ele se caracteriza por defender ferrenhamente a intuição e pelo poder de sintetizar em si os traços marcantes da nacionalidade que garantem a unidade da nação (MORAES, 1978, p. 144).

A aludida unidade nacional paradoxalmente baseada na diversidade e na incorporação de culturas alheias não está presente apenas nas percepções de Freyre e dos modernistas. Manifestando-se no âmbito psicológico e no modo de comportamento, o

⁶⁶Está claro que Oswald de Andrade valeu-se do canibalismo ritual praticado por determinados povos originários do Brasil como analogia para a antropofagia cultural que percebeu na sociedade brasileira que deles descendeu. Como os índios que literalmente comiam seus inimigos a fim de se apropriarem das suas virtudes, os brasileiros digerem as culturas que se instalam em seu meio.

caráter brasileiro realmente seria senhor de predicados próprios, merecendo interpretações também por parte de Sérgio Buarque de Holanda. Em seu consagrado *Raízes do Brasil*, Holanda espousa a tese de que o brasileiro distinguir-se-ia sobretudo pelo protagonismo dos influxos emocionais, dos laços afetivos, do *córdis*, da informalidade, em um concurso de elementos que se consubstanciam no "homem cordial" (HOLANDA, 1984). Tal cordialidade seria visível no trato, nos costumes, em um grau de desleixo, em uma dispare liberalidade que diferenciaria o Brasil⁶⁷.

Contudo, a prática de equilibrar antagonismos, a constante deglutição antropofágica e a cordialidade cotidiana não camuflariam potenciais tensões? A ideia de um Brasil tolerante e múltiplo não poderia ser maculada por traços de inflexibilidade ou mesmo de intransigência? Outras facetas existentes no seio da sociedade brasileira não demoram a emergir, conforme observa Fernando Henrique Cardoso ao avaliar exatamente o conteúdo de *Raízes do Brasil*:

Na verdade, Sérgio está fazendo uma crítica, e não o endeusamento das 'virtudes brasileiras', porque o homem cordial, para ele, é o homem do coração, que se opõe ao homem da razão. E cordial não quer dizer bom, quer dizer da emoção. E a emoção perturba o estabelecimento das regras gerais, formais, democráticas. [...] Com o conceito, Sérgio Buarque está mostrando [...] que esta cordialidade, na verdade, é uma maneira de reter vantagens individuais. Até mesmo nas análises quase antropológicas deste livro admirável [...] aparecem as características dos modos de comportamento no Brasil, que sendo aparentemente muito agradáveis e parecendo romper com fórmulas estabelecidas, na verdade utilizam a displicência e a falta de ordem em benefício dos que são capazes do exercício do poder pessoal (CARDOSO, 1993, p. 28-29).

Portanto, a alacridade benfazeja que por vezes se vislumbra na *psique* brasileira combinar-se-ia com pendores autoritários, com práticas sociais e políticas divorciadas da tolerância. Nesse sentido, a informalidade e o desapego às regras, antes de refletirem uma plasticidade promissora e quase inocente, estariam a serviço da perenização daquela "anarquia branca", daquele "insolidarismo", daquela necessidade que o brasileiro comum teria de buscar refúgio na autoridade de um "senhor", conforme preconizara Oliveira Vianna (1952).

⁶⁷É interessante perceber que essa ideia de liberalidade/cordialidade se transporta inclusive para o plano da política externa, onde certas correntes diplomáticas apostam no *soft power* como instrumento de promoção internacional do país. Nesse sentido, conforme assinalamos em outro trabalho (QUADROS, 2015), a alegada cordialidade da sociedade brasileira passa a ser utilizada como estratégia política também nas instâncias de deliberação internacional, onde o Brasil defenderia a resolução pacífica dos contenciosos mundiais à maneira do seu *modus operandi* interno. Com isso, o país se alçaria à condição de *player* prestigiado e respeitado entre as nações.

De fato, Vianna credita o prestígio e o poder de mando dos velhos caudilhos rurais em boa medida à ineficácia prática das leis e da autoridade do Estado na sociedade colonial brasileira. Submetido a um arcabouço legal inteiramente desigual ("justiça facciosa"), a base da população brasileira, alheia ao "*self-government*" próprio das sociedades anglófonas, não funda laços de solidariedade entre iguais e depende da proteção de um senhor, o "chefe de clã" (VIANNA, 1952). Tem gênese nesta lógica a estrutura autoritária e personalista da nossa política, uma persistente herança colonial.

Com efeito, o problema seminal da "justiça facciosa" parece estar longe de ser um fenômeno restrito aos tempos da dominação lusa. Conforme observa Zaverucha, ainda hoje "vige no Brasil o pluralismo assimétrico jurídico. Surge o governo pela lei (*Rule by Law*), em vez do governo da lei. Ou seja, no Brasil há lei, mas não há Estado de Direito" (ZAVERUCHA, 2005, p. 31). Encontrando-se privada a deusa justiça do véu que lhe conferiria a imparcialidade, as camadas sociais menos favorecidas precisariam burlar o ordenamento jurídico a fim de garantir sua autopreservação, o que subsidia o "jeitinho brasileiro". Roberto DaMatta, outro dos ilustres intérpretes nacionais, sublinha:

Lancei a tese de que o dilema brasileiro residia numa trágica oscilação entre um esqueleto nacional feito de leis universais cujo sujeito era o indivíduo e situações onde cada qual se salvava e se despachava como podia, utilizando para isso o seu sistema de relações pessoais. Haveria assim, nessa colocação, um verdadeiro combate entre leis que devem valer para todos e relações que evidentemente só podem funcionar para quem as tem (DAMATTA, 1986, p. 95-96).

Fenômeno análogo ocorreria com o campo político: a ordem – uma demanda permanente – será mais facilmente alcançada quando o arbítrio de uma liderança individual superior triunfar sobre as leis inócuas, tão inócuas quanto injustas⁶⁸. No escopo de tal raciocínio, DaMatta evoca a noção de que no Brasil a posição social ocupada por determinada pessoa torna-se decisiva para que sejam delimitados seus direitos e deveres. Se nas tradições de outros povos o princípio da real igualdade jurídica se assenta em qualquer circunstância, no Brasil formas de distinção encontram acolhida sem ardentes anteparos. À margem do verniz indulgente que todas as diferenças assimila em calmaria, a personalidade brasileira guardaria ingredientes profundamente hierárquicos e, no sentido literal do termo, discriminatórios. Haveria na paisagem social do país, insista-se, "um verdadeiro combate

⁶⁸Conforme veremos adiante, *surveys* evidenciam que a ordem é vista como um valor em si por parte de expressivas parcelas da população brasileira (mesmo que sua manutenção reclame eventuais remédios autoritários e/ou repressores).

entre leis que devem valer para todos e relações que evidentemente só podem funcionar para quem as tem" (idem, p. 96). Semelhante tensão resultaria em

[...] um sistema social dividido e até mesmo equilibrado entre duas unidades sociais básicas: o indivíduo (o sujeito das leis universais que modernizam a sociedade) e a pessoa (o sujeito das relações sociais, que conduz ao polo tradicional do sistema). Entre os dois, o coração do brasileiro balança. E no meio dos dois, a malandragem, o 'jeitinho' e o famoso e antipático 'você sabe com quem está falando?' seriam modos de enfrentar essas contradições e paradoxos de um modo tipicamente brasileiro (ibidem, p. 96-97).

Não pairam dúvidas de que "você sabe com quem está falando?" é uma sentença com a qual ironicamente *todos* os brasileiros estão familiarizados. Em diversas cenas do dia-a-dia brasileiro, é comum a utilização deste expediente por parte de indivíduos pertencentes às esferas superiores da hierarquia social quando confrontados com imposições legais que estão a infringir. Tais imposições, que *a priori* se ancorariam na impessoalidade das leis, usualmente sucumbem à autoridade histórica arvorada pelo político, pelo abastado, pelo magistrado, pela "celebridade midiática", que ao perguntar "você sabe com quem está falando?", evoca o abismo que o separa daqueles que têm o dever de aplicar as regras. Por sua vez, ciente de que pertence a um nível hierárquico inferior, o policial de baixa patente, o funcionário público subalterno, o guarda de trânsito, supõe que não lhe é conveniente enrijecer. Sua postura deve ser maleável ("jeitinho") a fim de evitar reprimendas, inclusive aquelas que possivelmente irão emanar dos seus próprios chefes, que estando potencialmente irmanados com a pessoa de hierarquia superior que violou a norma, não tolerarão a insolência vinda de um "qualquer", de um "Zé povinho". Em outras palavras, "cada um deve saber o seu lugar". E "para tudo se dá um jeito"...

É evidente que este cenário onde o "jeitinho" se retroalimenta, embora real, não pode ser generalizado. Também é certo que partes importantes da sociedade brasileira contemporânea paulatinamente passam a inclinar-se para percepções diferentes acerca de práticas similares ao "jeitinho". Alberto Carlos Almeida constata tal fenômeno e antevê o advento de uma nova clivagem:

Nossa pesquisa mostrou que Roberto Da Matta está essencialmente correto. O Brasil é hierárquico, familista, patrimonialista e aprova tanto o 'jeitinho' quanto um amplo leque de comportamentos similares. Porém, uma qualificação importante precisa ser feita. O país não é monolítico. É uma sociedade dividida entre o arcaico e o moderno (ALMEIDA, 2007, p. 275).

Se DaMatta, como demonstramos, avista um sistema dividido entre o indivíduo formal e a pessoa real, Almeida sustenta que a sociedade brasileira atual teria duas

personalidades distintas cultural e economicamente: a "moderna" (formada por pessoas acostumadas aos hábitos cosmopolitas, escolarizadas e com renda mais elevada) e a "arcaica" (pessoas que praticam costumes tradicionais, pouco escolarizadas e com baixa renda). Caso esteja inserido entre os modernos, o indivíduo será "impessoal, contra o jeitinho brasileiro; contra punições ilegais, como linchamentos e o estupro, na cadeia, de criminosos condenados pelo mesmo crime, refratária à crença de que o destino está completamente nas mãos de Deus" (idem, p. 25). Entretanto, há aqueles que vislumbram essas questões por outro ângulo. O indivíduo pertencente aos "arcaicos" é, pois, "personalista, a favor do jeitinho brasileiro e do cumprimento da Lei de Talião" e defende "a crença de que o destino dos homens está nas mãos de Deus" (ibidem, p. 26).

Embora Almeida saliente (evasivamente) que o emprego do termo "arcaico" não encerraria qualquer intenção pejorativa, não é preciso muito esforço para constatar que há uma tendência de se formar um juízo menos elogioso das pessoas assim classificadas justamente devido à alcunha escolhida pelo autor. A palavra "arcaico", com efeito, supõe a noção de ultrapassado, obsoleto, retrógrado, e soa arbitrário rotular as pessoas desse modo. Por isso, parece não ser fonte de equívoco substituí-la pelo termo "tradicional", de forma que se evite qualquer mal-entendido.

O grupo que, portanto, chamaremos de "tradicional" atrai a atenção da presente tese por dois motivos: porque constituiria a maioria da população e porque é a alma do "conservadorismo à brasileira". De fato, as 2.363 entrevistas realizadas pela Pesquisa Social Brasileira (a qual forneceu a base de dados de *A Cabeça do Brasileiro*) atestam que esse grupo definitivamente não está em minoria. Ademais, grande parte dos valores defendidos por essa porção dos cidadãos pode ser reconhecida como próxima aos princípios de determinados conservadorismos.

Em que medida essas aproximações de fato são viáveis? A histórica miscigenação social brasileira teria produzido uma visão tolerante e conciliatória no universo das crenças e atitudes políticas? Por outro lado, se poderia associar a sociedade brasileira à defesa de comportamentos liberalizantes também no campo moral? Vigoraria no Brasil a máxima de Oakeshott, segundo a qual "não é de todo contraditório ser-se conservador relativamente ao governo e radical relativamente a todas as outras atividades" (OAKESHOTT, ?, p. 28)? Enfim, se há um conservadorismo à brasileira, quais são seus ingredientes? Almeja-se, direta ou indiretamente, discorrer acerca dessas questões nas linhas seguintes.

2.2 O conservadorismo no Brasil para além dos intelectuais

Mensurando a percepção da população brasileira a respeito de temas ideológicos, políticos e morais, inúmeras pesquisas de opinião vem sendo publicadas nos mais diversos meios de comunicação, fomentando debates inclusive no ambiente acadêmico. A ampla repercussão de tais pesquisas encontra parte de sua justificativa no fato de que os dados colhidos apontam para uma tendência de positivação de valores normalmente associados ao conservadorismo, ao passo que apelos "progressistas" muitas vezes não recebem semelhante aderência em boa parte dos grupos entrevistados.

Apesar disso, os *surveys* costumam ser relativizados por escolas acadêmicas que evocam imprecisões metodológicas para pôr em xeque parte dos resultados revelados⁶⁹. De acordo com este entendimento, as informações quantitativas, em primeiro lugar, seriam frágeis para o serviço das Ciências Sociais, as quais, por tratarem com seres humanos, exigiriam aquele teor de subjetividade que apenas a pesquisa qualitativa facultaria. Em outras palavras, os *surveys* desconsiderariam a singularidade do sujeito, tratando todos os respondentes indiscriminadamente. Assim, as motivações pessoais (história de vida, paixões, preconceitos, etc.) interfeririam fortemente nas respostas, de modo que a precisão dos dados dependeria de uma quase sempre inviável análise dos fatores psicossociais que envolvem o ambiente da pesquisa e mesmo cada um dos pesquisados. Por fim, os *surveys* poderiam ser instrumentalizados pelo pesquisador (visto como um ator parcial), que estaria tentado a elaborar as questões de modo a produzir resultados condizentes com a sua própria ideologia e/ou com a tese que está a defender. Seja pela formulação viciada, seja pela simples omissão de temas ou alternativas, as perguntas, enfim, enviesariam irremediavelmente os frutos da amostra.

Embora se possa contrapor que os bons *surveys* respeitam elementos como a fidedignidade da amostra e a devida certificação do comprometimento científico daqueles que os formulam e posteriormente analisam seus resultados, não nos cabe fomentar tal discussão. Importa mencionar que a opção pelos *surveys* como fonte de pesquisa se justifica por três motivos distintos.

Primeiramente, trata-se de um recurso largamente empregado pela Ciência Política, notadamente no subcampo denominado "cultura política". Com o advento e popularização

⁶⁹Talvez as críticas mais consistentes e profundas estejam no conjunto das reflexões de Husserl e da escola da fenomenologia. Sobre o tema, ver, por exemplo, o trabalho introdutório de Dermot Moran (2000).

acadêmica das metodologias baseadas em *surveys*, uma gama de estudiosos passa a interessar-se pelos seus resultados. Sem negar a importância das instituições para a definição do contexto político (conforme reza o institucionalismo), tais pesquisadores partiram da premissa de que aspectos mais ou menos psicológico-comportamentais (crenças, valores, atitudes) saídos das próprias pessoas submetidas a determinado arranjo político são fundamentais para explicá-lo e eventualmente refiná-lo. Desde a contribuição clássica de autores como Almond e Verba⁷⁰ e Philip Converse⁷¹, o conceito de cultura política pode ser compreendido resumidamente "como um método de análise de certo grupo, tentando articular um modelo de interpretação da sua rede de crenças" (RENNÓ, 1998, p. 86). Quando o grupo em questão é numericamente amplo, as pesquisas de opinião constituem a ferramenta mais apropriada para a mencionada interpretação.

Em segundo lugar, o assunto aqui abordado – ou seja, as formas assumidas pela disposição conservadora da sociedade brasileira – requer informações retiradas diretamente das percepções manifestadas pelo grosso da população acerca das ideologias, da moralidade e da política, o que é possível de ser mensurado por meio de *surveys*. Por isso, se a sociedade brasileira for entendida como um grupo, compreender-se-á em que medida a supracitada definição de Rennó guarda relação com alguns dos intuitos da presente tese.

Enfim, ainda que as críticas possam conter sua dose de razão, é pouco questionável a afirmação de que a plêiade de dados obtidos a partir das pesquisas de opinião ao menos sinaliza uma tendência ou aponta indícios da existência de um padrão. A eclosão dessas tendências ou padrões parece suficiente para estimular análises mais detidas, e um dos fóruns adequados para esse fim é precisamente a academia.

É o que se processará a seguir. Uma vez que o universo de pesquisas disponíveis é enorme, optou-se por avaliar aquelas que trataram mais especificamente de temas que estejam de alguma forma associados às manifestações comumente associadas aos conservadorismos (e, por terem lugar no Brasil, daquele se poderia considerar o conservadorismo à brasileira). Visto que o número de pesquisas, repita-se, é infindável e aumenta quase diariamente, a seleção é impositiva e baseou-se na opção por *surveys* mais diretamente ligados ao assunto e naqueles operados por institutos reconhecidamente mais sólidos. Ainda assim, as pesquisas possuem amostras e metodologias distintas, diferindo

⁷⁰*The civic culture: political attitudes and democracy in five nations* (1963).

⁷¹*The nature of belief systems in mass publics* (1964).

também o texto orientador das questões apresentadas aos entrevistados. Logo, a fim de minimizar conclusões arbitrárias, sempre que possível procuraremos *comparar pesquisas de um mesmo instituto* realizadas em anos diferentes, de modo que as analogias entre pesquisas de órgãos distintos restringir-se-ão à *sugestão de tendências ou padrões gerais*. Os dados daí apreendidos serão avaliados por campos temáticos e merecerão uma síntese como fecho.

2.2.1 Positivização de instituições tradicionais

No primeiro capítulo, ponderamos exaustivamente que o conservadorismo, em todas as suas possíveis correntes, preza as instituições tradicionais e peleja para mantê-las tão vigorosas quanto possível. Assim, pelo menos desde que Edmund Burke censurou as rupturas provocadas pela revolução francesa, os conservadores julgam que as instituições testadas pela experiência e pelo legado de sabedoria acumulada por sucessivas gerações bem salvaguardam os princípios basilares de uma sociedade, legitimando-se.

Como consequência, é lógico que aquele que deseje manter determinadas instituições positive sua existência, demonstrando, se possível, satisfação ou confiança em face de seu funcionamento no tempo presente. *Surveys* aplicados pelo ESEB (2006 e 2010)⁷² sugerem um quadro pelo menos próximo desta descrição. Convidados responder a como avaliariam certas instituições, os entrevistados produziram os seguintes dados:

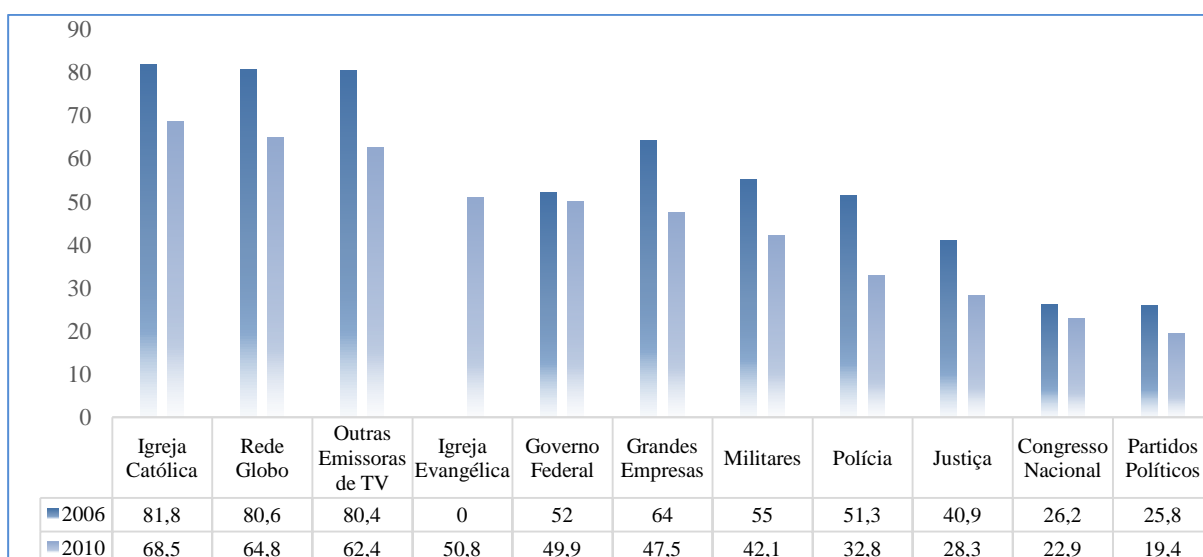


Figura 1: Avaliação das instituições (em %) segundo o ISEB (2006 e 2010) – adaptado pelo autor
 Fonte: ISEB. In: Opinião Pública. Campinas, v. 17, n. 2, 2011, Encarte. pp. 516-540.

⁷²O ESEB 2006 é uma pesquisa ligada ao Projeto *Comparative Study of Electoral Systems* (University of Michigan), contando com a participação da Unicamp e do IPSOS-Opinion/Brasil. Já o ESEB 2002 foi operacionalizado pela CESOP/DataUFF.

O gráfico compila informações de duas baterias de *surveys* que ocorreram nos anos de 2006 e 2010. Para além da curiosa queda na confiança que atingiu todas as instituições no intervalo de quatro anos, a Igreja Católica assume o topo da lista. A queda observada em 2010 (13,3%) mostrou-se insuficiente para subtrair a liderança católica do "ranking" de ambos os períodos compreendidos pela medição. Logo, os números sugerem que a tradicional Igreja Católica conta com a aprovação de expressiva maioria do povo brasileiro.

Também interessa assinalar que outras instituições cristãs (que o ESEB agrupa um tanto simplisticamente sob o guarda-chuva de "igreja evangélica"⁷³) recebem uma aderência significativa: 58,6% de aprovação⁷⁴. Esse percentual está bem acima do número de adeptos das chamadas igrejas evangélicas no Brasil, os quais, em 2010, ano da pesquisa, representavam 22,2% dos brasileiros. Como ocorre com o catolicismo, mesmo sendo pejorativamente taxadas de excessivamente "conservadoras"⁷⁵ por parte de inúmeros grupos organizados e mais ou menos influentes, as igrejas são bem vistas pela maioria da população brasileira de acordo com o ESEB.

Para o mais, observa-se que o parlamento e os partidos políticos amargam as duas últimas posições. Os índices de credibilidade atingidos por essas instituições rondam a modesta casa dos vinte pontos percentuais⁷⁶.

Por seu turno, *survey* empreendido pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE, 2012 e 2013) trouxe-nos os seguintes dados:

⁷³Embora seja popular no Brasil, o termo é conceitualmente impreciso. Uma vez que o tema específico do neopentecostalismo será examinado mais detidamente nos próximos capítulos, por hora usaremos o termo indistintamente.

⁷⁴O percentual se refere ao ano de 2010, uma vez que esse item não fazia parte do rol de alternativas em 2006.

⁷⁵Como veremos adiante, em virtude de fenômenos como o da "direita envergonhada" (SOUSA, 1988), a palavra "conservador" não raro é assumida como um verdadeiro insulto político no Brasil contemporâneo.

⁷⁶Pesquisa elaborada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB, 2008) sugere um quadro bastante próximo dessa descrição. Instados a responderem se confiam ou não em determinadas instituições, 79% dos brasileiros entrevistados (o maior percentual encontrado) garantiram confiar nas "Forças Armadas", enquanto 72% (o segundo maior percentual) disseram confiar na "Igreja Católica". Como no caso do ESEB, mal avaliadas foram instituições como a Câmara dos Deputados (24% de confiança) e os partidos políticos (que obtiveram o pior índice: 22%). Cumpre destacar ao menos uma questão de divergência entre as pesquisas apresentadas até aqui. As Forças Armadas, que haviam obtido a melhor posição na medição da AMB, não constam como alternativa na metodologia utilizada pelo ESEB. No entanto, este instituto apresentou a alternativa "militares", que alcançou 55% de aprovação em 2006 e 42,1% quatro anos depois. Se considerarmos que "militares" equivalem a "Forças Armadas", a diferença dos números colhidos por uma e outra pesquisa é expressiva, visto que há uma distância entre os 79% de confiança atingidos na AMB e a média de 48,5% das duas baterias do ESEB.

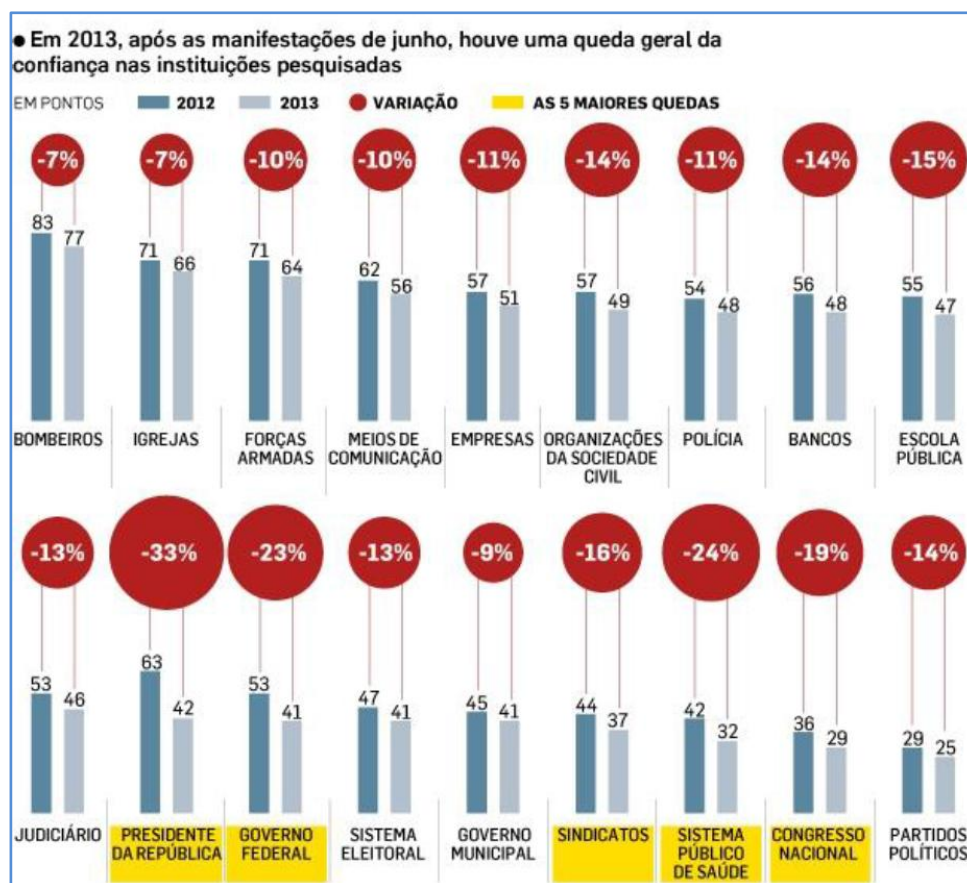


Figura 2: Avaliação das instituições segundo o IBOPE (2012 e 2013)

Fonte: IBOPE. In: O Estado de São Paulo, 01 ago. 2013.

Em junho de 2013 o Brasil vislumbrou episódio de grande repercussão política e social. Naquele momento, manifestações de massa tão imensas quanto pouco frequentes tomaram as ruas e impactaram na agenda de instituições e atores políticos. Empunhando bandeiras imprecisas como o combate à corrupção e a melhoria dos serviços públicos, o movimento desencadeia fortes debates na mídia e nas relações cotidianas das pessoas. Ainda que todas as instituições analisadas pelo IBOPE tenham perdido credibilidade entre um e outro período (2012 e 2013), fenômeno idêntico fora constatado pela pesquisa do ESEB sem que tenha havido qualquer agitação sócio-política anormal entre 2006 e 2010, datas em que foram aplicadas as avaliações.

Como corolário, a julgar pelas informações do IBOPE, as organizações religiosas demonstram irrefragavelmente contar com o sustentáculo da maioria da sociedade (a alternativa "igrejas" aparece com 71% de confiança em 2012 e 66% no ano seguinte) e as Forças Armadas mantém a posição de destaque. Não fossem os bombeiros, religiosos e militares ocupariam os dois primeiros lugares da lista. Da mesma forma, as piores avaliações recaem igualmente sobre o parlamento e os partidos políticos.

A fim de robustecer ainda mais a conclusão, pode-se apresentar mais uma fonte, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que igualmente avaliou a confiança dos brasileiros nas instituições do país em dois anos distintos (2011 e 2013):

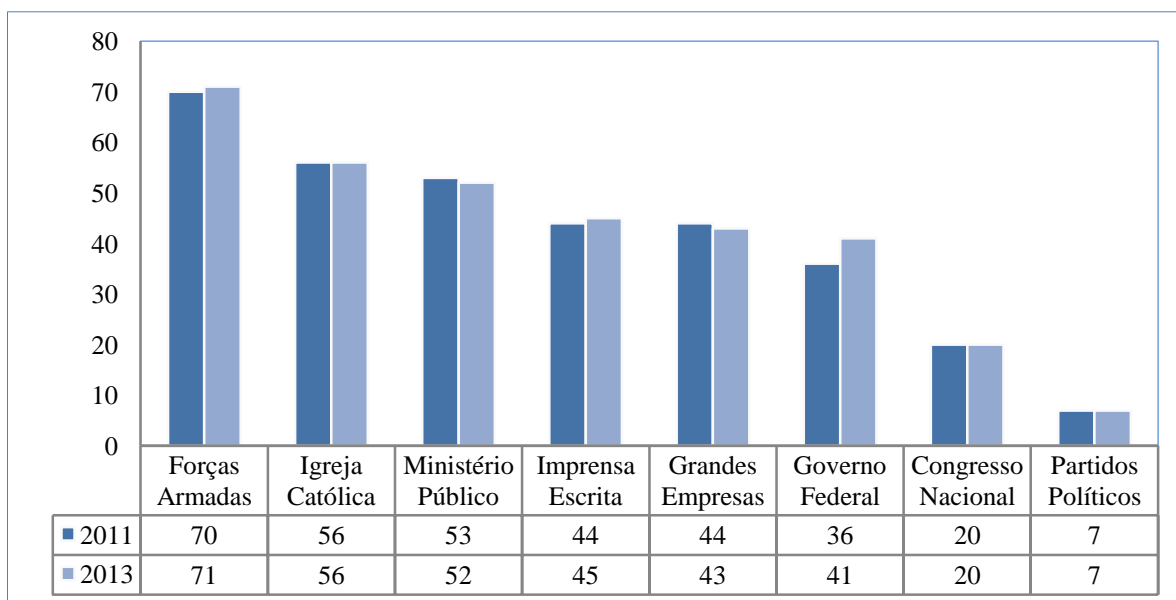


Figura 3: Confiança dos brasileiros nas instituições segundo a FGV, em % (2011 e 2013)
 Fonte: Fundação Getúlio Vargas (<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6618>)

Logo, podemos apontar para uma tendência de primazia na avaliação positiva de instituições vulgarmente associadas à ordem e à manutenção de valores secularmente assentados no Brasil. Este é claramente o caso da Igreja Católica e das Forças Armadas, as duas instituições mais antigas e geralmente mais bem avaliadas no rol apresentado pelos pesquisadores aos respondentes⁷⁷.

Como acréscimo, quando as igrejas cristãs não católicas são explicitamente mencionadas é possível notar bons índices de confiança mesmo entre pessoas que não incorporam o credo religioso por elas disseminado, como é manifesto na desproporção entre o contingente daqueles que *confiam* na "igreja evangélica" e os percentuais da população que *efetivamente pertencem* ao seu rebanho. Assim, os dados indicam que a religiosidade e

⁷⁷Cabe destacar que as Forças Armadas e a Igreja Católica são instituições tradicionalíssimas no Brasil. Se a primeira esteve formalmente presente na realidade social brasileira ao menos desde o Segundo Reinado, a operação da segunda no país remete ao "achamento" de Álvares Cabral. Ademais, ambas estiveram historicamente envolvidas com o poder político, com a defesa de valores tradicionais da nacionalidade oficialmente arquitetada e, principalmente no caso do Exército, com a manutenção da ordem. Não obstante, Exército e Igreja são instituições amplamente questionadas pela imprensa brasileira e por grupos de pressão na contemporaneidade justamente pelo seu suposto conservadorismo. Se os militares são combatidos pelas ações promovidas durante o regime autoritário que comandaram entre 1964 e 1985, a hierarquia eclesiástica enfrenta acusações de um conjeturado obscurantismo no campo moral (sobretudo no que diz respeito à proibição do uso de preservativo, do sexo antes do casamento e da conduta homossexual).

suas organizações oficiais são bastante positivadas, a despeito das críticas que lhes são dirigidas por parte de setores seculares e/ou "progressistas" da sociedade, que contestam as ideias tradicionais ordinariamente exploradas pelas igrejas e o pensamento político conservador (ou "de direita") que costuma vigorar nos escalões majoritários das organizações cristãs e militares⁷⁸. Nesse sentido, os rótulos de "obscurantistas" (no caso das igrejas) e de "fascistas" (no caso dos militares) parecem funcionar apenas como maná de sobrevivência para o discurso de grupos minoritários da sociedade.

No que se refere às instituições políticas, é bastante provável que a desconfiança se alimente em grande medida do fato de que os agentes da política no Brasil não vêm logrando êxito na tarefa de responder satisfatoriamente às demandas da coletividade. Os constantes escândalos de rapinagem do erário público por parte de políticos e funcionários da burocracia estatal e os péssimos serviços disponibilizados pelo Estado são alguns dos elementos que determinariam o evidente descrédito popular em face de instituições como o Congresso Nacional e os partidos políticos.

Sobre este particular, testaremos no próximo capítulo a hipótese de que a descrença pode estar fundada também no fato de que boa parte dos atuais partidos não consegue sequer representar os valores ideológicos básicos abraçados por fatias significativas da sociedade. Por hora, basta aventar genericamente que a ausência de credibilidade emerge como uma demonstração inequívoca de que existem agudos problemas no aparato representativo brasileiro e nas instituições centrais que o operacionalizam. Conforme a Ciência Política tem observado, os estudos do tipo

[...] confirmam a existência de um *gap* entre as dimensões normativa e prática de apoio ao regime democrático, como argumentaram Rose e Shin (2001), mas mostram que contextos marcados pela sobrevivência de traços autoritários da cultura política e, ao mesmo tempo, por distorções do funcionamento das instituições democráticas, com repercussões sobre a qualidade do regime democrático, afetam de diferentes modos a experiência dos indivíduos e influem sobre suas orientações políticas (MOISÉS, 2008, p. 35-36).

Potencialmente insatisfeitas com o funcionamento da democracia e de suas instituições basilares, parcelas importantes da sociedade brasileira manteriam vivos "traços

⁷⁸Não dispomos de pesquisas específicas que permitam visualizar com exatidão a visão político-ideológica dos religiosos e militares brasileiros. Porém, as posições atuais dos primeiros são, em geral, claramente conservadoras (sobretudo no campo moral, embora por vezes também no terreno político). Já se considerarmos o longo histórico das Forças Armadas no cenário político, os pronunciamentos públicos da oficialidade e o posicionamento de entidades representativas dos militares (como o Clube do Exército e seus similares) ter-se-á parâmetros suficientes para concluir-se que a linha política dominante, ontem e hoje, vincula-se ao conservadorismo e ao universo de ideias tidas como "de direita".

autoritários da cultura política". Como consequência, o problema pode estar também no próprio pilar do conceito de democracia e de partidos políticos: a legitimidade da pluralidade de ideias, algo incompatível com traços autoritários.

Mas qual seria a natureza de tais traços? O próximo tópico almeja penetrar nessa questão.

2.2.2 Autoritarismo, hierarquia e busca da ordem

O Brasil possui um longo histórico de autoritarismo e, conseqüentemente, uma débil tradição de convivência com o ordenamento liberal. A outorgada constituição de 1824, o golpe republicano e sua ditadura caudilhesca, o estadonovismo de inspiração fascista e o regime militar de 1964 são episódios que demonstram quão vasto é o contato do país com o arbítrio do Estado e do poder político. Conforme constata Schwartzman,

[...] o autoritarismo brasileiro, cujas bases se erguem a partir da própria formação inicial do Brasil como colônia portuguesa, e que evolui e se transforma ao longo da nossa história, não constitui em um traço congênito e insuperável da nossa nacionalidade, mas é certamente um condicionante poderoso em relação ao nosso presente e futuro como país (SCHWARTZMAN, 2007, p. 32-33).

Com efeito, se a afirmação de que o autoritarismo é inato soa como determinismo/fatalismo, não compete desprezar que se trata de um "condicionante poderoso" para explicar as relações políticas no Brasil. O peso deste condicionante seria tal, que mesmo alguns daqueles que desejariam o triunfo da democracia aconselham o autoritarismo temporário a fim de impulsionar a transição democrática. Trata-se da já aludida tese do "autoritarismo instrumental", no interior da qual estariam inseridos nomes como o de Oliveira Vianna: "o autoritarismo de Oliveira Vianna é concebido filosoficamente como um *pis-aller*" e "não representa um valor absoluto [...], mas um meio político para uma terapêutica social. O horizonte ideológico para o qual aponta esta terapêutica é democrático" (MORAES, 1986, p. 215). Nos termos de Antônio Paim, nesses casos se entende o autoritarismo como "um instrumento transitório a que cumpre recorrer a fim de instituir no país uma sociedade diferenciada, capaz de dar suporte a instituições liberais autênticas" (PAIM, 1987, p. 176).

Mas se o autoritarismo não só é historicamente recorrente como se insinuaria como instrumento paradoxal para o fomento de instituições liberais, supõe-se que o temperamento de partes importantes da sociedade brasileira esteja impregnado de elementos simpáticos ao

autoritarismo (e, portanto, desfavoráveis à democracia). No bojo deste raciocínio, a própria sociedade seria autoritária e certas acomodações políticas a refletem.

Os *surveys* novamente mostram-se subsídios cruciais para o clareamento desse tema na atualidade. A guisa de exemplo inicial, cabe citar o trabalho do Latinobarômetro, que se tornou referencial para os interessados pelo campo da cultura política na América Latina. Em 2010, o instituto chileno aplicou mais uma bateria de questionários em vários países da região, concluindo que, no caso do Brasil, não mais do que 54% da população preferiria a democracia a qualquer outro regime. Já em 2013, os índices caíram para 49%.

Embora este percentual de adesão não seja tão alto quanto o do ESEB (2010) – o qual sustenta que 78,4% dos brasileiros concordariam que "a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma e governo" –, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2004), sustenta que somente 30,6% dos cidadãos brasileiros poderiam ser enquadrados na categoria "democratas":

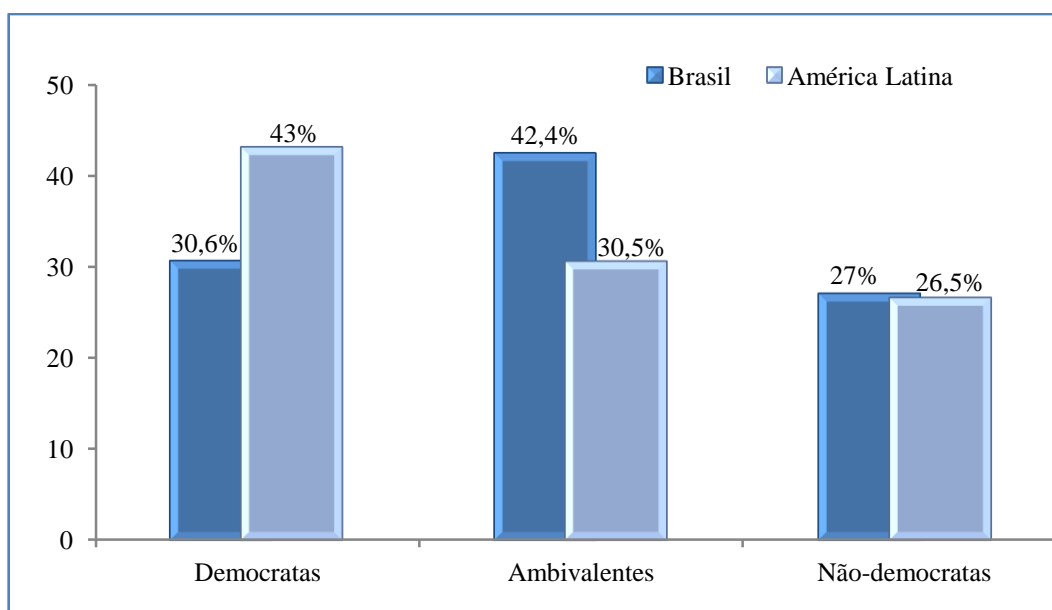


Figura 4: Apoio à democracia no Brasil e na América Latina

Fonte: PNUD (2004)

Em virtude de tais índices, o Brasil ocuparia a décima quinta posição entre os dezoito países pesquisados se considerarmos o percentual da população classificada como "democrata" (no caso do Uruguai, que encabeçou a lista, 71% dos respondentes pertencerão a essa categoria). Além disso, os dados advertem que a população brasileira é mais "ambivalente" e mais "não-democrata" do que a média da América Latina, um continente

que notoriamente não possui vistosos antecedentes de convivência com as estruturas do governo representativo.

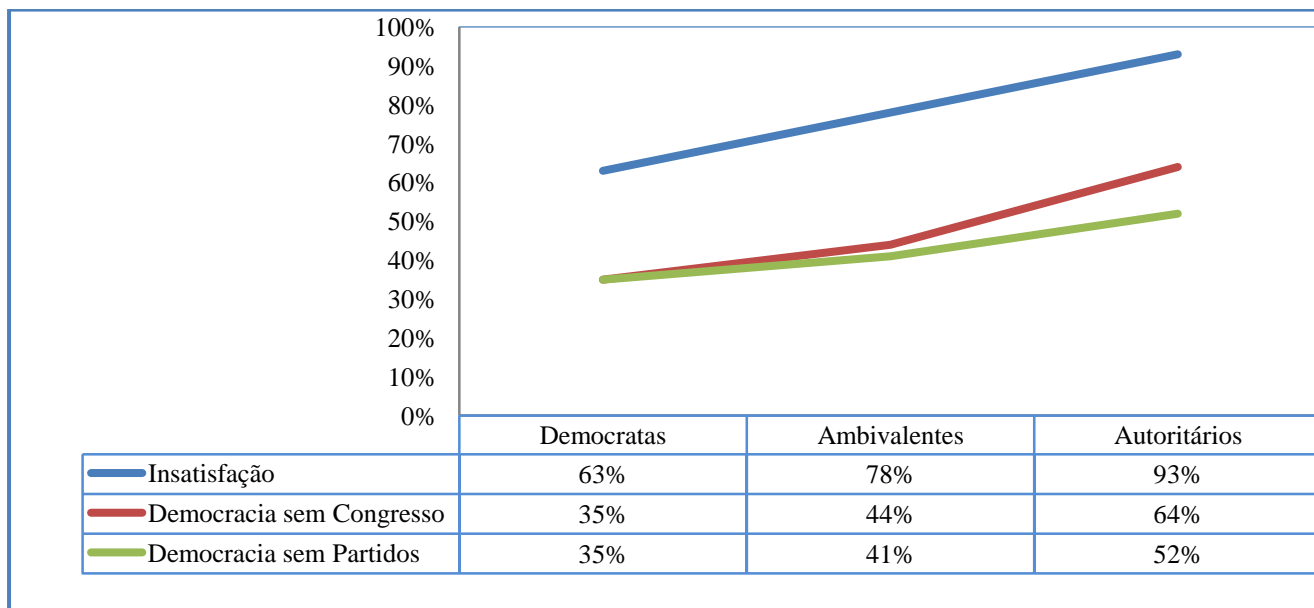
Não se almeja mergulhar no amplo e complexo debate sobre as características da democracia ou a respeito do que os cidadãos comuns entendem por democracia, pormenor que talvez seja ainda mais intrincado. Tal problemática, inclusive, eventualmente contribui para levantar dúvidas quanto à eficácia dos *surveys* que promovem esse tipo de medição. Assediados pela mesma dificuldade, os pesquisadores PNUD introduzem alguns critérios elementares, que se não dissipam completamente as nuvens da dúvida, contribuem para minimizá-las (senão no nível teórico, ao menos para que seja viável operacionalizar um *survey* e agrupar os respondentes de acordo com suas respectivas opiniões). Uma vez que a metodologia empregada pelo Latinobarômetro e pelo ESEB não apreende detalhes que permitam justificar a posição dos respondentes, os resultados do PNUD parecem mais adequados para um exame denso.

As categorias construídas pelo PNUD ("democratas", "ambivalentes" e "não-democratas") alicerçaram-se em três elementos: apoio à existência das instituições representativas (parlamento, partidos políticos), apoio à democracia "como sistema de governo" e apoio às restrições das faculdades do Poder Executivo. Uma vez que os respondentes tenham aprovado os três princípios, são considerados parte do grupo dos "democratas". Caso sejam simpáticos, por exemplo, à legitimidade das instituições representativas, mas recusem as restrições às ações do Poder Executivo, são classificados como "ambivalentes". Por fim, os "não-democratas" foram percebidos como aqueles que manifestam contrariedade aos princípios democráticos nas três dimensões supracitadas.

Ainda assim, pode-se conjecturar que a classificação final do PNUD foi benevolente, acabando por reduzir o grupo daqueles que definitivamente não pertenceriam à esfera de influência "puramente" democrática. Existem outras nuances que reclamam exame, precisamente porque podem contribuir para desacreditar ainda mais a conformação popular às instituições democráticas. Trazendo à baila elementos que estão ocultos nos dados brutos expostos por pesquisas similares ao Latinobarômetro e ao ESEB, Moisés observa:

É como se as pessoas comuns ouvidas pelas pesquisas de opinião estivessem dizendo, por uma parte, que amam a democracia, mas, de outra que, se não odeiam, têm sentimentos contraditórios ou ambíguos a respeito de normas, procedimentos e regras que caracterizam as instituições democráticas (MOISÉS, 2010, p. 271).

Ao arrolar percepções mais específicas dos respondentes brasileiros que colaboraram com o PNUD, a figura a seguir dá folego aos argumentos do excerto anterior:



Democratas, Ambivalentes e Autoritários - Brasil: 2004

Fonte: PNUD, 2004 (gráfico adaptado pelo autor)

Ainda que desconsideremos as percepções dos "ambivalentes" e "autoritários", se constata que a insatisfação com a democracia existente alcança a casa dos 63% entre aqueles que foram considerados "democratas", e mais de um terço das pessoas deste grupo acreditam ser possível haver democracia mesmo que desprovida de instituições como o parlamento e os partidos políticos. A julgar por essas informações, o número de "democratas" no Brasil à época da avaliação seria necessariamente inferior àqueles 30,6% inicialmente destacados pelo PNUD, uma vez que firma-se como evidente que o arcabouço democrático não pode se erigir ou perdurar sem Congresso e/ou partidos políticos. Sendo essenciais, é inconcebível que essas instituições sejam simplesmente consideradas secundárias por quem quer que pretenda se incluir entre os favoráveis a uma democracia.

Porém, há mais elementos abaixo da superfície. Ainda conforme o PNUD, 41,6% dos brasileiros, em média, sustenta que um "governo militar pode resolver mais problemas"; 66,6% "apoiam regime não-democrático para resolver problemas econômicos"; 51,5% creem que "governo pode desrespeitar as leis para resolver problema difícil"; 60,9% defendem que "presidente não deve se limitar à lei em caso de dificuldades"; e 70,3% concordam com a afirmativa segundo a qual "país é democracia com grandes problemas ou não é uma democracia".

Portanto, verifica-se um apreço de significativos extratos da população por soluções à margem do complexo constitucional que acompanha as democracias. A tripartição de poderes é relativizada e a competição política plural não raro é concebida como um elemento apenas acessório. Nesse sentido, a desconfiança em face de instituições como o Poder Legislativo e os partidos políticos (conforme assinalamos no tópico anterior) pode ecoar um ceticismo em relação à própria democracia enquanto regime.

A fim de incorporar outros subsídios apenas indiretamente relacionados com a democracia – mas intrinsecamente aliados ao autoritarismo –, pode-se apresentar alguns dos resultados apesados pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, que sob a coordenação de Nancy Cardia (2012b), entrevistou 4.025 maiores de dezesseis anos em onze capitais brasileiras com o intuito de mapear a percepção da população acerca de temas como normas morais e atitudes em relação à violação de direitos humanos. Entre outras interessantes informações, a pesquisa demonstra a concepção dos entrevistados a respeito dos limites que teria o poder público para fulminar direitos individuais:

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
Todo país deve ter direito de expulsar pessoas que tenham posições políticas que ameacem o governo	20,7	22,9	16,6	36,8
Há momentos em que as pessoas devem ser proibidas de expressar suas opiniões	12,2	18,8	16,7	50,2
Há momentos em que, para manter a ordem social, é necessário prender pessoas por suas posições políticas	17,5	22,5	19,0	38,1
Há momentos em que é justificável que se censure a imprensa	18,0	24,1	15,7	38,5
O governo nunca poderia ler ou censurar a correspondência de uma pessoa	38,6	21,1	13,7	24,3
Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura	11,2	18,3	18,1	52,5

Liberdades individuais e poder público na percepção dos brasileiros

Fonte: Cardia (2012b).

Cumprir fazer notar que não mais do que 36,8% da amostra considera que o governo instituído jamais tem o direito de expelir do território nacional pessoas que "tenham

posições políticas" que lhe sejam ameaçadoras. Em paralelo, uma porcentagem similar julga que a prisão por motivos políticos não se fundamenta em nenhuma hipótese e que o cerceamento da liberdade de imprensa não pode ser aceito. Ademais, menos de 40% sustenta que a correspondência é definitivamente inviolável.

Se as opiniões ficam mais reticentes quando os temas são as restrições à liberdade de opinião individual ("há momentos em que as pessoas devem ser proibidas de expressar suas opiniões") e a prática de tortura como prerrogativa judicial ("os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura"), salta aos olhos que certos valores liberais – tais como pluralismo político e oposição, liberdade individual e de imprensa, sigilo de privacidade e tratamento digno por parte das autoridades do Estado – ao menos não motivam zelos fervorosos por parte de uma grande maioria.

Antes de tais valores, parecem assentar-se, para muitos, prioridades como a manutenção da ordem (45,% aceitam, integral ou parcialmente, que "todo país deve ter direito de expulsar pessoas que tenham posições políticas que ameacem o governo" e 40% concordam totalmente ou em parte com a assertiva segundo a qual "há momentos em que, para manter a ordem social, é necessário prender pessoas por suas posições políticas"). O preço pago pela conservação da ordem pode ser inclusive a tortura, ao menos para cerca dos 30% dos entrevistados que concordam, no todo em parte, que essa coerção constitui fonte legítima de provas judiciais.

Neste particular, suscita atenção o fato de que a concordância com a tortura é mais difundida entre os jovens. Conforme a pesquisa, 13,5% das pessoas com menos de dezenove anos aceita totalmente a prática (o maior índice entre todas as faixas etárias) e 20% dos jovens (novamente o maior índice) a aceita em parte (CARDIA, 2012b, p. 306).

Este elemento em certo sentido relativiza uma das hipóteses do já citado trabalho de Almeida (2007), o qual sustenta que os jovens dotados de maior escolarização e residentes em grandes cidades tenderiam a se aproximar do sistema axiológico "moderno", mais pluralista e, por assim dizer, "democrático". Em longo prazo, sustenta o autor, os "valores que são os alicerces das demais crenças sociais" passarão por graduais modificações "à medida que as gerações mais jovens substituem as mais velhas" (ALMEIDA, 2007, p. 20). Os dados da pesquisa coordenada por Cardia, no entanto, sinalizaram para uma direção contrária: os mais jovens e residentes em capitais tendem, em alguns casos, a apresentar

posturas mais apegadas à autoridade e às práticas descoladas das ideias "progressistas" do que o restante da população⁷⁹.

Os menores de dezenove anos também se mostram ligeiramente mais intransigentes quando são instados a se posicionar diante da questão se "um policial pode bater em um preso que tenha tentado fugir": apenas 30,4% deles (a menor percentagem entre todas as faixas etárias) discordam totalmente e 33,4% (novamente o menor índice) rejeitam peremptoriamente a adoção da pena de morte. Por isso,

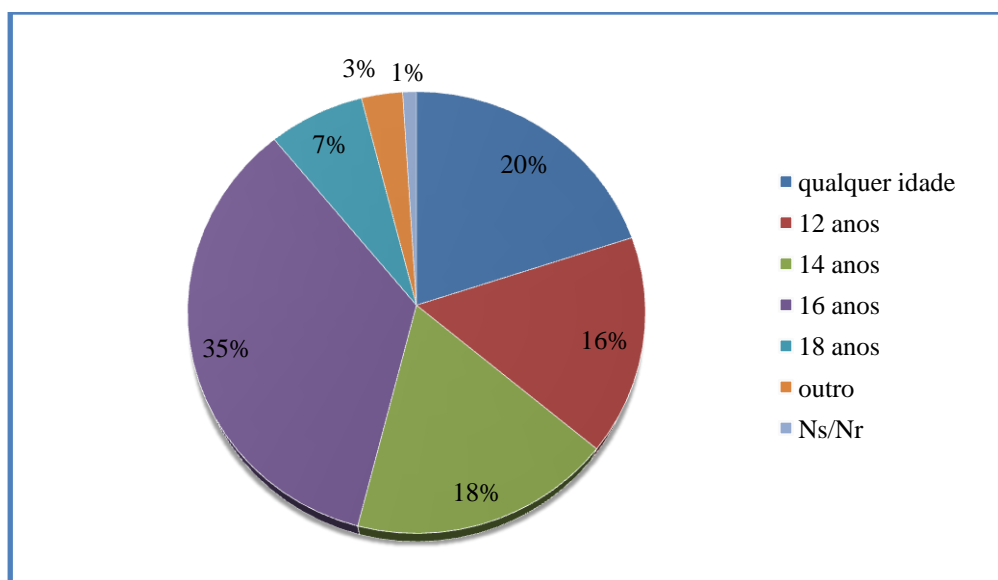
O aumento da punitividade ocorreu em todas as faixas etárias, o que significa que os mais jovens, que nasceram após o retorno do país à democracia, também apresentam sinais da presença daquilo que Guillermo O'Donnell intitulou de "autoritarismo socialmente implantado", algo como uma introjeção coletiva não de princípios de respeito às leis (o processo civilizatório de Norbert Elias), mas sim de aceitação de um arbítrio exercido em nome da segurança ou do disciplinamento do indivíduo (CARDIA, 2012a).

A pena capital e a punição aos criminosos, aliás, é outro exemplo do preço que o brasileiro está disposto a pagar pela ordem e pela contenção da criminalidade. Pesquisa realizada pelo instituto Datafolha (2007), por exemplo, revelou que 55% das 5.700 pessoas consultadas em vinte e cinco estados brasileiros mostraram-se favoráveis à introdução da pena de morte (40% dos entrevistados foram contrários e 5% não souberam ou não quiseram responder), embora o número tenha sido menor na medição de 2014, quando o Datafolha verificou que não mais do que 43% dos entrevistados concordariam com essa forma de punição.

Também um *survey* conduzido conjuntamente pela Confederação Nacional da Indústria e pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (CNI/IBOPE, 2011) concluiu que 46% da população brasileira concorda com a pena capital. Para o mais, a pesquisa observa que a imensa maioria da população aprova a implantação da prisão perpétua e a redução da maioridade penal (69% e 86%, respectivamente).

⁷⁹É claro que Almeida atribui ao aumento da escolarização, e não apenas à idade e local de moradia, a chave para que os brasileiros tornem-se mais "modernos" no porvir. Porém, mesmo que a pesquisa coordenada por Cardia não especifique os resultados por grau de instrução, os resultados sugerem que os jovens por vezes não tendem à aceitação de valores progressistas. Uma pesquisa qualitativa realizada pelo DataSenado (2007), colheu dados acerca do pensamento de jovens brasilienses. Sobre a violência doméstica, um deles assegurou que: "eu acho que (o filho) tem que apanhar mesmo. Tem que ter respeito. Porque o pai tem o direito de bater. O pai e a mãe. É melhor apanhar em casa do que na rua" (DATASENADO, 2007, p. 23). Outro jovem, refletindo sobre a punição aos menores infratores, afirma que "dentro da família, se você faz você paga. Não interessa a idade que você tem. Do mesmo jeito que ele passou a ser homem suficiente para ir lá e fazer, matar, roubar, fazer o que quiser, tem que virar homem pra ir na frente do juiz e assumir o erro" (idem, p. 9).

Os apelos pelo recrudescimento da lei penal são bastante perceptíveis também através de avaliação concretizada pelo instituto de pesquisas do Senado Federal (DATASENADO, 2012a). Instados a responderem à questão "Qual a idade ideal para a maioria penal?", os brasileiros consultados manifestaram-se da seguinte forma:



Opinião acerca da idade ideal para a maioria penal
 Fonte: DataSenado (2012, p. 4 - gráfico adaptado pelo autor)

Embora a atual legislação brasileira prescreva que a maioria penal inicia-se aos dezoito anos de idade, apenas 7% dos entrevistados concordam. Nove em cada dez deles (89%), pelo contrário, julgam que essa idade deveria ser reduzida, sendo que 16% aprovariam a prisão de crianças de doze anos como se adultos fossem e 20% julgam que "qualquer idade" seria adequada. De igual modo, o mesmo instituto, em 2014, identificou que 81% dos brasileiros seguem apoiando a redução da maioria penal, e o Datafolha (2014) constatou que 76% dos brasileiros entrevistados consideram que "adolescentes que cometem crimes graves devem ser punidos como adultos".

Ainda no que se refere à demanda por leis mais rígidas, o DataSenado (2012b) identificou que 63% dos brasileiros consideram que "a principal causa da criminalidade no Brasil" está relacionada a fatores como "as leis são ruins" (29%), "os policiais são corruptos" (16%), "a justiça solta os bandidos" (12%) e "a polícia não trabalha bem" (6%), ao passo que apenas 31% consideram, como rezam os movimentos "progressistas", que a criminalidade decorre sobretudo da "desigualdade social"⁸⁰. Da mesma forma, 63% dos entrevistados pelo

⁸⁰ A alternativa "outro" teve 5% e 2% dos entrevistados não souberam ou não quiseram responder (DATASENADO, 2012b, p. 4).

Datafolha (2013) consideram que "a maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas" (o instituto renovou o questionamento um ano depois e os percentuais foram quase idênticos: 60% dos entrevistados consideraram que a "maldade das pessoas" é o principal motor para a criminalidade – DATAFOLHA, 2014).

Também estão disponíveis informações qualitativas para traduzir essa visão. Pierucci (1999) pesquisou o eleitorado conservador de São Paulo e obteve depoimentos como o seguinte:

O pior de tudo é que houve uma inversão de valores. Quer dizer, o bandido, ele é muito mais importante do que o civil, do que o coitado do cidadão que trabalha. O bandido, hoje em dia, ele é endeusado, é um coitado que está expiando, pagando por alguma coisa que eventualmente não teria cometido, embora seja assassino, seja estuprador, seja o diabo. Então ele precisa tomar banhozinho de sol. A comida dele não está muito boa? Precisa de uma champanha francesa, precisa de mulher, essas coisas todas, dentro do presídio. Quer dizer, efetivamente ele não está sendo punido. Ele está vivendo às nossas custas. [...]. Você verifica que o policial é massacrado quando acontece alguma coisa, entende? Se ele dá um tiro por acaso, ele é massacrado. Já o bandido não: ele é exaltado. Eles fazem exaltação dos bandidos. A grande maioria das pessoas hoje em dia nem quer saber de trabalhar, vai roubar. Por quê? Porque sabe que vai ficar impune. [...] Direitos humanos? Direitos humanos dos bandidos! Isso é uma coisa que é realmente lamentável (PIERUCCI, 1999, p. 61 – depoimento de Geórgia, 40 anos, advogada, residente no bairro da Mooca/SP).

Diante de tais exemplos, não surpreende que a imensa maioria da população tenha sido contrária ao projeto que visava proibir a comercialização de armas de fogo no Brasil⁸¹. A proposta foi submetida a referendo popular em outubro de 2005, e 63,94% dos votantes rejeitaram a proibição, enquanto 36,06% aprovaram. Além, é claro, do princípio da legítima defesa, o clamor pelo "endurecimento" com os criminosos parece ter sido determinante para o resultado⁸². Embora mal encubra seu descontentamento com o saldo do referendo, Sorj atesta que "boa parte dos recursos espúrios usados pela campanha do 'não' foi secundária no contexto geral, em que bastava a mobilização inteligente da insegurança causada pelo medo com que vive a população e de sua insatisfação com as políticas públicas" (SORJ, 2006, p. 133). Como veremos no quarto capítulo, é precisamente na esteira de semelhantes percepções que atores como a "bancada da bala" vêm buscando ampliar seu capital político, demandando o aumento da capacidade repressiva das forças policiais a fim de responder às ânsias de parcelas da população.

⁸¹Lembremos que a oposição entre aqueles que defendem a posse de armas e aqueles que a condenam é um dos critérios ordinariamente utilizados para ajudar a distinguir conservadores e liberais em contextos como o norte-americano.

⁸²Vale referir, porém, que o Datafolha (2014) apreendeu que 62% dos entrevistados consideraram que "a posse de armas deve ser proibida, pois representa ameaça à vida das outras pessoas", de modo que é possível que um novo referendo tivesse resultado diferente daquele operacionalizado em 2005.

No entanto, a concepção da população também não parece ser predominantemente liberal ou progressista quando o tema são as relações sociais. De acordo com o ESEB (2002), diante das perguntas acerca de que atitude o empregado deveria adotar se o patrão lhe diz que pode ser tratado como "você", que atitude o empregado deveria adotar se o patrão lhe diz que pode tomar banho na piscina do prédio e que atitude os empregados de um prédio deveriam adotar se os moradores lhes dizem que podem utilizar o elevador social, os brasileiros responderam da seguinte forma:

<i>Deve continuar chamando o patrão de senhor</i>	<i>Agradecer e não tomar banho na piscina</i>	<i>Continuar usando o elevador de serviço</i>
61%	65%	56%

As respostas sugerem que maioria da população tende a esposar uma percepção bastante hierárquica das relações sociais, respeitando os códigos de distinção que separam historicamente estratos da sociedade em que vivem. Mesmo que receba uma permissão que relativiza a regra estabelecida, o empregado deve manter o tratamento de "senhor" quando se dirige ao patrão, a piscina do prédio não é lugar adequado para o empregado, e o elevador social deve permanecer sendo privativo dos moradores. Trata-se, portanto, de uma disposição potencialmente contrária à igualdade e mais ainda ao igualitarismo (ainda que isso não necessariamente produza, isoladamente, uma mentalidade “de direita” ou conservadora). De acordo com Nishimura,

O que os resultados mostram é que as noções de hierarquia e a ideia de ‘lugares sociais’ estão de tal forma enraizados na nossa cultura que, independentemente do *status* socioeconômico, do grau de escolaridade e da faixa etária, verifica-se um posicionamento favorável à manutenção da ordem social vigente (NISHIMURA, 2004, p. 365).

Se a "manutenção da ordem social vigente" transpassa possíveis clivagens econômicas, etárias ou educacionais, cabe transcrever nesta altura outro excerto de entrevista qualitativa realizada por Pierucci:

Iguais?! Quê que há, está me estranhando? Fazer o quê? A vida é assim, azar! Tratar como nosso irmão?! Eu trabalhei quarenta anos, não posso ser irmã de vagabundo. [...] Negro é negro, branco é branco, azul e azul, vermelho é vermelho. E preto é preto. Não vem que não tem. Essas demagogias é bom em época de eleição. Isso é demagogia, isso é falsidade, isso é falta de religião Católica Apostólica Romana (PIERUCCI, 1999, p. 33 – depoimento de dona Mariauta, 58 anos, moradora de um bairro pobre da cidade de São Paulo).

Em síntese, a gama de pesquisas discutidas no presente tópico leva a crer que a manutenção de traços autoritários e hierárquicos no seio da sociedade brasileira é patente, manifestando-se simultaneamente na apreciação da política e das relações sociais ordinárias.

Mesmo a democracia liberal se vê sob um impasse, se considerarmos, como Alexis de Tocqueville, que a igualdade é crucial para seu desenvolvimento. Tendo em mente as reflexões do autor de *A Democracia na América*, João Carlos Espada lembra que "o princípio ou a tendência para a igualdade de condições" pode ser corretamente vislumbrado como "definidor da era democrática", e embora a igualdade democrática em Tocqueville não seja "entendida como igualdade econômica ou de rendimentos",

Na era democrática, todos os indivíduos, ainda que possam ter ocupações ou rendimentos diferentes, gozarão do mesmo estatuto, dos mesmos direitos e deveres, e cada um considerará a todos como iguais. A era democrática contrastará sobretudo com a era aristocrática. E Tocqueville sabe ver esse contraste como nenhum outro porque ele próprio é um aristocrata. Ele sabe que, antes da era democrática, diferenças de estatuto hierarquizavam os lugares dos indivíduos à nascença, com as correspondentes hierarquias de deveres e prerrogativas. A era democrática é, por isso, acima de tudo a era da igualdade (ESPADA, 2008, p. 108).

Seja por herança de uma cultura política plurissecular, seja em decorrência da conjuntura singular enfrentada pelo Brasil contemporâneo, parcelas expressivas da população tendem a elevar a manutenção da ordem e dos padrões relacionais hierárquicos acima de quaisquer outras concepções que possam pretender relativizá-las. Em virtude disso, certos teores discursivos dos apologetas dos direitos humanos são rechaçados por importantes fatias da população brasileira:

Para um indivíduo dessa direita, o discurso não-palatável, aquele que mais do que qualquer outro desencadeia sua violência verbal, lhe arranca imprecações, injúrias e acusações não raro ferozes, aquele que provoca sua ojeriza e lhe causa urticária, é, ainda hoje, duzentos anos depois, o discurso dos Direitos Humanos, o discurso revolucionário da igualdade (PIERUCCI, 1999, p. 29).

Na esteira desta visão, a democracia e suas instituições são vistas com desconfiança e se aceita sacrificá-las em nome, por exemplo, da resolução de problemas econômicos⁸³. Conforme bem pondera Marengo, "embora os dados não permitam uma afirmação mais conclusiva, a associação entre valores cívicos e poliarquias institucionalizadas (as democracias de Lijphart) pode sugerir a hipótese de que confiança nas instituições seja produto (e não causa) da estabilidade institucional" (MARENCO, 2004, p. 160). Reclama-se

⁸³Conforme o já citado *survey* do PNUD, 66% dos brasileiros "apoiam regime não-democrático para resolver problemas econômicos".

uma maior intransigência no que diz respeito ao combate ao crime, uma conduta desviante para a qual o antídoto deve ser a punição enérgica antes da assistência social ou da "ressocialização". Por fim, a manutenção da ordem pública encontra sua complementação na estrutura hierárquica das relações sociais, que não carece de modificações igualitárias.

Entretanto, está subjacente a essas ideias uma concepção de Estado que também não se conforma aos moldes do receituário liberal. É o que se observará nas linhas seguintes.

2.2.3 O estatismo⁸⁴

Em capítulo taxativamente intitulado "O brasileiro ama o Estado", Alberto Almeida afirma que "a verdade é que um dos valores mais fortes da sociedade brasileira é o seu amor pelo Estado. De fato, o brasileiro gosta, e muito, do Estado" (ALMEIDA, 2007, p. 177). Se a assertiva porventura parecer exagerada, cumpre avaliarmos sucintamente os antecedentes da abrangência do Estado no Brasil a fim de que seja viável, por fim, identificar em que medida a aludida estatolatria encontra real receptividade na percepção da sociedade brasileira.

Para além dos tempos coloniais, a tradição estatista no Brasil se faz notar já durante o Segundo Reinado (1840-1889). Com efeito, naquele período crucial para a consolidação do território e da unidade nacional, se percebe a solidificação de contundentes mecanismos de intervenção estatal, podendo-se destacar certos instrumentos do Poder Moderador e a perícia do Paço para recrutar e controlar as elites político-burocráticas. Compartilhando valores e lealdades com o Imperador e com as estruturas políticas do sistema, essas elites cedem seu esforço e influência para a "construção da ordem" (CARVALHO, 2003) e para a centralização política (que, aliás, obra formalmente desde a carta magna nascida do processo de Independência).

No ocaso do século XIX o governo instituído após o golpe republicano ensaia um esboço de descentralização administrativa, tendo o positivismo⁸⁵ fardado apostado em uma versão caricatural do federalismo estadunidense. A pretensa descentralização e o princípio das autonomias locais, porém, são maculados à medida que a intervenção estatal se impõe em áreas como a política estadual (intervenção nas eleições através da fraude e do "voto a cabresto") e economia (os episódios da expansão das ofertas monetárias durante o

⁸⁴Uma versão anterior desta subseção foi apresentada e publicada pelo autor em um seminário acadêmico (QUADROS, 2013).

⁸⁵É obsoleto reafirmar que o positivismo, na teoria e na prática, é uma doutrina profundamente estatista.

Encilhamento e a assinatura do famoso Convênio de Taubaté, por exemplo, expressam essa realidade).

As práticas intervencionistas talvez tenham inclusive se acentuado após a revolução varguista, quando se reintroduz a centralização política e administrativa. Em 1937, com o advento do estadonovismo, o Estado se agigantaria ainda mais. A nova carta constitucional, delineada de modo a validar a ordem ditatorial, advoga a hipertrofia do Poder Executivo, "autoridade suprema do Estado, que coordena os órgãos representativos de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e superintende a administração do País" (art. 73).

No bojo deste marco legal, se forja uma plêiade de agências reguladoras, condensadas no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão destinado à centralização e profissionalização da administração federal. No que concerne a este ponto, Bresser-Pereira assegura que "o Estado necessitava de uma burocracia profissional, mas fazia concessões ao velho patrimonialismo, que na democracia nascente assumia a forma de clientelismo" (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 232). São os grilhões do "Estamento Patrimonialista" magistralmente conceituado por Raymundo Faoro (2001).

Por fim, a intervenção na esfera econômica dilata-se poderosamente, já que "a partir de 1937 foi posto em prática o projeto que preconizava o Estado como agente da política econômica" (CAPELATO, 2003, p. 118). Mesmo tendo sido extirpado o regime varguista após a derrota dos fascismos na II Guerra Mundial, um legado se manteria enraizado nas estruturas brasileiras: o "nacional-estatismo" (ou "nacional-desenvolvimentismo"). Transpassando as clivagens ideológicas à esquerda e à direita – com exceção, é claro, das correntes liberais –, o princípio do estatismo e particularmente do direcionamento da economia pelo Estado é posto em prática entre as décadas de 1940 e 1960, acentuando-se após a eclosão do movimento civil-militar que afastou João Goulart do poder.

De fato, "com o regime militar iniciado em 1964, ocorreu uma grande centralização fiscal juntamente com o aumento do poder da União relativamente aos outros entes federativos" (ABRUCIO e COUTO, 1996, p. 42). No entanto, essa concentração da arrecadação seria suplementada, por exemplo, pela criação de grandes empresas estatais e pela adoção de planos econômicos cíclicos e fortemente intervencionistas, os chamados "pacotes". Mesmo se desconsiderarmos o aparato montado especialmente para a repressão

política, pode-se concluir que "parece bastante claro agora, quando olhamos para trás, que o Estado experimentou uma expansão considerável durante o regime militar. [...] O controle burocrático avançou consideravelmente" (REIS, 1988, p. 198). Como se evidencia, a "direita" brasileira – nesse caso representada pelos militares – expande o Estado ao invés de reduzi-lo.

O fim do regime de exceção, porém, não alterou significativamente o inchaço do Estado brasileiro e, em última análise, a concepção de boa parte das elites políticas acerca das prerrogativas estatais. Os novos agentes responsáveis pela transição democrática protagonizaram

[...] um caso clássico de resposta voltada para trás. Em relação à crise fiscal e ao modo de intervenção do Estado, as forças políticas vitoriosas tinham como parâmetro o desenvolvimentismo populista dos anos 50; em relação à administração pública, a visão burocrática dos anos 30 (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 227).

Não obstante, a partir do breve governo capitaneado por Fernando Collor (1990-1992) o país passa a experimentar um esboço de liberalização econômica e de reforma do Estado, iniciativas que teriam seu ponto emblemático nas privatizações promovidas pela administração de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). À parte deste interregno, a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Palácio do Planalto (2003) desencadeou reedições da ação interventora do Estado, o que se constata particularmente através da implantação de programas assistenciais amplos, da centralização crescente das regras para o ensino superior, dos incentivos ao crédito via bancos públicos, dos planos de investimentos (Plano de Aceleração do Crescimento – PAC), da expansão do quadro de servidores federais e do estímulo fiscal a setores considerados estratégicos para a cadeia produtiva.

Dessa forma, o Brasil ingressa no século XXI com uma carga tributária que consome em torno de 35% da renda nacional, possuindo um aparato estatal que conta com cerca de 9,5 milhões de servidores nas três esferas de governo (número que representa aproximadamente 21% dos postos de trabalho existentes no país)⁸⁶.

Mas o que pensa a população brasileira acerca do papel do Estado? Tal concepção guarda relação com a conformação do Estado na história do país? Há alguns indicativos nos dados ofertados pela pesquisa Cultura Política analisada por Singer (2002). Estimulados a

⁸⁶Conforme dados publicados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12762&catid=159&Item-id=7-5>.

manifestar suas preferências perante o grau desejável de intervenção estatal, nada menos que 52,1% dos 1.432 respondentes optaram pela alternativa "O melhor para o Brasil seria que o governo dirigisse tudo na economia, os serviços básicos, o comércio exterior e as indústrias pesadas". Em contrapartida, apenas 17,4% dos entrevistados se identificaram com a frase "O melhor para o Brasil seria que o governo deixasse as empresas particulares dirigirem tudo na economia, inclusive os serviços básicos, como educação, saúde e educação". De modo análogo, o Datafolha (2013) indica que 67% dos entrevistados brasileiros supõem que "o governo deve ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer".

Diante disso, poderia emergir o seguinte questionamento: não seria essa postura estatista e antiliberal a materialização de uma mentalidade política influenciada pelas forças de esquerda?⁸⁷ A julgar por este aspecto, não seria a população brasileira majoritariamente atrelada às correntes "progressistas", ao contrário do que vínhamos inferindo?

Os dados compilados pela citada pesquisa parecem desmentir essa hipótese. O cruzamento entre os eleitores que se identificam com a direita⁸⁸ e a percepção do universo total da amostra diante do papel do Estado fica configurado na tabela abaixo:

<i>Escala ideológica</i>	<i>1Esq.</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>9</i>	<i>10 Dir.</i>	<i>Total</i>
<i>Concorda muito</i>	59,7	58,9	59	43,7	42,2	50,9	61,3	64,4	67,7	68,1	57,4
<i>Concorda</i>	11,2	15	13,8	18,2	20	20,6	18,1	15,6	16,2	12,6	16,6
<i>Discorda</i>	3,4	8,7	8,6	12,4	6,9	8,6	3,8	5,9	6,5	2,3	6,6
<i>Discorda muito</i>	25,8	17,5	18,5	25,7	30,9	19,9	16,8	14	9,9	17,1	19,5

Reconhecimento de que o Estado deve intervir mais na economia por autocalização na escala direita-esquerda (em %)

Fonte: Singer (2002, p. 188).

Ainda que 74% do total da amostra (desconsiderando-se, portanto, a filiação ideológica) concorde com o princípio de uma maior intervenção estatal na economia, fica

⁸⁷O lastro deste argumento estaria no fato de que os partidos políticos de esquerda, de um modo geral, tendem a desenvolver um *modus operandi* mais favorável à valorização de um Estado atuante, voltado à planificação plena da economia (esquerda radical/marxismo ortodoxo) ou à implantação de políticas públicas altamente abrangentes (*welfare state* social-democrata).

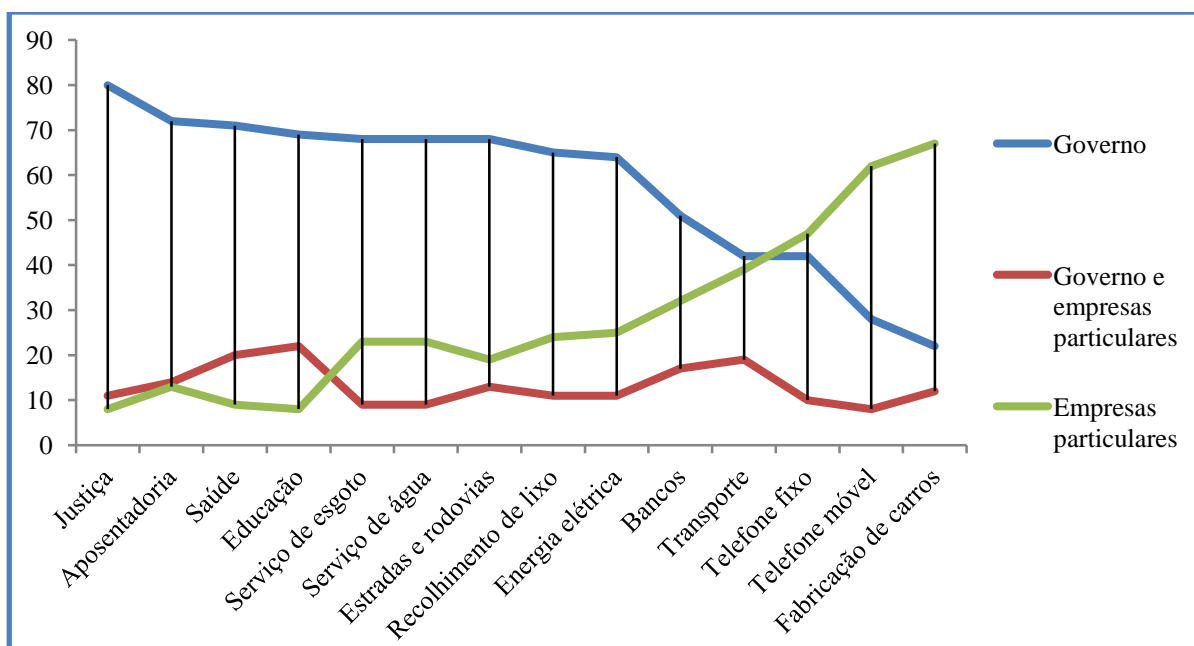
⁸⁸Discutiremos mais amplamente os significados que possam estar atrelados à "direita" no próximo capítulo.

claro que o índice é invariavelmente mais elevado entre os entrevistados que se autocalizaram à direita do *continuum* ideológico. Ademais, Singer acrescenta:

O vínculo entre a localização à direita e o reforço da autoridade do Estado é confirmado nos quatro *surveys* a que tivemos acesso e não se refere apenas ao direito de reprimir os movimentos sociais. [...] Elas (as entrevistas) indagaram do entrevistado se ele concordava que o governo deveria ter o direito de proibir a existência de algum partido e censurar jornais, televisões e rádios. Apesar de a maioria do eleitorado discordar de que o governo tenha direito a exercer esse tipo de autoridade, tende a haver uma associação positiva entre posicionar-se à direita e concordar em conferir tais poderes ao governo. Em uma palavra, nota-se à direita uma tendência a reforçar a autoridade do Estado em geral (SINGER, 2002, p. 154-155).

Assim, se a maioria absoluta da amostra tende a mostrar-se simpática à ideia de um Estado forte, as pessoas auto-identificadas com a direita tendem a projetar uma concepção ainda mais estatista. Por conseguinte, as ideias defendidas por alguns dos atores vinculados à direita no Brasil não guardariam harmonia com os preceitos do liberalismo (ao menos no que se refere à estruturação do Estado).

Da mesma forma, a Pesquisa Social Brasileira⁸⁹ indica que o estatismo realmente goza de prestígio entre a população brasileira. Quando questionados acerca da desejabilidade do controle estatal (ou privado) de determinados serviços, os respondentes produziram o seguinte quadro:



Opção de controle dos serviços (Estado versus iniciativa privada)

Fonte: Almeida (2007, p. 179). Gráfico adaptado pelo autor

⁸⁹Os dados foram retirados de ALMEIDA (2007).

Os números não deixam margem para dúvidas: parcelas expressivas da população brasileira tendem a identificar no governo/Estado o agente mais adequado para gerir alguns dos principais serviços. A julgar pelos entrevistados, constituem *tarefas exclusivas do Estado*: a promoção da justiça (80%), o sistema de previdência social e de aposentadoria (72%), o aparato que envolve os serviços de saúde (71%), a educação (69%), os serviços de esgoto, abastecimento de água, estradas e rodovias (68%), o recolhimento de lixo (65%), o fornecimento de energia elétrica (64%) e até mesmo a propriedade dos bancos (51%).

A curva do gráfico só começa a inclinar-se para o equilíbrio quando o item avaliado é o serviço de transportes e telefones fixos (e ainda assim, 42% dos brasileiros entrevistados acreditam ambas as áreas devem ser de competência exclusiva do Estado). O predomínio da iniciativa privada ocorre somente quando os temas em pauta são os serviços de telefone móvel e a fabricação de carros (nestes casos, "apenas" 29% e 22% dos entrevistados, respectivamente, consideraram que o Estado deveria de deter o monopólio).

Ademais, pesquisa encomendada pela *British Broadcasting Corporation* (BBC, 2009) revelou que entre as 27 nações pesquisadas o Brasil foi o país com a maior proporção de entrevistados que defenderam um papel mais ativo do Estado "na regulação dos negócios do país" (87%) e o quinto com maior apoio à ideia de que o governo "controle diretamente as principais indústrias do país", assertiva que contou com 64% de adesão entre os brasileiros.

Os respondentes brasileiros expressaram comparativamente mais ceticismo em relação ao livre mercado do que entrevistados de outros países. Ainda que 43% tenham afirmado que os problemas do sistema podem ser resolvidos através de reformas, nada menos que 35% consideram que "um novo sistema econômico" se faz necessário, o que configura o terceiro maior percentual, sendo superado apenas pela França (43%) e pelo México (38%). Por fim, em torno de 90% dos entrevistados brasileiros responderam que o governo deveria ter um papel maior na distribuição das riquezas nacionais, índice que confere a maior aderência a este pressuposto.

De igual modo, o Datafolha (2014) observou que para 46% de seus entrevistados concordou com a sentença de que "quanto mais benefícios do governo eu tiver, melhor será minha vida", enquanto 49% cancelaram a ideia de que "quanto menos eu depender do

governo, melhor será minha vida" e 66% opinaram que "o governo deve ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer".

A lógica estatista, por vezes acompanhada de vieses autoritários, não encontra abrigo apenas na prática política daqueles atores que de fato governaram a nação ao longo de sua história. Esta concepção está presente, ainda, na mentalidade de parcelas expressivas da nossa população. O resumo de Pierucci em relação ao eleitorado paulistano talvez possa ser capaz de representar a média da população brasileira como um todo:

A atual militância das máquinas eleitorais da direita em São Paulo, no modo de conceber o Estado e seu papel na economia e na vida social, é francamente favorável às mais diferentes formas de intervencionismo estatal. Entre os nossos entrevistados, propostas no sentido de fazer recuar o intervencionismo estatal, defesas bem articuladas e convictas da economia de mercado e do 'Estado mínimo' apareceram muito poucas vezes [...]. O campo semântico mais liberal que encontramos não passa nem de perto do que se entende por neoliberalismo (PIERUCCI, 1999, p. 79).

Somado ao posicionamento diante das instituições, às reservas à democracia, à defesa de atitudes autoritárias, aos apelos pelo recrudescimento da lei penal e à positivação de relações hierárquicas tradicionais, o estatismo compõe a gama de valores que colore a visão sócio-política dos brasileiros. Essa visão, no entanto, se completa com o acréscimo de ingredientes de ordem eminentemente moral, tais como o julgamento de comportamentos que são considerados aceitáveis ou não por parte da população.

2.2.4 O certo e o errado: padrões de comportamento social

Para além dos costumes distencionados que certos analistas vislumbram a partir dos aportes oferecidos pelo conteúdo de interpretações como a do "homem cordial" de Buarque de Holanda, partes expressivas da população brasileira repudiam comportamentos sociais menos tradicionais. A moral há tanto tempo assentada, pelo contrário, segue tecendo o critério para a distinção entre o que é certo e o que é errado, entre o que é virtuoso e o que é pernicioso em termos individuais ou sociais.

Esta percepção é especialmente visível quando estão em pauta temas relacionados à sexualidade e ao aborto. No que diz respeito ao primeiro aspecto, Almeida refere que "quando se procura ouvir opiniões pelo país afora [...] percebe-se o enorme conservadorismo do brasileiro quando o assunto é sexo" (ALMEIDA, 2007, p. 152). No mesmo sentido, a população tende a "apresentar os posicionamentos mais conservadores nas questões do

aborto", o que conduziria à hipótese de que "o peso da dimensão religiosa dos valores morais nessas opiniões" seria determinante (NISHIMURA, 2004, p. 365).

Como será ponderado no quarto capítulo, liberalidade sexual e descriminalização do aborto são algumas das questões que atualmente mobilizam correntes pentecostais para o embate político no Brasil. Porém, caso se retome um dos depoimentos transcritos anteriormente, a tentativa de naturalizar da conduta homossexual, por exemplo, se choca também com os valores dos brasileiros católicos: "isso é falta de religião Católica Apostólica Romana" (PIERUCCI, 1999, p. 33 – depoimentos de Dona Mariauta). Questões morais desse tipo nutrem, em larga perspectiva, a "guerra cultural" travada (às vezes silenciosa e até inconscientemente) por homens e mulheres de direita no Brasil dos dias que correm, como veremos no quarto capítulo. Nesse sentido,

A vasta presença desta linhagem ‘familista’, de forte sotaque católico-conservador, meio democrata-cristão, de direita, mas não radical, revela quão grande ainda é no Brasil o peso cultural do catolicismo como fator de permanência e retroalimentação de um eleitorado de direita (idem, p. 80-81).

A "linhagem familista" – ou simplesmente a tradição familiar – é de fato importante para a própria estrutura psicológica brasileira: "em casa e no código da família brasileira, existe uma tendência de produzir sempre um discurso conservador, onde os valores morais tradicionais são defendidos pelos mais velhos e pelos homens", porque "tudo, afinal de contas, que está no espaço da nossa casa é bom, é belo e é, sobretudo, decente" (DAMATTA, 1986, p. 27-28). Em tal contexto, também a moral sexual há tanto tempo preceituada pelas autoridades religiosas parece estar ainda presente, sendo escoltada, ao menos formalmente, pelos códigos que regem o comportamento coletivo. Esses códigos estruturais que conferem a citada decência às famílias e à sociedade são ameaçados pelos ventos de liberalização que emanam de grupos políticos e de extratos menos conservadores da sociedade brasileira. Diante do perigo, cabe rechaçar a liberalidade a fim de preservar o que importa. Tratando especificamente das questões ligadas à sexualidade, os dados a seguir comportam semelhante percepção:

	Totalmente contra	Um pouco contra	Nem contra nem a favor	Um pouco favor	Totalmente a favor
Opinião sobre o homossexualismo masculino	81	8	3	3	5
Opinião sobre o homossexualismo feminino	78	10	3	4	6

Opinião sobre o sexo anal entre homem e mulher	60	14	4	12	11
Opinião sobre homem fazer sexo oral na companhia	50	11	3	15	21
Opinião sobre o uso de revistas pornográficas para excitação sexual	49	16	3	19	21
Opinião sobre mulher fazer sexo oral no companheiro	49	11	3	16	21
Opinião sobre masturbação feminina	44	14	4	17	21
Opinião sobre masturbação masculina	40	16	3	20	21
Opinião sobre todo tipo de relação sexual voluntária	24	10	3	19	44

Concepção dos brasileiros acerca da sexualidade (em %)

Fonte: ESEB 2006 (*In*: ALMEIDA, 2007, p. 153).

Não se põe em dúvida que entre o que se fala e o que se pratica pode haver enorme diferença/contradição. Contudo, o que se verbaliza não deixa de conter importância, ao menos à medida que pode revelar concepções acerca daquilo que se entende que *deveria* ser praticado, daquilo que se concebe como formalmente decente/correto. A julgar pelas informações do ESEB, a maioria esmagadora da população brasileira manifestaria uma posição fortemente negativa em relação aos homossexuais (tanto no que refere aos homossexuais masculinos quanto aos femininos) e a práticas como o sexo anal entre homem e mulher (74% de rejeição, se somarmos aqueles que são "totalmente contra" e aqueles que são "um pouco contra"). Em acréscimo, outras condutas sexuais menos ortodoxas – como o sexo oral – são igualmente condenadas pela maioria dos entrevistados, o mesmo ocorrendo com o "uso de revistas pornográficas para excitação sexual" e com a masturbação (masculina e feminina). Apenas a "opinião sobre todo tipo de relação sexual voluntária" passa a ser positiva para a maioria da população (e ainda assim, 24% das pessoas se disseram "totalmente contra" e 10% foram "um pouco contra"). Ao avaliar os resultados, Almeida observa que

Ao falar em sexo não se pode deixar de pensar em religião. Historicamente o controle religioso do corpo, em especial da mulher, foi crucial para que se impusessem regras repressivas ao comportamento sexual. [...]. Mesmo em tradições religiosas mais liberais e não puritanas a religião teve um papel repressivo. Dos dados colhidos junto à opinião pública captaram esse fenômeno no Brasil do século XXI (ALMEIDA, 2007, p. 168).

A tese de que o influxo religioso tenha sido determinante para moldar o comportamento sexual dos brasileiros pode eventualmente ser alvo de contestações. Contudo, é evidente que certas organizações religiosas permanecem inserindo a preservação da moral sexual tradicional na pauta do debate público, e o fato de que a maioria da população brasileira tende a positivar as igrejas⁹⁰ pode em alguma medida refletir o relativo êxito das instituições religiosas em manter seu *status* de orientadoras morais no Brasil contemporâneo.

Nesse sentido, a maioria esmagadora da população brasileira julga que é imperativo crer em Deus para assumir valores verdadeiramente morais. É o que comprovou *survey* aplicado pelo *Pew Research Center* (2014). Diante da pergunta "você acha que acreditar em Deus é essencial à moralidade?", nada menos que 86% dos brasileiros responderam que "é necessário acreditar em Deus para ser moral", o que configura o segundo maior percentual no conjunto dos sete países pesquisados na América Latina. Além disso, 87% dos brasileiros entrevistados pelo Datafolha (2013) entendem que "acreditar em Deus torna as pessoas melhores"⁹¹.

À margem desse pormenor, está claro que fatias importantes da sociedade brasileira suportam as linhas gerais da doutrina tradicional das igrejas cristãs quando o tema é sexo e homossexualismo. Embora outras pesquisas informem que a rejeição aos homossexuais pode não ser tão incisiva quanto aquela encontrada pelo ESEB⁹² – o que nos remete à possibilidade bastante plausível de que, com o passar do tempo, o homossexualismo venha a encontrar cada vez menor resistência na sociedade –, a opinião sobre o aborto contribui para aproximar contingentes importantes da população e o ensinamento da maior parte das instituições religiosas.

Em 2002, o ESEB demonstrou que 37% dos entrevistados julgam que "o aborto deve ser proibido em qualquer situação", enquanto 51% acreditam que essa medida deve ser

⁹⁰Conforme verificamos no tópico "Positivização de instituições tradicionais".

⁹¹Índice quase idêntico ao encontrado no ano seguinte: 86% (DATAFOLHA, 2014).

⁹²O ESEB (2002) nos demonstra que apenas 29,9% dos brasileiros consideram que os homossexuais são "pessoas como quaisquer outras", ao passo que 37% entendem que se trata de "pessoas que nasceram com problemas" e 33,4% crêem que são "pessoas com comportamento errado" (NISHIMURA, 2004, p. 352). Já o *Pew Research Center* (2014) observa que 39% dos brasileiros consideram que o homossexualismo "é moralmente inaceitável", mas 44% entendem que é "moralmente aceitável". O instituto Data Popular (2013), assegura que não mais do que 38% da população concordaria com a frase "Sou contrário que casais do mesmo sexo tenham os mesmos direitos dos casais tradicionais". Como acréscimo, o DataSenado (2008) observa que a aprovação de um projeto de lei que criminaliza a discriminação contra homossexuais seria aceita por 70% dos brasileiros. A despeito de tais atenuantes, parece razoável afirmar que o homossexualismo está longe de ser uma prática naturalizada sem reservas por boa parte da população brasileira.

permitida apenas em caso de gravidez decorrente de estupro. Logo, escassos 11,5% dos entrevistados seriam incondicionalmente favoráveis à autorização do aborto no Brasil⁹³.

Em paralelo, pesquisa empreendida pelo IBOPE (2010) revelou números bastante similares. Embora se possa acrescentar que cerca de 2/3 dos entrevistados concordem com o aborto "quando a vida da mulher corre perigo" ou "quando o feto não tem nenhuma chance de sobreviver após o parto", apenas 9% aprovariam a prática do aborto "por falta de motivos econômicos" e 8% o aceitariam "quando o anticoncepcional falha".

Como complemento, o instituto Vox Populi (2010) assinala que apenas 308 dos 1.760 entrevistados (14%) consideram que se deveria providenciar a "descriminalização" do aborto, ao passo que 1.760 das 2.200 pessoas consultadas (82%) avaliam que a atual legislação brasileira sobre o assunto não deve ser alterada. Finalmente, *survey* aplicado pelo *Pew Research Center* (2014) constatou que 79% dos brasileiros consideram que a prática do aborto é "moralmente inaceitável", 7% consideram-na "moralmente aceitável" e 9% creem que "não se trata de uma questão moral".

Subsidiada por essa contundente percepção, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão máximo da hierarquia católica do país, investe publicamente contra as tentativas levadas a cabo pela atual presidente a fim de alterar a legislação sobre o aborto:

De fato, esta é a política da Presidente Dilma: incentivar e difundir o aborto, favorecendo os interesses de organismos internacionais que querem impor o controle demográfico aos países em desenvolvimento, mesmo se isto leva a Presidente a desrespeitar a vontade da maioria do povo brasileiro, que é contrária ao aborto, e a infringir as mais elementares regras da democracia (CNBB, 2012).

Mesmo as opiniões favoráveis ao aborto no Brasil reconhecem que a maioria da população o desaprova e não deixam de se ressentirem com aparente fracasso de movimentos ligados ao feminismo no que se refere à conquista da opinião pública:

A cada possibilidade de liberação do aborto as forças conservadoras contra-atacam, cada vez com maior agressividade, cooptando a opinião pública favoravelmente. Esse é um desafio a ser enfrentado pelas feministas brasileiras empenhadas nessa luta, o que nos leva a concluir que essas negociações tiveram mais êxito em nível político do que social, pois não lograram alcançar e sensibilizar camadas mais amplas da população (SCAVONE, 2008, p. 679).

Com efeito, veremos posteriormente que o tema do aborto (juntamente com a sexualidade) certamente protagoniza uma espécie de guerra cultural que vem tendo lugar no

⁹³Os dados constam no trabalho de Nishimura (2004, p. 354).

Brasil contemporâneo, muitas vezes suscitando uma clivagem entre conservadores e progressistas. Nesse momento, cumpre questionar: tal clivagem teria fundamentos na percepção da própria população? Como se enxergam os brasileiros no *continuum* ideológico? Eis o tema do próximo tópico.

2.2.5 O brasileiro se diz "de direita"

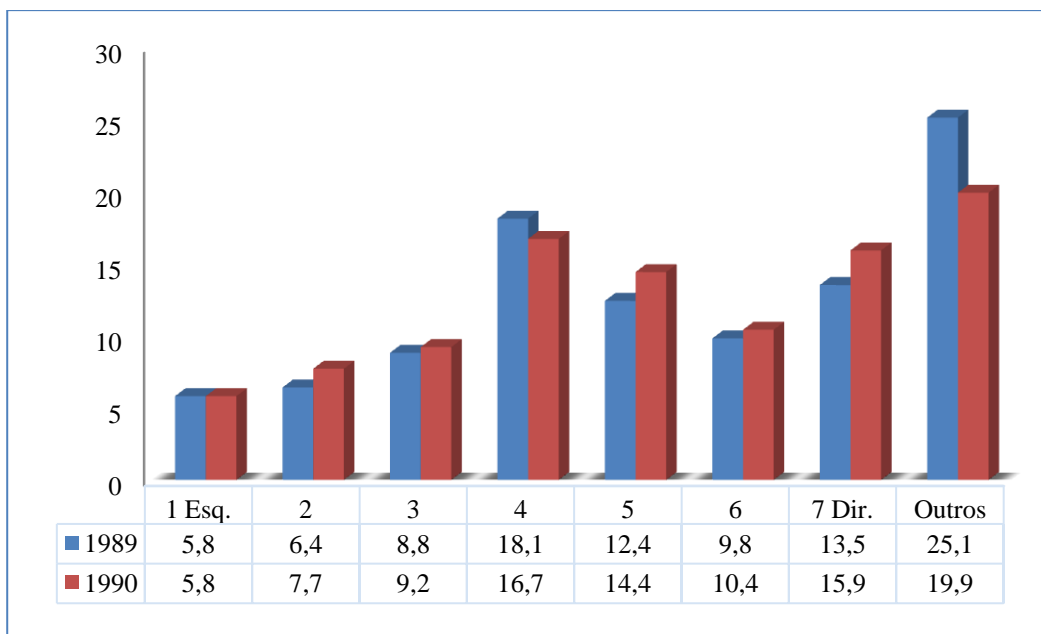
Uma vez que o capítulo posterior abordará com maior profundidade também os pilares da discussão acerca da aplicabilidade da díade direita-esquerda, importa assinalar, por hora, o modo como os eleitores brasileiros se autolocalizam no *continuum* ideológico. À margem da proposta de relativização encabeçada por algumas correntes filosóficas contemporâneas, a ideia de que existe uma direita e uma esquerda segue presente no vocabulário político e as pessoas comuns por vezes tendem nela identificarem-se. Nesta ótica,

[...] os eleitores - apesar da falta de estrutura ideológica definida, para a qual seriam necessários conhecimentos que eles não têm - possuem identificação ideológica suficiente que lhes permite distinguir as posições de esquerda ou de direita, progressistas ou conservadoras (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 36).

Logo, ainda que seja plausível a advertência de que o grosso dos eleitores eventualmente possa não apreender suficientemente os significados mais densos de "direita" e "esquerda" nos moldes difundidos pela filosofia política, a conclusão de Bresser-Pereira não chega a ser isolada. Ao interrogar-se acerca de "como pode o eleitor usar seu posicionamento em um espectro ideológico esquerda-direita para orientar seu voto, se não sabe o que é esquerda e direita?", Singer pondera:

A nosso ver, trata-se [...] de um conhecimento intuitivo, se um sentimento do que significam as posições ideológicas. Esse sentimento permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não as saiba verbalizar. E a mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e os partidos) nessa escala e votar coerentemente. No entanto, além de permitir uma orientação em relação a candidatos e partidos, essa intuição ideológica está associada a um conjunto de opiniões que representam, a nosso ver, o modo pelo qual o eleitor enxerga a sociedade (SINGER, 2002, p. 143).

Assim, os eleitores comuns, embora potencialmente desprovidos de critérios sofisticados alicerçados em teorias sistemáticas, seriam capazes compreender a dimensão direita-esquerda por meio "de um conhecimento intuitivo" ofertado pela experiência. Com base em semelhante conclusão, *surveys* como o Cultura Política (1989-1990) chegaram aos seguintes resultados:

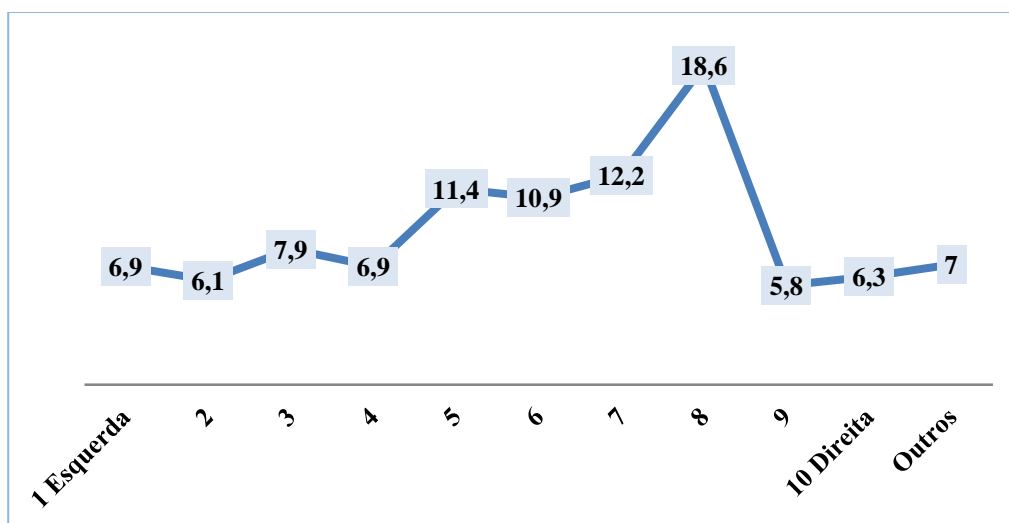


Distribuição dos eleitores no *continuum* esquerda-direita (em %)

Fonte: Cultura Política (1989-1990 *apud* SINGER, 2002, p. 131- adaptado pelo autor).

O predomínio do grupo identificado com a direita é notório, visto que, em 1989, 35,7% dos eleitores identificaram-se com as escalas cinco, seis e sete e 21% preferiram as escalas um, dois e três. No ano seguinte, cresceu o universo dos entrevistados que se associaram às graduações mais à direita: 40,7% (contra 22,7% mais próximos à esquerda).

Avançando no tempo, o mesmo *survey* foi aplicado no ano de 1993. Embora a escala tenha se expandido, passando para dez graduações, os resultados encontrados não foram fundamentalmente diferentes:

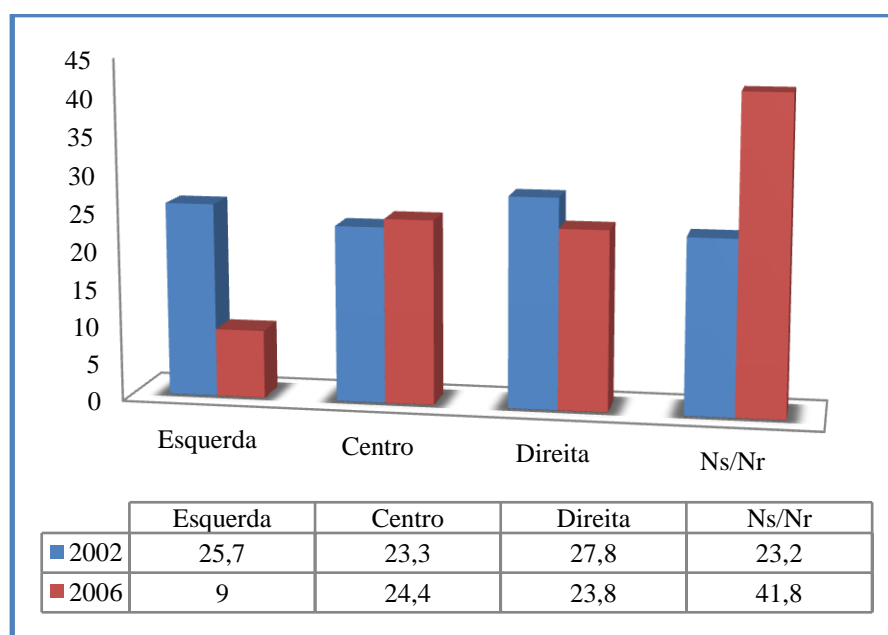


Distribuição dos eleitores no *continuum* esquerda-direita (em %)

Fonte: Cultura Política 1993 (*apud* SINGER, 2002, p. 131 – adaptado pelo autor).

A maioria dos respondentes novamente se identifica com as escalas mais à direita (oito, nove e dez): 30,7%. Por outro lado, a diferença entre os dois grupos diminuiu, já que 20,9% dos eleitores mostraram-se mais simpáticos à esquerda (escalas um, dois e três).

O ESEB (2002 e 2006) igualmente mensurou a percepção da população acerca do assunto. Ainda que as pesquisas mais uma vez apontem para um aumento da fatia do eleitorado que não soube autolocalizar-se na escala⁹⁴, a direita continua possuindo mais adeptos do que a esquerda:



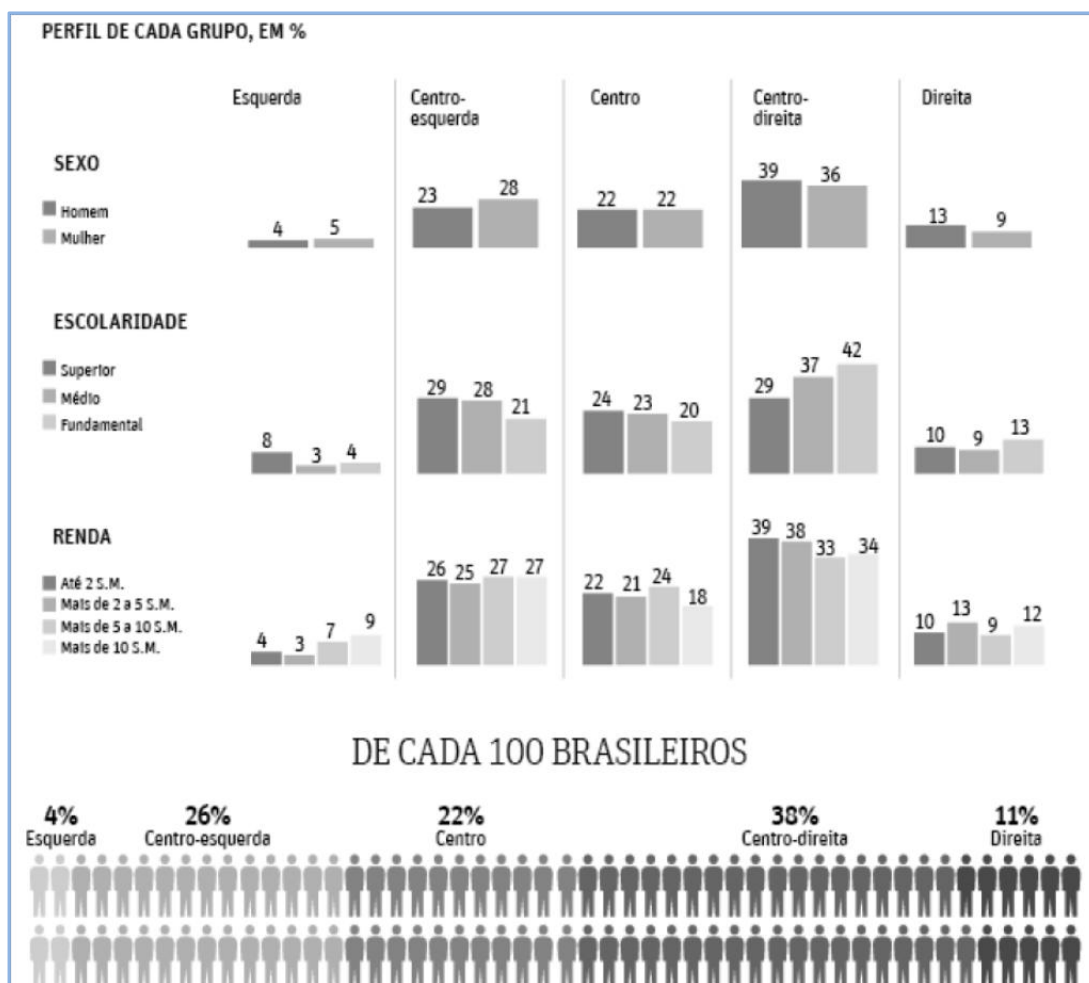
Distribuição dos eleitores no *continuum* esquerda-direita (em %)

Fonte: ESEB (2002 e 2006).

Outra pesquisa (Datafolha, 2006) revela que 47% do eleitorado brasileiro se define como sendo de "direita". Outros 23% de "centro" e apenas 30% de "esquerda". Em 2013⁹⁵, o instituto aplicou novamente a pesquisa, e os índices se mantiveram: 49% da população identificou-se com a direita, ao passo que 30% associou-se à esquerda. Eis o detalhamento dos dados:

⁹⁴Uma das hipóteses para se explicar a variação seria a de "seria importante verificar se ainda havia em 2006 uma parcela significativa do eleitorado que em 2002 associou 'esquerda' à oposição e 'direita' ao governo. Se, em âmbito nacional havia, até 2002, certa 'adequação' destas 'definições' aos fatos (já que os governos em âmbito federal haviam sido de centro-direita e a esquerda sempre havia ficado na oposição), a partir do governo Lula esta 'adequação' deixa de ocorrer. Isto pode ter contribuído para 'confundir' esta parcela do eleitorado, resultando no aumento das "outras respostas" à questão do posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita" (CARREIRÃO, 2007, p. 314).

⁹⁵Os dados de 2014 não são muito diferentes, embora tenha havido algum crescimento da "esquerda": 45% dos brasileiros estariam ideologicamente na "direita", 35% na "esquerda" e 20% no "centro" (DATAFOLHA, 2014).



Autolocalização na escala direita esquerda

Fonte: DataFolha (2013).

Note-se que a escala se complexifica sensivelmente, à medida que oferta ao respondente a possibilidade de se enquadrar em tipologias como "centro-esquerda" e "centro-direita", que operariam como dimensões mais moderadas no interior do espectro ideológico. Ainda que o resultado geral não seja essencialmente diferente das pesquisas anteriores, o instituto fracionou os respondentes também em extratos sociais (sexo, escolaridade e renda), abrindo margem para análises pertinentes.

As mulheres apresentam uma leve tendência de se associarem mais à esquerda do que os homens. Ademais, um contingente maior dos mais escolarizados inclina-se para as categorias situadas do centro para a esquerda, o mesmo ocorrendo em algum nível com os mais ricos. Logo, um homem, menos escolarizado e com menor renda constituiria o eleitor típico de direita no Brasil.

Paralelamente, ao analisar os dados do ESEB, Almeida (2007) considerou que esse tipo ideal seria essencialmente definido pela escolaridade. Ou seja, a tendência seria a de que

os menos escolarizados (e, em regra, mais pobres) tenham posicionamentos mais conservadores/tradicionais do que os mais escolarizados (e, em regra, mais ricos). Emerge assim um delineamento que eventualmente surpreende o observador menos atento: a associação ordinária entre esquerda e pobres e entre direita e ricos pode ter validade em outros contextos, mas não é absolutamente o caso do Brasil em termos amplos.

Outra pesquisa do instituto Datafolha, embora tenha se detido especificamente no eleitor paulista, reforça esse possível padrão. A pesquisa se desenvolveu a partir de uma adaptação da metodologia do *Pew Research Center* no contexto norte-americano⁹⁶, e consistiu em aplicar perguntas acerca de temas tidos como controversos, tais como a posição dos entrevistados em face da pena de morte, importância atribuída à religiosidade, simpatia ou antipatia em relação ao homossexualismo e à imigração, causas e tratamento da pobreza, posse de armas, liberalização do uso de drogas, origens e punições às práticas criminosas. Com base nisso, foram elaboradas cinco graduações ideológicas: "extremo liberal" e "liberal" (esquerda), "mediano" (centro) e "conservador" e "extremo conservador" (direita). Como resultado, 33% dos entrevistados foram considerados "liberais" (sendo 6% "extremamente liberais"), 23% seriam "medianos" e 44% dos eleitores foram associados ao conservadorismo (sendo 10% "extremamente conservadores"). O jornalista Ricardo Mendonça oferece pistas a respeito do detalhamento social das categorias:

A fatia de extremo-conservadorismo é a única que tem mais homens que mulheres (61% masculina), a de eleitores mais velhos (média de 49 anos) e a com o maior contingente de pessoas com ensino fundamental (42%). Já os extremamente liberais são os mais ricos (24% têm renda familiar superior a R\$ 6.220), os mais jovens (37 anos) e os mais escolarizados (58% têm ensino superior) (MENDONÇA, 2012).

Mais uma vez, a ideia de que os valores de esquerda encontrariam abrigo nas classes populares não corresponderia plenamente à realidade brasileira. No Brasil, pelo contrário, os dados até então sugerem que haveria uma tendência para que a base social da esquerda se alicerce justamente entre os eleitores que detém maior renda e escolaridade, ocorrendo o inverso com os conservadores (ou direitistas). Do mesmo modo, as pesquisas apresentadas indicam que o segundo grupo, o dos conservadores, constitui a maioria da população.

⁹⁶Já citado anteriormente, o centro investiga temas de diversas naturezas nos Estados Unidos e em âmbito global. A entidade publicou inúmeras pesquisas de opinião a respeito do posicionamento ideológico dos eleitores norte-americanos, de modo que a metodologia foi adequada pelo instituto Data Folha.

A associação entre renda e opção política não é pacífica e evidências mais recentes poderiam mesmo sugerir o contrário. Nas eleições presidenciais de 2014, por exemplo, os resultados do segundo turno da votação deixaram claro que as regiões do Brasil nas quais residem os extratos populacionais com menor renda média (como é o caso do nordeste) concentraram grande quantidade de sufrágios para o PT, ao passo que seus principais adversários, ligados ao PSDB, venceram em regiões nas quais a renda *per capita* tende a ser mais alta (sobretudo em São Paulo e no sul do Brasil). Ainda assim, seria possível contrapor que a adesão ao PT entre os mais pobres, nesse caso, se alimentaria, em parte, do sucesso de programas petistas como o Bolsa Família, que beneficiam precisamente os menos aquinhoados. A opção eleitoral dos mais pobres pela esquerda seria, portanto, pontual e baseada no interesse de manter um programa específico, e não em inclinações morais ou ideológicas. É em vista de elementos como esses que pesquisas indicam que o perfil ideológico dos eleitores brasileiros pouco interfere na opção de voto⁹⁷.

2.2.6 Conservadorismo à brasileira: um conservadorismo mestiço

Ao avaliar o desenvolvimento da paisagem humana no Brasil, Gilberto Freyre assinalou que o processo de "crescente amorenamento do tipo nacional de Homem brasileiro" poderia ser classificado mais acertadamente pelo termo "meta-racial", "o qual envolve a superação de características racialmente antropológicas pelos, em vez de raciais, sócio-culturais" (FREYRE, 1982). Em outras palavras, a gradual transformação do brasileiro transcenderia a matéria exclusivamente biológica e influenciaria os "modos de sorrir, de andar, de falar, de viver, de conviver", dando gênese a "um tipo, um caráter pessoalmente nacional" que seria, antes de tudo, "meta-racialmente moreno" (idem).

A terminologia tão típica de Freyre permite-nos evocar a noção de que o Brasil e os brasileiros, à luz daquilo que referimos no início do presente capítulo, são objetos singulares, antropofagicamente singulares. Se há um modo próprio "de sorrir, de andar, de falar, de viver, de conviver", há de existir um modo próprio de interagir com o universo político; há de existir uma identidade na maneira de conceber e expressar as ideias políticas.

Nesta lógica, o conservadorismo brasileiro será necessariamente singular, como singular seria em outras realidades sociais. Não poderia ser um conservadorismo de

⁹⁷Ver, por exemplo, Datafolha (2013). Apesar disso, iremos sugerir no próximo capítulo que a decisão do voto por parte do eleitorado mais conservador sofre interferência de outros fatores, como aqueles relacionados ao que denominaremos "consenso de esquerda".

aristocráticos *gentlemen* ingleses talhados pelo íntimo contato com "a tradição anglo-americana da liberdade" (ESPADA, 2008). Tampouco poderia ser um conservadorismo fundamentalmente apologeta do *Ancien Régime*, ortodoxamente católico, à moda francesa de De Maistre ou De Bonald. Por certo, igualmente não se enquadraria plenamente no neoconservadorismo militante de Irving Kristol, intelectualizado e preocupado com o inchaço do Estado e com a política externa.

Subsidiando tal parecer sob outro prisma, Bernardo Ricupero, em artigo intitulado *O conservadorismo difícil* (2010), refere, por exemplo, que a formação do Brasil, marcada que foi por contradições e pela dominação estrangeira, impediria que os conservadores brasileiros se valessem do passado para positivar aquele elemento tão caro ao conservadorismo: a tradição. Assim,

[...] não é fácil encontrar espaço para ele (o conservadorismo) numa ordem política, como a americana, que busca apagar os traços do passado de uma maneira que não se pode fazer na Europa. Em poucas palavras, é muito difícil, como já foi dito, para conservadores na América valorizar o passado porque esse passado é o passado colonial. Aceitá-lo seria, no limite, valorizar a dominação das antigas metrópoles e pôr em questão a própria independência (idem, p. 79).

Logo, a tradição que brotaria do passado brasileiro, pela sua natureza, dificilmente encontraria por parte dos conservadores nacionais o mesmo entusiasmo que pautou Burke em seus louvores às seculares instituições inglesas ou que fez De Bonald saudosos da Europa medieval. Intelectuais como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, assim, vislumbrariam entraves intrasponíveis para dar fôlego a um conservadorismo clássico no Brasil.

Com efeito, procurou-se demonstrar que um conservadorismo existe e se difunde no Brasil não por meio do esforço de intelectuais, mas através das crenças morais e ideológicas que residem no homem comum, alheios a problemas filosóficos de fundo. Lançando mão de um leque psicológico socialmente lapidado, fatias expressivas do povo brasileiro dão ânimo a um conservadorismo, mas do jeito que lhes soa mais natural, mais familiar. Emergirá, assim, um conservadorismo mestiço, "moreno", antropofágico, à medida que absorve elementos de conservadorismos oriundos de outras culturas, mas os digere e os transforma em algo naturalmente peculiar.

Em virtude disso, a disposição conservadora no Brasil será mesmo eventualmente inconsciente. Pode-se crer em determinados valores e ajuizar que as políticas públicas devam rumar para alguma trilha conhecida pelo conservadorismo sem associar essa receita a

quaisquer dos conservadorismos já sistematizados (até porque, como se pretende demonstrar no próximo capítulo, são virtualmente inexistentes os partidos políticos consolidados que se declaram conservadores no Brasil contemporâneo, de onde nasceria um vácuo representativo).

Inconsciente ou não, a tendência conservadora não parece espelhar um grupúsculo (ou mesmo uma minoria) no seio da sociedade brasileira. Vislumbra-se um contingente significativo da população cujas posições ideológicas, ainda que pouco esquematizadas, tendem a estarem muito mais próximas dos conservadorismos do que dos liberalismos e dos socialismos, por exemplo.

É verdade que os conservadorismos (o plural não é aleatório) são distintos em suas ênfases e existem sob adornos diferentes em cada contexto geográfico e histórico, visto que o estado de pureza, para uma doutrina ou ideologia política, só existiria nas penas dos intelectuais ou na oratória idealista de líderes de massa. Logo, não haveria motivos para que no Brasil fosse diferente, e não se pretende inferir que o fenômeno da adaptação seja uma exclusividade brasileira. Porém, o conservadorismo à brasileira não deixa de ser diferente entre os diferentes, e plural na pluralidade.

Manifesta-se na positivação de instituições tradicionais, notadamente daquelas de algum modo ligadas à ordem moral (Igreja Católica e outras igrejas) e à ordem propriamente social (Forças Armadas). Se "ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado" (OAKESHOTT, s/d, p. 5), a maioria do povo brasileiro, de acordo com os *surveys* consultados, aprova e confia mais nas duas instituições mais antigas e testadas ao longo da história do país do que naquelas que ainda não parecem capazes de representá-lo.

Dentre as últimas, encontram-se o parlamento, os partidos políticos e, em sentido largo, a própria democracia. É plausível supor que as razões para a descrença nos arranjos representativos estejam fundadas na ausência de responsividade de tais instituições em face das demandas básicas da população que lhes cumpriria representar. Contudo, é igualmente razoável conjecturar que o problema tenha ao menos uma raiz anterior, estando incrustado na concepção que é manifestada por partes importantes da sociedade brasileira: uma concepção de cariz autoritário e hierárquico, que valoriza a ordem quase a qualquer custo (e que, portanto, rapidamente se desilude com a tolerância quase relativista, com a agitação social e

com a proeminência dos direitos do réu e do condenado que acompanham a rotina de algumas realidades democráticas).

De fato, pesquisas de opinião sugerem que expressivas fatias dos brasileiros apoiam sem tergiversar assertivas como aquelas que rezam que "o presidente não deve se limitar à lei em caso de dificuldades" e que "todo país deve ter direito de expulsar pessoas que tenham posições políticas que ameacem o governo". A autoridade, e a liberdade negativa importam mais do que o *laissez-faire* e a liberdade positiva.

Logo, para muitos brasileiros o recrudescimento da legislação penal é um clamor, o discurso dos direitos humanos tem legitimidade apenas parcial, a hierarquia e o modo tradicional de reger as relações sociais ordinárias são mais caros do que a igualdade e a liberalização dos costumes. O remédio para o crime é, antes de qualquer coisa, a punição severa. As gradações simbólicas entre as pessoas e classes sociais devem ser respeitadas integralmente. O homossexualismo não é plenamente assimilado. Condutas sexuais tidas por heterodoxas são, *a priori* (e, talvez, hipocritamente), censuráveis, mesmo quando praticadas entre casais heterossexuais. O aborto sem justificativas muito específicas é errado e deve ser tratado como tal pelo arcabouço jurídico.

Neste rol estão prerrogativas que não são necessariamente exclusivas do pensamento de direita⁹⁸, mas certamente condizem com os conservadorismos em diversos níveis (ao menos, mais do que com o socialismo). O desprezo de Irving Kristol – cérebro do neoconservadorismo em terras norte-americanas – por aqueles que ultrajam esses valores bem poderia sair da boca de muitos dos brasileiros que se posicionaram em recentes pesquisas de opinião:

Uma das características mais extraordinárias da nossa presente civilização é a maneira como a ‘contracultura’ da Nova Esquerda é recebida e aceite como uma cultura ‘moderna’. Grandes empresas publicam alegremente livros e revistas, editam e vendem discos, produzem e distribuem filmes e patrocinam programas de televisão que glorificam a pornografia, que denunciam a instituição familiar, que ultrajam a ética da posse, que justificam a insurreição civil [...]. E, no entanto, essa é a questão com a qual nos confrontamos, à medida que a nossa sociedade vai produzindo incansavelmente mais e mais desses ‘seres’ cujos vícios privados de modo algum trazem benefícios públicos para a ordem (KRISTOL, 2003, p. 115-116).

⁹⁸É certo que não seria impossível um esquerdista defender, por exemplo, a redução da maioria penal. De igual modo, um católico ligado à teologia da libertação pode simultaneamente esposar visões politicamente progressistas e condenar o homossexualismo. Mas a regra geral, há que se convir, não costuma ser essa.

Conforme se sublinhou reiteradamente no primeiro capítulo, as ideias conservadoras em geral têm os costumes assentados em elevada consideração, e muitos brasileiros aspiram preservá-los, opondo-se, talvez sem o saber nitidamente, à "contracultura" mencionada por Kristol. Essa tendência se verifica, por exemplo, no modo como os entrevistados se posicionaram acerca das relações entre as pessoas de patamares sociais diferentes, e um dos resultados das enquetes do ESEB é bastante emblemático: o empregado deve continuar tratando o patrão por senhor mesmo que lhe seja concedida, por parte do seu próprio superior hierárquico, a liberdade de deixar de fazê-lo.

Posturas semelhantes denotam uma concepção pouco igualitária da vida, o que é habitual no conservadorismo e nos intelectuais que o codificaram em outros países. Com efeito, ao analisar o pensamento de S. T. Coleridge⁹⁹, por exemplo, Peter Viereck observa que o poeta vislumbrava que "a sociedade dividiu suas funções em diferentes 'ordens de classe'", já que "cada classe teve suas valiosas funções" e "todas as classes precisam cooperar harmoniosamente com a unidade orgânica" da sociedade (VIERECK, 1956, p. 34, tradução nossa). Tal unidade orgânica repousa no acatamento da diferença. Negá-lo seria ceder às pretensões das ideias da esquerda:

O pavilhão da defesa das diferenças, hoje empunhado à esquerda com ares de recém-chegada inocência pelos 'novos' movimentos sociais (o das mulheres, o dos negros, o dos índios, o dos homossexuais, o das minorias étnicas ou linguísticas ou regionais, etc.) foi na origem – e permanece fundamentalmente – o grande signo desígnio das direitas, velhas ou novas, extremas ou moderadas. Pois, funcionando no registro de evidência, as diferenças explicam as desigualdades e de fato reclamam a desigualdade (legítima) de direito. *Différence oblige, chacun à sa place* (PIERUCCI, 1999, p. 19).

Se cada um deve saber o seu lugar, a cosmovisão de segmentos importantes da sociedade brasileira não se entusiasma com o tratamento tolerante diante dos criminosos. A igualdade que merecem assenta-se apenas na rígida equivalência entre a pena e a gravidade do ilícito que cometeram. Esse princípio condiz com as considerações de outro importante conservador norte-americano:

[...] as pessoas se diferem nas bases dos seus desertos e dos seus méritos morais. A justiça, então, é essencialmente desigual porque as pessoas têm méritos morais diferentes, e por isso elas merecem diferentes tipos e quantidades de benefícios e malefícios. Isso, é claro, não significa negar que a justiça exige que pessoas com o mesmo mérito moral mereçam o mesmo tratamento. Mas significa negar que as pessoas têm o mesmo mérito moral nos casos típicos em que são avaliadas do ponto de vista da justiça (KEKES, 1998, p. 179, tradução nossa).

⁹⁹Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) foi um poeta inglês que se notabilizou também pelos escritos políticos de tendência conservadora.

Porém, muitos dos valores morais do conservadorismo à brasileira estão amparados na tradição religiosa (lembremo-nos que, conforme o *Pew Research Center* [2014], 86% dos brasileiros considera que "é necessário acreditar em Deus para ser moral"). Embora a valorização da religião não seja unânime para os intelectuais conservadores, não há dúvida de que se trata de um ingrediente geralmente considerado importante. Nesse sentido, em *The Case for Conservatism*, Lord Hailsham sustenta que "não pode haver conservadorismo genuíno se este não estiver fundado sobre uma visão religiosa como base da obrigação civil, e não pode haver verdadeira religião onde a base da obrigação civil é considerada puramente secular" (HAILSHAM *apud* SCRUTON, 2001, p. 159, tradução nossa).

Em termos de regulações civis, entretanto, o conservadorismo à brasileira opõe-se às mais sólidas tradições anglo-saxônicas. Prescreve um Estado forte, diametralmente contrário ao governo limitado que é historicamente reclamado pelo grosso das sociedades britânica e estadunidense (embora não seja exatamente esse o parecer de determinadas linhagens da escola francesa de conservadorismo). De acordo com os dados que foram anteriormente apresentados, a defesa de valores tradicionais, no Brasil, se conjuga com a positivação de um Estado interventor e vigoroso. Para o bem ou para o mal, o fato é que o Estado forte é mais familiar para os brasileiros à luz da sua história.

Assim, insista-se, o conservadorismo à brasileira não pode ser mecanicamente enquadrado em nenhuma das correntes formais do conservadorismo, mas incorpora elementos de várias delas simultaneamente. É um pouco burkeano, porque valoriza a tradição social e os costumes. É um pouco reacionário, porque condiciona a moral à religiosidade e tem ojeriza a aspectos da "modernização". É um pouco evoliano, porque deseja um Estado forte e preza as hierarquias. É um pouco cético, porque desconfia de instituições políticas em vigor. É um pouco *neocons*, porque se mostra intransigente com os criminosos e com comportamentos desviantes.

O conservadorismo à brasileira é tudo isso, mas é outra coisa. Equilibra antagonismos de múltiplas correntes, é híbrido, é antropofágico, é popular¹⁰⁰. É mestiço – como mestiços são, de algum modo, todos os conservadorismos –, mas também a sua mestiçagem é única. Talvez não mais seja um pensamento que se revela por suas "feições conciliatórias", por "uma ideologia da mediação" (MERCADANTE, 1965, p. 7), haja vista

¹⁰⁰No sentido de que está fundando na percepção de parcelas do povo, e não nas contribuições de intelectuais que são, em última análise, uma elite.

que a intransigência diante de condutas consideradas desviantes é patente. Mas o conservadorismo à brasileira, mesmo sendo “difícil” (RICUPERO, 2010) por conta de heranças históricas com as quais se debatem os intelectuais, de alguma forma vinga entre o homem comum e procura fazer permanecer¹⁰¹.

Por fim, se disposições conservadoras encontram significativa ressonância no corpo do eleitorado brasileiro, é natural que o país possua partidos conservadores consistentes e armados de um discurso francamente "de direita", ao menos no vetor conservador que o disforme conceito de "direita" possa encerrar. No capítulo seguinte, almeja-se investigar em que medida essa consequência lógica de fato se faz notar na realidade política do Brasil contemporâneo.

¹⁰¹No quarto capítulo, procuraremos analisar a tese de Mercadante à luz das ações dos conservadores do Brasil do século XX, a fim de verificar se as citadas "feições conciliatórias" permanecem reinando na arena estritamente política.

3 NEGAÇÃO PETRINA E VÁCUO REPRESENTATIVO

Analizamos primeiramente as bases do pensamento conservador, apontando alguns de seus princípios e as diferenças centrais existentes entre as diversas correntes que se exprimiram ao longo do tempo. Em seguida, procurou-se demonstrar que o conservadorismo, ainda que escassamente presente nas reflexões da intelectualidade brasileira, manifesta-se em determinadas percepções da sociedade, que o desenvolve de modo mais ou menos singular. Finalmente, foi salientado que as inclinações conservadoras, longe de se restringirem a segmentos marginais da população, fazem parte do posicionamento ideológico e moral de contingentes significativos da sociedade brasileira. Nesse sentido, verifica-se que boa parte das pessoas situadas nos extratos mais pobres da hierarquia social tende a se posicionar à direita do espectro ideológico, o que contraria o senso comum segundo o qual o pensamento de esquerda granjearia aderência natural entre os carentes, ao passo que o reduto da direita estaria nas camadas abastadas¹⁰².

Assim, ideias que via de regra estão associadas ao conservadorismo existem no Brasil e são acolhidas por um número considerável de pessoas. A lógica supõe, portanto, que a representação deste conservadorismo nos espaços políticos formais seja não apenas viável, mas pujante. Do contrário, o cumprimento do princípio da representação – condição *sine qua non* para a saúde das democracias – poderia estar em risco, uma vez que muitos eleitores tornar-se-iam virtualmente desprovidos de representantes (e de partidos) suficientemente capazes de responder às suas demandas sem objeções fundamentais.

Considerando tal panorama, o presente capítulo investigará inicialmente o posicionamento de partidos e políticos brasileiros no *continuum* ideológico, objetivando mensurar se haveria um partido autêntico e ostensivamente conservador na atualidade. Para tanto, recorrer-se-á aos subsídios disponibilizados pela literatura da Ciência Política e pela

¹⁰² A tese é questionada também por Huntington (1957), ao fulminar os pressupostos da "interpretação aristocrática", a qual associa o conservadorismo aos interesses dos círculos elitistas. Do outro lado do espectro, o mencionado senso comum também não resiste aos fatos no caso das esquerdas brasileiras, uma vez que o PT, principal partido de esquerda no país, historicamente encontrou respaldo nas classes médias e nas porções mais escolarizadas da população (inclusive na intelectualidade universitária, onde também nota-se aderência a partidos ainda mais claramente marxistas). Ainda assim, já ponderamos que as eleições presidenciais de 2014 demonstraram que o PT conquistou importantes maiorias eleitorais em regiões mais deprimidas economicamente do país.

avaliação de alguns posicionamentos e programas partidários. Em seguida, será discutido o problema da "direita envergonhada", mapeando a fundamentação do conceito e questionado seus significados práticos na atualidade. Ademais, à luz da configuração das mais recentes eleições presidenciais, serão definidas as bases do fenômeno que denominamos "consenso de esquerda" e suas implicações para a ordem política.

3.1 Os partidos políticos e o espectro ideológico no Brasil

A dicotomia entre direita e esquerda tem gênese ainda na agitação que entorpeceu os Estados Gerais no limiar do drama revolucionário francês setecentista¹⁰³. A funcionalidade da distinção – tão familiar às oposições binárias que tantas vezes orientam o pensamento humano – paulatinamente passou a ser acatada nos mais variados ambientes políticos e sociais.

No núcleo de *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política* – obra que se tornou um dos mais consagrados guias para o discernimento entre direita e esquerda na linguagem político-ideológica da contemporaneidade –, Norberto Bobbio (1995) essencialmente sustentou que enquanto a primeira tende a advogar sobretudo valores como tradição e hierarquia, a segunda opta prioritariamente pela emancipação e pela igualdade.

No rastro de Bobbio, Stephen Lukes (2003) introduz o "princípio da retificação" como parâmetro distintivo: se a esquerda propõe retificar a ordem social existente a fim de minimizar ou mesmo fulminar as desigualdades, a direita disso desconfia, e evocando a preservação, teme que a aplicação repentina dos ideais de mudança no mundo real possa produzir a desordem, a perda da hierarquia e a fragilização da liberdade¹⁰⁴.

A partir de diferenciais genéricos como esses, os conceitos de direita e esquerda sobreviveriam ao avanço do tempo e encerrariam uma plausibilidade capaz de identificar (e

¹⁰³ A situação é deveras conhecida: enquanto os girondinos, *grosso modo* favoráveis à manutenção do regime, sentaram-se à direita do rei, os jacobinos, partidários da mudança radical, sentaram-se à esquerda.

¹⁰⁴ Apesar disso, não é novidade que nomes icônicos do conservadorismo como Benjamin Disraeli e Winston Churchill perceberam que o conservadorismo, possuindo valores que transcendem quaisquer interesses classistas, pode e deve perseguir políticas públicas que provoquem certas mudanças sociais necessárias. Se o primeiro expandiu o sufrágio aos trabalhadores pobres, o segundo labutou para implantar benefícios sociais a partir do Estado na Inglaterra de seu tempo. A reforma, como o próprio Burke assegurou, não é, portanto, intrinsecamente negativa para o conservadorismo. Abordaremos estes pormenores (e seus significados) com algum detalhamento no final do presente capítulo.

contrapor) grupos ideológicos em contextos históricos e sócio-políticos que de resto pouco podem se assemelhar:

Precisamos partir da convicção de que a distinção clássica entre direita e esquerda ainda tem razão de existir, e faz sentido voltar a propô-la. Parece difícil sustentar o contrário; não obstante as velhas e novas rejeições, continuamos a usar as palavras direita e esquerda na linguagem política corrente, como se ainda significassem alguma coisa. E é evidente que, se continuamos a nos entender quando as usamos, é porque possuem algum significado (BOBBIO, 1995, p. 150).

A despeito da ciência de que autores ligados à *Saliency Theory*¹⁰⁵, ao pós-materialismo¹⁰⁶ e a certos realismos¹⁰⁷ relativizam a importância prática das velhas ideologias e clivagens de pensamento na política contemporânea, parte-se do pressuposto de que, como afirmou Bobbio, "a distinção clássica entre direita e esquerda ainda tem razão de existir, e faz sentido voltar a propô-la".

Não obstante, o acréscimo de caracteres à distinção generalista de Bobbio e Lukes tende a clarificar ainda mais as diferenças entre direita e esquerda, de modo que a associação do conservadorismo à primeira vertente abastece-se com mais argumentos. Voltando-se a esse esforço, Nogueira Pinto (1996) observa que o pensamento e a práxis política da direita, para além das bifurcações que existem no seio das múltiplas correntes que os disputam, podem ser condensados nos seguintes pressupostos: "pessimismo antropológico" (o homem é imperfeito e inclinado para o mal, o que exige um governo capaz de gerir minimamente a ordem social e moral), "anti-utopismo" (validade das tradições e desconfiança diante de ideias políticas salvacionistas e/ou abstratas), "direito à diferença e elitismo" (a desigualdade é natural e mesmo a política deve ser operada pelos mais preparados), "propriedade e antieconomicismo" (o direito de propriedade é incontestável, mas a realidade não pode ser explicada apenas pelo viés econômico), "nacionalismo" (a nação é um fato histórico e o

¹⁰⁵De base europeia, a *Saliency Theory* leva a crer que os partidos políticos contemporâneos, antes de promoverem o antagonismo ideológico com seus adversários, tendem a selecionar temas pontuais prioritários para suas respectivas plataformas políticas em meio a um conjunto de temas que são considerados parte da agenda comum. Em decorrência de tal arranjo, os eleitores são instados a comparar o grau de prioridade que cada partido demonstra em relação aos temas comuns, e caso essas prioridades sejam condizentes com as aspirações da maioria, o partido terá êxito. O elemento eminentemente ideológico, como se vê, fica virtualmente extinto.

¹⁰⁶Em linhas gerais, o pós-materialismo não deixa de conectar-se com a lógica da *Saliency Theory*. Porém, frisa a emergência de ingredientes não ideológicos no debate político (meio ambiente, direitos sexuais, aborto, eutanásia, imigração, etc.). É curioso que justamente os temas pós-materialistas tenham sido instrumentalizados ideologicamente (por exemplo, os partidos de extrema-direita na Europa tendem a contrariar a imigração em nome da defesa da nacionalidade, ao passo que a esquerda tende a tolerá-la em nome dos direitos humanos e do multiculturalismo).

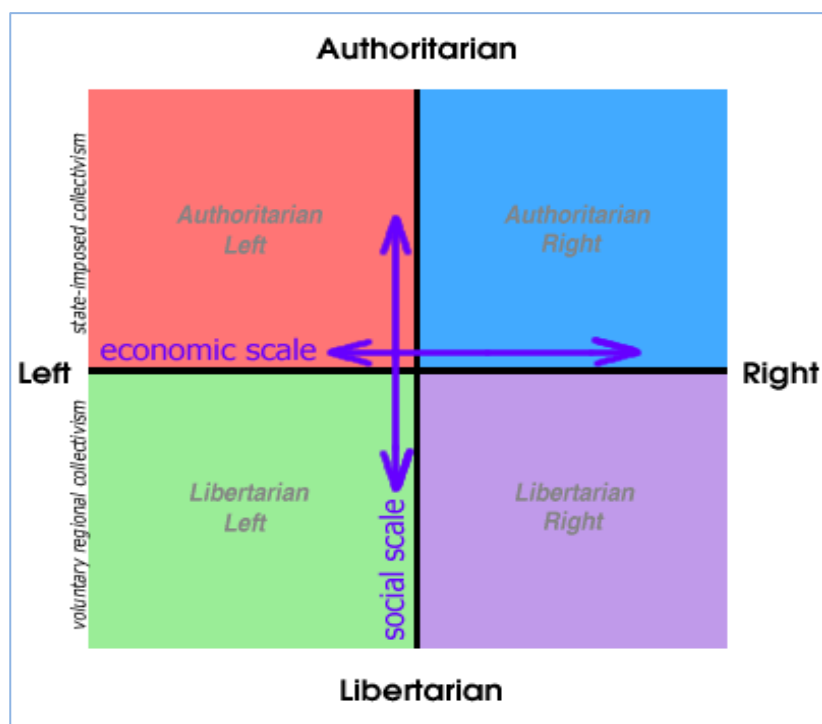
¹⁰⁷Referimo-nos especialmente ao realismo aplicado ao campo das Relações Internacionais, o qual julga que a política internacional é desenvolvida a partir dos interesses crus dos Estados, inexistindo influxos ideológicos ou culturais decisivos.

internacionalismo uma abstração) e "organicismo" (há uma teia natural que liga os homens e dá vida a uma comunidade, o que está acima de interesses classistas e/ou econômicos¹⁰⁸).

As esquerdas, por seu turno, ordinariamente inclinar-se-iam para a aceitação de ideias como "otimismo antropológico" (o homem é bom por natureza e a sociedade o corrompe), "utopismo e racionalismo" (as ideias são positivas fontes de mudança e de forja de uma sociedade nova, voltada à perfeição), "linearismo evolutivo" (teleologia progressista que propõe a permanente superação do passado), "igualitarismo" (as diferenças sociais servem apenas aos interesses dos segmentos privilegiados e devem ser minimizadas/eliminadas), "economicismo" (no sentido de que o "materialismo histórico" de Marx é uma chave explicativa da realidade), "socialismo e o internacionalismo", "democratismo" (império da vontade da maioria e aversão ao elitismo) e "humanitarismo" ("religião dos direitos do homem") (PINTO, 1996, pp. 31-43).

É talvez em virtude de tantas variáveis que seja aceitável falar-se em "macro-ideologias" (liberalismo, conservadorismo, socialismo e fascismo) e nas suas derivações, as "micro-ideologias" (tais como libertarismo e neoliberalismo, democracia-cristã e neoconservadorismo, social-democracia e anarquismo, hitlerismo e franquismo, etc.) (FREEDEN, 2003). Igualmente focado nesse enredo de condicionantes, Hans Eysenck, um psicólogo, planeia o eixo bidimensional, que enquadra as ideologias tanto com base em tendências econômicas e no grau de aceitação da igualdade (eixo horizontal) quanto na esfera dos valores sociais (autoridade e liberdade, pertencentes ao eixo vertical):

¹⁰⁸Um bom exemplo da visão organicista e comunitarista pode ser vislumbrado no trabalho de Gray (1997).



As ideologias segundo o eixo bidimensional
 Fonte: <http://www.politicalcompass.org/analysis2>

Tais perspectivas de fato complexificam a decodificação das ideologias e da díade direita-esquerda. Contudo, não parecem suficientes para pôr em xeque o princípio de que o conservadorismo é incompatível como o pensamento de esquerda. Conforme se assinalou em capítulos precedentes, faria pouco sentindo cogitar a existência de um "conservadorismo socialista" ou de um conservadorismo de corte marxista, nuances sem precedentes históricos visíveis. Em virtude disso, exceção feita às pretensões da interpretação situacional¹⁰⁹, o conservadorismo estará invariavelmente associado à direita tanto do espectro ideológico tradicional quanto do eixo bidimensional de Eysenck. No segundo medidor, poderá haver um conservadorismo de cariz autoritário (que se situará no quadrante superior direito) e um conservadorismo de disposição liberal (que estará no quadrante inferior direito), mas jamais um conservadorismo à esquerda.

Dito isso, importa visualizar o desenho do atual sistema partidário brasileiro à luz das ideologias e do conservadorismo em particular. De início,

A literatura apresenta diferentes métodos de aferição da posição de um partido no eixo esquerda-direita, que basicamente podem ser divididos em dois grupos quanto

¹⁰⁹Como vimos no primeiro capítulo, a interpretação situacional entende como conservadorismo qualquer ato político deliberado que vise barrar a mudança. No extremo desta acepção, o partido comunista cubano, por exemplo, poderia ser conservador, uma vez que se esforça para manter o *status quo* do regime que coordena desde 1959, enquanto os grupos liberais existentes na clandestinidade cubana ocupariam o lugar do progressismo.

à autoria da classificação: os métodos baseados na identificação feita pelo próprio partido e os métodos baseados na identificação que outros (analistas ou eleitores) fazem dos partidos (MADEIRA e TAROUÇO, 2013, p. 152).

Se no primeiro rol de possibilidades estariam as análises dos programas partidários e os *surveys* aplicados junto aos militantes/líderes, no segundo se arrolam métodos como "(i) as análises das posturas dos políticos assumidas na atuação parlamentar; (ii) as análises da imagem que a opinião pública constrói a respeito dos partidos e (iii) a classificação feita por especialistas (acadêmicos ou da imprensa)" (idem, p. 152). Ainda que sucintamente, procuraremos elencar dados recolhidos a partir de boa parte dessas táticas de pesquisa.

Antes, porém, é imperativo advertir que o Brasil atualmente possui mais de três dezenas de partidos políticos formalmente registrados. Essa plêiade de agremiações não só é excêntrica como poderia impor grandes anteparos metodológicos à pesquisa, de modo que se torna necessário suprimir da apreciação os chamados "partidos nanicos". Tais partidos, além de não possuírem expressividade eleitoral, não raro operam como "siglas de aluguel", sendo sua função quase exclusiva a barganha por postos secundários ou residuais de poder como moeda de troca para a contribuição em bases governistas amplas e potencialmente desideologizadas. Ademais, com exceção do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), do Partido da Causa Operária (PCO), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – todos de matriz abertamente marxista –, os demais "nanicos" geralmente somam à sua inexpressividade o confucionismo ou mesmo a inexistência de ideologias/bandeiras visíveis, e por isso dificilmente se poderiam filiar aos conservadorismos¹¹⁰.

No entanto, é admissível esboçar uma classificação ideológica dos partidos realmente relevantes, empresa para a qual a Ciência Política brasileira direciona reconhecidos esforços. Leôncio M. Rodrigues (2002) visualiza três "blocos ideológicos" no sistema partidário

¹¹⁰Não é diferente o caso dos seguintes partidos: Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Liberal (PSL), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Pátria Livre (PPL) e Partido Ecológico Nacional (PEN). Além desses, o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), atualmente (2015) com onze deputados federais, e o Partido Verde (com oito) podem não ser considerados partidos nanicos, o mesmo ocorrendo com o Solidariedade (SD), que possui quinze parlamentares. Tais partidos, porém, certamente não são conservadores. Ainda cabe mencionar o Partido Social Democrático (PSD), que foi fundado em 2011 e conta com representatividade expressiva (trinta e sete deputados) – o que também o afasta do grupo dos "nanicos". Como o PROS e o SD, porém, o partido procura a indiferenciação já nas origens. Conforme as palavras de seu próprio fundador, Gilberto Kassab, o PSD "não será de direita, não será de esquerda, nem de centro" (disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,kassab-psd-nao-sera-nem-esquerda-direita-ucentro.htm>>).

brasileiro: "no bloco da direita, o PPB (atual PP) e o PFL (atual DEM); no do centro, o PMDB e o PSDB e, no da esquerda, o PDT e o PT" (RODRIGUES, 2002, p. 32). De forma muito similar, Mainwaring (1999) considera que na esquerda ficariam enquadrados o PT, o PSB e o PPS; na centro-esquerda, o PSDB e o PDT; no centro, o PMDB; na centro-direita, o PTB¹¹¹ e, na direita, o PP e o atual DEM. Assim, haveria um virtual consenso em torno de tais classificações:

Apesar do debate a respeito da institucionalização e consistência do sistema partidário brasileiro, a ordenação dos partidos no eixo esquerda-direita não costuma ser objeto de grandes controvérsias e geralmente os analistas concordam com a classificação que coloca o PP, o PTB e o PFL na direita, o PMDB e o PSDB no centro e o PPS, PCdoB, PDT, PT e PSB na esquerda (TAROUCO, 2007, p. 39-40).

A categorização dos analistas seria acompanhada também por grande parte da população. Nesse sentido, Olavo Lima Júnior assinala que os eleitores brasileiros, ao menos há alguns anos, teriam situado os principais partidos políticos na escala direita-esquerda de modo análogo aos cálculos desenvolvidos pelos politólogos, de sorte que ao PSDB e ao PMDB coube a posição de centro, PT, PDT, PSB, PCB e PC do B foram identificados pelos eleitores como partidos de esquerda, e os atuais DEM e PP mereceram um lugar à direita (LIMA JR., 1993). Consequentemente, soa admissível afirmar que "os eleitores – apesar da falta de estrutura ideológica definida, para a qual seriam necessários conhecimentos que eles não têm – possuem identificação ideológica suficiente" para "distinguir as posições de esquerda ou de direita, progressistas ou conservadoras" (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 36)¹¹².

De fato, o diagnóstico traçado por especialistas e eleitores é, *a priori*, factível, e tem ares de estar blindado pela realidade política. No que diz respeito ao grupo de partidos de

¹¹¹Não discutiremos o caso do Partido Trabalhista Brasileiro. Oriundo do trabalhismo, como o PDT, o partido inicialmente proclamou uma identidade de esquerda, o que se percebe no teor da Carta de Lisboa, documento que marcou o renascimento do PTB na redemocratização: "concluimos pela necessidade de assumirmos a responsabilidade que exige o momento histórico e de convocarmos todas as forças comprometidas com os interesses dos oprimidos, dos marginalizados, de todos os trabalhadores brasileiros, para que nos somemos na tarefa da construção de um Partido Popular Nacional e Democrático, o nosso novo PTB. Tarefa que não se improvisa, que não se impõe por decisão de minorias, mas que nasce do encontro do povo organizado com a iniciativa dos líderes identificados com a causa popular" (CHACON, 1985, p. 668). Depois disso, porém, o PTB tornou-se, na prática, bastante pobre ideologicamente, a ponto de ser conhecido pelas práticas ligadas ao "fisiologismo/clientelismo", "marca registrada do 'novo' PTB e de outros partidos atuais, identificados com a ideia de que a política se realiza 'naturalmente' e 'privilegiadamente' através da máquina partidária e da apropriação de segmentos do Estado. O que, aliás, todo o PTB - o velho e o novo - assumiu com certo êxito" (BENEVIDES, 1989, p. 160). Logo, rotular o partido como conservador (ou mesmo de direita) não é uma alternativa viável.

¹¹²A citação deste excerto já havia sido feita no capítulo anterior. Contudo, sua adequação ao tema discutido presentemente parece justificar a repetição.

esquerda, seria pouco sensato excluir PDT, PSB, PC do B, PT e PPS. O primeiro, mantendo-se filiado à Internacional Socialista, bebe nas fontes do trabalhismo combativo que teve em Leonel Brizola, um típico militante esquerdista, o seu mais alto representante. O segundo traz o socialismo no nome (Partido Socialista Brasileiro) e propõe em seu manifesto "a transformação da estrutura da sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, que procurará realizar na medida em que as condições do País a exigirem"¹¹³. O terceiro traz o comunismo no nome, ostenta a foice e o martelo em seus símbolos e originalmente positivou o legado stalinista. O PT, ainda que "jamais se tenha deliberadamente identificado com um tipo específico de esquerdismo", "sempre se definiu como socialista e historicamente defendeu muitas posições políticas radicais" (SAMUELS, 2004, p. 223). Germinando no sindicalismo do ABC paulista, nas comunidades de base permeadas pela "teologia da libertação" e nos círculos intelectuais das universidades, o PT ostentava uma clara orientação marxista. Se os petistas amortizam seu extremismo interno às vésperas da sua primeira vitória eleitoral nacional através de marcos como a *Carta aos Brasileiros*¹¹⁴, o grupo segue encarnando o grande referencial da esquerda majoritária no Brasil (e, simultaneamente, o grande inimigo das potenciais direitas). Tal conformação faz com que sua identificação com a centro-direita fique restrita à retórica mobilizadora de grupos marxistas fundamentalistas¹¹⁵. Por fim, o PPS também denuncia seu esquerdismo pelo nome (Partido Popular Socialista) e deriva do antigo Partido Comunista. É verdade que a sigla demonstrou insatisfação com os governos federais petistas, e ao engrossar as fileiras da oposição, pode-se vislumbrar um movimento operacional e ideologicamente centrípeda. A despeito disso, o histórico, a proposta e a maioria absoluta dos membros do partido não chegam a evadir-se plenamente das esquerdas (e obviamente estão distantes dos conservadorismos).

Em paralelo, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) poderiam bem enquadrar-se à condição de centristas.

¹¹³Disponível no sítio do partido na internet: <http://www.psb40.org.br/fixa.asp?det=1>. A práxis demonstra que o PSB dificilmente aplicaria esse programa caso tivesse oportunidade. Porém, a permanência dessa linguagem nos documentos oficiais do partido expressa algo.

¹¹⁴O documento veio à luz em 2002 e marcou a abdicação do partido à via revolucionária, bem como sua conformação à democracia e à economia de mercado, ao menos formalmente. Esse processo, bastante similar àquele enfrentado por partidos social-democratas europeus, desencadeou a saída de inúmeros militantes fiéis à ortodoxia marxista que tanto caracterizara as origens do partido.

¹¹⁵Veja-se que o PSOL, partido formado por militantes ortodoxos expurgados do PT, chega a argumentar em seu sítio na internet que "O deslocamento de forças políticas, antes identificadas com a luta por mudanças radicais nas práticas políticas, para o campo conservador alcançou seu ponto culminante com a chegada do PT ao governo central" (LINCE, 2011).

O primeiro nasce das dilatadas oposições ao regime militar (1964-1985), e em virtude da composição heterogênea de seus membros, da presença em coligações à esquerda e à direita e da indiferenciação ideológica que é demonstrada institucionalmente, é facilmente classificado como "*the great catch-all party*" brasileiro (ROETT, 2011, p. 71)¹¹⁶.

O caso do PSDB é, à primeira vista, menos límpido. O partido igualmente tem gênese nas lideranças e movimentos de oposição ao regime militar, e advoga, em algum grau, a herança da social-democracia europeia acomodada ao contexto brasileiro. Durante os primeiros anos da redemocratização, os "tucanos" inclusive apoiam a candidatura do petista Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência da república no segundo turno da disputa de 1989, alinhando-se, portanto, com as forças de esquerda. Por outro lado, a transição ao centro se justifica à medida que o PSDB, ao ocupar o governo federal entre 1994 e 2002, promoveu políticas liberalizantes (privatizações, ortodoxia monetária, tentativas de reforma da administração pública, etc.) e modelou alianças políticas com partidos considerados de direita, como os atuais DEM e PP. Em decorrência do fortalecimento da sigla e da virtual polarização circunstancial gerada desde então entre sociais-democratas e petistas, o PSDB, na prática, descolou-se do espectro da esquerda.

Ainda assim, em seu programa o partido sustenta, por exemplo, que "o maior obstáculo à construção do país que queremos ainda é o mesmo, apesar das mudanças inegáveis: a desigualdade"¹¹⁷, de modo que associar os "tucanos" ao conservadorismo (ou a qualquer direita distante do centro, como pretendem algumas vozes¹¹⁸), requereria uma manobra repleta de obstáculos. É capaz de sustentar-se a assertiva de que o PSDB, repita-se, transitou para a direita em decorrência da polarização política alimentada pela disputa com o PT (que, por sua vez, "ocupa" o espectro esquerdo do *continuum*), mas os valores centrais do *conservadorismo* parecem surgir apenas marginal, pontual ou isoladamente no discurso e na prática política institucional do partido.

¹¹⁶Teorizados por Kirchheimer, os *catch-all parties* apresentariam sobretudo as seguintes características: "redução drástica da bagagem ideológica partidária", "reinado absoluto das considerações táticas de curto prazo", "fortalecimento de grupos de liderança de topo" e "garantia de acesso a uma variedade de grupos de interesse" (KIRCHHEIMER, 1972, p. 190, tradução nossa). O histórico do PMDB desde a redemocratização parece encaixar-se perfeitamente nestes parâmetros.

¹¹⁷Programa Partidário (2007, p. 24). Disponível em: <http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2-010/04/-Programa_PSDB_2007.pdf>.

¹¹⁸Talvez soe um tanto exagerada a especulação de Ribeiro: "Serra e Alckmin, em sua opção de levar o PSDB à direita, parecem se inspirar em algo como o Partido Popular espanhol, do ex-primeiro-ministro José María Aznar, agremiação que reúne o entulho mais obscurantista que restou do franquismo" (RIBEIRO, 2010, p. 21).

Finalmente, de acordo com a classificação majoritária elaborada pelos analistas, os partidos identificados com a direita, conforme já salientado, são o DEM e o PP, ambos derivados do antigo Partido Democrático Social (PDS)¹¹⁹. Com efeito, os atuais "democratas" retiraram-se do PDS após as negociações para a apresentação de candidaturas à eleição que chancelaria a transição do autoritarismo para a democracia na década de 1980, formando o Partido da Frente Liberal. Desde então, o partido opôs-se aos movimentos de esquerda (e notadamente ao PT), mas identificar-se-ia sobretudo com os ideais do liberalismo, e não do conservadorismo. Conforme se verifica nos programas do DEM, "a grande revolução a realizar-se neste país é a da liberdade da iniciativa em todos os planos – no político, no social e no econômico", uma vez que há uma preocupação com "o crescimento descontrolado da atividade empresarial do Estado, que, em muitas áreas, transborda dos limites aceitos num regime econômico, social e político de livre competição"¹²⁰.

Mesmo assim, a principal penetração eleitoral do partido ocorreu em regiões menos urbanizadas do Brasil, sendo que a prática política de contornos coronelistas levadas a cabo por alguns de seus líderes (sobretudo no nordeste brasileiro, onde prosperaram fenômenos como o "carlismo") conduzem a interpretações que relativizam até mesmo o presumido liberalismo que dormiria nas propostas inatas do atual DEM, o qual

Não era um partido especialmente comprometido com o liberalismo econômico – e, menos ainda, com o liberalismo político. Sua vocação sempre foi mais o patrimonialismo do que o livre mercado. Porém, soube se apropriar do emblema neoliberal quando isso se tornou conveniente [...] (MIGUEL, 1997, p. 132).

O Partido Progressista, por sua vez, emergiria como o candidato por excelência à condição de partido conservador no Brasil. Acolhendo em seu seio a maior parte dos ex-arenistas e dos políticos de direita que atuaram no Brasil até os anos 1980 e rechaçaram o flerte liberal esboçado pelo PFL nascente, o atual PP aparece como um clássico "partido de quadros" (DUVERGER, 1980) e esteve, até 2003, na composição das forças políticas menos afeitas à esquerda em âmbito nacional¹²¹. Contudo, ainda nos primeiros anos, o então PDS declara em seu manifesto que "nossa ação partidária não se submeterá a pressões ideológicas de direita ou de esquerda" (*apud* CHACON, 1985, p. 563). Anos depois, passa a integrar a

¹¹⁹Partido que, por sua vez, é herdeiro da Aliança Renovadora Nacional (Arena), sigla criada para garantir a sustentação parlamentar dos governos militares.

¹²⁰Ideário do Democratas. Disponível em: <<http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Ideario-do-Democratas.pdf>>.

¹²¹Um histórico da formação, do desenvolvimento e das linhas ideológicas do partido pode ser encontrado, por exemplo, em Santin (2005).

base de governo do PT (ainda no primeiro mandato deste partido à frente do Executivo Nacional), fato que assinala uma tendência centrípeta dos progressistas, o desprezo pelos atuais grupos de oposição (DEM, PSDB e PPS) e mesmo a "diluição ideológica do PP" (ZUCCO JR., 2011, p. 41), se é que ela um dia existiu. Para o mais, também os manifestos do PP nacional na atualidade são bastante evasivos¹²² (e por vezes dúbios), de forma que o partido apenas muito pontualmente proclama posições políticas claramente conservadoras¹²³.

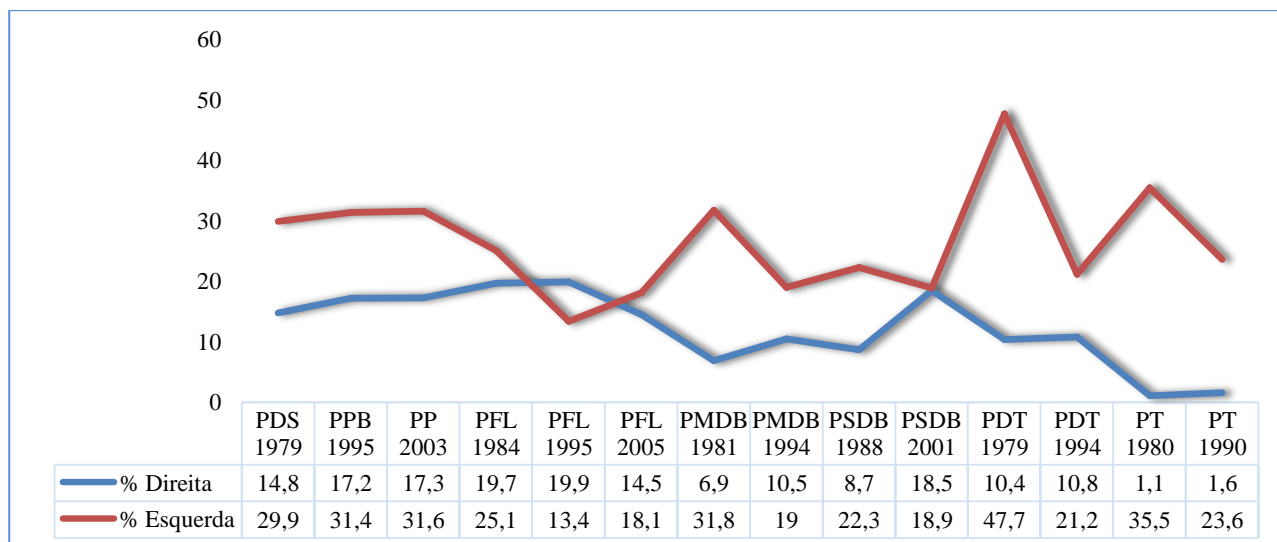
O raquitismo da representação do conservadorismo nas siglas que operam no atual sistema partidário brasileiro¹²⁴ também é evidenciado através de metodologias inspiradas no *Manifesto Research Group*, o qual, a partir da *Saliency Theory*, analisa o conteúdo dos manifestos partidários. A fórmula supõe que os partidos de direita expressarão em seus documentos doutrinários valores como posituação das Forças Armadas, liberdade, constitucionalismo, autoridade política, livre iniciativa, incentivos, aversão ao protecionismo, ortodoxia econômica, limitação do *welfare state*, nacionalismo, lei e ordem, moralidade tradicional e harmonia social. Já os grupos de esquerda priorizarão anti-imperialismo, negatuação das Forças Armadas, paz, internacionalismo, democracia, regulação de mercado e protecionismo, nacionalização, expansão do *welfare state* e da educação e posituação das classes trabalhadoras.

Madeira e Tarouco (2013) submeteram vários manifestos de partidos brasileiros aos citados crivos. A incidência de termos à direita e/ou à esquerda culminou na seguinte síntese:

¹²²No documento intitulado Estatuto do Partido Progressista (12º edição, disponível em <<http://www.webadvisor.com.br/sites/1600/1694/00000589.pdf>>.) são comuns sentenças que reclamam simultaneamente "o sistema econômico livre", "a eliminação das desigualdades sociais" (p. 21) "o uso social da terra, [...] preconizando a reforma agrária" (p. 28), e o comprometimento de "promover distribuição mais equitativa da renda e dos benefícios do desenvolvimento" (p. 30).

¹²³É o caso de facções do PP em uma unidade da federação, o Rio Grande do Sul, conforme expusemos em trabalho anterior (QUADROS, 2012).

¹²⁴Cumprir ainda observar o caso do Partido da República (PR), que embora não tenha sido mencionado pelas pesquisas supracitadas, possui atualmente trinta e quatro deputados federais e três senadores, o que o exclui do grupo dos "nânicos". Embora tenha nascido da fusão entre dois partidos alheios à esquerda (o Partido Liberal - PL - e o Partido da Reedificação da Ordem Nacional - PRONA) o PR advoga formalmente, conforme se verifica no *website* da sigla, os princípios do "liberalismo social" desenvolvido por Sérgio Tamer, seu primeiro presidente. Para além disso, o partido compôs a base de apoio do PT no governo federal e não deixa de aproximar-se do "fisiologismo". Logo, ainda que muitos pastores evangélicos façam parte do PR e defendam valores moralmente conservadores, parece temeroso afirmar que o partido, enquanto entidade, seja conservador. Esse tema será retomado no quarto capítulo.



Posição ideológica dos partidos segundo o método empregado pelo *Manifesto Research Group*

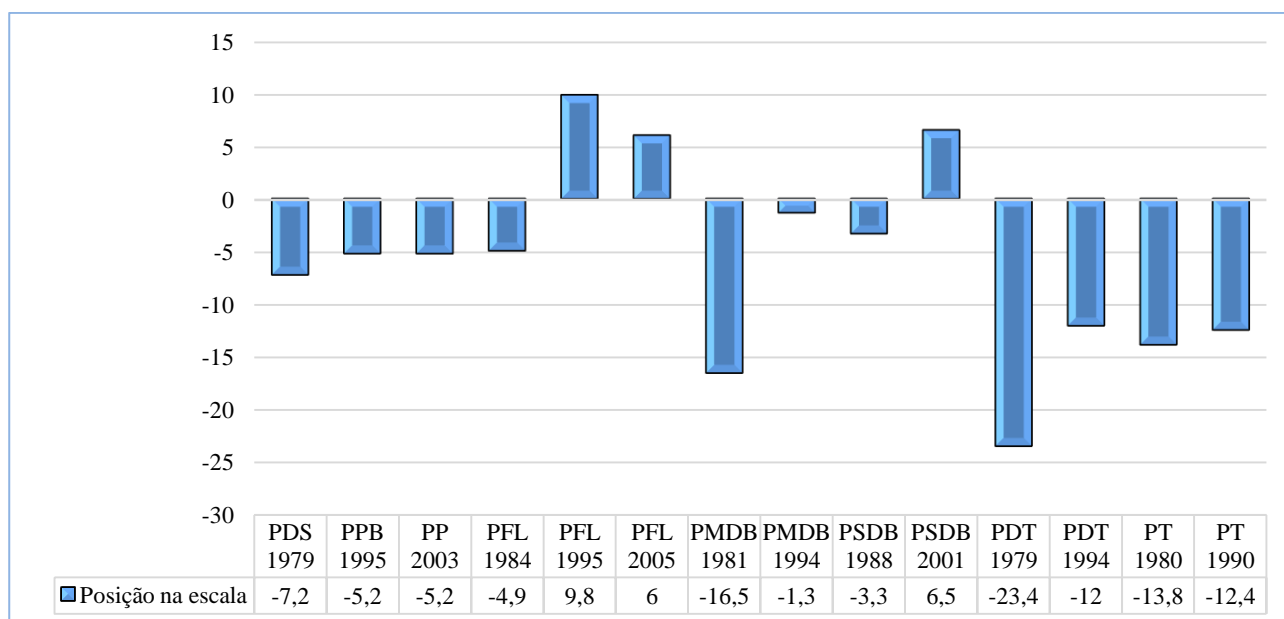
Fonte: Madeira e Tarouco (2013, p. 156 – gráfico adaptado pelo autor).

A supremacia dos valores de esquerda é acachapante. O quadro não deixa de espelhar o consenso dos analistas acerca da ordem em que os partidos surgem no espectro ideológico existente no Brasil, mas a julgar pelo exame dos manifestos, o país possui sobretudo *partidos esquerdistas* e *partidos menos esquerdistas*. Note-se que o único documento no qual os apelos de direita sobrepuseram os de esquerda foi o manifesto do atual DEM em um ano específico (mesmo assim, a diferença entre os indicadores que captam as mensagens de direita e de esquerda não foi superior aos 6,5 pontos, o que indica um pendor centrípeda). Se as posturas do PSDB, por seu turno, equilibraram mensagens de direita e de esquerda em 2001 (o que reforça sua suposta posição ao centro), é patente que o partido potencialmente conservador, o PP (cujos antecessores PDS e PPB também foram computados), utiliza escassos recursos retóricos de direita, e se vislumbrarmos apenas o conteúdo geral de seus manifestos, diríamos mesmo que se trata de um partido de esquerda¹²⁵. A tendência de nitidez ideológica só se torna perceptível quando estão em pauta os partidos inequivocamente esquerdistas, como PT e PDT, que apresentam a maior distância numérica entre os valores de direita e de esquerda.

A despeito disso, Madeira e Tarouco buscaram adaptar a fórmula à realidade brasileira, empreendendo uma análise autônoma. De acordo com os autores, a clivagem direita *versus* esquerda teria significados singulares no Brasil, o que exigiria a formatação de

¹²⁵Em um trecho do manifesto de 1979 pode-se ler: "Nossa proposta é a formação de uma agremiação política que defenda a Reforma e a Transformação. Nossa doutrina é a Democracia Social" (*apud* CHACON, 1985, p. 558). Outro excerto é revelador: "Entre o imobilismo conservador e a pregação revolucionária, de inspiração marxista, o PDS opta pela correção das injustiças atuais" (*idem*, p. 563).

categorias específicas a fim de classificar os partidos políticos com propriedade. A partir de tal pressuposto, o estudo considerou que na direita ganhariam relevância "menções positivas às forças armadas, livre iniciativa, incentivos, ortodoxia econômica, limitação do *welfare state* e referências favoráveis à classe média e grupos profissionais", ao passo que a esquerda tenderia a apropriar-se de princípios como "regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do *welfare state* e referências positivas à classe trabalhadora" (MADEIRA e TAROUÇO, 2013, p. 159). Após o exame dos manifestos sob essa ótica, eis os resultados:



Posição ideológica dos partidos segundo releitura de Madeira e Tarouco (2013)

Fonte: Madeira e Tarouco (2013, p. 160 – gráfico adaptado pelo autor).

Mesmo mediante a introdução de adaptações voltadas à conexão com a realidade política do Brasil, a supremacia dos grupos de esquerda permanece. O eixo zero, que representaria o centro, só é ultrapassado à direita em três oportunidades: nos manifestos do atual DEM (1995 e 2005) e do PSDB (2001). Em contrapartida, as posições mais ou menos à esquerda somaram nove incidências, e a intensidade do esquerdismo é bastante mais elevada do que as tímidas inflexões à direita. Ademais, o PP, mais forte "candidato" a partido conservador, novamente se associa à centro-esquerda. Assim, torna-se claro que os mais importantes partidos políticos brasileiros apenas marginalmente se valem de recursos discursivos de direita em seus documentos institucionais, e as siglas que eventualmente o fazem (é o caso do DEM), não podem ser classificadas como conservadoras sem inúmeras ressalvas.

Por revelarem apenas o discurso externo/eleitoral das siglas e refletirem dinâmicas políticas singulares que pautam determinada eleição, os manifestos e programas partidários costumam ser bastante genéricos no Brasil. Apesar de considerarmos essa realidade, julgamos possível supor que o conteúdo de tais documentos ao menos revela uma tendência, um sintoma, de modo que cabe questionar se a carência de elementos associados à direita transcenderia os manifestos, guardando relação com a percepção e dos próprios personagens políticos na atual esfera pública brasileira. À luz do conceito de "direita envergonhada", objetiva-se avaliar essa questão.

3.2 A negação petrina

Almejando compreender a percepção dos próprios políticos brasileiros acerca do posicionamento dos partidos na díade direita-esquerda, Zucco Jr. (2009) tem nas entrevistas com deputados federais alguns de seus ilustrativos instrumentos de pesquisa. Postos diante das alternativas "esquerda", "centro" e "direita", três dos deputados consultados (pertencentes ao PT, ao atual DEM e ao PMDB) assim posicionaram os partidos no *continuum*:

	Esquerda			Centro		Direita		
Fulano PT-SP	PT 1	PC do B PCB PSB 2	PDT 5	PSDB 4	PMDB 6	PFL, PDS, PRN PTB, PL, PDC 10		
Beltrano PFL-MS	PT PC do B PCB 1	PDT PSB 2		PSDB PMDB 3		PFL, PDS, PRN PTB, PL, PDC 5		
Sicrano PMDB-PE	PT, PC do B, PCB PDT, PSB 3			PSDB PMDB 4		PTB PL 5	PFL PDS PDC 6	PRN 8

Posição ideológica dos partidos conforme três deputados federais

Fonte: Zucco Jr. (2009, p. 1079).

A percepção destes deputados, conforme o autor, expressa a generalidade das opiniões dos demais parlamentares, e, *a priori*, imprime desenhos bastante similares àqueles encontrados pelos especialistas e pelos eleitores: haveria grupos de partidos claramente

identificados à esquerda, ao centro e à direita. Contudo, nota-se que o parlamentar petista situou seu próprio partido na extrema-esquerda (a pontuação propunha a variação de 1 a 10, na qual 1 equivale à extrema-esquerda e 10 indica extrema-direita) e alocou seus maiores adversários na extrema-direita. O deputado, portanto, não apenas reivindica para seu partido a identidade de esquerda como o faz segundo uma aceção mais radical do que aquela que ordinariamente norteia os analistas, que costumam situar o PT à centro-esquerda ou à esquerda, mas não à extrema-esquerda. Já o representante peemedebista encaixa o partido no qual milita no centro, mas com alguma tendência à esquerda. Valendo-se do intervalo 3 a 8, o parlamentar ligou o PMDB ao número 4, mais próximo do grupo da esquerda (3) do que do grupo da direita (por ele emoldurado entre os pontos 6 e 8).

Entretanto, o caso mais intrigante é sem dúvida o do deputado pertencente ao atual DEM, que ignorou a dimensão original da escala (1 a 10) e classificou os partidos no intervalo 1-5. Em última análise, Zucco Jr. preferiu considerar o critério utilizado pelo parlamentar como mera redução da escala original: o entrevistado teria associado a esquerda ao número 1 e a direita ao número 5. Nós aventamos outra avaliação: a de que o referido deputado foi assaltado pelo "temor" de situar seu próprio partido em uma dimensão para além do centro, e por isso não ultrapassou o número 5¹²⁶. Se assim não fosse, por que o parlamentar não utilizou, por exemplo, a escala 3-7, que refletiria mais explicitamente o espaçamento entre direita e esquerda?

Caso a hipótese contenha razoabilidade, importa questionar se juízos como os assumidos pelo deputado do DEM seriam pontuais ou sugeririam um padrão. Se considerarmos, como Timothy Power e Zucco Jr. (2011, p. 15), que "não se trata aqui – de maneira alguma – de insinuar que dados de opinião sejam superiores a dados comportamentais, mas simplesmente que a combinação desses dois tipos de evidência permite uma abordagem mais ampla", a percepção dos políticos brasileiros sobre as ideologias ganha legitimidade e interessa para os fins da presente tese.

Com efeito, o citado trabalho de Power e Zucco congrega dados oriundos de seis baterias de *surveys* aplicadas no Congresso Nacional entre 1990 e 2009. Totalizando nada menos de 997 questionários respondidos, o esforço é capaz de espelhar com algum rigor a propensão perceptiva do conjunto dos parlamentares durante duas décadas. Atentando-se aos dados, ver-se-á que o "temor" do deputado anteriormente avaliado se instala na mentalidade

¹²⁶Outra hipótese seria a de que o deputado simplesmente considere seu partido como um grupo de centro.

da imensa maioria dos parlamentares brasileiros, uma vez que "88% dos parlamentares se posicionam à esquerda da reputação de seu partido"¹²⁷, e "enquanto apenas 13,5% dos parlamentares se colocam à direita de onde colocam seus próprios partidos, 25,5% se colocam mais à esquerda" (ZUCCO JR., 2011, pp. 43-44). Assim, *parecer de esquerda* seria um valor importante para grande parte dos membros do Congresso Nacional.

Mas o fenômeno não é recente. Leôncio Martins Rodrigues, ao estudar as ideologias dos deputados constituintes em meados da década de 1980, constatou que

Quando se trata de se auto-definirem ideologicamente, os parlamentares evitam as posições mais radicais, e se situam um pouco mais para a esquerda. No conjunto, a esquerda ('extrema-esquerda', 'esquerda' mais 'centro-esquerda') tem mais da metade da constituinte, enquanto a direita ('extrema-direita', 'direita' e 'centro-direita') praticamente desaparece, tal como evidenciamos em nossa pesquisa. A julgar pela auto-definição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita (RODRIGUES, 1987, p. 99).

De fato, nenhum dos 428 deputados federais entrevistados pelo autor declarou pertencer à "extrema-direita" e ínfimos 6% identificaram-se com a "centro-direita". Entretanto, 37% dos parlamentares reclamaram o "centro", 52% declaram pertencer à "centro-esquerda" e 5% não tiveram qualquer constrangimento de associarem-se à "extrema esquerda" (idem, p. 97). Por isso, sublinhe-se, "a julgar pela auto-definição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita".

De igual modo, já no entardecer da década de 1990, Pierucci evidenciou:

Não obstante o uso generalizado da dimensão direita/esquerda no linguajar dos estratos politizados da cidadania brasileira, existe aqui uma acentuada assimetria no modo de ambos os lados se auto-representarem. É que, à esquerda, não lhe incomoda aparecer como tal, antes, lhe agrada; os políticos de direita, por sua vez, têm o reflexo de se esconder como tais. Enquanto a esquerda se exhibe como esquerda, sobretudo os da esquerda radical, assumindo com ares às vezes provocativos nome e orientação, os homens de direita que se declaram de direita, que 'se assumem', são bem raros (PIERUCCI, 1999, p. 72-73).

"Temor", "desconforto", "se esconder", "não se assumir": eis os sintomas da "direita envergonhada" (SOUSA, 1988), fenômeno que, conforme sinalizam os dados, penetra profundamente na elite política brasileira desde a redemocratização e ainda se faz sentir, talvez com menos robustez, no tempo presente. Diante disso, "o curioso – e que merece ser estudado – é saber por que, mesmo depois de mais de duas décadas, esse 'desconforto' continua existindo" (ZUCCO JR., 2011, p. 44).

¹²⁷O autor entende "reputação" como a posição média do partido de acordo com a classificação empreendida pelos respondentes de outros partidos.

Um dos subsídios para o clareamento dessa questão guarda estreita relação com o regime militar instalado em março de 1964. O Brasil que assistiu ao golpe estava imerso em uma atmosfera profundamente polarizada, na esteira da acentuada ideologização reinante na Guerra Fria que então opunha o capitalismo liberal à economia planificada socialista. Assumindo dimensões globais, esse cenário de agudas clivagens não poupou o Brasil, e se a tese de que o presidente João Goulart almejava introduzir um Estado comunista no país pode parecer frágil à luz daquilo que vivenciamos hoje, não será escusado lembrar que a possibilidade de adesão do Brasil à esfera de influência soviética era uma hipótese então seriamente considerada por diversos setores da sociedade brasileira.

Desde a desastrada renúncia de Jânio Quadros, passando pelo movimento da Legalidade e pelos acordos mal acatados que finalmente viabilizaram a posse de Goulart, a vida política brasileira transformara-se em um barril de pólvora. Revoltas organizadas por militares de baixa patente punham em risco a hierarquia no seio das Forças Armadas. O sindicalismo, ganhando musculatura, tomava as ruas em demandas constantes nas já importantes cidades industriais. As "ligas camponesas" de Francisco Julião incendiavam a paisagem rural em busca da reforma agrária. O presidente da república apadrinhava reformas estruturais que feriam arranjos historicamente enraizados. A imprensa atacava frontalmente os líderes políticos e intensificava a pressão. Grupos religiosos marchavam em massa denunciando o ateísmo comunista e os perigos que rondavam a família brasileira e seus costumes tradicionais.

Acompanhando a crescente convulsão social, os partidos políticos ingressam em uma espiral conflitiva sem precedentes. Como ocorrera com os movimentos gestados pela própria sociedade, o centro político agoniza e os extremos do espectro visivelmente ganham energia, neutralizando-se mutuamente em um jogo de soma zero que Wanderley Guilherme dos Santos (2002) argutamente classificou como "paralisia decisória". Assim, a atomização da sociedade e a paralisia/anomia das instituições provocaram o vácuo político que mais tarde seria ocupado pelas forças civis e militares que finalmente colapsaram o sistema em 31 de março.

O novo regime reconfigurou drasticamente a competição partidária no Brasil, e com a introdução do bipartidarismo e da censura das informações, sufocou a expressão ideológica dos movimentos de esquerda ortodoxa nos canais institucionais durante vinte e um anos. À margem do debate que possa haver acerca positivamente ou negativamente dos seus

resultados e dos seus métodos característicos, o fato é que o governo dos militares é, no presente, ordinariamente associado ao autoritarismo, à tortura de presos políticos, à interdição do Congresso Nacional e à repressão dos dissidentes.

Portando-se como "vinhos antigos em novas garrafas" (MADEIRA, 2006), as elites políticas, mesmo aquelas que suportaram material ou ideologicamente o regime, empreenderam notáveis esforços para desvencilhar-se do passado a fim de sobreviverem politicamente na era do pós-redemocratização. E uma vez que o regime militar está identificado com a direita, cumpriria dela afastar-se, e, se possível, apresentar-se como simpático a alguma modalidade de esquerda, eis que, como reza o ditado, à mulher de César não basta *ser honesta*: é preciso *parecer honesta* (e *ser honesta* em tal contexto significaria pertencer às esquerdas que combateram o regime). Seguindo essa cartilha, boa parte das direitas, assim, torna-se envergonhada e petrinamente renuncia a seu passado.

Com efeito, o novo pluripartidarismo que emerge na década de 1980 esteve pontilhado de partidos de esquerda e centro-esquerda que reclamavam (e ainda reclamam) explicitamente o legado de famílias políticas que protagonizaram a política brasileira antes de 1964. É o caso do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Democrático Trabalhista (os quais advogavam descender do velho PTB criado por Getúlio Vargas), bem como do Partido Comunista Brasileiro (herdeiro do PC que nascera em 1922) e do Partido Socialista Brasileiro (que retoma o PSB de 1947). Contudo, a tradição da direita que militara no interregno democrático de 1945-1964 não encontrou discípulos ardorosos após o fim do regime militar: se as ideias do Partido de Representação Popular, de inspiração integralista, ficaram praticamente confinadas ao passado¹²⁸, o liberal-conservadorismo do Partido Social Democrático e da União Democrática Nacional seriam apenas muito marginalmente reavivados, e sob outros batismos, pelo PDS e pelo PFL¹²⁹. Consoante a interpretação que se vislumbra em Madeira e Tarouco (2012), muitos dos programas partidários que vieram à luz nos primeiros anos da redemocratização de fato estavam eivados pela preocupação de

¹²⁸Exceção feita a grupos realmente minoritários e sem qualquer robustez ou organização política, como é o caso dos movimentos FIB (Frente Integralista Brasileira) e MIL-B (Movimento Integralista e Linearista Brasileiro).

¹²⁹Acrescente-se que as constantes mudanças de nome do PDS e do PFL não deixam de ilustrar a tentativa de desvinculação com o passado e o intuito de associar-se a correntes políticas mais à esquerda. O PDS tornou-se PPR (Partido Progressista Reformador), PPB (Partido Progressista Brasileiro) e finalmente PP (Partido Progressista). O termo "progressista", queira-se ou não, está relacionado às esquerdas na linguagem política contemporânea. O velho Partido da Frente Liberal (PFL) também altera o batismo, e além de suprimir o termo "liberal", opta pela alcunha "Democratas" (o que remete ao Partido Democrata norte-americano, à esquerda no contexto político daquele país, ou a meros defensores de um regime político, a democracia, o qual pode ter representantes à esquerda e à direita).

criticar o regime militar (no caso dos partidos de esquerda) ou dele afastar-se (no caso de PDS e PFL), configurando "a gênese da 'direita envergonhada'" (MADEIRA e TAROUÇO, 2012, p. 2).

Mas o Brasil, em verdade, não detém exclusividade nessa matéria. O caso português, por exemplo, comporta algumas analogias. Desde o fim da I República (1910-1926) e da ascensão definitiva de Oliveira Salazar ao poder (1932)¹³⁰, Portugal esteve sob o império de um regime antidemocrático intrinsecamente condizente com ala direita do *continuum* ideológico¹³¹. Suprimindo as liberdades políticas e amortizando as oposições, o "Estado Novo" e seu aparato de controle só seriam fulminados em 1974, quando a "Revolução dos Cravos" inaugura a ordem democrática. A partir de então, as esquerdas portuguesas apropriam-se do legado dos "capitães de abril" e, como ocorreria no Brasil, "foram raros os casos de forças políticas a reclamar antepassados em regimes anteriores", uma vez que "revoluções, vários regimes e constantes desaparecimentos e reconstruções dos partidos obscureceram as continuidades e heranças", notadamente no campo da direita (RAMOS, 2012, p. 17).

Em acréscimo, os setores que pertenceriam à direita aparentemente despovoam a competição político-ideológica após a redemocratização portuguesa:

Um dos enigmas para alguns observadores mais atentos da realidade política portuguesa é o silêncio ou a ausência de direita. Além das declarações periódicas e interessadas da esquerda afeita ao PC, da esquizofrenia dos radicais e dos clamores de um ou outro político folclórico que proclama os perigos do 'fascismo' e da 'extrema-direita', a direita parece estar morta, desaparecida, voluntária ou necessariamente ausente do panorama político português (PINTO, 1996, p. 181).

Passando a vigorar "a ideia de que a direita é necessariamente um sinônimo de autocracia" (RAPOSO, 2012, p. 385), o conservadorismo e a direita são apartados da política e dos círculos intelectuais: "haverá quem talvez argumente que as direitas, mais do que omitidas, têm sido sobretudo enfeitadas pela historiografia acadêmica tal como esta se instituiu em Portugal desde 1974, sob forte influência do chamado marxismo" (RAMOS, 2012, p. 14).

¹³⁰Salazar detém grande influência na política portuguesa já a partir de 1928. Contudo, sua ascensão definitiva ocorre em julho de 1932, quando assume a chefia do governo.

¹³¹O debate acerca da "exata" filiação ideológica do regime salazarista ainda não firmou grandes consensos, de modo que há correntes que simplesmente o vinculam ao fascismo (ROSAS, 2001) e existem aqueles que, como Manuel Braga da Cruz, preferem identificá-lo com um autoritarismo conservador e não totalitário que se singularizou através do "nacional-catolicismo" (CRUZ, 1982, p. 794). Seja como for, trata-se de um regime de direita.

Contudo, se elites políticas de Brasil e Portugal percorreram trilhas ideológicas similares no momento da redemocratização de seus respectivos países, as correntes de direita pouco a pouco retornam à realidade política e cultural portuguesa. A fim de romper com "o domínio da esquerda na área cultural e editorial", as direitas portuguesas centram-se "na ideia quase obsessiva de criar uma alternativa cultural à esquerda" (PINTO, 2012, p. 363). Embora atualmente sejam pouco salientes os grupos que abertamente façam proselitismo do salazarismo ou de cosmovisões alinhadas com o fascismo histórico, a direita lusa sobreviveu às intempéries, e ressignificou-se sem deixar de proclamar-se "de direita". Assim, a virtual supremacia construída pelos partidos e pela cultura de esquerda nos primeiros anos da democracia é contraposta pelo lento (mas irreversível) enraizamento de novos partidos e intelectuais ostensivamente conservadores/de direita.

Ao contrário do sucedido no Brasil, as direitas lusas foram socorridas por movimentos intelectuais ativos (e combativos), porque se "a nova direita liberal e de raiz anglo-saxônica já superou o bloqueio pós-1974", "os intelectuais já conseguiram impor debates proibidos pela vulgata marxista e o PSD¹³² já não é igual ao PS¹³³" (RAPOSO, 2012, p. 404). Experimentado percurso mais ou menos equivalente àquele enfrentado pelos neoconservadores nos Estados Unidos, os intelectuais portugueses travaram a "guerra cultural" contra a esquerda, fundando revistas (*Nova Cidadania*, *Atlântico*, *Futuro Presente*), jornais (*O Independente*), blogs (*Coluna Infame*, *Blasfêmias*, *31 da Armada*, *O Insurgente*), grupos de discussão intelectual/*think tanks* (como o Grupo de Ofir) e publicando inúmeros livros e artigos. Erguidos os alicerces teóricos e culturais, o ciclo então se completa e as direitas investem também na política: "esta direita saiu da esfera de um mero desafio intelectual e entrou no campo do combate político *tout court*" (idem, 2012, p. 393).

Com efeito, no aspecto estritamente político "emergiram várias 'direitas' nas últimas décadas do século XX. Por exemplo, uma direita que se apelidou (ou, mais corretamente, foi apelidada) de 'nova', francesa de inspiração, e outra 'liberal', anglo-saxônica de formação" (ZUQUETE, 2012, p. 410), e superando a timidez dos primeiros momentos da democracia, "já não era uma mera direita apolítica e neutral", nem tampouco "uma direita colonizada, uma direita a pensar com os termos marxistas" (RAPOSO, 2012, p. 385).

¹³²Partido Social Democrático.

¹³³Partido Socialista.

Neste rol de grupos políticos de direita inserem-se, primeiramente, os nem tão relevantes Partido Nova Democracia (PND), Partido Popular Monárquico (PPM) e Partido Nacional Renovador (PNR). Enquanto o primeiro, em última análise, avaliza os princípios conservadores/democrata-cristãos que norteiam o Grupo do Partido Popular Europeu e os demais partidos congêneres que se difundem pelo território da Europa, o PPM, reversionista e católico, deseja a restauração da monarquia, ao passo que o PNR não se esquivava de exibir um perfil simpático às bandeiras da extrema-direita¹³⁴.

Para além desses, importa mencionar siglas que, ao lado o Partido Socialista, protagonizam o cenário político português na atualidade: o Partido Social-Democrata (PSD) e o Partido Popular (CDS-PP). O PSD formou-se pela aglutinação das elites liberais e reformistas que participavam do regime salazarista, e o peso de qualquer social-democracia de pendor marxista que poderia ter se feito sentir nos anos imediatamente posteriores à revolução de 1974 é abatida sem traumas irreparáveis a partir da liderança de Cavaco Silva (primeiro-ministro entre 1985 e 1995 e atual presidente da república). É o momento em que o PSD

Deixa 'cair' o socialismo e assume as especificidades que o caracterizam como um partido personalista, para o qual o início e o fim da política residem na pessoa humana; um partido de forte pendor nacional; um partido com valores e princípios claros, permeável à criatividade e à imaginação, aberto à inovação e à mudança; um partido que, sendo social-democrata, a favor de um Estado-Providência forte e seguro para organizar a atividade económica, valoriza também o liberalismo político e a livre iniciativa caracterizadora de uma economia aberta de mercado, própria das sociedades contemporâneas que são globalizadas (MACHADO, 2009, p. 47).

Abraçando tais princípios sem negar a origem de seus quadros, o PSD assumiu a chefia de governo por seis vezes desde a redemocratização e tornou-se o maior partido político português da atualidade. Sob a condução de Pedro Passos Coelho (primeiro-ministro desde 2011), "este ideário liberal e conservador saiu da periferia intelectual e partidária e entrou no centro da governação" (RAPOSO, 2012, p. 396).

Mas semelhante flerte com o conservadorismo não estaria completo sem o Partido Popular (CDS-PP), sigla na qual se traduz com maior nitidez o conservadorismo português do tempo presente. O partido, já em sua gênese (1974), congrega-se com o conservadorismo saxônico: em parceria com o *Conservative Party* da Inglaterra, funda a União Democrática

¹³⁴Uma análise consistente acerca história, da ideologia e da ação política do PND é desenvolvida por Marchi (2013).

Europeia e torna-se observador no Partido Popular Europeu. As aproximações com a democracia-cristã são óbvias:

Três dias depois de o episcopado ter tornado pública uma importante pastoral sobre a contribuição dos cristãos para a vida social e política, o CDS foi fundado em 19 de Julho de 1974 por Freitas do Amaral e pelo filho de um dos ministros de Salazar, Adelino Amaro da Costa, membro da *Opus Dei*. Tornou-se imediatamente um dos principais candidatos a representar o movimento democrata-cristão internacional em Portugal (ROBINSON, 1996, p. 958).

Para além do catolicismo tradicional e de alguma herança salazarista, o corpo doutrinário do CDS-PP é suplementado e definitivamente moldado pelo influxo de Lucas Pires e o "conservadorismo popular" (FREDERICO, 2000, p. 58) esculpido pelo chamado *Grupo de Ofir*, formado por intelectuais que mesclaram o liberalismo económico e o "cristão regresso à pureza do princípio da subsidiariedade, na ordem política, económica, educativa e social" (GRUPO DE OFIR *apud* NUNES, 2007, p. 44). Assim embasado, em seu programa de 1993 o CDS-PP decididamente afasta-se de qualquer complexo de "direita envergonhada":

Sem equívocos nem complexos, confessamos a direita que queremos representar: é uma direita democrática, popular e nacional. Para nós, há uma maioria natural de portugueses que se reconhecem no vasto espaço político que vai do centro para a direita. É esse o espaço do Partido Popular no regime democrático português. [...] No quadro democrático, recusamos qualquer espécie de socialismo, porque todos secundarizam o homem perante o Estado, a sociedade perante o governo, e a comunidade perante a classe. Recusamos igualmente as políticas sociais-democratas, porque se baseiam na perversão do Estado-Providência e no relativismo moral, conduzindo desse modo a sociedades mais dependentes do que responsáveis, mais públicas do que privadas, mais viciadas do que virtuosas (CDS/PP, 1993, p. 5).

Em um consórcio bastante mais nítido ideologicamente do que aquele que une PSDB e DEM no Brasil, PSD e CDS-PP juntam-se na Aliança Democrática (AD) que assume o leme do Estado português em 2011 e "têm governado numa base liberal-conservadora. O 'patriotismo liberal' ou 'conservadorismo popular' (para usar a terminologia de Lucas Pires) está presente na AD 2011-15" (RAPOSO, 2012, p. 399).

Devido à pluralidade de grupos e ao livre trânsito que suas ideias adquiririam por meio de um esforço político e intelectual, há mesmo uma batalha pela "posse" do rótulo "direita" por parte de alguns líderes partidários portugueses. Como ilustração, em 2006, Manuel Monteiro, então líder do PND, sustentou que "não existe direita em Portugal: o

CDS-PP é um partido de centro-direita e o PSD não é, de todo, de direita", o que o levou a crer que o PND seria "a verdadeira e única direita portuguesa, patriótica e soberana"¹³⁵.

Ao estimar as tendências apresentadas anteriormente, um contencioso dessa natureza adquiriria contornos quase surreais no contemporâneo sistema partidário brasileiro, como surreal soaria, os olhos do *mainstream* político, um manifesto partidário que transmitisse um discurso semelhante àquele presente nos documentos do CDS-PP lusitano. Se Portugal passou por uma ditadura cinquentenária que foi, em muitos sentidos, bastante mais "fechada" do que o regime militar brasileiro, como explicar por que, ao contrário do que ocorre com os portugueses, os atores e os principais partidos políticos conservadores permanecem em uma espécie de autoexílio psicológico, mesmo decorridas quase três décadas desde o fim do regime autoritário no Brasil? A inquietação de Zucco Jr. (2011, p. 44) ainda paira no ar: "saber por que, mesmo depois de mais de duas décadas, esse 'desconforto' continua existindo".

Efetivamente, o regime militar pode ter fomentado o fenômeno da "direita envergonhada", mas não explica integralmente sua manutenção. Se não há partidos que reclamem explicitamente os valores conservadores ou os princípios básicos de qualquer direita para além do liberalismo¹³⁶, a preeminência política da esquerda é patente e possivelmente será mais bem entendida à luz dos alicerces culturais que ela construiu e posteriormente instrumentalizou a seu favor.

Embora virtualmente alienado da competição política formal durante o parêntese ditatorial, o pensamento de esquerda consolidou-se em foros estratégicos paralelos, sem os quais não há êxito político duradouro. Nas universidades, as várias correntes do marxismo prosperaram, ocupando cátedras, promovendo publicações e granjeando suporte no seio de importantes elites intelectuais e estudantis¹³⁷. Conforme constata Roberto Schwarz (ele próprio um marxista declarado),

¹³⁵ Conforme <<http://www.publico.pt/politica/noticia/monteiro-diz-que-pnde-o-unico-partido-da-direita-em-portugal-1275500>>.

¹³⁶ Lembremo-nos de que o liberalismo é, no Brasil, referido como pertencente à direita, fato que certamente abre margem para conclusões repletas de consequências. A despeito disso, a prática das direitas brasileiras historicamente contrariou princípios caros ao liberalismo, sobretudo no que diz respeito ao papel indutor do Estado na economia, conforme já observamos acerca do Estado Novo e do regime militar.

¹³⁷ Note-se que importantes intelectuais universitários tiveram papel central no surgimento de partidos como o PT. Além disso, não é novidade que o movimento estudantil brasileiro foi (e ainda é) basicamente dominado pelos grupos marxistas.

[...] para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data (31/03/1964), e mais, de lá para cá não parou de crescer. A sua produção é de qualidade notável nalguns campos, e é dominante. Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estréias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia – que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo – é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 64 e 69 (SCHWARZ, 1992, p. 61).

O influxo das esquerdas, portanto, igualmente envolveu o universo mais amplo da arte e da cultura¹³⁸, das organizações sindicais e dos movimentos sociais nascentes, de sorte que a transposição de seus valores para a esfera partidária dependia apenas de uma abertura institucional para a qual o regime instalado oferecia sinais de rumar desde a administração do presidente Geisel. A fim de retomarmos o paralelismo com Portugal, após o ocaso do salazarismo, "a direita, liberal ou não, desapareceu do mapa mental da elite política portuguesa devido à ação de uma esmagadora hegemonia marxista" que temporariamente provocou a "anulação cultural da direita" (RAPOSO, 2012, pp. 383-384).

No caso brasileiro, porém, a palavra "temporariamente" não se aplicaria sem ressalvas, já que as direitas, desmobilizadas nos anos 1970 perante a ilusão de que a repressão física desencadeada pelos governos militares seria suficiente para perenizar o *status quo*, mostram-se incapazes de elaborar alicerces suficientemente vastos para frear o avanço de seus contendores ideológicos no sistema partidário. Virtualmente reduzidas aos postos no aparelho do Estado que já agonizava, à oficialidade e à consciência de massas sem qualquer tradição de ativismo, as direitas, agrilhoadas pela própria incompetência, assistiram o crescimento das esquerdas (e do PT em particular) nas mais variadas instâncias organizadas da sociedade sem lhes contrapor um partido conservador que aceite marcar posição (como no caso do CDS-PP português). Conforme pondera Bolívar Lamounier: "a ascensão do PT realmente equivaleu, na prática, como que a uma censura do debate público. Na universidade, dificilmente se pode discutir porque é [um ambiente] maciçamente de esquerda petista. Qualquer lugar que você for, nos jornais, é assim" (LAMOUNIER,

¹³⁸O influente "tropicalismo", por exemplo, desde a década de 1960 flertava com as esquerdas, de modo que canções como "Alegria, Alegria" tornaram-se espécies de hinos contra o regime militar. A tendência de oposição ao regime entre os músicos do *mainstream* era tão ampla que os poucos que se recusaram a aderir ideologicamente à atmosfera vigente foram conduzidos ao ostracismo (o caso do cantor Wilson Simonal é emblemático). Na década de 1980, muitos outros famosos músicos e artistas brasileiros suportaram os nascentes partidos de esquerda, e a participação direta de uma plêiade de atrizes e atores na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 é apenas mais uma faceta deste processo.

2013)¹³⁹. Em outras palavras, "a intelectualidade de esquerda foi estudando, ensinando, editando, filmando, falando etc., e sem perceber contribuíra para a criação, no interior da pequena burguesia, de uma geração maciçamente anti-capitalista" (SCHWARZ, 1992, p. 61). Criadas tais condições, um declarado conservador ironiza: "tenho certeza de que qualquer cidadão brasileiro, minimamente familiarizado com o idioma, tratará de manter distância de quem se declare conservador" (PUGGINA, 2010).

Se em Portugal os direitistas declaram que "tínhamos a ideia de que a esquerda tinha ganho exatamente por ter tomado conta das cabeças e dos corações. [...] E tentamos replicar" (PINTO, 2012, p. 366), as direitas brasileiras, contraídas e com poucos baldrames sociais aptos a induzir decisivamente os rumos da nova ordem política, paulatinamente exilam-se psicologicamente do sistema partidário a partir dos anos 1990 simplesmente porque raramente "se assumem". Não esboçaram a reação sistemática empreendida pelos seus correligionários do outro lado do Atlântico. Não fundam várias revistas, jornais, *think tanks*¹⁴⁰. Não organizam ou infiltram-se em partidos consolidados de modo a condicioná-los decisivamente na mais alta escala da representação política (a presidência da república) e na elaboração de seus respectivos programas/discursos.

O que aparentemente se visualiza no Brasil, pois, não é propriamente uma versão política da negação petrina, mas a ausência mesma da atuação explícita da direita conservadora no núcleo-duro do sistema partidário desde a extinção do bipartidarismo, ao menos no que tange às eleições presidenciais¹⁴¹. A direita brasileira, especialmente na modalidade conservadora, não apenas nega sua fé (como fizera o apóstolo) como não esteve efetivamente presente e ativa, em pé de igualdade com as esquerdas, desde os anos 1980. Não tem agência como alternativa política consistente às disputas pelo cargo máximo do país, a presidência da república. Assim, torna-se exequível que o conceito de "direita envergonhada" perca parte de sua exatidão.

Tais afirmações, se não encontram pleno eco nos ambientes acadêmicos e no entendimento dos movimentos de esquerda, são avalizadas por alguns dos atores de expressão que abertamente reclamam o rótulo de direitistas e/ou conservadores no Brasil

¹³⁹Lamounier emprega o argumento em uma acepção ampla. No caso da imprensa, constam empresas menos afeitas ao progressismo, sendo que as políticas esquerdistas, e sobretudo o petismo, são por vezes frontalmente questionadas.

¹⁴⁰Conforme veremos no quarto capítulo, parece estar em processo uma reação diante desse quadro, à medida que aumenta a olhos vistos a ação de grupos conservadores no debate público.

¹⁴¹Isso para não referirmos outras modalidades de direitas igualmente ausentes.

atual, de modo que visualizar a natureza de suas percepções é importante para a presente tese. Olavo de Carvalho, filósofo conhecido pelas críticas severas à esquerda, considera que só há uma voz na política brasileira: "Essa voz única é a da esquerda nacional – o único movimento político que existe, o único que tem um projeto, ainda que confuso, e os meios de ação para executá-lo" (CARVALHO, 2013, p. 6). Por outro lado,

A 'direita', de tanto esvaziar-se ideologicamente, de tanto renunciar a toda identidade própria, de tanto se amoldar servilmente aos valores, critérios e conveniências de seus inimigos, parece ter alcançado finalmente o seu ideal: desmaterializou-se por completo e hoje não tem mais substancialidade que a de um mero nome feio, um xingamento usado nas discussões internas da esquerda. Essa condição só não equivale à perfeita inexistência porque esse nome feio tem uma função histórica a cumprir, e a tem cumprido de maneira exemplar. Sem ele, a esquerda, que domina praticamente sem oposição o Estado, a cultura, a mídia, a educação e a mente da sociedade, tendo mesmo a seus pés todos os antigos oligarcas regionais que um dia personificaram a "direita", não teria como explicar para si mesma e para a opinião pública por que ainda não conseguiu, com tantos recursos e defrontando-se com tão pouca ou nula resistência organizada, criar neste país o paraíso de paz e prosperidade socialistas que ela promete há sete décadas (idem, p. 6).

Além de servir apenas à perenização das estratégias de sucesso do adversário, a direita brasileira, nas palavras de outro liberal-conservador, Denis Rosenfield, estaria mergulhada em "uma obscuridade do ponto de vista conceitual e doutrinário. O resultado é que não temos nenhum partido de direita moderno relevante e assumido", até porque "a distinção entre direita liberal e direita conservadora que era muito clara em Hayek, ficou apagada, ainda mais no Brasil, onde ninguém é de direita oficialmente" (ROSENFELD, 2012, p. 21).

Veredito similar é oferecido pela *Revista Veja* (ela própria identificada com a oposição às esquerdas), que em matéria reveladoramente intitulada *O incrível caso do país sem direita*, publica o seguinte:

Não há, entre os 27¹⁴² partidos brasileiros, um que se assuma como direitista. E o recente anúncio da criação do PSD, que se define como social-democrata, abre um buraco no DEM e empurra o eixo da política brasileira ainda mais para a esquerda. A situação é única. Todas as grandes democracias do mundo têm ao menos um partido conservador forte [...]. No Brasil, o discurso adotado pelos partidos políticos pouco se diferencia: todos adotam termos como "justiça social", "distribuição de riqueza", "igualdade". Obviamente, ninguém é contra essas bandeiras, mas o linguajar denuncia que todos, por razões diversas, adotam um vocabulário de esquerda. Expressões como "livre iniciativa", "responsabilidade individual" e "valores morais" raramente são ouvidas pelos corredores do Congresso ou do Palácio do Planalto. As palavras "social" e "trabalhista" e "socialista" aparecem na maioria dos nomes das legendas. Há apenas um partido que faz referência ao liberalismo – o PSL, que, ainda assim, também se diz social

¹⁴²Na altura da matéria (2011), havia 27 partidos registrados no Brasil (atualmente são 32).

– e nenhum que tenha a expressão "conservador" no nome (CASTRO, 2011a, p. 19).

A convergência com semelhantes diagnósticos entre os atores da direita brasileira "não envergonhada" e "não petrina" fica patente ainda nas declarações de Reinaldo Azevedo, jornalista que claramente se soma ao liberal-conservadorismo. Sob sua ótica, o Brasil

[...] é a única democracia do mundo que não tem um partido conservador forte, que seja alternativa de poder. As legendas que vocalizam um ou outro valores do que, mundo afora, se chama 'direita' estão agarradas ao PT, recebendo carguinhos e prebendas. Se isso, um dia, der em boa coisa, também será um caso único (AZEVEDO, 2012).

Finalmente, João Mellão Neto, jornalista e ex-deputado que abdica de qualquer negação petrina, pondera que

Em resumo, não existe aqui nenhum partido estruturado que defenda ideias de direita. Até segunda ordem, todos os gatos são pardos. Esse fenômeno é curioso porque as teses da direita não são de difícil entendimento, ao contrário, elas têm muito que ver com o que a maioria das pessoas pensa. O que precisa mudar é a forma de abordagem (NETO, 2012, p. 4).

Se tais ideias contiverem alguma precisão, em que medida o quadro eleitoral nacional as reflete? Essa questão merecerá a atenção do próximo tópico.

3.3 Consenso de esquerda e vácuo representativo

Em entrevista concedida em 2008, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos asseverou:

Eu acho que está faltando um bom partido conservador no Brasil, que seja mais criativo, mais inventivo, porque o conservadorismo existe em toda sociedade e está mal representado no Brasil, meio perdido em vários partidos. Certamente, o DEM é um partido conservador, mas que não é aceito pelos conservadores, que não se espelham no DEM. Por isso ele está em um período difícil, de decadência eleitoral. Precisamos de um partido conservador aceito pelos conservadores, para dar um pouco de equilíbrio. Os conservadores estão reativos, e isso não é bom porque acomoda os liberais progressistas, acomoda a esquerda. Qualquer migalhinha é suficiente. Não pode ser assim. Aí, o país vai muito devagar. Precisa haver uma contraparte no mesmo nível, que desafie e seja competitiva, que obrigue a esquerda a melhorar também. Para o político que está no poder, está ótimo, mas não é bom para o país, política e economicamente (SANTOS, 2008).

Além de cancelar o juízo de que não existe um partido autenticamente conservador no Brasil que seja reconhecido pelos próprios conservadores, a insuspeita conclusão de Santos denuncia um problema mais vasto: a eventual lacuna da representação política do conservadorismo, que, segundo o cientista político, "existe em toda a sociedade", macula o

próprio princípio democrático da representação e imobiliza a discussão política, em detrimento dos anseios do conjunto da população.

Com efeito, já foi demonstrado que apelos de orientação conservadora não estão confinados à minoria do eleitorado brasileiro, e se a representação política das minorias é essencial para a justiça da democracia, a transposição das demandas de camadas expressivas à pauta das instituições é ainda mais imperativa para a manutenção da sua legitimidade. Ainda que o problema da "tirania das maiorias" mereça ressalvas veementes desde que Tocqueville publicou *A Democracia na América*, a sadia operação da democracia parlamentar também depende de que haja o maior grau possível de *accountability* entre a maior parte possível dos representantes e representados, conforme nos adverte a clássica argumentação de Dahl (1956). Se ideias conservadoras estão presentes na mentalidade da população e não existem partidos políticos fortes (e não apenas parlamentares) capazes anunciá-las sistemática e convictamente, a responsividade é perigosamente posta em xeque.

Paralelamente, a ausência de grandes partidos conservadores no sistema político brasileiro suscitaria, na visão de Santos, não apenas algum esvaziamento ideológico, mas o próprio esmorecimento/imobilismo da competição política e do debate entre alternativas fundamentalmente divergentes, afetando a qualidade e o aperfeiçoamento das políticas públicas. Ademais, esta configuração conduziria ao comprometimento de outro elemento capital: o da alternância de poder. Se apenas famílias políticas mais ou menos similares disputam e obtêm os postos centrais de poder, o câmbio real não ocorre de fato e a linha mestra das administrações sofre reduzidas reavaliações (o que ensejaria uma curiosa labuta pela preservação da ordem *entre as esquerdas*).

Portanto, à luz das palavras de Wanderley Guilherme dos Santos, procurar-se-á pôr em exame a hipótese de que o sistema político brasileiro contemporâneo estaria produzindo um vácuo representativo na esfera mais alta da representação política, o que se perenizaria a partir do virtual consenso de esquerda instalado em seu aparelho partidário. Para tanto, importa avaliarmos o histórico das eleições presidenciais ocorridas no Brasil desde 1994¹⁴³ e o comportamento dos eleitores perante tais eventos.

¹⁴³ Adotamos como marco inicial as eleições de 1994, uma vez que o pleito anterior, ocorrido em 1989, refletia um sistema político ainda em fase de implantação. Além de apresentar nada menos que vinte e dois candidatos à presidência da república, aquela eleição continha vários partidos hoje inexistentes (inclusive o PRN, sigla do vitorioso Fernando Collor) e alianças circunstâncias que atualmente seriam impensáveis (é o caso do apoio do

Em 1994, lançaram-se à disputa oito candidatos: Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL/PTB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT/PSB/PCdoB/PSTU/PCB/PPS/PV), Enéas Ferreira Carneiro (PRONA), Orestes Quécia (PMDB), Leonel de Moura Brizola (PDT), Espiridião Amin (PPR), Carlos Gomes (PRN) e Brigadeiro Hernani Fortuna (PSC). Naquele contexto, o Brasil ainda cicatrizava as feridas geradas pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor e pelo trauma da escalada inflacionária da década de 1980. Propondo estabilidade política e econômica, Fernando Henrique Cardoso vale-se de seu papel no sucesso do Plano Real como argumento principal de campanha e vence as eleições ainda em primeiro turno, com uma ampla margem de votos (34.364.961 votos, ou 54,27% dos votos válidos¹⁴⁴).

A eleição de 1994 foi a última em que a classe política brasileira exibiu um candidato potencialmente conservador, o que só se repetiria vinte anos depois, com o candidato Pastor Everaldo (PSC). Trata-se Esperidião Amin, que construiu sua carreira política no Estado de Santa Catarina, onde colaborou com o regime militar e foi nomeado prefeito da capital e governador¹⁴⁵. Contudo, o candidato concorreu pelo PPR (Partido Progressista Renovador, atual PP), sigla que ostentou no batismo o sentimento da "direita envergonhada", e, conforme já assinalado, jamais adotou um discurso francamente conservador nos manifestos que publicou. Acompanhando essa tendência, Amim "não se definiu ideologicamente" (PORTO e GUAZINA, 1999, p. 25) durante a campanha.

Com efeito, a análise dos programas do candidato veiculados no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) revela que seus temas de campanha, conquanto majoritariamente focados em propostas genéricas, por vezes inclinaram-se mesmo para uma retórica comumente empregada pelas esquerdas: "Amin [...] afirmou ainda que iria criar incentivos aos microempresários, incluir os excluídos, dar uma atenção especial aos 'pequenos'" e "realizar uma verdadeira reforma agrária", procurando simultaneamente descolar-se do regime militar ao declarar-se como "o primeiro governador a apoiar o movimento" das Diretas Já (idem, p. 25). Nesse sentido, é possível que tais opções tenham ofertado sua contribuição para que Amim amargasse a antepenúltima posição nos resultados

PSDB ao candidato no PT no segundo turno). É claro que antes de 1989, em virtude do regime militar, não tivemos eleições diretas para a presidência da república.

¹⁴⁴Os dados referentes a todas as eleições analisadas no presente capítulo foram retirados do repositório de dados do *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

¹⁴⁵As capitais dos Estados eram classificadas como "zonas de segurança nacional" pelo regime, que sob esse argumento, nomeava prefeitos de sua confiança à margem da consulta popular ou de sufrágios eleitorais.

eleitorais, com apenas 2,75% dos votos válidos. Não obstante, para além da notória indiferenciação ideológica,

O candidato do PPR não conseguiu se apresentar como a encarnação mais conseqüente dos projetos da direita no Brasil, uma vez que os setores que se sentiriam representados preferiram apoiar a coligação PSDB-PFL-PTB, mais interessados em eficácia do que em coerência. No próprio partido de Amim, as dissensões foram crescendo ao longo da campanha (MIGUEL, 1997, p. 134).

À parte do candidato do atual PP, algumas direitas que porventura estivessem mais interessadas em "coerência" do que em "eficácia" poderiam ter sido representadas por Enéas Carneiro. Constituindo um fenômeno ainda insuficientemente estudado pela Ciência Política no Brasil, Carneiro e seu PRONA mereceram a terceira posição na disputa (4.671.457 de sufrágios – 7,38% dos votos válidos), superando políticos históricos como Leonel Brizola e Orestes Quêrcia, além do próprio Esperidião Amim. Carneiro, um típico *outsider*, surgiu abrupta e meteoricamente no panorama político durante a eleição de 1989, celebrizando-se um tanto caricaturalmente através da divulgação viral de sua figura excêntrica¹⁴⁶ e do discurso acelerado imposto pelos insultuosos quinze segundos dos quais dispunha no HGPE. Contudo, elementos que se nutrem de ingredientes alheios ao mero folclore político não demoram a se revelar:

Em 1994, os óculos, a barba e o bordão continuavam os mesmos. Mas Enéas articulava um discurso fortemente direitista, que combinava nacionalismo exarcebado, defesa da 'ordem' e exaltação da figura do líder (ele próprio). Alguns podem ter votado na memória do Enéas folclórico da eleição anterior. Mas sua votação surpreendente é indício de que esse discurso cativou uma parcela significativa do eleitorado (MIGUEL, 1997, p. 137).

A retórica fascistizante, com efeito, é um primeiro e isolado sinal de que a direita brasileira, em sua corrente antidemocrática e ultranacionalista, inicia sua libertação da "vulgata marxista" imperante. A ousadia possivelmente tenha adicionado algum volume à votação de Carneiro, que funcionaria como representante do antissistemismo inerente a uma direita desprovida de qualquer representação política no Brasil¹⁴⁷. Assim, se o efetivo influxo do carisma de Enéas Carneiro se torna um componente complicador, não é de todo anômalo especular que uma parte dos 4,6 milhões de votos obtidos pelo PRONA em 1994 signifique

¹⁴⁶Envergando óculos de elevado grau e barba longa, Enéas finalizava suas breves e enfáticas intervenções com a sentença "Meu nome é Enéas!", bradada em alto som. Essa imagem tornou-se rapidamente objeto de atenção popular.

¹⁴⁷Os esforços do PRONA para cooptar grupos de extrema-direita brasileiros marginalizados pelo sistema político é tema que igualmente merece maior investigação. Contudo, Neto (2011) aponta indícios de contatos entre membros do partido e grupos neointegralistas, bem como relações entre Enéas e as chamadas *Organizações LaRouche* (essa sim um autêntico *think tank* da direita radical originada nos Estados Unidos).

que uma corrente da direita minoritária finalmente encontrara seu canal de expressão política¹⁴⁸.

Mas à opinião pública brasileira eventualmente conservadora não foi apresentado nenhum representante declaradamente simpático às suas bandeiras na eleição presidencial de 1994. À medida que Amim e o PPR abdicaram de empunhar os valores conservadores e que Enéas e o PRONA incorporariam tão somente as aspirações da direita autoritária, antissistêmica e exacerbadamente nacionalista, o conservadorismo à brasileira ficou praticamente órfão nas eleições presidenciais¹⁴⁹. Logo, se os setores conservadores que se "sentiriam representados preferiram apoiar a coligação PSDB-PFL-PTB" (MIGUEL, 1997, p. 134), essa escolha se deu mais por necessidade do que por abundância de opções, de modo que caso a aliança entre sociais-democratas, liberais e trabalhistas tenha de fato conseguido arrastar consigo parte da opinião pública conservadora, o fez em decorrência do peso do argumento central da campanha de Fernando Henrique Cardoso (o Plano Real), da exploração da rejeição eleitoral ao candidato petista (o que, aliás, igualmente contribuiria para a eleição de Fernando Collor em 1989) e da própria ausência de candidaturas políticas ostensivamente afeitas ao conservadorismo.

Em 1998, o quadro mostra-se ainda menos promissor para os conservadores. Como sinal de que o consenso de esquerda consolidava-se gradualmente, o atual PP – que na eleição anterior havia lançado candidato próprio em uma "chapa pura" que por si só evidencia o isolamento crescente das elites políticas possivelmente conservadoras – soma-se à aliança forjada entre PSDB, PTB e PFL (à qual ingressa também o PMDB), e defende a reeleição de Cardoso. Cooptado desde cedo para a base governista, o PP celeremente renuncia à oposição ideológica ao presidente, e o apoio incondicional estendido ao pleito de

¹⁴⁸Por outro lado, o fato de que o PRONA jamais tenha conseguido eleger representantes em qualquer nível da administração pública até que seu líder desistisse de concorrer à presidência e se lançasse candidato a deputado federal indicaria que a adesão eleitoral obtida pelo partido conteria mais ingredientes de personalismo exitoso do que identificações ideológicas determinantes. Finalmente, conforme veremos a seguir, há que se considerar que a votação de Enéas na eleição de 1998 foi sensivelmente reduzida, passando de 4.671.457 votos para 1.447.090 votos. Assim como se torna difícil mensurar exatamente quais percentuais dessa votação seriam originários de eleitores ideologicamente de direita, explicar o decréscimo na votação obtida pelo PRONA em 1998 é temerário e não encontraria lastro em qualquer pesquisa a qual tenhamos tido acesso.

¹⁴⁹Pode-se argumentar que seria desejável discutir a candidatura de Hernani Fortuna. Militar da reserva e comandante da Escola Superior de Guerra precisamente no momento em que a instituição abdica de guiar-se pela Doutrina de Segurança Nacional, Fortuna claramente não possuía a mais modesta infraestrutura de campanha e seu leque de apoios era mínimo. Nos seus curtos programas do HGPE – praticamente a única instância visível da campanha – não se percebeu a completa inexistência da apologia do extinto regime militar. Porém, ao acrescentar propostas radicalmente liberais no terreno econômico, Fortuna igualmente se distanciou do conservadorismo à brasileira, que, como vimos, esposa inclinações profundamente estatistas. Trata-se, enfim, de uma candidatura sem grande relevância e que combinou elementos de difícil penetração nas massas.

1998 reitera a dramática e aparentemente irreversível perda de influência do partido na cena política brasileira¹⁵⁰. Do isolamento ao esmorecimento.

Blindada pelo poderoso bloco político que a amparava, a candidatura Cardoso novamente vence no primeiro turno, conquistando 53,06% dos votos válidos. Os demais candidatos, de acordo com ordem final dos resultados, eram Luiz Inácio Lula da Silva (PT/PDT/PSB/PC do B), Ciro Gomes (PPS/PL/PAN), Enéas Carneiro (PRONA), bem como os "nanicos" Ivan Frota (PMN)¹⁵¹, Alfredo Sirkis (PV), José Maria (PSTU), João de Deus (PT do B), Eymael (PSDC), Teresa Ruiz (PTN), Sérgio Bueno (PSC) e Vasco Neto (PSN).

A orfandade do conservadorismo uma vez mais se consuma no âmbito dos pleitos presidenciais. Estando todos os partidos alheios à esfera de influência da esquerda (e nem por isso conservadores) embutidos na coligação que pretendia reconduzir o social-democrata Fernando Henrique Cardoso ao governo, a opinião pública brasileira de disposição conservadora fica com poucas hipóteses de se fazer representar. Entre candidatos de centro e candidatos à esquerda, apenas Enéas Carneiro, com sua proposta de revigorado radicalismo autoritário, emerge como isolada e temerária alternativa às direitas.

No entanto, poder-se-ia contrapor que a *praxis* política de Fernando Henrique e do PSDB à frente do governo permitiria associá-los ao neoliberalismo, e, portanto, ao campo da direita. Medidas como a adoção da ortodoxia econômica, a genuflexão diante do Consenso de Washington e a privatização de empresas públicas sugeririam, para analistas como Frances Hagopian (2011), que

¹⁵⁰Em um dos raríssimos depoimentos não envergonhados no interior do PP, Celso Bernardi, então presidente na sigla no Rio Grande do Sul, observa que "Já fomos, um dia, o maior partido do Ocidente. Esquecidos de como chegamos a ser um gigante, entramos em um roteiro de equívocos que nos levou a ser, hoje, um partido médio, com risco de ficar pequeno. Nos últimos dez anos fizemos fusões improvisadas, mudamos de siglas, abdicamos de candidaturas e navegamos ao sabor dos ventos e das ondas eleitorais, sem, no entanto, saber com clareza a que porto queremos chegar. [...] Ficamos, sem unidade e identidade, meio tontos, ziguezagueando em um cenário repleto de contradições, com líderes apoiando socialistas, e outros, enrustidos, pedindo voto para nossos adversários ideológicos, a despeito da clara postura doutrinária que sempre tivemos. O resultado, como não poderia deixar de ser, foi a perda ainda maior da identidade partidária, a diminuição de tempo de rádio e televisão na próxima eleição e a ausência do PPB no debate político nacional" (BERNARDI, 2003, p. 50-51).

¹⁵¹A exemplo do ocorrido em 1994, com Hernani Fortuna, o quadro eleitoral de 1998 contou com outro militar da reserva, Ivan Frota (PMN) como candidato. Frota centrou seu discurso no nacionalismo e nas denúncias de que a política econômica adotada pelo então presidente estava minando a soberania brasileira. Trata-se de uma retórica típica dos militares "linha-dura" que atuaram nos anos 1970, de modo que a candidatura parece ter se dirigido sobretudo aos colegas de farda descontentes com a redemocratização, e não às massas. Ademais, o PMN, que abrigou a tentativa de Frota, mostrou-se um partido bastante confuso ideologicamente, jamais superando a instabilidade que caracteriza os "nanicos": integrou a coligação que elegeu Lula em 2002 e quatro anos depois buscou uma fusão com o PPS, que não se concretizou. Finalmente, em 2010, apoiaria José Serra, candidato do PSDB, o mesmo ocorrendo em 2014 no segundo turno, como Aécio Neves. Frota, por sua vez, desaparece da vida política.

[...] o PSDB deu essa guinada para a centro-direita. Pois agora devia assumir o que fez, valorizar metas como os investimentos na infraestrutura, sanear o sistema fiscal. Acredito que eles podem destacar-se nesse espaço, de centro-direita, se tiverem coragem para fazer isso.

O juízo de que o PSDB, a partir da gestão capitaneada por Cardoso, desenhou uma inflexão à direita é corrente no Brasil e alimenta o teor de boa parte dos discursos de partidos e de mentores da esquerda¹⁵² que pretendem prorrogar o consenso de esquerda e a marginalização cultural da direita. Porém, quando questionado sobre o tema, o próprio Cardoso afirma: "concordo com a Hagopian quando diz que o PSDB tem de se diferenciar, assumir o que fez. Mas falar em centro-direita não tem nada a ver com o PSDB nem com outros partidos. Não é por aí" (CARDOSO, 2011). Na mesma entrevista, Cardoso é submetido à seguinte pergunta: "O que o senhor diz da direita?". Eis sua resposta:

Quem defende a direita no Brasil? Ninguém. Mas na prática ela existe – mas a nossa direita é muito mais o atraso, o clientelismo, fisiologismo, esse tipo de questão, do que a defesa dos valores intrínsecos da propriedade, da hierarquia. Não tem muito essa defesa (idem).

Como corolário, Cardoso taxativamente afirma que "Hoje, se disser que sou de esquerda, as pessoas não vão acreditar. Embora seja verdade. É verdade!" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014). É um fato que o PSDB afastou-se de uma acepção kautskyana da social-democracia embebida de marxismo. Da mesma forma, o partido acolhe o liberalismo econômico e tornou-se o principal adversário eleitoral do PT em nível nacional, configurando uma nova clivagem, uma "simplificação do quadro partidário", já que "a oferta de candidaturas viáveis pelos partidos se reduz a dois tanto no âmbito nacional como no estadual" (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p. 37). Como resultado, "o sistema partidário brasileiro se consolidou em 'o PT *versus* o resto'" (LUCAS e SAMUELS, 2011, p. 84)¹⁵³. No entanto, moderação ideológica, apoio à liberdade econômica e oposição eleitoral ao PT não denotam necessariamente crenças de direita, e associar a práxis política dos tucanos (ou a de seu maior líder, Fernando Henrique Cardoso) ao conservadorismo é mais um sinal de que este conservadorismo e as direitas não liberais estão virtualmente ausentes no atual sistema partidário brasileiro.

Na eleição presidencial de 2002 o consenso de esquerda se solidifica consideravelmente e atinge, talvez, seu ápice. Uma vez que Enéas Carneiro declina da

¹⁵²Emir Sader, notório apologeta da esquerda brasileira, recentemente argumentou que a militância de partidos radicais como PSOL e PSTU "precisaria ter clareza dos inimigos fundamentais, que compõem o campo da direita – EUA, PSDB e seus aliados, a mídia oligárquica, o sistema bancário. Para impedir qualquer risco de se confundir com a direita contra o governo" comandado pelo PT (SADER, 2013).

¹⁵³A interpretação não é consensual. Veja-se, por exemplo, as críticas de Melo e Câmara (2012).

disputa e dá fim às pretensões pouco viáveis da direita radical brasileira em conquistar a presidência da república, apenas candidatos posicionados do centro para a esquerda do espectro político concorrem à presidência do Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva (PT/PC do B/PL/PMN/PCB), José Serra (PSDB/PMDB), Anthony Garotinho (PSB/PGT/PTC), Ciro Gomes (PPS/PDT/PTB), José Maria (PSTU) e Rui Pimenta (PCO). O resultado do pleito deu a vitória ao Partido dos Trabalhadores: Serra não se mostrou à altura para contornar o desgaste proveniente da agenda negativa que se abateu sobre o segundo mandato de seu correligionário Fernando Henrique Cardoso, de sorte que Silva atinge 46,44% dos votos válidos (34,23% do total de eleitores) no primeiro turno e 61,27% no segundo. A fim de pôr-se à parte da desconfiança/rejeição que o grosso do eleitorado demonstrara em relação à sua figura nas eleições anteriores, o petista precisou suavizar dramaticamente seu discurso e apresentar como candidato à vice-presidência o empresário José Alencar, de perfil ideologicamente bastante moderado¹⁵⁴.

Note-se que os partidos consistentes e, *a priori*, desvinculados das esquerdas (DEM e PP) não apresentam candidatos e sequer compõem alianças formais, afastando-se voluntariamente da corrida eleitoral. Para o mais, o candidato do PSDB, José Serra, a julgar pela trajetória política que construiu, claramente posicionava-se à esquerda do próprio partido, ao passo que Ciro Gomes, José Maria e Rui Pimenta estão cimentados em forças políticas historicamente esquerdistas. Antony Garotinho, embora tenha introduzido, tímida e marginalmente, alguns dos temas morais caros à atual "bancada religiosa", concorre pelo Partido Socialista, e, ainda mais enfaticamente do que Fernando Henrique Cardoso, declarou à época: "Tenho uma posição à esquerda de tudo isso que está aí, mas acho que a esquerda brasileira precisa mudar, ser mais propositiva, convincente. Não basta criticar, é preciso propor" (GAROTINHO, 1999). O discurso e a plataforma política do candidato, sublinhe-se, apenas marginalmente se valeram de recursos discursivos capazes de representar o conservadorismo ou mesmo o eleitorado evangélico: "Garotinho afirmava constantemente que seria o presidente de todos os brasileiros e que não aceitaria a restritiva pecha de candidato dos evangélicos. [...] Posicionou-se contra o aborto e o casamento entre homossexuais, embora não tenha feito disso bandeira política" (ALMEIDA, 2008, p. 174). De igual modo, outros elementos do conservadorismo à brasileira não estiveram presentes na campanha do líder evangélico.

¹⁵⁴A aliança com o autointitulado "Partido Liberal" de Alencar (já extinto) também é simbólica e se soma à já referida *Carta aos Brasileiros* como grandes sinais de que o PT, ao menos publicamente, renuncia à via revolucionária adotada por outros partidos marxistas.

Em 2006, os candidatos foram Luís Inácio Lula da Silva (PT/PRB/PC do B), Geraldo Alckmin (PSDB/PFL), Heloísa Helena (PSOL/PSTU/PCB), Cristovam Buarque (PDT), Ana Maria Rangel (PRP), Eymael (PSDC), Luciano Bivar (PSL) e Rui Pimenta (PCO). Beneficiando-se da popularidade conquistada ao longo do primeiro mandato, Lula da Silva se reelege em segundo turno. Na primeira fase do escrutínio, o petista obtém 48,6% dos votos válidos, e, na segunda, atinge 60,82%. O consenso de esquerda não repete a intensidade do pleito anterior, mas subsiste. Se o PP, tendo participado da gestão petista, esquiva-se de participar formalmente da coligação que suportou Lula apenas porque disputas políticas regionais lhe constroem, resta ao conservadorismo (e às direitas) o abrigo dos liberais e social-democratas.

O nome submetido ao parecer dos brasileiros, Geraldo Alckmin, fora filiado ao MDB, partido de oposição ao regime militar, e esteve entre os fundadores do PSDB. No entanto, por ter recebido uma educação católica¹⁵⁵ e ter edificado sua carreira política no estado de São Paulo (o que implica encarnizada disputa com o PT), Alckmin não raro é associado ao conservadorismo e teria inclusive sofrido "cristianização" por parte de alas do próprio PSDB¹⁵⁶. Apesar disso, o ex-governador paulista, um dia após ter obtido a indicação de sua candidatura, afirmou que "eu leio com bom humor essa história que me coloca mais ao centro, mais à direita, mais conservador. Vão levar um belo susto" (TERRA, 2006).

O depoimento do "tucano" guarda relação com a avaliação de Frias, que observa que se Alckmin "tem pouco vínculo orgânico" com "o núcleo tradicional" do PSDB, o qual "gravita há 30 anos em torno de intelectuais paulistas, muitos deles uspianos, muitos exilados na ditadura, quase todos antigos marxistas que desacreditaram do marxismo durante o exílio", também se caracteriza como "um gerente pós-ideológico" (FRIAS, 2006).

Contudo, o diagnóstico não contenta os conservadores declarados. Para valerem-nos novamente das interpretações sempre muito posicionadas de Olavo de Carvalho,

O governador Geraldo Alckmin é um paladino dos movimentos 'politicamente corretos' que buscam instaurar, pela pressão de consensos mais ou menos improvisados, os 'novos direitos do homem' - alguns deles em flagrante oposição aos velhos - patrocinados pela ONU, pela mídia esquerdista elegante de Nova York e Paris e pela rede mundial de ONGs. Ao mesmo tempo, é um defensor da ordem democrática, respeitoso dos direitos do capital privado no campo econômico e avesso a toda exibição de arrogância autoritária. Por esses breves traços, reconhece-se nele uma encarnação típica do político de esquerda moderada

¹⁵⁵Durante a campanha, circularam informações de que Alckmin seria membro da prelazia do *Opus Dei*. Embora a hipótese jamais tenha se confirmado, o pertencimento a uma instituição que pratica o catolicismo em seu cariz tradicional ressoa como a pior das acusações em um ambiente de consenso de esquerda. À época, em uma revista esquerdista, chegou-se ao extremo de ligar Alckmin às bandeiras da TFP (AGUIAR, 2006).

¹⁵⁶Documentos vazados pelo *WikiLeaks* revelam o teor de conversas entre o "tucano" Andrea Matarazzo (então embaixador do Brasil em Roma) e diplomatas norte-americanos. Segundo o relato confeccionado pelos diplomatas, Matarazzo teria afirmado que a campanha de Alckmin estava baseada nas forças do "baixo clero" do PSDB, partido que "não está fortemente unido em torno de Alckmin, a despeito das declarações públicas em contrário". Como reflexo disso, afirmam os relatórios, Matarazzo refere que líderes como Fernando Henrique Cardoso participariam da campanha "sem entusiasmo" (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/03/884155-matarazzo-diz-a-diplomatas-que-alckmin-e-opus-dei.shtm-l>>. Tradução nossa).

que tomou o lugar dos comunistas no cenário das democracias ocidentais. Num regime normal e representativo da era pós-comunista, um homem como o governador Alckmin personificaria, perante o eleitorado, a voz e a presença da esquerda (CARVALHO, 2002, p. 12).

Como consequência, conclui Carvalho, "o quadro eleitoral brasileiro ficou, portanto, dividido entre socialistas democráticos e comunistas revolucionários, sendo estes últimos apresentados como socialistas democráticos e aqueles como conservadores" (idem, p. 12).

À primeira vista, a eleição de 2010 configurou-se de forma a seguir descontentando conservadores como Carvalho. Apresentaram-se à liça os seguintes candidatos: Dilma Rousseff (PT/PMDB/PDT/PCdoB/PSB/PR/PRB/PTN/PSC/PTC), José Serra (PSDB/DEM/PTB/PPS/PMN/PTdoB), Marina Silva (PV), Plínio Sampaio (PSOL), Eymael (PSDC), José Maria (PSTU), Levy Fidelix (PRTB), Ivan Pinheiro (PCB) e Rui Pimenta (PCO). Apadrinhada pelo presidente anterior, Rousseff vence em segundo turno e estende a hegemonia petista por mais quatro anos, obtendo 46,91% dos votos válidos no primeiro turno e 56,05% no segundo.

O PP novamente se evade do processo, mas denunciando seu fisiologismo já crônico e sua renúncia a qualquer pretensão conservadora, anuncia apoio informal à candidatura Rousseff meses antes da eleição¹⁵⁷. Além dos demais candidatos explicitamente esquerdistas (Sampaio, Pinheiro e Pimenta concorrem por siglas de linha marxista ortodoxa), o quadro eleitoral apresenta o ambientalismo de tipo *third way* de Marina Silva¹⁵⁸ e a aliança entre sociais-democratas e liberais encabeçada por José Serra, bem como a inexpressividade "nanica" de Eymael e Fidelix. O conservadorismo, portanto, navegaria uma vez mais no vácuo representativo imposto pelas disputas presidenciais.

Todavia, a eleição de 2010 trouxe os primeiros indícios de que estaria se processando uma incipiente ruptura do consenso de esquerda. Se, por um lado, o candidato à vice-presidência na coligação encabeçada por Serra, Índio da Costa, verbalizou críticas incisivas ao PT lançando mão de roupagens ideológicas antes praticamente inexistentes nas disputas eleitorais à presidência¹⁵⁹, temas morais e religiosos dominaram o quadrante final da disputa, trazendo à tona agendas igualmente inéditas e atores que até então não dispunham de marcante notoriedade:

Foi na eleição presidencial de 2010 que a influência e o poder de dirigentes, grupos e movimentos católicos e pentecostais sobre os principais candidatos atingiram o ápice. Esses religiosos conseguiram agendar, mobilizar e pressionar consideravelmente as campanhas, estratégias e propostas eleitorais de Dilma Rousseff e José Serra. O peso da religião e de questões de natureza moral e religiosa sobre a esfera pública brasileira revelou-se de forma contundente nesta eleição (ORO e MARIANO, 2010, p. 22).

¹⁵⁷Nota-se, no entanto, a emergência resistências internas à decisão da cúpula do partido. Embora vinte dos vinte e sete diretórios estaduais do PP tenham aderido à campanha de Rousseff, os progressistas de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Rondônia permaneceram neutros, e os diretórios do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná anunciaram apoio explícito a José Serra.

¹⁵⁸Silva foi filiada ao PT por muitos anos, ocupando ministérios na gestão do partido no governo federal. De modo análogo a Garotinho, Silva é também evangélica, e pode ter se tornado uma alternativa a esse eleitorado. Porém, como Garotinho, seu discurso eleitoral apenas muito marginalmente valeu-se de elementos caros à "bancada religiosa", como a oposição ao aborto e à liberalização dos costumes sexuais. Associá-la ao conservadorismo apenas por sua filiação religiosa seria, pois, temerário.

¹⁵⁹O democrata agitou o debate político devido às suas declarações taxativas contra o PT. Afirmou, por exemplo, que os petistas teriam ligações com a narcoguerrilha das FARC e denunciou suposta simpatia do partido a regimes ditatoriais como o castrismo cubano.

De fato, temas caros ao conservadorismo à brasileira foram inesperadamente inseridos na campanha, rompendo com o debate pragmático e relativamente desideologizado que dominara as eleições anteriores. Nesse sentido, a ação desenvolvida por agentes ligados ao catolicismo e a diversas igrejas evangélico-pentecostais em torno de questões como a desejabilidade (ou não) da descriminalização do aborto produziu amplo impacto na opinião pública, reorientando as estratégias de campanha dos principais candidatos. Na transição do primeiro para o segundo turno, Rousseff se viu envolvida em uma controvérsia alimentada por suas declarações pretéritas em favor da prática do aborto. Este fato foi instrumentalizado politicamente por entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que somando-se ao proselitismo público de inúmeros padres e pastores, alavancaram mudanças significativas tanto no discurso de Rousseff (que passou a autoproclamar-se "defensora da vida") como no de seu adversário José Serra (que passou a identificar-se como "cristão" e "do bem").

A conformação imediata das estratégias políticas dos principais candidatos à presidência da república – e, por consequência, dos seus respectivos partidos – à pauta construída pelo campo religioso justifica-se não apenas pela aderência de valores religiosos no eleitorado, mas também pela expressividade da "bancada religiosa" no Congresso Nacional. Tal dinâmica fica evidente se considerarmos que José Serra incorporou a agenda religiosa-conservadora abruptamente: seu discurso de campanha, antes inteiramente desprovido de qualquer apelo ideológico ou de costumes morais, passa a defender a família, os valores cristãos e os direitos dos nascituros apenas quando isso se torna conveniente. De igual modo, Rousseff "se converte" ao cristianismo rapidamente:

Dilma viu-se constrangida a reformular o discurso sobre sua fé e sua pertença religiosas. Tornou-se premente para a petista uma identidade católica depois que a imprensa desencavou e passou a citar trechos de entrevista que ela concedeu à revista *Época* em 2007, na qual, então sem quaisquer pretensões eleitorais, a ministra revelou-se agnóstica. [...] Em fevereiro, já como pré-candidata, porém ainda inexperiente em disputas eleitorais e incauta quanto à vigorosa pressão religiosa que viria a pesar sobre sua candidatura, asseverou não dispor de uma religião específica, mas crer 'numa força maior do que a gente'. Em maio, constrangida pelas crescentes exigências religiosas aos postulantes a postos políticos majoritários no Brasil, declarou ser "antes de tudo, cristã", e, em seguida, católica (ORO e MARIANO, 2010, p. 23-24).

Sob a ótica dos candidatos protagonistas, portanto, estava em exame um cálculo político que visava à vitória eleitoral e a posterior governabilidade, e não propriamente a defesa de princípios morais, religiosos ou ideológicos. Uma vez que o comportamento dos movimentos religiosos e suas possíveis tentativas de instrumentalizar o conservadorismo

serão alvo de exame mais denso no capítulo seguinte, importa ressaltar, para o momento, que o consenso de esquerda foi ameaçado em 2010 por forças suprapartidárias (quando não extrapartidárias). Aqueles que porventura tenham pretendido representar as correntes conservadoras o fizeram a partir de barganhas e mecanismos de pressão exógenos. Sem eleger partidos ou candidatos específicos, os religiosos tentaram colonizar o cenário político.

Adverta-se que mesmo os partidos dotados de forte presença pentecostal entre seus quadros – PR, PRB e PSC¹⁶⁰ – fizeram parte da coligação que elegeu Rousseff, justamente a candidata mais molestada devido às suas posturas acerca do aborto e da crença em Deus. A ação dos religiosos, assim, constituiu um esforço plural de pressão desencadeado por líderes de partidos distintos e por movimentos civis que de modo algum podem ser enquadrados apenas partidariamente. Logo, o conservadorismo permaneceu defasado em sua representação nas eleições presidenciais, e se questões morais consideradas importantes por amplos segmentos sociais foram anexadas à campanha eleitoral, também é verdade que nenhum candidato posicionou-se ideologicamente de maneira explícita, sobretudo porque, conforme inferimos, o discurso de tonalidades conservadoras foi apropriado apenas à medida que poderia lhes garantir uma vitória eleitoral pontual.

Nas eleições de 2014, o quadro apresenta certas modificações. Concorreram Dilma Rousseff (PT/PMDB/PDT/PCdoB/PP/PRB/PR/PROS/PSD), Aécio Neves (PSDB/DEM/PTB/PTC/PMN/PTdoB/PTN/PEN/PSD), Marina Silva (PSB/PPS/PRP/PHS/PSL/PPL), Luciana Genro (PSOL), Pastor Everaldo (PSC), Eduardo Jorge (PV), Levy Fidelix (PRTB), Eymael (PSDC), Rui Pimenta (PCO) e Mauro Iasi (PCB). Após uma estimulante disputa que assistiu a reviravoltas memoráveis depois que o então candidato do PSB, Eduardo Campos, faleceu em um acidente aéreo durante a fase inicial da campanha, a eleição chegou a computar uma proeminência temporária de Marina Silva. A ex-petista havia se inscrito na chapa de Campos como candidata à vice-presidência apenas porque a fundação de seu próprio partido, a Rede Sustentabilidade, fora frustrada pela justiça eleitoral às portas do início da campanha. Com a inesperada morte de Campos, no entanto, Silva assume a prôa e, por semanas, liderou com relativa folga as pesquisas de intenção de voto, levando a crer que o segundo turno seria decidido entre a sua candidatura e a de Rousseff.

Com efeito, a eleição foi decidida em segundo turno, mas entre as forças que monopolizam desde 1994 as eleições presidenciais brasileiras: o PT e o PSDB. Coube a

¹⁶⁰O comportamento político de tais partidos, ressalte-se, será analisado no capítulo seguinte.

vitória à Roussef, ainda que a estreita margem obtida sobre Neves (51,64% dos votos válidos) tenha feito evidenciar uma notável recuperação do bloco liderado pelos social-democratas. Para além dos candidatos umbilical ou parcialmente identificados com ramos à esquerda do *continuum* ideológico (Roussef, Silva, Genro, Jorge, Pimenta e Iasi), restaria aos conservadores, uma vez mais, o PSDB, além de Eymael e Fidelix. Substituindo José Serra, Aécio Neves, neto do incônicô Tancredo Neves, credencia-se à disputa também devido à exitosa carreira como ex-governador de Minas Gerais e senador da república. Seu discurso, é verdade, mostrou-se significativamente mais enfático do que a linha adotada por Serra quatro anos antes, e as críticas ao PT e ao governo Roussef avolumaram-se. Contudo, as bandeiras que mais naturalmente encontrariam ressonância entre aqueles que formam o conservadorismo à brasileira (conforme vimos no capítulo precedente) não tiveram protagonismo no programa de Neves¹⁶¹.

Se Eymael e o fragilíssimo PSDC definitivamente demonstraram sua incapacidade de produzir uma alternativa política minimamente viável, Levi Fidelix, outro dos candidatos não necessariamente comprometido inteiramente com as esquerdas, esboçou, pela primeira vez desde que passou a candidatar-se à presidência (2010), alguma tentativa de conectar-se com elementos caros ao conservadorismo à brasileira. O candidato do PRTB protagonizou um episódio marcante na reta final do primeiro turno: questionado acerca de sua posição diante do homossexualismo em um debate veiculado na *TV Record*, Fidelix verbalizou um discurso bastante enfático, de caráter moralmente conservador. Afirmou, entre outras coisas, que "aparelho excretor não reproduz" e clamou ao eleitorado: "nós somos a maioria; vamos enfrentar essa minoria (os homossexuais)". Tal postura rendeu uma popularidade até então inédita para Fidelix (especialmente nas chamadas redes sociais), e embora seja impossível mensurar em que grau o ocorrido colaborou, o fato é que sua votação aumentou mais de sete vezes em relação ao pleito anterior, passando de 59.960 votos em 2010 para 446.878 em 2014.

Para além desta tentativa pontual e um tanto improvisada e folclórica de se aproximar de um dos ingredientes que podem caracterizar determinados conservadorismos¹⁶², emerge

¹⁶¹A única exceção marcante seria a proposta de reduzir a maioridade penal para dezesseis anos, demanda que, de acordo com pesquisas de opinião, parece fazer parte das ânsias de parcelas expressivas da população. Contudo, mesmo nesse ponto, Neves recua: no segundo turno, Marina Silva exige a retirada da proposta como condição para apoiar o PSDB, e Aécio, embora não tenha acatado integralmente a imposição, simplesmente deixa de tocar no assunto durante todo o segundo turno.

¹⁶²Ressalte-se que o discurso de Fidelix foi estimulado, à medida que pronunciado mediante resposta à provocação de outro candidato durante um debate ao vivo. Além de não constar em qualquer outra esfera da

em 2014 o candidato presidencial potencialmente mais conservador dentre todos aqueles que foram apresentados à opinião pública brasileira desde 1994: trata-se de Pastor Everaldo Pereira, que concorre pelo PSC. Com efeito, Everaldo valeu-se de apelos claramente conservadores, defendendo repetidamente aquilo que denominou "os valores da família". Neste rol estaria a defesa da "vida do ser humano desde a sua concepção" e a oposição à união civil entre homossexuais. É definitiva a resposta do então candidato diante da pergunta "Sobre questões mais polêmicas, como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, qual é a sua posição?": "Mas polêmica para quem? Pra mim isso não é mais polêmica. Eu sou contra o aborto e o casamento homossexual. Isso é uma coisa natural"¹⁶³. A concepção de Brasil esposada pelo candidato é igualmente clara e foi constantemente repetida em seus discursos e programas de propaganda eleitoral:

A visão política que o PSC tem para o Brasil é a de um País laico, próspero, ordeiro e seguro, baseado em valores cristãos como a solidariedade, o direito à vida, a preservação da família como base da sociedade e os direitos individuais básicos como a liberdade de expressão, o direito de ir e vir e a propriedade privada¹⁶⁴.

À instrumentalização de princípios passíveis de serem identificados com os conservadorismos – como a família, os "valores cristãos" e a ojeriza à união homossexual e à legalização do aborto – o candidato soma a ideia de assegurar um país "ordeiro e seguro", em clara alusão àquele combate à criminalidade tão desejado por parcelas importantes da população. Tais ingredientes, portanto, bem poderiam atender às expectativas do conservadorismo à brasileira, minimizando o vácuo representativo e causando a primeira fissura visível do virtual consenso de esquerda que supomos ter se instalado nas eleições presidenciais nos últimos vinte anos.

No entanto, o candidato do PSC obteve apenas 0,7% dos sufrágios (780.513 mil votos), o que lhe garantiu o modesto quinto lugar entre dez concorrentes. Se, como vínhamos inferindo, grandes contingentes da população brasileira viam-se subrepresentados ideologicamente nas eleições presidenciais, que fatores poderiam explicar o insucesso de uma candidatura que, *a priori*, estaria bastante próxima do conservadorismo?

estratégia eleitoral do candidato, trata-se de apenas um ingrediente passível de ser associado ao conservadorismo à brasileira, e a própria liguagem utilizada serve-se mais à forja de ludicidade do que de debate ideológico acerca do tema.

¹⁶³ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/08/pastor-pre-candidato-defende-familia-e-fortalecimento-das-forcas-armadas.htm>>. Acesso: 20 abr. 2014.

¹⁶⁴ Disponível em: <<http://www.metronews.com.br/politica/pastor-everaldo-candidato-a-presidente-pelo-psc/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

Em nossa avaliação, a estratégia de Everaldo não logrou êxito devido a quatro fatores primordiais. De um lado, o candidato, um líder da igreja Assembleia de Deus, voluntariamente identificou-se com um ramo evangélico, fazendo incluir em seu registro de candidatura a palavra "pastor" antes de seu nome próprio. Ainda que tenhamos visto que alguns *surveys* sugerem que as igrejas pentecostais não sejam tão amplamente questionadas por parte da população brasileira, a identificação ostensiva de um candidato presidencial a uma denominação religiosa minoritária¹⁶⁵ apenas penosamente captaria votos para além do universo comunitário que envolve a instituição e suas congêneres. O princípio de que "irmão vota em irmão", ao mesmo tempo em que pode ampliar a densidade eleitoral de um candidato, conduz a efeitos colaterais, conforme observa o cientista político Cesar Jacob: "Em contrapartida, o teto [número máximo de votos] é baixo porque essa mistura de religião e política acaba fazendo com que o eleitorado geral rejeite o candidato" (JACOB, 2014). Acrescente-se, por fim, que havia outro candidato ligado à mesma Assembleia de Deus: Marina Silva. A candidata mostrou-se claramente mais competitiva (inclusive porque não enfatizou em sua campanha o pertencimento religioso – ainda que jamais o tenha negado) e provavelmente tenha angariado para si parte significativa dos votos que naturalmente iriam para Everaldo, além de garantir a adesão da maioria dos crentes de todas as denominações conhecidas como "evangélicas"¹⁶⁶.

Em segundo lugar, Everaldo concorreu por um partido "nanico" e em "chapa pura", sem qualquer apoio. A fragilidade do PSC (que possui apenas doze deputados federais) e a ausência de apoios formais, com efeito, renderam ao candidato apenas um minuto e dez segundos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, o que prejudica a divulgação da mensagem do candidato e pode impactar inclusive na captação de recursos e na formação de uma ideia de debilidade por parte da opinião pública.

Outro ingrediente diz respeito ao fato de que Everaldo, embora tenha sustentado um discurso de oposição ao PT em 2014, participou, como vice-presidente do PSC, das negociações que levaram seu partido a aderir ao governo petista quatro anos antes. Tal postura possivelmente tenha contribuído para diminuir a eventual confiança que eleitores inflexivelmente antipetistas poderiam ter nutrido no candidato. Essa contradição foi

¹⁶⁵A Assembleia de Deus contaria com 12,3 milhões de fiéis, de acordo com o IBGE (2010). Considerando que, na época da medição, a população brasileira agregava mais de 190 milhões de pessoas, os membros da igreja não superariam a casa dos 6,5% dos brasileiros.

¹⁶⁶Abordaremos o tema como um todo com mais detalhes no próximo capítulo. Por hora, basta referir que os "evangélicos" representam em torno de 20% do eleitorado e que Marina Silva provavelmente tenha conquistado grande parte destes votos (JACOB, 2014).

repetidamente trazida à luz durante a campanha, e Everaldo costumou retrucar que sua reavaliação de posição decorreria da frustração experimentada após as iniciativas empreendidas pelo governo Dilma no campo moral (suposto favorecimento ao aborto e à união civil entre homossexuais). Eis um exemplo de sua argumentação:

Nós ficamos decepcionados pela maneira que foi formado o governo, que contrariou os nossos princípios, que o PSC defende. Nós defendemos a vida do ser humano, desde a sua concepção. Defendemos a família como está na Constituição brasileira. E vimos que a maneira que foi montado contrariava esses princípios. Isso que nos decepcionou (PASTOR EVERALDO, 2014).

Se o histórico de Dilma e do PT dificilmente permitiriam antever um destrinchamento diferente, é razoável crer que a alegada decepção do candidato não tenha angariado aceitação sem reservas no eleitorado. Ainda no que tange à conduta pessoal, durante a campanha circularam rumores de que Everaldo teria agredido sua ex-esposa¹⁶⁷. Independentemente de se tratar de fato ou de calúnia, é certo que a suspeita se instalou e pode ter comprometido a imagem de um candidato que centra sua apologética eleitoral justamente na defesa dos "valores da família".

Não obstante isso, o quarto elemento pode ter sido determinante para o insucesso do candidato do PSC no intento de cooptar os eleitores simpáticos ao conservadorismo à brasileira. Ocorre que a plataforma de campanha de Everaldo repetidamente investiu na proposta de privatizar empresas estatais e reduzir a amplitude do Estado de um modo geral. Nesse sentido, o pastor explicita que "Nós deixamos claro que somos privatizantes", já que "tudo o que for possível tirar da mão do Estado, da corrupção, para passar para as mãos da iniciativa privada, nós faremos. Vamos enxugar esse Estado [o Estado Brasileiro]"¹⁶⁸. A partir deste mote, ideias como "mercado", "livre iniciativa" e "diminuição do Estado" tiveram, ao lado dos apelos morais, protagonismo na mensagem eleitoral de Everaldo em todos os seus signos externos. Esta ênfase mostra-se especialmente problemática para a tarefa de obter suporte em uma sociedade francamente estatista (conforme demonstramos através de *surveys* apresentados no capítulo anterior). De acordo com os dados, lembremos, não apenas o grosso da população manifesta simpatia por soluções intervencionistas e pela robustez do Estado como os próprios conservadores e direitistas brasileiros tendem ao estatismo.

¹⁶⁷ A ex-esposa de Everaldo moveu uma ação judicial contra o ex-companheiro, alegando que teria por ele sido agredida fisicamente e ameaçada de morte. Condenado em primeira instância, o pastor obteve sucesso ao recorrer da decisão e o processo passou a tramitar na Justiça Federal.

¹⁶⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1437787-psc-lanca-pre-candidatura-de-pastor-everaldo-a-presidencia.shtml>>.

Logo, a candidatura de Everaldo poderia espelhar um conservadorismo no sentido em que ele é compreendido em contextos como o norte-americano, onde propostas de moralidade na vida privada e de livre iniciativa e redução do Estado convivem naturalmente com o conservadorismo e seus principais líderes políticos. Contudo, o conservadorismo à brasileira, nos moldes que definimos anteriormente, é, no mínimo, reticente em relação àquele rol de ideias privatistas, as quais no Brasil são identificadas com o (neo)liberalismo. Por isso, o pastor-candidato, embora tenha se aproximado do conservadorismo à brasileira como nenhum outro candidato presidencial desde 1994, não poderia ser automaticamente considerado um pleno conservador na acepção que o vocábulo conteria na realidade brasileira contemporânea e na percepção de parte significativa da população (ainda que de modo mais ou menos inconsciente).

Para fins de síntese do capítulo, pode-se referir que embora os politólogos inclinem-se para a definição de um espectro ideológico dos partidos brasileiros que contempla a dimensão direita-esquerda, as siglas posicionadas à direita do centro dificilmente poderiam representar o conservadorismo, quer nas suas acepções clássicas, quer na feitura em que ele manifesta na percepção de fatias da população. Conforme salientam Mainwaring, Meneguelo e Power (2000), ainda que os partidos conservadores brasileiros tenham logrado êxito na tarefa de garantir seus interesses durante um grande período da história, houve, com a redemocratização, uma remodelagem programática e o esvaziamento do poder de tais grupos em zonas eleitorais que até então estavam sob inegável controle. Com efeito, dos mais relevantes partidos "candidatos" à acunha de conservadores, o DEM mostra-se uma sigla que, no máximo, coaduna-se com o liberalismo, ao passo que o PP, voluntariamente dissociado de sua história e vinculado diretamente às recentes administrações federais conduzidas pelos petistas, renuncia ao hasteamento das bandeiras conservadoras na teoria e na prática institucional que emprega desde a redemocratização. Além disso, tais partidos enfrentam séria crise na atualidade em virtude de sua fragilização eleitoral.

O exame dos manifestos partidários e do comportamento dos partidos em seis campanhas eleitorais à presidência posteriores à redemocratização subsidia tal parecer. Conforme foi demonstrado, a retórica institucional dos partidos raramente é compatível com a linguagem conservadora, e nas ocasiões em que a relação porventura se tornaria admissível, apenas se insurgem elementos como a liberdade econômica e a redução do

Estado, princípios mais caros ao liberalismo do que ao conservadorismo à brasileira e aos métodos dos quais se serviu a direita não liberal no Brasil ao longo do século XX. Fora isso, os apelos morais que povoaram a campanha de 2010 foram impulsionados por grupos religiosos e penetraram na pauta dos dois principais candidatos a contragosto, por exigência eleitoral daquele momento. Embora os mesmos apelos tenham surgido organizada e voluntariamente no discurso do candidato Pastor Everaldo, isso só ocorreu em 2014 e esteve acompanhado por uma plataforma fortemente liberal no campo econômico e na concepção de Estado, ideias que conflitam com os princípios da absoluta maioria da população.

De igual modo, a associação do PSDB à direita se justifica somente no vetor circunstancial da atual disputa política. A migração dos tucanos da esfera de influência das esquerdas ocorrerá unicamente porque sua força eleitoral favoreceu o erguimento de uma virtual polarização com um partido decididamente atrelado ao progressismo e à raízes mais ou menos marxistas. Monopolizando as disputadas presidenciais com o PT desde 1994, o PSDB é ordinariamente situado à direita por necessidade de forjar os contrastes imprescindíveis à operacionalidade do debate político. Ao balancear os resultados das baterias de *surveys* aplicados junto aos congressistas entre 1990 e 2009, Lucas e Samuels (2011) concluem que

[...] parlamentares do PSDB, PMDB e PFL são agora essencialmente intercambiáveis, ao menos em termos de programas ou ideologias. Como tal, o quadro geral que surge dessa análise é um sistema de dois blocos, com o PT à esquerda e PSDB/PMDB/PFL no centro. Não se demonstrando o contrário, as atitudes dos parlamentares sugerem que o sistema partidário brasileiro se consolidou em 'o PT versus o resto' (LUCAS e SAMUELS, 2011, p. 84).

Se o comportamento dos próprios parlamentares do PSDB (e, saliente-se, do atual DEM) no Congresso Nacional permite aos autores situá-los "no centro", a alegação de que os tucanos flertariam com a direita se socorrerá ainda da práxis que teve lugar nos governos liderados pelo partido durante a década de 1990: rejeitando a ideia de social-democracia à moda antiga que subsiste em outros contextos, o PSDB teria se convertido ao neoliberalismo. Contudo, a pretensão de tornar esse partido o representante do conservadorismo inevitavelmente traz consigo a conclusão de que esta corrente não possui emissários institucionais de peso no sistema partidário brasileiro. Caso se refaça a analogia com o Portugal de 1974, ver-se-á que as conclusões ideológicas muito se assemelham ao Brasil atual (basta substituir a palavra "salazarismo" pela expressão "ditadura militar"):

Naquele ambiente intelectual dominado pela vulgata marxista, esquerda passou a ser sinal de marxismo (tal como direita só podia ser sinônimo de salazarismo),

logo, um liberal de esquerda era percebido como alguém de direita. [...] Contudo, como é fácil de perceber, um crítico do marxismo não é necessariamente um conservador ou liberal-conservador. Se esquerda não é sinônimo de marxismo, direita também não é mero sinônimo de antimarxismo (RAPOSO, 2012, p. 386).

Com efeito, o consenso de esquerda lapidou a ideia de que um liberal equivale a um conservador/direitista, o mesmo valendo para um antipetista. Soma-se a isso o fato de que desde 1994 as eleições fizeram emergir um único candidato à presidência abertamente conservador (mesmo assim, o discurso privatista tão presente na retórica de Pastor Everaldo flerta mais com o liberalismo do que com o conservadorismo à brasileira, o qual, como vimos por meio dos dados dos *surveys*, tende à simpatia pela maior intervenção do Estado em múltiplos setores). Exceção feita ao profascismo de Enéas Carneiro, às direitas não liberais escassearam canais autônomos e naturais de aderência política, podendo elas, na melhor das hipóteses, depositar sua confiança no bloco colorido por liberais e social-democratas ou, no caso de 2014, em um candidato privatista e umbilicalmente ligado a setores evangélicos. O descontentamento dos conservadores declarados – como vimos nas afirmações de nomes como Olavo de Carvalho e Reinaldo Azevedo – é contundente ao abordar esse quadro.

Provavelmente não estão sozinhos: os valores defendidos por significativas parcelas da sociedade brasileira convergem justamente na direção de temas relacionados aos conservadorismos. Logo, é possível que a introdução plena e franca de tais valores na pauta das disputas eleitorais à presidência seja politicamente exitosa, e o candidato/partido que o fizesse poderia se tornar um *player* importante (o que não quer dizer necessariamente dominante). A aparente assimetria entre o conservadorismo esposado por muitos cidadãos e a representação política no mais alto cargo do país alimenta-se, portanto, da inação das elites políticas conservadoras, que envergonhando-se ou renunciando petrinamente à sua identidade, deixaram de se impor nas disputas presidenciais.

A incapacidade de tais elites em preencher esse vácuo/assimetria não se verifica em outras democracias da contemporaneidade, mesmo naquelas que enfrentaram traumas políticos similares àqueles acendidos pelo regime militar brasileiro. Nesse sentido, o caso de Portugal novamente presta-se à comparação, já que os longos anos do salazarismo – tão ou mais agregado às direitas ou ao conservadorismo quanto a mais recente ditadura brasileira – não foram suficientes para impedir a ascensão de siglas confessadamente conservadoras assim que desabrochou o pluripartidarismo. Em Espanha, nem mesmo as lesões suscitadas pelo franquismo – um regime duradouro e muito próximo do fascismo – foram suficientes

para bloquear a operação de partidos conservadores depois de 1976, e a presença marcante do Partido Popular comprova a assertiva.

Tais grupos não apenas impõem seu próprio julgamento acerca de temas ideológicos como o fazem publicamente, participando – e não raro vencendo – as disputas à chefia da nação. Cientes de que convicções conservadoras encontram amparo social em algum grau (o que potencialmente institui espaço para a eleição de lideranças que por elas se debatam), diferentes elites, em Portugal e ao redor do mundo, facilmente teceram ordens políticas plurais, nas quais partidos de inspirações liberais e socialistas encontram nos conservadores adversários considerados legítimos e naturais em todos os níveis do embate democrático. Da mesma forma, no mundo cultural os intelectuais e formadores de opinião ligados ao conservadorismo ocupam postos mais ou menos proporcionais à sua expressão na sociedade, e seus argumentos fazem parte da pauta cotidiana naturalmente. É apenas porque uma estrutura desse tipo não logrou definitivo êxito no Brasil desde a última redemocratização que a *Revista Veja* – estando ela própria inserida na constelação dos conservadores descontentes – arvora-se no direito de ironizar "o incrível caso do país sem direita", conforme já frisamos.

A advertência de Wanderley Guilherme dos Santos (2008) ("Precisamos de um partido conservador aceito pelos conservadores, para dar um pouco de equilíbrio. [...]. Precisa haver uma contraparte no mesmo nível, que desafie e seja competitiva, que obrigue a esquerda a melhorar também") conclama mais ao equilíbrio e à saúde da gestão pública do que à satisfação dos interesses conservadores ou à fragilização da cultura de esquerda, o que lhe confere um nível de pertinência superior em face do argumento de que a perenização do consenso de esquerda é problemático para a democracia brasileira, como problemático é qualquer alheamento.

Para o mais, o consenso de esquerda e a inexistência de partidos ou candidatos presidenciais que declaradamente norteiem suas plataformas de campanha a partir de orientações de direita não liberal, insista-se, choca-se com a máxima segundo a qual não existe espaço vazio na política e despreza aqueles contingentes de eleitores que, segundo vários *surveys*, se autodeclararam "de direita" a despeito da negativização encerrada pela ideia no *mainstream* das lideranças públicas do Brasil. Se é possível que tais eleitores encontrem representantes simpáticos às suas concepções em âmbito regional ou nas eleições

proporcionais¹⁶⁹, as escolhas para a presidência da república costumam ser protagonizadas por personagens e grupos políticos que ordinariamente cavam trincheiras da extrema-esquerda ao liberalismo.

Assim, as elites conservadoras do Brasil não absorveriam plenamente lições recentes como aquelas que se pode extrair dos exemplos de Portugal e Espanha, e igualmente pareceriam desconhecer precedentes que consagraram ícones do conservadorismo, como Benjamin Disraeli. Como é deveras sabido, ao insurgir-se contra a iminente degradação que afligia o Partido Conservador inglês de seu tempo, Disraeli o remodela em dimensões nacionais, prometendo adaptá-lo à nova realidade social instaurada na Bretanha após a industrialização sem que para tanto se impusesse uma mácula sequer ao valor conservador que assegura a manutenção das tradições e dos costumes em face de rupturas revolucionárias abstratas. A fim fazer justiça às massas pobres – e, como se supunha, tendencialmente simpáticas ao esquerdismo *Whig* –, Disraeli promove a introdução do sufrágio universal. A medida, longe de engrossar a massa eleitoral dos adversários, fez com que os conservadores vissem penetradas suas ideias no povo e vencessem não poucas eleições desde então (VIERECK, 1956). Deste modo, o primeiro-ministro reinventou o conservadorismo no terreno da ação política: "o conservadorismo moderno – um movimento de massas, uma filosofia não para aristocratas e ricos, mas para todos – foi uma criação de Disraeli", que tornou o partido uma "coroa nova exibindo jóias antigas" (GELERNTER, 2005, tradução nossa).

Dado que a extensão do voto no Brasil é praticamente irrestrita, ao conservadorismo brasileiro não seria exigido tamanho esforço político. Boa parte da população (a maioria, em muitos aspectos) pouco encobre sua atração por valores de algum modo conectados com os conservadorismos, e, a julgar pelas pesquisas apresentadas anteriormente, são justamente os menos escolarizados e os com menor renda que mais tendem a fazê-lo. Lembremos que a população majoritariamente se auto-posiciona à direita ou à centro-direita do espectro político, deseja a redução drástica da maioridade penal, apoia as Forças Armadas e as igrejas, desaprova a liberalização dos costumes tradicionais e do aborto, defende um Estado interventor, importa-se com o influxo da religiosidade para a definição da boa moral e recusa a ideia de igualdade nos papéis sociais.

¹⁶⁹No próximo capítulo, trataremos da representação do conservadorismo no parlamento.

Por que as altas lideranças políticas do Brasil não pensam (ou hipocritamente dizem não pensar) o mesmo? Por que não emerge um partido ou um candidato à presidência que assuma veemente e repetidamente as mesmas bandeiras no plano da ação, senão em nome de princípios, ao menos a reboque de oportunismos políticos como aqueles que guiaram PT e PSDB na fase final da campanha de 2010?

O mero passado ligado ao regime militar dificilmente elucidaria inteiramente essa questão. A resposta, pois, pode guardar mais relação com a incapacidade até aqui manifesta das elites conservadoras brasileiras no que tange a afrontar "o domínio da esquerda na área cultural", o que exigiria mergulhar "na ideia quase obsessiva de criar uma alternativa cultural à esquerda" (PINTO, 2012, p. 363), como fizeram os lusos do pós-salazarismo. Já que "ao terminar a ditadura, a cultura como um todo (professores, mídia, literatura, filosofia, ciências humanas, artes, os principais partidos políticos) se revelou completamente esquerdista" (PONDÉ, 2012, p. 179) no Brasil, quando haverá uma reação ordenada do outro lado do espectro ideológico?

Quiçá visando atingir os objetivos dessa "guerra cultural", setores descontentes, tendo percebido o espaço aberto para sua atuação, vêm se revelando cada vez mais ativos, menos "envergonhados" e, por vezes, mais radicais. Trinta anos depois da redemocratização, a reação sistemática parece estar enfim se articulando. Em certos níveis do Congresso Nacional, por exemplo, a assimetria de representação verificada em boa parte das disputas presidenciais não vinga. São as vozes dissonantes que pretendem ver preenchido o vácuo representativo do conservadorismo à brasileira, tema que prenderá nossa atenção no capítulo a seguir.

4 A GUERRA CULTURAL E A GUERRA POLÍTICA: NOVAS TRINCHEIRAS PARA O CONSERVADORISMO À BRASILEIRA NA SOCIEDADE CIVIL E NO CONGRESSO NACIONAL

Após analisarmos os princípios doutrinários básicos do conservadorismo e a forma como parte substantiva da população brasileira expressa cosmovisões passíveis de serem atreladas aos conservadorismos ou a um modo próprio de ser conservador, vimos que os principais partidos políticos do país não costumam valer-se sistematicamente de discursos afeitos a esse pensamento. Além disso, sustentamos que o consenso de esquerda instalado no terreno da cultura ainda durante a década de 1970 expandiu seu influxo para auto-posicionamento das elites políticas após a derrocada do regime militar. Na senda deste raciocínio, argumentou-se que "a direita brasileira, especialmente na modalidade conservadora, não apenas nega sua fé (como fizera o apóstolo) como não esteve efetivamente presente e ativa, em pé de igualdade com as esquerdas, desde os anos 1980" (p. 139-140), o que a fez perder a capacidade de agência como alternativa política às disputas pelo cargo máximo do país, a presidência da república. Irromperia, portanto, aquilo que denominamos como "vácuo representativo".

O diagnóstico, supõe-se, pode conter alguma exatidão ao referir-se aos mais consolidados partidos políticos brasileiros, sobretudo se for apreciado o conteúdo de seus respectivos programas e dos discursos que seus candidatos presidenciais tornaram públicos nas seis eleições ocorridas entre 1994 e 2014. Contudo, é sabido que a conquista e o exercício do poder também estão condicionados a espaços que extrapolam a presidência da república, a matéria programática que os partidos forjam e a identidade ideológica declarada pelos atores do *mainstream* político. Nesse sentido, ganham relevo instâncias como a sociedade civil e o Congresso Nacional, onde o conservadorismo à brasileira tem se mostrado cada vez menos petrino.

Portanto, as trincheiras se renovam e a corrente guerra se desenvolve em *fronts* que inclusive ultrapassam a esfera estritamente política, compreendendo também os modos de influenciar a cultura social. Investigar o aludido processo é, em parte, o intuito do presente capítulo. Primeiramente apresentaremos as vozes dissonantes que ecoam na sociedade e que

paulatinamente vêm se articulando com mais consistência a fim de vencer a "guerra cultural". Logo, a ação de formadores de opinião e intelectuais que procuram pautar a discussão ideológica, de *think tanks* e de novos movimentos populares que tomam as ruas constituem os objetos centrais da primeira parte do capítulo. Além disso, também mapearemos as motivações para a formação de novos partidos potencialmente conservadores, aqui considerados como parte da sociedade civil porque alheios estão às elites políticas ora instituídas.

Já no *front* que engloba os espaços políticos formais, examinaremos se o vácuo representativo (ou assimetria representativa) verificado nas eleições presidenciais entre 1994 e 2014 se repete também no Congresso Nacional. Para tanto, cumpre avaliar a atuação da chamada "bancada evangélica" no Poder Legislativo, sem desconsiderar outros grupos parlamentares que – conjuntamente ou não – crescem em ativismo e possivelmente estejam labutando para ocupar o espaço político facultado por extratos conservadores da população. Neste particular, o exame deter-se-á na análise de projetos de lei aventados por tais elites e na repercussão pública de alguns dos debates de grande repercussão daí decorrentes. Visa-se, portanto, compreender o *modus operandi* dos grupos envolvidos e seus significados à luz do conservadorismo à brasileira.

4.1 Acerca da ideia de guerra cultural

A ideia de guerra cultural deita suas raízes mais profundas nos desdobramentos da *KulturKampf*, episódio que alvoroçou o Segundo *Reich* germânico nos fins do século XIX. Com efeito, naquele contexto emergiu a campanha sistemática empreendida por Bismarck contra o influxo católico na Alemanha recém-unificada, a qual visou, em última análise, modernizar a sociedade pela via da secularização, consolidar o nacionalismo e ceifar a capacidade de interferência papal nos assuntos do país. Tratava-se, por conseguinte, de uma disputa de cosmovisões, de um embate cultural e político que tinha na conquista simbólico-psicológica da sociedade seu mais valioso troféu (GROSS, 1997).

Contudo, foi no ambiente norte-americano do século XX que o termo, já apropriado pela língua inglesa, agregou sentidos contemporâneos e ganhou definitiva notoriedade:

O termo '*culture war*' tornou-se bastante visível nos anos recentes para designar os conflitos que dividem a contemporânea sociedade americana. Ele foi usado em uma variedade de formas, às vezes para referir discórdias exclusivamente culturais na sua origem [...], às vezes para designar a revolta gerada por questões não

relacionadas à cultura, como a batalha em torno do direito de aborto (DEJEAN, 1989, p. 3, tradução nossa).

Em grande medida, é seguro asseverar que coube a Patrick Buchanan a responsabilidade pela popularização do conceito nos Estados Unidos. De fato, Buchanan, em plena convenção republicana na qual pretendia sagrar-se candidato presidencial pelo Partido Republicano no pleito de 1992, conclamou seus compatriotas conservadores à "guerra cultural pela alma americana", em um momento que "foi o ápice e o nadir de uma campanha presidencial que se realizou como uma cruzada moral, galvanizando tanto os militantes apaixonados quanto as atenções da mídia" (WILLIAMS, 1997, p. 2, tradução nossa). Com o apelo, Buchanan pretendeu alertar para um conflito entre distintas visões de mundo que oporia com intensidade crescente conservadores/religiosos a liberais/seculares no seio da sociedade estadunidense. De um lado da trincheira repousaria a "América profunda", crente, comunitarista, tradicional e conservadora. De outro, a sociedade cosmopolita impregnada pela secularização, pelo individualismo e pelo relativismo moral alegadamente estimulado por determinadas esquerdas¹⁷⁰.

A semente lançada no debate político germinou também na academia norte-americana, e o trabalho de Robert George, *The Clash of Orthodoxies*, bem traduz essa realidade. Na obra, o professor da *Princeton University* argumenta que estaria em curso nos Estados Unidos (e em várias outras regiões do planeta) um encarniçado conflito entre

[...] a moralidade cristã (e judaica e, em sentido amplo, islâmica) e a ortodoxia secularista. As questões imediatamente postas em jogo têm haver sobretudo, mas não exclusivamente, com a sexualidade, a geração e interrupção da vida humana e o lugar da religião e da moral informada pela religiosidade na vida pública (GEORGE, 2013, p. 4, tradução nossa).

Na ótica do autor, portanto, as duas "ortodoxias" estariam empreendendo uma guerra cultural e política sem tréguas a fim de fazer assentar suas assertivas nas convicções das pessoas e, posteriormente, no arcabouço legal das democracias. Protagonizariam o debate questões como a aceitação (ou não) do homossexualismo e de condutas sexuais liberalizantes, métodos contraceptivos e aborto, novas formas de família, constrangimentos à exposição de símbolos religiosos em espaços públicos e liberdade de professar a fé (e de aplicá-la na vida social) ainda que sua consequência seja a franca indisposição com Estados laicos.

¹⁷⁰ Conforme assinalamos no segundo capítulo, a guerra cultural ecoou também na apologética de neoconservadores como Irving Kristol, que tratou de preservá-la nos debates ideológicos da atualidade. De igual modo, a escola conservadora impulsionada por Leo Strauss também nutre concepção similar.

Sob esta ótica, o clássico estudo de Samuel Huntington, *The Clash of Civilizations* (1996)¹⁷¹, adquiriria novos significados. *Grosso modo*, a feitura da ordem mundial traçada por Huntington derivaria, doravante, das identidades e pretensões das grandes civilizações por ele identificadas: a ocidental, a ortodoxa, a islâmica, a africana, a japonesa, a sínica, a hindu, a budista e a latino-americana. Assim, "no mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais" (HUNTINGTON, 1996, p. 21, tradução nossa).

A guerra cultural em nível global que fora insinuada por Huntington é reinterpretada por James Kurt no artigo *The Real Clash*, publicado na revista conservadora *National Interest*. Na sua perspectiva, o mais relevante choque não se daria entre as grandes civilizações do globo, mas no seio das próprias sociedades ocidentais, opondo "a cosmovisão judaico-cristã" ao "secularismo" e aos "ismos" contemporâneos: feminismo, multiculturalismo, "*gay liberationism*" e "liberalismo no estilo de vida" (KURT, 1994, tradução nossa). Ademais, conforme salienta Goldberg (2009), a segunda ortodoxia, a secular, manifestar-se-ia no âmbito político através de uma guerra cultural levada a cabo por forças instrumentalizadas pelas esquerdas, as quais, obstaculizando o debate de ideias, almejavam criminalizar os valores conservadores largamente abraçados pelas populações e assentar os princípios "liberais"¹⁷² na ordem social.

Sob prismas distintos – e vindo à luz antes das abordagens acima citadas –, as teorias do comunista italiano Antonio Gramsci parecem convergir para um rumo pelo menos análogo. Em *Cadernos do Cárcere*, Gramsci desenvolve, entre outras, a noção de "guerra de posição", a qual, mediante articulação com a "guerra de movimento", é instrumento propedêutico para a consolidação da "hegemonia" cultural e ideológica sobre a sociedade. De acordo com Gramsci, a conquista de organizações sociais ("trincheiras" e "casamatas") capazes de influenciar o *modus vivendi* da população torna-se crucial para o sucesso da empresa daqueles que visam a dominação – no caso, os comunistas (GRAMSCI, 2000).

Em suma, para além do uso da violência, o "Moderno Príncipe" (o partido comunista) deve buscar adquirir o poder através da forja lenta e orquestrada de novas mentalidades que pouco a pouco se tornam hegemônicas, de modo que os "intelectuais orgânicos", os militantes e os inocentes úteis ocupam espaços sociais importantes

¹⁷¹Os argumentos do livro surgiram inicialmente em 1993, em um artigo publicado na revista *Foreign Affairs*.

¹⁷²No sentido em que o termo é compreendido nos Estados Unidos, onde "liberalismo" equivale a "esquerdismo".

(judiciário, imprensa, movimentos sociais, etc.) com o intuito de levar à derrocada os princípios morais e culturais pré-existentes, substituindo-os por aqueles que condizem com a ideologia comunista. A partir de então, o poder político e o Estado que suporta a ordem burguesa sucumbem para dar forma a um duradouro socialismo, que passa a gozar de virtual consenso social. A estratégia é claríssima:

O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar seu poder ou para opor-se a ele. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume (GRAMSCI, 2000, p. 19).

Às avessas, grupos da atual sociedade civil brasileira parecem ter apropriado, por vezes conscientemente, certas orientações de Gramsci de modo a fazê-las servir aos seus próprios fins. Sua imersão na arena política (a "guerra de posição" gramsciana) e na arena cultural (o "choque de ortodoxias" aventado por George) será analisada no tópico a seguir.

4.2 As vozes dissonantes e a guerra cultural na atual sociedade civil brasileira

No capítulo anterior, observamos, *en passant*, que a guerra cultural empreendida pelas direitas teve precedentes recentes em contextos como o português, onde setores conservadores articularam-se em *think tanks*, revistas e grupos de pressão a fim de impor agendas aos partidos políticos e disputar o poder, em igualdade de condições, com os movimentos mais à esquerda que dominavam as disputas eleitorais desde a queda do salazarismo. O ativismo de *think tanks* como o Grupo de Ofir, somado ao engajamento de elites intelectuais, culturais e políticas, de fato apresentou concretamente "uma alternativa cultural à esquerda" (PINTO, 2012, p. 363) que teve reflexos decisivos em toda a estrutura política e social.

Pari passo, assinalamos que os neoconservadores norte-americanos lentamente propagaram seus valores morais e ideológicos na sociedade até obter relevo no Partido Republicano e em políticas públicas promovidas pelas administrações Reagan e George W. Bush. Ainda sobre este país, pode-se afirmar que

Esses grupos mais à direita dentro do Partido Republicano [...] tornaram-se muito ativos, mantendo e sustentando atividades que exaltavam o conservadorismo social, o racismo e o patriotismo, como as campanhas sobre questões específicas, os *single issue movements* contra o aborto, os *gays*, o controle de armas, etc. Um

exemplo detalhado de alguns desses *single issue movements* é dado por Stefancic e Delgado (1996), no livro em que demonstram como diferentes frações do movimento conservador norte-americano conduziram uma bem-sucedida "guerra de posição" desde o final dos anos 60 que conseguiu mudar a agenda social norte-americana em direção a soluções conservadoras (GROS, 2003, p. 28).

Em ambos os casos, por conseguinte, as ações dos conservadores lhes permitiram a superação do relativo ostracismo e da eventual vergonha em relação ao passado (no caso português), além de vitórias políticas e culturais contundentes. Ao lado de correntes de ideias mais amplas e naturalmente genéricas, operaram os *single issue movements* delineados por Gros, os quais, partindo de *fronts* específicos (e, portanto, aparentemente limitados), em verdade somaram forças de modo a produzir resultados que ultrapassam enormemente as agendas setoriais, impactando globalmente no sistema político e cultural.

No entanto, o êxito demandou grande emprego de tempo, bem como esforço sistemático e/ou organizado. Em que estágio estariam os conservadores no Brasil? A ideia de guerra cultural foi por eles acatada? Quais seriam os principais grupos? Que ações empreendem?

Conforme já inferimos, a atividade pública, aparatosa e articulada de grupos conservadores no Brasil esteve mais ou menos amortizada durante o período que compreende o fim do regime militar e o entardecer da primeira década do século XXI. Embora existentes, tais grupos conquistavam tímidos engajamentos de setores da sociedade e escassa penetração nos ambientes acadêmicos e nas plataformas formais dos partidos políticos, ainda que as esquerdas comumente argumentem que setores como a imprensa estiveram sempre à serviço das direitas no Brasil¹⁷³.

Entretanto, realidades políticas geradas por marcos como os pleitos eleitorais de 2010 e 2014 revelaram e potencializaram a apologética de formadores de opinião, intelectuais e figuras midiáticas que vinham há tempos procurando se inserir no debate público sob a inspiração das bandeiras conservadoras (ainda que desorganizadamente). É o caso de Reinaldo Azevedo, Pe. Paulo Ricardo e Julio Severo (entre os formadores de opinião), Luiz Felipe Pondé e Olavo de Carvalho (intelectuais) e Raquel Sheherazade, Lobão e Danilo Gentili (figuras midiáticas).

¹⁷³"[...] um verdadeiro 'consenso forjado' foi paulatinamente se formando entre os órgãos da mídia desde a chamada 'Nova República' (1985), influenciando decisivamente a reversão do modelo econômico brasileiro instalado – embora com transformações – desde os anos 1930. A 'era neoliberal e conservadora', como foram considerados os acontecimentos entre a década de 1980 até o *crash* de 2008, sem que, mesmo nos dias atuais, tenha sido inteiramente superada, teve e tem nos órgãos da mídia o papel primordial como 'aparelho privado de hegemonia': conceito criado por Antonio Gramsci [...]" (FONSECA, 2012).

A seleção destes personagens se deu a partir dos seguintes critérios básicos: considerável visibilidade pública e presumível aproximação ideológica com os conservadorismos. É certo que outras personalidades poderiam ser aventadas, visto que recentemente emergiu uma plêiade de atores passíveis de serem associados aos interesses conservadores no Brasil. No entanto, ou sua penetração na opinião pública é limitada devido à fragilidade das ferramentas midiáticas que dispõem (é o caso dos inúmeros *bloggers* conservadores que atingem apenas públicos numericamente pouco expressivos), ou sua ligação com o conservadorismo é residual (como ocorre com figuras como Rodrigo Constantino e Diogo Mainardi, que embora possuam grande visibilidade, mostram-se muito mais inclinados ao liberalismo do que ao conservadorismo à brasileira).

Julgamos que o grupo escolhido, por um lado, possui espaços privilegiados em importantes veículos de imprensa e/ou são capazes de atrair numerosos seguidores com base na atuação na *internet*. Atingindo um público amplo, a difusão de ideias é facilitada e se angaria um reconhecimento, um capital ideológico que conduz ao *status* de referência (ao menos para os conservadores e para grupos suscetíveis de serem "recrutados" para a guerra cultural). Em acréscimo, todos os nomes arrolados, em consequência de suas respectivas posições, de algum modo incorporam e difundem uma gama de valores caros aos conservadorismos, com alguma aderência aos pressupostos do conservadorismo à brasileira que procuramos definir no segundo capítulo.

Visto que a vitória política robusta, à luz de Gramsci, preliminarmente reclama a consecução da "hegemonia" ideológico-cultural mediante trabalho de "intelectuais orgânicos" e outros atores comprometidos com "a causa", importa examinarmos a ação dos atores citados a fim de apreender sua importância na guerra cultural que supomos atrair a atenção de conservadores no Brasil contemporâneo. Como consequência, a compreensão das ideias políticas fundamentais destas personalidades torna-se crucial para este fim, de modo que as análises que seguem visam simplesmente expor seus argumentos, sem a construção de juízos de valor.

Reinaldo Azevedo certamente enquadra-se como um representante emblemático daqueles que objetivam popularizar as alternativas políticas de orientação conservadora (ou liberal-conservadora) no Brasil atual. Jornalista de formação e militante marxista durante a juventude, Azevedo colaborou com vários jornais e revistas antes de obter a definitiva notoriedade impulsionada por suas colunas semanais publicadas na Revista Veja, de viés

claramente antipetista. Embora tenha se retirado da versão impressa da revista ainda em 2009, Azevedo, além de escrever artigos regulares para o influente jornal *Folha de São Paulo* e apresentar um programa de rádio na Rádio Jovem Pan, mantém um *blog* alocado no sítio de Veja na *internet*¹⁷⁴, o qual lhe rende muitos milhares de acessos (em outubro de 2014, justamente no período eleitoral, o *blog* noticiou a impressionante cifra de quinze milhões de visitas apenas naquele mês¹⁷⁵). T tamanha repercussão subsidia sua aparição em diversos programas de rádio e televisão, além da distribuição nacional de livros de sua autoria (entre as cinco obras já publicadas, *O País dos Petralhas* e *Objeções de um Rottweiler Amoroso* tornaram-se as mais difundidas).

Reconhecido como um dos porta-vozes sobressalentes dos setores descontentes com a esquerda (especialmente com o PT), Azevedo combate, portanto, em variadas frentes. Seu auto-posicionamento como voz dissonante no atual sistema político/cultural é explícito:

As vozes hegemônicas hoje da política são herdeiras, bem ou mal, do marxismo, ainda que possam estar distantes da teoria; em muitos casos, há mesmo ignorância de causa, repetindo conteúdos cuja origem ignoram. Os marxistas há muito desistiram do socialismo, como se sabe, mas não da perspectiva autoritária da engenharia social. Se vocês recorrerem ao arquivo, encontrarão dezenas de textos em que trato de Gramsci, o mais importante teórico, na modernidade, da guerra cultural. Os espaços de debate, inclusive os da imprensa, foram sendo paulatinamente ocupados pelos militantes da tal 'agenda progressista'. Chamam de diversidade e de progresso social a imposição de sua agenda (AZEVEDO, 2012).

Além de considerar que "as vozes hegemônicas" da atual política no Brasil filiam-se à esquerda, o jornalista sustenta, a exemplo dos autores norte-americanos que apresentamos no início deste capítulo, que os responsáveis pela "agenda progressista" estariam a fomentar uma "guerra cultural", distorcendo e controlando o debate público. Ao rememorar o episódio do chamado *Kit Gay* (quando grupos evangélicos e conservadores somaram forças para impedir a divulgação de material didático destinado à minimizar a "homofobia" entre as crianças matriculadas em escolas públicas brasileiras), Azevedo sublinha que os objetivos da esquerda em guerra cultural no Brasil não seriam propriamente defender os homossexuais, mas atacar os cristãos: "Esses fascistas de esquerda não estão nem aí para os direitos dos homossexuais. Eles querem mesmo é calar os cristãos – é isso que não toleram" (idem, 2012). A semelhança com o raciocínio de George (2013), o qual diagnostica a emergência de uma dualidade entre duas ortodoxias é, portanto, patente.

¹⁷⁴Ver <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/>

¹⁷⁵Ver <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/acabou-de-acontecer-passamos-dos-15-000-000-de-acessos-num-mes/>

No entanto, à luz da realidade brasileira, o Partido dos Trabalhadores figuraria, para Azevedo, como protagonista no citado embate:

A máfia é uma organização criminosa privada que busca se apoderar do Estado, infiltrando-se na política, na polícia e na Justiça. O alvo são os negócios. No Brasil, assistimos a algo um pouquinho diferente. Primeiro a 'organização' se encarregou de dominar aparelhos influentes: universidades, movimentos sociais, imprensa etc., promovendo a guerra cultural, de modo a subverter valores comezinhos. Depois veio o domínio do aparelho de Estado, por meio de eleições. A exemplo da máfia tradicional, o alvo também eram os negócios. É claro que me refiro ao PT (AZEVEDO, 2014).

Assim, o PT, tido como arauto da guerra cultural no Brasil, operaria à *la Gramsci* em diferentes esferas sociais a fim de dominá-las, partindo da destruição dos princípios sociais corriqueiros para a tomada do poder político, pois "a 'guerra socialista', que é hoje apenas guerra contra a democracia, se dá na esfera dos valores. [...] Em suma, tratava-se de fazer uma guerra de valores. E as modernas esquerdas continuam a fazê-la" (AZEVEDO, 2010).

De igual modo, o já citado Olavo de Carvalho diagnostica o pretenso êxito da guerra cultural esquerdista e a consequente debilidade dos grupos de direita, os quais

Condenados à marginalidade política, [...] apegaram-se mais ainda ao seu economicismo, desistindo do combate nos demais *fronts*, quando não aderindo ao programa esquerdista em todos os pontos sem relevância econômica imediata, como o *gayzismo*, o abortismo, as quotas raciais e o anticristianismo militante, na esperança louca de concorrer com a esquerda no seu próprio campo, sem perceber que com isso concediam ao adversário o monopólio da propaganda ideológica e se transformavam em dóceis instrumentos da 'revolução cultural' gramsciana (CARVALHO, 2008).

A relação com a ideia de "choque de ortodoxias" (GEORGE, 2013) e com o desenho das receitas de Gramsci é novamente visível. Segundo Carvalho, ademais, os conservadores e liberais brasileiros estariam a perder a guerra cultural justamente por não compreenderem sua natureza, preferindo centrar suas forças – erroneamente – apenas na defesa da economia livre, desconsiderando aspectos culturais cruciais para a formação das sociedades: "o conservadorismo – ou liberalismo – foi assim reduzido à [...] defesa pura e simples do livre mercado, tomado como se fosse uma realidade em si e separado das condições civilizacionais e culturais que o tornam possível" (CARVALHO, 2008).

Tamanha incongruência teria sido inculcada justamente por meio da "revolução cultural" que desde Gramsci as esquerdas estariam a desenvolver. Conforme se depreende do livro *A Nova Era e a Revolução Cultural*, de autoria de Carvalho, o intuito fundamental

da estratégia gramsciana que forças como o PT estariam levando a termo seria subverter a cultura e o papel inerente aos intelectuais:

O gramscismo propõe uma revolução cultural que subverta todos os critérios admitidos do conhecimento, instaurando em seu lugar um 'historicismo absoluto', no qual a função da inteligência e da cultura já não seja captar a verdade objetiva, mas apenas 'expressar' a crença coletiva, colocada assim fora e acima da distinção entre verdadeiro e falso. É a total submissão do 'objeto' (natureza) ao 'sujeito' (humanidade histórica). Neste novo paradigma, a ênfase da atividade científica já não cai no conhecimento objetivo da natureza (descrição exata da sua aparência visível e investigação dos princípios invisíveis que a governam), mas sim na sua transformação pela técnica e pela indústria, a isto correspondendo, na esfera das ideias, uma espécie de 'revolução permanente' de todas as categorias de pensamento a suceder-se numa aceleração vertiginosa do devir histórico (CARVALHO, 2014, p. 22).

Outro personagem que vem adquirindo inegável realce nos ambientes conservadores brasileiros é Padre Paulo Ricardo. O clérigo mantém um sítio na *internet*¹⁷⁶, publica artigos e profere palestras em diversas cidades do Brasil, defendendo o catolicismo tradicional e condenando taxativamente o marxismo na política e o progressismo que se instala em setores da Igreja. No seu *site*, Paulo Ricardo também oferece inúmeros cursos *online*, figurando entre eles "Marxismo e Revolução Cultural". No resumo do quarto tópico que compõe o referido curso, "A infiltração do marxismo cultural no Brasil", o Padre assegura que:

Os que pensam a revolução cultural sabem que seu trabalho deve ser feito de forma lenta, gradual, dando a impressão de naturalidade, ou seja, dando a impressão de que a sociedade caminha assim naturalmente. O marxismo cultural, no Brasil, já conseguiu a hegemonia cultural e da mídia. Pela política da dominação de espaços, já dominaram a classe falante (jornalistas, cineastas, psicólogos, padres, juízes, políticos, escritores) que é formada no pensamento do marxismo cultural. Não existe nenhuma universidade brasileira que seja exceção... principalmente as católicas (RICARDO, 2012).

Inserindo-se gradualmente no tecido social brasileiro, o marxismo, balizando-se em Gramsci, teria ocupado espaços sensíveis da vida pública, de modo a advogar para si a legitimidade sem despertar a consciência a respeito da natureza orquestrada que pautaria sua ação. Assim como sustentara Carvalho, os responsáveis, para Paulo Ricardo, seriam os conservadores, que passivamente assistiram ao triunfo de seus inimigos, dificultando a lapidação de alternativas de representação cultural para "a maioria de brasileiros mudos", que seriam, conforme nós próprios já inferimos no segundo capítulo, "conservadores em muitos aspectos":

¹⁷⁶Ricardo possui também uma página na rede social *Facebook*. Em abril de 2014, a página havia recebido mais de 850 mil "curtidas", fato que não deixa de revelar a popularidade obtida pelo proselitismo do sacerdote.

Tudo isso é fruto de um descaso histórico dos conservadores, que permitiu que o marxismo cultural tomasse conta das universidades. Em qualquer curso universitário é possível constatar tal realidade através de um ódio frontal e fundamental ao cristianismo, aos valores cristãos e mais especificamente ao catolicismo tradicional. E o que se vê é que a classe falante revolucionária, apesar de ser minoria, domina hegemonicamente os meios de produção da cultura, enquanto a maioria de brasileiros mudos, conservadores em muitos aspectos, não tem representação, imaginando que seu posicionamento é compartilhado por poucos (idem, 2012).

É muito simular a postura de Julio Severo. Evangélico militante, Severo mantém um *blog* (<http://juliosevero.blogspot.com.br>) bastante influente nos círculos religiosos conservadores, sobretudo entre aqueles que baseiam sua apologética nas questões "pró-vida" e na condenação moral e política do homossexualismo e do aborto. Por conta de seu ativismo, Severo enfrentou processos judiciais e deixou o Brasil, alegando ser vítima de perseguição ideológica por parte dos governos petistas. Em entrevista, o blogueiro afirma:

Na opinião dos ativistas *gays* e do governo que os apóia, minha opinião é crime. Há agora algumas ações contra mim no Ministério Público Federal. Tive de sair do país, não porque desisti do meu ministério, mas apenas para não ser abusado por um governo sem seriedade que não consegue e não quer assegurar aos cidadãos de bem o direito legítimo de livre expressão. Meu *blog* já foi interditado, em julho de 2007, num caso que ficou muito conhecido. Na época, até mesmo o famoso filósofo Olavo de Carvalho escreveu um artigo importante no Jornal do Brasil denunciando a interdição, que foi provocada por uma avalanche de denúncias principalmente à ONG *SaferNet*, que considero hoje uma das ONGs mais perigosas para o direito de livre expressão no Brasil. Contudo, com a contínua denúncia de ativistas *gays*, o MPF continua pressionando o *Google* a fechar definitivamente meu *blog*. O *Google* responde que só o fechará com medida judicial adequada. Daí, o governo está buscando mecanismos - a aprovação do PLC 122 e outros projetos anti-'homofobia' - que consigam solapar a livre expressão. Se essas leis forem aprovadas, serei como um perseguido na época em que o nazismo assumiu 'democraticamente' o governo alemão. Meu *blog* continua sob risco¹⁷⁷.

Como vítimas da alegada perseguição se inserem também muitos representantes das esquerdas brasileiras, o que, em si, demonstra o caráter profundamente ideologizado da discussão. Em artigo publicado no jornal Brasil 247, Cadu Amaral bem representa a percepção de muitos adeptos da esquerda no Brasil: "Sabe o que vale mais para a nossa autoproclamada 'grande imprensa'? Criminalizar a esquerda, o trabalhismo. Sempre foi assim" (AMARAL, 2013b).

Uma vez que não nutrimos qualquer pretensão de emitir juízos de valor acerca da eventual veracidade dos argumentos aventados por ambas as partes (terreno onde as ideologias operam com maestria, não raro distorcendo a realidade), interessa aos objetivos da presente tese retornar à simples análise da arquitetura do raciocínio dos conservadores, os

¹⁷⁷Disponível em: <<http://www.cacp.org.br/entrevista-de-julio-severo-ao-ministerio-cacp/>>. Acesso: 28 mar. 2015.

quais, como Julio Severo, consideram que haveria uma estratégia de guerra cultural que visaria fulminar os valores tradicionais que condizem com o *motu proprio* do conservadorismo à brasileira:

O que está sob gravíssima ameaça são as famílias naturais, a moralidade, os valores cristãos, etc. [...]. O chamado 'Estado laico' nada mais é do que um embuste socialista para empurrar goela abaixo da população a 'religião' (ou ideologia) socialista, feminista, homossexualista, ocultista, etc. O Estado que não quer nada com valores morais e cristãos está hoje essencialmente casado e colado com essas ideologias ultrarradicais¹⁷⁸.

É o nascimento da "ditadura *gay*", que estaria a ignorar deliberadamente os interesses da "maioria cristã do Brasil":

Nós, a maioria cristã do Brasil, temos tido o maior trabalho para fazer o governo ouvir nossa voz. Num legítimo regime democrático, é de supor que o governo deveria ser sensível à voz do povo. Mas não é o que está acontecendo. Quantas e quantas vezes, nós, a maioria, não pedimos ao governo: não queremos PLC 122¹⁷⁹, não queremos ditadura *gay*, não queremos 'casamento' *gay*, não queremos adoção de crianças por duplas de pervertidos *gays*, etc. O que é que ganhamos pedindo? Nada! O governo faz de conta que é surdo. Podemos gritar, fazer protestos e tudo o que ouvimos, da mídia amplamente comprada, é que somos intolerantes, odiadores, cúmplices de assassinatos de prostitutas *gays* que andam de madrugada em ruas perigosas, e muitas outras difamações (SEVERO, 2012).

De modo diverso, Luiz Felipe Pondé, filósofo e professor da PUC-SP, também se situa entre os intelectuais ou formadores de opinião que de alguma forma cerram fileiras ao lado do conservadorismo. Escrevendo artigos semanais para o jornal Folha de São Paulo e participando regularmente de programas de televisão como o Globo News Painel¹⁸⁰ e o Jornal da Cultura¹⁸¹, Pondé, como Reinaldo Azevedo, atinge um público amplo e variado. Sua opção pelo conservadorismo é por ele mesmo explicada:

Afinal, por que me tornei um conservador? Antes de tudo, devo deixar claro que sou um conservador como Oakeshott: conservador em política e liberal em todo o resto, porque a política moderna é, em muito, delírio da razão, mas as pessoas podem buscar seus diferentes modos de vida no cotidiano privado. Tornei-me um conservador na política porque sou um empirista e um cético. [...] A esquerda é abstrata e mau-caráter porque nega a realidade histórica humana a fim de construir seu domínio sobre o mundo (PONDÉ, 2012, p. 80-81).

¹⁷⁸Idem.

¹⁷⁹Trata-se de um polêmico projeto de lei que propõe tornar crime a condenação do homossexualismo ("homofobia") no Brasil. Como veremos adiante, o projeto suscitou ampla resistências entre os movimentos religiosos conservadores.

¹⁸⁰Programa apresentado pelo jornalista William Waack no canal Globo News. O formato privilegia o debate político e os convidados são geralmente intelectuais, consultores e professores universitários. Em edição de 2013, estiveram presentes, além de Pondé, o cientista político Bolívar Lamounier e Reinaldo de Azevedo. O tema central do programa foi a discussão acerca da ideia de direita e de esquerda no Brasil. O conteúdo é interessantíssimo para os fins da presente tese (ver <https://www.youtube.com/wa-tch?v=lwEUK8_E60k>).

¹⁸¹Telejornal diário veiculado pela TV Cultura. Em cada edição, dois convidados discutem as notícias do dia. Pondé se faz presente com regularidade.

Emerge, assim, uma segunda vertente do conservadorismo defendido pelas vozes intelectuais dissonantes do Brasil: a laica. Amparando-se nos aportes de Oakeshott¹⁸², Pondé, ao contrário do raciocínio de nomes como Padre Paulo Ricardo e Julio Severo, sustenta que a guerra cultural contra as esquerdas pode basear-se em elementos filosóficos que não necessariamente guardam relação com a moral religiosa. Trata-se de uma "disposição", de um apreço pelo ceticismo e de um asco pelas soluções abstratas fundamentadas nas ideologias (embora eventualmente desprovidas desta base conceitual/teórica, veremos em seguida que vertentes seculares do conservadorismo também vêm se manifestando no Congresso Nacional brasileiro).

Também segundo Pondé, não haveria partidos autenticamente conservadores no Brasil atual, pois se "PT e PSDB são filhotes da esquerda" (idem, p. 81), "não existe partido '*liberal-conservative*' no Brasil, só esquerda fanática e corruptos de esquerda e de direita" (PONDE, 2012). A guerra, portanto, estaria sendo perdida pelos conservadores:

Mesmo que atenuações caibam no caso dos partidos, é evidente que, nos últimos anos, a esquerda venceu a batalha no Brasil (com exceção da economia, porque com dinheiro não se brinca). No que se refere à vida intelectual, ela persegue sistematicamente qualquer um que não reze por sua cartilha. Mas eu, como dizia o grande pensador Nelson Rodrigues, 'sou um ex-covarde'. Não tenho medo deles. Que venham (PONDE, 2012, p. 81).

Mesmo voluntariando-se para a guerra cultural, o filósofo argumenta que:

[...] quase ninguém conhece a bibliografia '*liberal-conservative*' entre nós, porque a esquerda mantém uma poderosa reserva de mercado na vida intelectual pública no país, inclusive tornando um inferno a vida na universidade para jovens interessados neste tipo de bibliografia. Esta reserva de mercado intelectual e ideológica inviabiliza pesquisas e trabalhos mesmo em sala de aula. Isso faz dos jovens intelectuais interessados nessa tradição uns fantasmas invisíveis, verdadeiras almas penadas, sem corpo institucional para atuarem. Mesmos os centros financiados por bancos investem apenas na bibliografia de esquerda (PONDE, 2013).

Logo, a hegemonia gramsciana, para Pondé e outros conservadores, teria se instalado com persistência no seio da vida intelectual brasileira, de sorte que professores como o próprio Pondé seriam as vozes dissonantes (e, por isso, marginalizadas) ainda hoje na academia brasileira¹⁸³.

¹⁸²Ver o primeiro capítulo da presente tese.

¹⁸³É interessante como a visão é compartilhada por autores conservadores que se referem a outros contextos contemporâneos. John Fund, referindo-se aos Estados Unidos de 2015, argumenta, na *National Review*, que "O macarthismo não se limita a um partido ou ideologia. E se os liberais tiverem qualquer sentido de auto-consciência, vão reconhecer que a tática voltou e está crescendo em seu quintal. [...] Algumas das

Contudo, a recente publicação de vários livros de conteúdo associado aos conservadorismos sugere que pode estar em curso um revigoramento da intelectualidade conservadora no Brasil e da difusão de ideias que lhe são caras, para além da verdade contida (ou não) na retórica dos atores listados anteriormente. A fissura na blindagem cultural forjada pelas esquerdas ainda nos anos 1970 se exemplifica na divulgação de obras como *Por que virei à direita* (de autoria de Pondé, Denis Rosenfield e João Pereira Coutinho, publicada em 2012), *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários* (também de João Pereira Coutinho, publicada em 2014), *Manifesto do nada na terra no nunca* (de autoria do músico Lobão, 2014), *Pombas e Gaviões* (de Percival Puggina, publicada em 2010), *O Jardim das Aflições* e *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (ambas de Olavo de Carvalho, publicadas respectivamente em 2000 e 2014), *O eixo do mal latino-americano e a nova ordem mundial* (de Heitor de Paola, 2008), *Esquerda Caviar* e *Contra a maré vermelha* (de Rodrigo Constantino, publicadas respectivamente em 2013 e 2015), além de *O país dos petralhas* (2008) e *Confissões de um Rotweiller amoroso* (2014), de Reinaldo de Azevedo.

Nos últimos anos, ademais, editoras como a *É Realizações* vêm reeditando ou publicando de modo inédito no Brasil obras clássicas e novas referências para o conservadorismo. Para fins meramente ilustrativos, cite-se o caso de *Nossa Cultura... ou o que restou dela – 26 ensaios sobre a degradação dos valores* (2015), de Theodore Dalrymple, *A Era de T.S. Eliot – A imaginação moral do século XX* (2011) e *A política da prudência* (2013), ambos de Russel Kirk, *Invasão Vertical dos Bárbaros* (2011), de Mário Ferreira dos Santos, *As Ideias têm Consequências* (2011), de Richard Weaver, *Os Intelectuais e a Sociedade* (2012), de Thomas Sowell, *Os Caminhos para a Modernidade – Os Iluminismos Britânico, Francês e Americano* (2011), de Gertrude Himmelfarb, *Eric Voegelin – A Restauração da Ordem* (2011), de Michael P. Federici, *Pensadores da Nova Esquerda* (2014), de Roger Scruton, *Da Alegria no Leste Europeu e na Europa Ocidental e outros ensaios* (2013), de Andrei Plesu e *Progresso e Religião* (2012), de Christopher Dawson.

características do macarthismo original estão ressurgindo hoje. As empresas de mídia foram pressionados na década de 1950 a não contratar pessoas suspeitas de ligações comunistas. Hoje, a pressão está sendo aplicada para isolar ou marginalizar os estudiosos que não concordam com as políticas de mudanças climáticas. Na década de 1950, as pessoas acusadas de visões heréticas foram às vezes injustamente atacadas ou ameaçadas. Hoje, as pessoas que se opõem ao casamento gay às vezes vêem seus empregos ou negócios postos em risco" (FUND, 2015, tradução nossa).

Em decorrência disso, setores dos próprios meios de comunicação reiteram que a "direita ganha espaço entre os livros mais vendidos" recentemente no Brasil, de modo que o "fenômeno mostra uma diversificação do mercado editorial – poucos autores de direita eram publicados no Brasil – e a procura crescente dos brasileiros por teóricos conservadores e reacionários" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015b).

Em paralelo, revistas de pretensões abertamente simpáticas aos conservadorismos também já se fazem notar. É o caso da revista Vila Nova, fundada em 2011 por universitários interessados em difundir o pensamento clássico e a crítica conservadora¹⁸⁴. Desde então, a revista apresentou nove edições com cerca de oitenta páginas cada¹⁸⁵. Entre os temas abordados por colunistas que vão de professores universitários a poetas, ganham protagonismo a filosofia clássica e os valores da "civilização ocidental", a oposição à agenda das esquerdas e a crítica ao cotidiano pós-moderno. À guisa de exemplo, lê-se em uma das edições:

Alimentados pela ideologia, os homens ociosos são netos da "Idade da Razão" e filhos da 'Era da Informação'. A doença que os afeta criou gerações de criaturas que temem encontrar a Verdade e recusam a reconhecer a existência do Bem e do Belo, preferindo a ilusão confortante oferecida pelo ópio ideológico [...]. A identidade do século passado foi moldada pelo declínio dos valores tradicionais cristãos, substituídos por ideologias seculares de esquerda ou de direita, responsáveis, em última instância, por guerras, revoluções, genocídios, crises econômicas, degradação cultural e pelo relativismo moral do período. As raízes desse inferno não podem ser entendidas como um mal isolado que afeta apenas a alma de alguns indivíduos, nem como crises específicas de culturas particulares, que podem ser mapeadas pela análise de acontecimentos estanques. Manifestam-se, multifacetadamente, em diversas crises particulares na religião, cultura, moral, família, política e economia; em suma, é a crise da Civilização Ocidental na modernidade, um fenômeno universal e uno, resultado da própria crise de identidade do homem ocidental (CATHARINO, 2013).

Acrescente-se a revista Dicta & Contradicta, nascida em 2008 a partir de proposta do Instituto de Formação e Educação. De princípios claramente conservadores, a entidade proclama:

Para marcar a nossa presença no mundo cultural brasileiro e dar a conhecer as nossas ideias, pretendemos manter uma revista de cultura semestral que estimule uma nova forma de participar no debate de ideias no Brasil. Embora o formato e a proposta sejam algo inovadores para o Brasil, já tiveram sucesso em outros lugares do mundo; basta pensar, por exemplo, na americana *The New Criterion*. Além disso, tudo indica que hoje existe uma demanda por esse tipo de publicação cultural¹⁸⁶.

¹⁸⁴Ver <<http://revistavilanova.com/>>.

¹⁸⁵Pesquisa atualizada em maio de 2015.

¹⁸⁶Disponível em: <<http://www.ife.org.br/o-instituto/o-que-faremos.htm>>.

A alusão à *The New Criterion* não deixa margem para dúvidas, à medida que essa revista, sediada em Nova York, funciona como *locus* referencial para a divulgação do pensamento conservador desde 1982, obtendo suporte de intelectuais e formadores de opinião importantes do mundo anglo-saxônico, como Roger Scruton e Theodore Dalrymple. O fato de que os mentores de *Dicta & Contradicta* tenham visualizado no Brasil a necessidade e a possibilidade de se introduzir um instrumento semelhante certamente corrobora para ilustrar o fenômeno que estamos a expor no presente capítulo¹⁸⁷.

Os apelos de intelectuais, formadores de opinião e publicações de inclinação conservadora parecem encontrar eco entre grupos mais ou menos incipientes da atual sociedade civil brasileira. É o que fica explícito na conclamação do movimento Direitas Já, dirigido por jovens universitários¹⁸⁸. A superação da "direita envergonhada" transcende o nome de batismo escolhido pelo grupo:

Se você, portanto, se considera parte da direita, procure calcular suas palavras e ações com base nesta guerra cultural, que é uma luta pelo apoio psicológico das pessoas. Infelizmente, a esquerda está muito à frente da direita nesta guerra. Mas temos algo ao nosso lado: nós não precisamos mentir. Para escrachar a esquerda basta dizermos a verdade, usando de estratégias para que a verdade seja bem absorvida pelo público.¹⁸⁹

No que consistiria "a verdade" que deveria guiar os conservadores na guerra cultural que teria se instalado no Brasil? Os *fronts* novamente parecem se enquadrar nas definições de George (2014): questões "pró-vida", moral religiosa e anti-esquerdismo. Contudo, a tradição brasileira de "ser conservador" interpreta a batalha de modo autóctone e acrescenta outros ingredientes: é conservadorismo laico, tema que já introduzimos e que será abordado também *a posteriori*.

O primeiro passo, para alguns movimentos, parece ser a definitiva superação da "direita envergonhada" e do fenômeno que batizamos como negação petrina:

Nós acreditamos que, muito embora não tenhamos uma tradição de políticos e pensadores conservadores no Brasil, os valores conservadores estão presentes em nosso povo. Trazer à tona esse valores, chamando-os pelo nome correto, ou seja,

¹⁸⁷ A revista conta com colaboradores importantes para a ventilação das ideias conservadoras no Brasil, podendo-se destacar nomes como Bruno Tolentino, Nivaldo Cordeiro e Marcelo Consentino, além dos já citados João Pereira Coutinho, Luiz Felipe Pondé e Olavo de Carvalho.

¹⁸⁸ Ver perfil dos membros em <<http://direitasja.com.br/sobre-nos/about/>>. Acesso: 03 abr. 2015.

¹⁸⁹ Disponível em: <<http://direitasja.com.br/2015/01/02/o-que-a-direita-brasileira-quer/>>. Acesso: 03 abr. 2015.

Conservadorismo, é um passo importante para que possamos construir um contraponto à hegemonia ideológica esquerdista instalada no país¹⁹⁰.

O apelo, emanado do *site* Observatório Conservador (no qual, aliás, também se declara que "nosso interesse é o Conservadorismo, o conjunto de ideias que forma todo um núcleo filosófico, político e social – em suma, um estado de espírito – representado nas opiniões de grandes pensadores, iniciando-se com Edmund Burke [...] e chegando até [...] Russel Kirk"¹⁹¹) encontra acolhida crescente entre outros grupos que se difundem pelo ambiente virtual.

Com efeito, não são poucos os movimentos conservadores que se expressam pela *internet*, valendo-se de *sites* como o Mídia sem Máscara, de *webrádios* como a Rádiovox e de incontáveis páginas de discussão alocadas nas chamadas "redes sociais". Em todos os casos, o conservadorismo eleva-se à bandeira de combate e se impõe como proposta cultural e política para o Brasil.

Os organizadores do Mídia sem Máscara, por exemplo, definem a iniciativa (que opera desde 2002 e já está em seu número 227¹⁹²) como "um *website* destinado a publicar as idéias e notícias que são sistematicamente escondidas, desprezadas ou distorcidas em virtude do viés esquerdista da grande mídia brasileira", já que

Essa manipulação é geral e não está limitada aos militantes ou colaboradores de um partido. A corrente que nos domina hoje é constituída da totalidade da oposição esquerdista dos anos 70, que se diversificou em agremiações distintas para poder mais facilmente dominar o conjunto sem dar uma impressão demasiado flagrante de controle monolítico. Mas o controle monolítico existe. A uniformidade da censura seletiva nos vários jornais e canais de TV é evidente demais para que alguém possa negá-la com honestidade. Mais notável ainda é a unanimidade das reações da imprensa diante de qualquer ameaça comum ao esquerdismo dominante. Como a última campanha eleitoral para presidência demonstrou, as várias facções da esquerda estão separadas apenas por picuinhas, mas cada vez mais unidas no propósito de caluniar, criminalizar e excluir do processo político qualquer coisa que seja ou pareça direitista¹⁹³.

Entre os colunistas vê-se nomes como Nivaldo Cordeiro, Rodrigo Gurgel, Alejandro Peña Esclusa, Heitor de Paola, Percival Puggina, Graça Salgueiro, Daniel Pipes e José Giusti Tavares, além de Olavo de Carvalho e Julio Severo. A pesquisa pelo termo "conservadorismo" no conteúdo de Mídia sem Máscara redundou em cento e dois vídeos ou

¹⁹⁰Disponível em: <http://observatorioconservador.com.br/sobre/>

¹⁹¹Disponível em: <http://observatorioconservador.com.br/sobre/>. Acesso: 30 mar. 2015.

¹⁹²Dados de maio de 2015.

¹⁹³Disponível em: <http://www.midiasemmascara.org/home/quem-somos.html>. Acesso: 04 abr. 2015.

artigos¹⁹⁴. Um dos textos, intitulado "Que venha o *Tea Party* brasileiro", pode bem exprimir parte dos desígnios do grupo. Após elencar as quinze "crenças não negociáveis" do movimento conservador norte-americano¹⁹⁵, o autor, Alexandre Borges, conclama:

O *Tea Party* ganhou as ruas em 2010, ano de eleição legislativa em que o Partido Republicano foi francamente beneficiado pela participação do movimento na vida pública. A imprensa, é claro, ficou horrorizada e até hoje promove uma perseguição absurda, fruto de um patrulhamento ideológico abjeto, ao *Tea Party*. O movimento não se intimidou em 2010, em 2012 e agora em 2014, ajudando a dar uma vitória realmente acachapante para a direita americana contra os inimigos internos do país. Que os brasileiros de bem [...] inspirem-se nos bravos americanos do *Tea Party* e não se intimidem com o assédio moral da imprensa, dos CQC's¹⁹⁶ da vida, e continuem mostrando que o quarto poder da república é você (BORGES, 2014).

O convite, como se observa, propõe que a sociedade civil brasileira se liberte das amarras alegadamente forjadas pela cultura de esquerda a fim de influenciar os atores políticos, marchando nas ruas até conduzi-los à concretização de alternativas inspiradas no conservadorismo.

O apelo é muito similar àqueles encontrados em Radiovox, apresentada pelo *blog* Libertatum – o qual, por seu turno, computa mais de um milhão de acessos¹⁹⁷ – como "a primeira rádio conservadora e independente da rede virtual, com uma programação musical da melhor qualidade e comentaristas conservadores trazendo análises políticas, jurídicas, culturais"¹⁹⁸. Ofertando conteúdo por áudio e vídeo durante as vinte e quatro horas do dia, a rádio, como o *site* Mídia sem Máscara, profere duras críticas à imprensa, que estaria a propagar valores esquerdistas com o intuito de aniquilar a moral cristã, que como já sublinhamos, está bastante presente no conservadorismo à brasileira:

A imprensa ocidental é indigna de crédito, com honrosas exceções. Sustentam uma verdadeira falsificação da realidade, enquanto transformam o ocidente inteiro refém de uma grande mentira. Enquanto isso, centenas de milhares de cristãos são chacinados nos países islâmicos e comunistas e não há uma nota de jornal. Pelo contrário, 'fanáticos', 'fascistas', 'intolerantes' e 'islamofóbicos' são os católicos e

¹⁹⁴Pesquisa realizada em fevereiro de 2015.

¹⁹⁵Seriam elas: "1. Imigrantes ilegais estão no país ilegalmente; 2. A defesa dos empregos domésticos é indispensável; 3. Forças armadas robustas são essenciais; 4. Grupos de interesse e lobistas devem ser retirados da vida pública; 5. Posse legal de armas é sagrada; 6. O governo precisa ser reduzido; 7. As contas públicas devem ser equilibradas; 8. O déficit público tem que acabar; 9. Programas de resgate de empresas e pacotes de estímulos são ilegais; 10. É preciso reduzir os impostos sobre renda; 11. É preciso reduzir os impostos para empreendedores; 12. Políticos devem estar disponíveis para o cidadão comum; 13. A intromissão do governo na vida do cidadão deve ser freada; 14. O inglês é a língua oficial do país; 15. Valores da família tradicional devem ser encorajados" (BORGES, 2014).

¹⁹⁶O CQC é um programa televisivo da TV Bandeirantes famoso pelo humor e pela ácida crítica política. Nesse caso, os conservadores consideram que o programa favoreceria a divulgação agenda esquerdista.

¹⁹⁷Conforme se pôde visualizar em março de 2015 em <<http://libertatum.blogspot.com.br/>>.

¹⁹⁸Disponível em <<http://libertatum.blogspot.com.br/2013/10/fwd-radio-vox.html>>. Acesso: 28 fev. 2015.

protestantes que não fazem nada e são humilhados por ativistas feministas, secularistas e gayzistas radicais nas próprias democracias ocidentais¹⁹⁹.

Diante deste quadro, os conservadores brasileiros precisariam reagir. Mais uma vez, o primeiro movimento necessário para subjugar a "vulgata marxista" seria conhecer e assumir o conservadorismo:

É indispensável, no ambiente de nossa cada vez mais pobre cultura política, incentivar a compreensão apropriada do pensamento social-conservador, oposto tanto ao liberalismo quanto ao utilitarismo e ao socialismo. A vulgata esquerdista no Brasil, com seu descontrole salivar, associa a tradição conservadora ao atraso e ao golpismo. Essa perversão operada pela esquerda brasileira infestou o meio acadêmico, político e intelectual. Apresentar-se como conservador é o primeiro passo para ser surrado moralmente, uma consequência de 50 anos de monopólio da cultura, na verdade do patrocínio da ignorância, por parte da esquerda no Brasil. O conservadorismo que poucos conhecem entre nós, é uma corrente filosófico-política que se sustenta em princípios sólidos e compromissos com os alicerces da civilização. [...] É preciso que, pelo menos, ele seja mais estudado no Brasil e que as pessoas ampliem seus conhecimentos, libertando-se da verborragia cretina que o esquerdismo produz²⁰⁰.

Convém sublinhar o fato de que em vários dos discursos apreciados até aqui se verifica a constatação de que o conservadorismo ainda seria escassamente compreendido e difundido no Brasil. Tal elemento denota que a promoção ostensiva e clara das ideias conservadoras, em consonância com o que sustentamos e mesmo aos olhos de seus próprios defensores, seria incipiente e pouco articulada na realidade sociopolítica brasileira (ainda que muitos atores políticos estejam instrumentalizado-as como capital político na atualidade, como veremos adiante).

Também é imperativo contrapor que a alegada hegemonia das esquerdas na cultura social brasileira e em setores como a imprensa é ferrenhamente negada pelos próprios porta-vozes da esquerda. Nesse caso, o entendimento que se instala é precisamente o oposto daquele que pauta a retórica dos conservadores: o Brasil teria uma sociedade amplamente influenciada pelas correntes de direita e a imprensa reiteradamente reproduziria (e reforçaria) tais cosmovisões. Longe de deter a supremacia, as esquerdas seriam o grupo minoritário que estaria a combater à duras penas pela solidificação ainda precária de seus pressupostos. Assim, em artigo intitulado "Imprensa torna a sociedade conservadora", Luciano Costa observa que:

¹⁹⁹ Disponível em: <<http://radiovox.org/2015/01/14/os-mantras-da-imprensa-brasileira-e-esquizofrenia-esquerdista/>>. Acesso: 28 fev. 2015.

²⁰⁰ Disponível em: <<http://videversus.radiovox.org/2014/09/11/apresentacao-do-conservadorismo-social/>>. Acesso: 28 fev. 2015.

De modo geral, se observarmos a sociedade brasileira atual, percebe-se que estamos imersos num caldeirão de conservadorismo, especialmente quando colocamos o foco nas classes médias, ainda os clientes típicos da mídia. Esse conservadorismo é induzido e reforçado pela própria imprensa, que procura estabelecer os limites, a linguagem e os valores dentro dos quais a sociedade busca interpretar suas realidades (COSTA, 2007).

De igual modo, em artigo publicado na revista Carta Capital – órgão claramente associado ao marxismo –, Roberto Amaral argumenta que

É a visão neoliberal, reiteradamente desmentida pela realidade, que domina o debate, o noticiário e até mesmo ações de governo. [...]. Por tramas do processo histórico, a esquerda não teve condições de conduzir o debate, e esse, paulatinamente, é dominado pelo pensamento neoliberal, ao qual aderem, primeiro, setores liberais que vinham da luta contra a ditadura, em seguida setores atrasados da própria esquerda [...]. Estavam criadas as condições propícias à ditadura do pensamento único. O imperialismo, dominante na política, dominante a cultura, na língua internacional, na linguagem tecnológica, na literatura, no cinema, na televisão, na globalização do *american way of life*, dominante do pensar, domina principalmente onde não precisa da força de suas tropas. Dominava e domina no plano ideológico, dominando corações e mentes. O reacionarismo, o antinacional e o antipopular, o primitivo, o antidesenvolvimentismo, a superveniência do que vem de fora, a alienação, a superstição, o atraso, o não-Brasil são a característica ideológica de uma imprensa militante, hoje o principal partido político brasileiro (AMARAL, 2013a).

Nesse sentido, a "pauta conservadora" que dá título ao texto de Amaral seria compacta, articulada e dominante, ficando o pensamento de esquerda à margem do protagonismo nas principais esferas culturais e políticas do Brasil. Logo, a guerra cultural ou o "choque de ortodoxias" seriam, aparentemente, também percebidos por setores da esquerda, os quais, como os argumentos de grupos conservadores que expusemos até aqui, creditam a supremacia aos seus adversários ideológicos. Em outras palavras, diz a esquerda exatamente o que dizem os conservadores, embora em sentido inverso.

É contrariando os argumentos do já citado Schwarz (1992) – que havia visualizado uma retração dos valores de direita no Brasil – que Souza pondera:

Empurrados para o *corner* da sociedade, os velhos defensores do Estado autocrático, da mídia que apoiou a ditadura militar, da manutenção dos privilégios às castas mais ricas do país em detrimento à distribuição da riqueza nacional, estes se voltam cada vez mais raivosos contra os defensores do Estado justo, social e economicamente, em curso no Brasil desde a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Diante das transformações inexoráveis, a mobilização dos líderes da direita em defesa de seus interesses também aumenta. Os canais de TV, os principais jornais e revistas impressos do país, as concessões de rádio que estes grupos empresariais detêm passam a transmitir mensagens cada vez mais claras aos seus aliados para que se levantem contra uma outra espécie de 'perigo vermelho', a exemplo do que ocorreu no golpe de 1964 (SOUZA, 2012).

Para além das ponderações que exemplificam a clivagem ideológica que parece querer talhar a realidade política brasileira, é interessante ressaltar que boa parte dos movimentos passíveis de serem associados aos conservadorismos no Brasil atual são organizados e liderados majoritariamente por jovens, o que condiz com dados que apontamos no segundo capítulo, onde se demonstrou que certos valores de algum modo ligados ao conservadorismo à brasileira, como a inflexibilidade com o crime e o autoritarismo, estão bastante arraigados na juventude²⁰¹. Rafael Carvalho, 25 anos, fundador do *site* Canal da Direita, em seu depoimento à Revista Fórum – cuja matéria, justamente intitulada "Revolucionários ao contrário: os jovens conservadores", é bastante reveladora – transmite o sentimento que guiaria os jovens conservadores no Brasil: "numa sociedade coletivista como a nossa, que crê que os interesses das abstrações sociais (classe, raça, gênero etc.) são mais importantes que o indivíduo, o jovem conservador é o verdadeiro revolucionário"²⁰².

A juventude brasileira volta a ganhar evidência política a partir das gigantescas manifestações de rua ocorridas em junho de 2013. Naquela oportunidade, embora o estopim tenha sido aceso por grupos marxistas radicais (como o movimento Passe Livre, ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU), houve, com o passar dos dias, notável dilatação/diversificação dos participantes, o que conduziu o tom dos reclames a reivindicações distantes (senão opostas) àquelas que mobilizaram os organizadores iniciais. Estimulada a participação ampla da sociedade, teriam os setores de inclinação conservadora despertado naquele momento, impondo-se, através do número, perante os grupos de esquerda?

Evadindo-se da pretensão de responder terminantemente à questão, cabe mencionar que o Passe Livre rapidamente resolve abandonar as manifestações, atitude que é explicada por um dos militantes: "A gente acha que grupos conservadores se infiltraram nos últimos atos para defender propostas que não nos representam"²⁰³. Assim, a agitação de rua teria migrado para os interesses das forças de direita, conforme avalia Tiago Tambelli, diretor do documentário *20 Centavos*:

²⁰¹Nesse sentido, ver o já citado trabalho de Cardia (2012a).

²⁰²Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/05/revolucionarios-ao-contrario-os-jovens-conservadores/>>. Acesso: 20 abr. 2015.

²⁰³Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso: 28 mar. 2015.

Para a esquerda, junho de 2013 foi pedagógico, pois hoje ela está refletindo que jamais deveria ter abandonado e trocado a rua pelo gabinete. Junho mostrou para a esquerda do Brasil que se ela não ocupar a rua, a direita vai ocupar. As lutas e liberdades nunca estiveram nos gabinetes, sempre estiveram nas ruas (HAILER, 2014).

Ainda que o aludido conservadorismo eventualmente possa ter existido mais na retórica de grupos de esquerda do que na realidade *per se*, é fato que as manifestações similares que se formaram em 15 de março de 2015 igualmente atraíram um número muito significativo de jovens, tendo sido pautadas desde a origem por um caráter muito mais próximo dos conservadorismos do que das esquerdas. Reunindo milhões de pessoas em todo o Brasil, a agenda dos participantes compreendeu a condenação dos desvios de dinheiro público que se processaram no chamado escândalo do "Petrolão", o repúdio às práticas políticas do Partido dos Trabalhadores, os pedidos de abertura de processo de *impeachment* contra a presidente da república e mesmo não poucos clamores pela "intervenção" das Forças Armadas no sistema político²⁰⁴.

Logo, com aos ingredientes típicos do conservadorismo à brasileira (como o moralismo e o autoritarismo) combinaram-se características mais recentes (como o antipetismo), ao passo que palavras de ordem relacionadas com o progressismo estiveram francamente ausentes. Uma seleção de imagens das passeatas oferece-nos alguns indícios:



Cena das manifestações de 15 de março de 2015

Fonte: <http://reconaria.org/blog/humor/os-melhores-cartazes-do-15-de-marco/>

²⁰⁴Coincidentemente ou não, as manifestações foram convocadas para ocorrer justamente no dia 15 de março, data que marcara, trinta anos antes, a entrega da faixa presidencial para José Sarney. Neste dia, portanto, os militares efetivamente deixavam o poder após vinte e um anos.



Cena das manifestações de 15 de março de 2015

Fonte: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/elvino-bohn-gass-aquele-cartaz-seria- apenas-uma-estupidez-nao-fosse-uma-vergonha-contra-o-brasil-e-sua-cultura.html>



Cena das manifestações de 15 de março de 2015

Fonte: <http://savekpk.tk/news/manifestantes-pedem-de-interven-o-militar-a-impeachment-de-dilma.html>



Cena das manifestações de 15 de março de 2015
Fonte: <http://ouniversalcircocritico.blogspot.com.br/>



Cena das manifestações de 15 de março de 2015
Fonte: <http://ouniversalcircocritico.blogspot.com.br/>



Cena das manifestações de 15 de março de 2015

Fonte: <http://www.treta.com.br/2015/03/os-melhores-cartazes-da-manifestacao-de-1503.html>



Cena das manifestações de 15 de março de 2015

Fontes: <http://elenaaparecida.blogspot.com.br/2015/03/grupo-protesta-contra-dilma-e-pt-em.html> (figura 1) – <http://ouniversalcircocritico.blogspot.com.br/> (figura 2)

Ainda que o movimento tenha sido heterogêneo o suficiente para que qualquer retrato estático adquira os tons da parcialidade, não deixa de ter peso simbólico que lemas francamente anticomunistas tenham se feito notar muitas vezes. Além do antipetismo e dos clamores por *impeachment* ou golpe militar (em uma das imagens selecionadas pode-se ler "minha esperança está em Deus e nos verdadeiros militares de direita", o que também remete à posituação das religiões e das instituições tradicionais que analisamos nos segundo

capítulo), alguns manifestantes inspiraram-se nos valores cristãos que se juntam ao rol de princípios do conservadorismo à brasileira, bem como na tentativa de associar o PT à ideologia comunista e mesmo na defesa dos argumentos de Olavo de Carvalho (em uma das imagens um ativista exibe o último livro publicado por Carvalho, e, em outra, vê-se um cartaz contendo a frase "Olavo tem razão"). Por fim, frases como "chega de doutrinação marxista" e "basta de Paulo Freire", sugerem um ímpeto de guerra cultural.

Manifestações muito semelhantes ocorreram também em 12 de abril de 2015. Ainda que tenham atraído um contingente bastante inferior àquele que se verificou no mês anterior, fica claro que os eventos, em que pese o fato de não serem dirigidos por nenhum líder específico, possuem alguma organização. Se estiver correta a hipótese de que os principais partidos políticos da atualidade, em virtude de suas linhas ideológicas declaradas, não possuem legitimidade para representar o conservadorismo à brasileira, a completa inexistência de tais partidos nas citadas manifestações seria um indício de que os conservadores, sentindo o vácuo representativo, buscam alternativas de militância.

Com efeito, a mobilização de grandes massas às ruas foi ao menos parcialmente articulada por grupos como o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua, ambos desvinculados dos partidos e formados pela sociedade. As bandeiras dos movimentos não deixam de serem difusas, mas é possível relacionar determinadas pautas às demandas dos demais grupos da oposição direitista ao PT. No manifesto publicado pelo Vem pra Rua, por exemplo, se nota o pleito pelo "fim do Foro de São Paulo"²⁰⁵, iniciativa que reúne partidos de esquerda latino-americanos e que vem sendo insistentemente denunciada como uma orquestração gramsciana para a conquista de poder por figuras como Olavo de Carvalho e Reinaldo Azevedo, bem como por *sites* como o Mídia sem Máscara e Radiovox.

Diante disso, fácil é encontrarmos análises que buscam fundamentar a aproximação entre o movimento de março/abril de 2015 e o conservadorismo, chegando-se a prognosticar naquelas manifestações sinais do advento de "um projeto de restauração conservadora no Brasil": "Mais além das manifestações da direita e suas aberrantes e exóticas expressões propagandísticas, há um projeto de restauração conservadora no Brasil que começa a se articular de maneira mais ordenada" (SADER, 2015). Também cientistas sociais dissociados da ativa militância junto às esquerdas vislumbraram um cenário similar: "No dia 15, (houve)

²⁰⁵Disponível em: <<http://vempraru.org/o-manifesto>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

a mobilização de uma verdadeira indignação, espontânea e horizontal, mas atravessada por um viés conservador" (COCCO, 2015).

Uma vez que a participação da juventude em tais movimentos foi notória (senão majoritária), cabe mencionar que o horizonte político brasileiro já deixava antever outros indícios de que o conservadorismo, ascendente em algumas instâncias da sociedade civil, fazia-se presente também entre parte dos jovens. Exemplo disso é a Juventude Conservadora da UNB, fundada em 2010. Nos termos de seu mentor,

O objetivo do *blog* da Juventude Conservadora da UnB era reagir contra sufocação ao livre debate de ideias e contra o patrulhamento ideológico que se vivia na universidade. Esses problemas ainda existem, e ainda demorarão em desaparecer, mas não são tão generalizados e profundos como outrora. A universidade é uma importante frente de batalha na guerra cultural, e o *blog* da Juventude Conservadora da UnB servia justamente ao propósito de alertar para o fato de que, na Universidade de Brasília, a esquerda promovia um verdadeiro massacre. Para minha grande surpresa, os esforços feitos para combater a esquerda no campo das ideias dentro da UnB transbordaram e foram assumidos em outras universidades pelo País. Creio que meu *blog* ajudou a contribuir nesse esforço, mesmo que sua contribuição tenha sido tímida frente a outras pessoas e instituições (MELO, 2014).

De fato, mesmo no movimento estudantil – esfera ampla e historicamente dominada pelas esquerdas no Brasil – o conservadorismo passou a se fazer presente sem deixar de se identificar explicitamente, em paralelo com a Juventude Conservadora da UNB e na contracorrente dos atuais partidos políticos. Na esteira da iniciativa da UNB – praticamente vanguardista desde a redemocratização – surgiram em outras universidades grupos estudantis declarando-se abertamente conservadores (todos utilizam a alcunha de "Juventude Conservadora"): na Universidade Federal de Santa Catarina, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Ceará, na Universidade Federal de Segipe, na Universidade Federal de São Carlos, etc.²⁰⁶.

Wervelim Cavalcanti, estudante de 18 anos que criou a página da União da Juventude Conservadora na *internet*, julga que "quando o PT entrou no poder começou a haver uma doutrinação pesada do marxismo, leninismo, gramscismo, entre outras teorias

²⁰⁶Um exemplo do potencial de tais grupos pode ser colhido com base em recentes eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tradicionalmente ocupado por grupos ligados a partidos e movimentos de esquerda, em 2010 o DCE passou à gestão de jovens que possuíam ligações com partidos como PP, PSDB, DEM e PMDB. Sob o lema "Um DCE para os Estudantes, não para os militantes", a chapa vencedora organizou-se a partir do *Movimento Estudantes pela Liberdade* (MEL), de inclinação liberal-conservadora. No Conselho Administrativo da gestão figurou Marcel van Hattem, jovem eleito deputado estadual em 2014 pelo PP/RS a partir de bandeiras claramente associadas às direitas.

comunistas, que foi moldando os modos de pensar da nossa juventude", cumprindo aos jovens conservadores a missão de reverter o processo²⁰⁷.

Discursos de semelhante teor também vêm ganhando a aderência de personagens da cena midiática brasileira, como é o caso do músico Lobão e do jovem humorista e apresentador de televisão Danilo Gentili. Lobão, um típico *Rock Star* que durante os anos 1980 notabilizou-se pelo comportamento rebelde e pelo suporte político ao PT²⁰⁸, foi objeto de inúmeras manchetes quando recentemente passou a declarar-se "conservador", tendo inclusive publicado um livro fortemente crítico às esquerdas (o já citado *Manifesto do Nada na Terra do Nunca*, 2013). Gentili igualmente não se esquivou de associar-se ao conservadorismo (ou pelo menos, ao liberal-conservadorismo). Em uma das edições do programa *The Noite*, apresentado por Gentili na televisão aberta brasileira, Lobão foi o entrevistado. Eis uma passagem da conversa:

Gentili: Você aceita o título de conservador *pra* você?

Lobão: Claro. É chique ser de esquerda, todo mundo é de esquerda. É muito fácil surfar nessa 'parada' de ser esquerdista.

Gentili: Porque o senso comum é de esquerdistas...

Lobão: Exatamente²⁰⁹.

Ademais, Lobão e Gentili costumam protagonizar debates públicos divulgados na *internet* (os chamados *hangouts*), que são rapidamente reproduzidos por *sites* e páginas conservadoras alocadas nas "redes sociais". Em um dos arquivos, ambos juntam-se a Olavo de Carvalho, podendo-se perceber, nos noventa minutos que compreendem a gravação, encarniçadas denúncias às esquerdas e positivamente do conservadorismo²¹⁰.

Novos apóstolos de valores caros ao conservadorismo à brasileira também emergem em outros espaços da imprensa televisiva, e a jornalista Raquel Sheherazade ilustra essa realidade modo emblemático. Sheherazade rapidamente ganhou visibilidade quando começou a operar como "âncora" de um telejornal da emissora SBT. Sua fama expandiu-se ainda mais quando a jornalista teceu comentários bastante incisivos em relação à punição desejável para os criminosos. Diante da notícia de que moradores do Rio de Janeiro espancaram um assaltante após o terem agrilhado a um poste, Sheherazade argumentou:

²⁰⁷Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/05/revolucionarios-ao-contrario-osjovens-conservadores/>>. Acesso: 20 abr. 2015.

²⁰⁸É famosíssimo no Brasil o episódio no qual Lobão, no dia da eleição presidencial de 1989, entoou o *jingle* de campanha do então candidato Lula (PT) ao vivo em um popular programa de auditório da Rede Globo, desafiando a legislação eleitoral e as inclinações da emissora, à época claramente contrária ao candidato petista.

²⁰⁹Entrevista disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ykS1vwjNmR0>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

²¹⁰Ver o arquivo em <<https://www.youtube.com/watch?v=S4UWSEo7TMY>>.

O contra-ataque aos bandidos é o que chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E aos defensores dos direitos humanos que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido²¹¹.

O comentário, feito em fevereiro de 2014, foi objeto de ampla repercussão pública, e se grupos progressistas e partidos de esquerda criticaram enfaticamente a jornalista, não seria de todo despropositado aventarmos, à luz dos *surveys* apresentados no segundo capítulo da presente tese, que extratos numericamente importantes da população brasileira tenderiam a sufragar a posição de Sheherazade. A despeito disso, decorridos cerca de dois meses do episódio, a jornalista chegou a ser afastada da programação, cogitando-se, sem comprovação, que o SBT teria sido "pressionado por comissões parlamentares e pela ameaça de perder mais de R\$ 150 milhões em verbas publicitárias governamentais" (FELTRIN, 2014)²¹².

Imaginar que Sheherazade represente apenas mais um exemplo de jornalistas pouco sofisticados que apostam no sensacionalismo como forma de granjear a fama de "martelo dos bandidos"²¹³ seria, porém, temerário. Sheherazade parece possuir uma consciência conservadora bastante mais refinada, conforme se depreende de entrevista em que lhe foi dirigida a questão "Há quem diga, nas redes sociais, que você é a musa do conservadorismo. Por que dizem isso?". A resposta da jornalista foi a seguinte:

Deve ser por causa de alguns posicionamentos conservadores que tenho e já externei nos meus comentários, como em relação ao aborto. Não me incomoda esse rótulo de conservadora. Muito pelo contrário. Já fui mais alinhada ao pensamento liberal. Como disse o estadista Winston Churchill: 'se você não é um liberal aos 20 não tem coração, e se não é conservador aos 40 não tem cérebro'. Hoje sou mais conservadora, porque estou mais madura, sei o quanto custa construir uma sociedade, suas instituições, sua democracia, suas leis, seus valores. Hoje prefiro as mudanças graduais, pensadas, discutidas, estudadas, feitas às claras e com muita segurança. Se ser conservadora é preservar ideais, valores e práticas que nos tornam uma sociedade melhor, lutarei por isso. As pessoas precisam entender que nem toda liberdade é evolução, e nem todo conservadorismo é retrocesso (SHEHERAZADE, 2013).

Em paralelo, alguns *think tanks* também representam as vozes dissonantes no panorama cultural brasileiro contemporâneo. Talvez o mais forte deles seja o Instituto Liberal (IE):

²¹¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/02/1410771-psol-pede-que-rachel-sheherazade-responda-por-apologia-ao-crime.shtml>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

²¹² Não obstante, a jornalista retornou às atividades algum tempo depois.

²¹³ Poder-se-ia encaixar nessa categoria nomes nacionalmente famosos, como José Datena e Marcelo Rezende. Jornalistas, ambos criticam a criminalidade de modo incisivo, buscando atrair a simpatia popular.

O Instituto Liberal, criado em 1983, é sustentado por alguns dos maiores grupos econômicos nacionais e estrangeiros em operação no País e conta também com recursos vindos do Exterior. É uma organização com um objetivo de longo prazo, o de disseminar a ideologia liberal como a concepção de mundo dominante na sociedade brasileira. Para viabilizar esse objetivo, o Instituto Liberal desenvolve uma dupla estratégia: a doutrinação ideológica entre as elites e a elaboração de projetos de políticas públicas inspirados na teoria liberal, especialmente na Escola Austríaca de Economia. As atividades desenvolvidas pelo Instituto Liberal para implementar essas estratégias incluem: edição de livros; promoção de palestras e cursos nos meios empresariais, universitários, jornalísticos, jurídicos, militares e políticos; publicação de artigos de opinião escritos por seus 'intelectuais orgânicos' em revistas e jornais; e a contratação de especialistas para a elaboração de estudos e sugestões de projetos de lei. Dessa forma, o *locus* de atuação do Instituto Liberal extrapola os limites do Estado e espalha-se pelas elites formadoras de opinião na sociedade (GROS, 2003, p. 59).

Como se conclui, o IL possui considerável capilaridade em distintas instâncias da sociedade, promovendo iniciativas de caráter ideológico a fim de materializar seus valores na realidade, operando em sintonia com entidades como o Instituto Ludwig von Mises Brasil, o Instituto Millenium, o Instituto de Formação de Líderes, o Instituto de Estudos Empresariais e o Estudantes pela Liberdade. Apesar da explícita filiação destes grupos ao liberalismo (e mesmo ao "libertarianismo", mas não ao conservadorismo), há quem sustente que o IL e seus similares constituiriam tentáculos de uma estratégia mais complexa que reuniria as mais importantes forças do atual conservadorismo brasileiro:

A vitória do pensamento conservador nos países do capitalismo avançado não ocorreu de repente, no final dos anos 70. Ela foi sendo gestada através de um longo processo de doutrinação ideológica em universidades, entidades empresariais e meios de comunicação, processo este que se desenvolveu paralelamente à realização de estudos e pesquisas para a formulação de políticas públicas restritivas ou conservadoras. Como pretendemos demonstrar neste estudo, esse pensamento conservador e essa forma de ação política vêm sendo desenvolvidas no Brasil, com as peculiaridades e as limitações concernentes ao contexto político em que se insere, pelos Institutos Liberais (idem, p. 19).

A argumentação suscita a reflexão e, em moldes similares àqueles que tencionamos ventilar anteriormente, de fato retrata os meios utilizados por movimentos conservadores com vistas à obtenção de protagonismo político em várias partes do globo. Contudo, para além das distinções entre conservadorismo e liberalismo e entre os conservadorismos e as práticas singulares existentes no Brasil (tarefa que julgamos imprescindível), a autora parece sugerir que haveria um grande movimento de direita na atual realidade política do Brasil, o qual conjugaria liberais e conservadores em uma estratégia comum.

Também no bojo desta inferência é que a revista *The Economist* examina os movimentos de rua ocorridos em 2015 no Brasil:

O movimento contra a presidente se assemelha aos protestos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos, mas com grandes diferenças. Ao contrário do *Syriza*, na Grécia, e do *Podemos*, na Espanha, os organizadores das manifestações brasileiras não são de esquerda e não pertencem a um partido político. Há quem os compare aos americanos do *Tea Party*, que lutam por um governo mínimo desde o interior do Partido Republicano. Essa última comparação é a mais apropriada (THE ECONOMIST, 2015, tradução nossa).

Realmente se fizeram sentir nas ruas, simultaneamente, demandas de grupos liberais e conservadores, mesmo que não seja seguro afirmar que haja a supremacia de uns ou de outros em face da totalidade do movimento. Assim, soa mais prudente ponderar que o *Tropical Tea Party* que inspira o título do artigo da *The Economist*, justamente por desconsiderar as singularidades do Brasil e especialmente do *modus operandi* de seu conservadorismo autóctone, funciona mais como recurso pedagógico do que como conceito empiricamente testado. O emprego do termo "tropical", entretanto, sugere alguma adaptação à realidade brasileira, e a materialização dos movimentos faria muito felizes os articulistas do *site* Mídia sem Máscara, o qual veiculou, conforme demonstramos anteriormente, apelos pelo despertar de um *Tea Party* no Brasil.

Não obstante, igualmente ecoa na mídia brasileira a percepção que torna indistintos conservadores e liberais, vislumbrando sua ação conjunta na atualidade. Em reportagem elaborada para o jornal Folha de São Paulo, Patrícia Mello garante:

Libertários, liberais, conservadores, seguidores da escritora russo-americana Ayn Rand (1905-82), 'olavettes'²¹⁴: a nova direita brasileira é um corpo diverso, mas que compartilha da crença de que o Estado deve limitar ao mínimo seu papel na economia e na vida das pessoas. Em comum, os grupos que a compõem manifestam, ainda, um sentimento de orfandade nesta eleição presidencial (MELLO, 2014).

Porém, se a associação irrefletida entre liberais e conservadores²¹⁵ e entre movimentos como o *Tea Party* norte-americano e os recentes protestos de rua ocorridos no Brasil tende a ser problemática, é menos audaz aventar que de fato pululam fagulhas à direita na atual sociedade brasileira. Em acréscimo, procuramos demonstrar que as aproximações com o conservadorismo à brasileira algumas vezes são evidentes, de modo que tais movimentos, mesmo que ainda incipientes, procuram ocupar o vácuo representativo forjado pelos partidos políticos.

Esse contexto leva a crer que os esforços para a ocupação de tal vácuo e a tentativa de instrumentalizar o conservadorismo popular são elementos que movem alguns dos novos

²¹⁴Alcunha atribuída aos jovens seguidores de Olavo de Carvalho.

²¹⁵O título da reportagem acima citada é revelador: "Liberais, libertários e conservadores, uni-vos".

partidos que se procura formar no Brasil contemporâneo. Três deles são emblemáticos para a presente tese: o Nova Arena, o Partido Militar Brasileiro e o Partido Novo. Uma vez que vêm sendo liderados por grupos e personalidades alheias ao *mainstream* político ora instalado, consideraremos tais partidos como ondas da sociedade civil que almejam penetrar no sistema político formal.

O Nova Arena é, já devido ao batismo escolhido, explícito em seu posicionamento ideológico. Embora pareça claro que se trata de uma tentativa de ressuscitar a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que sustentou o regime militar, uma das líderes da empreitada, a estudante Cibele Baginski, de 22 anos²¹⁶, declarou: "A Arena de agora não é a recuperação daquele partido. Eu, por exemplo, não vivi naquela época. Tem muita gente nova. É um movimento dinâmico que resgata valores do conservadorismo" (PORTAL TERRA, 2012). Para a estudante, o resgate dos "valores do conservadorismo" torna-se necessário à medida que atualmente não existiriam partidos de direita no Brasil:

Eu diria que, entre os que estão por aí, não existe partido de direita. Existem centristas, um tanto governistas, na sua maior parte social-democratas (como o PSDB) ou liberais (como era o PFL, hoje Democratas, e o PP). O perfil do nosso partido não é focado no liberalismo. Como programa, a gente não defende o Estado mínimo nem o Estado máximo, porque o Estado máximo seria implantar uma ditadura aos moldes comunistas e marxistas, e o Estado mínimo seria simplesmente criar um anarquismo (IDEM, 2012).

Em acréscimo, o estatuto do possível futuro partido sublinha que "a ARENA possui como ideologia o conservadorismo, nacionalismo e tecno-progressismo, tendo para todos os efeitos a posição de direita no espectro político" (NOVA ARENA, 2012). Além do fato de que a associação franca à direita é inédita no teor de documentos oficiais dos partidos políticos no Brasil após a redemocratização, os fundadores da sigla prevêm a criação de um "Conselho Ideológico", órgão interno responsável por impedir qualquer tentativa de aproximar a Nova Arena de partidos políticos dotados de inclinações progressistas: "em respeito às convicções ideológicas de Direita, (a Nova Arena) não coligará com partidos que declaram em seu programa e estatuto a defesa do comunismo, bem como vertentes marxistas", visto que "O Conselho Ideológico emitirá Normativa especificando demais partidos com convicções ou ações não compatíveis com a Arena, com os quais será proibida a coligação" (idem, 2012).

²¹⁶A estudante posteriormente afastou-se do grupo, que atualmente é liderado por Kleber Busch.

O purismo ideológico à direita também figura de algum modo nas intenções dos membros do Partido Militar Brasileiro (PMB), o qual, como o Nova Arena, ainda não obteve registro oficial para operar. O grupo é formado sobretudo por militares e policiais, e direciona sua apologética com especial ênfase ao tema do combate à criminalidade. Ainda que se verifiquem referências menos numerosas aos conservadorismos nos materiais divulgados pelo partido, o lema da sigla, estampado na abertura de seu *site* oficial, dirime eventuais dúvidas: "O PMB é a solução para endireitar nosso país"²¹⁷. O posicionamento à direita, acompanhado de severas críticas às esquerdas, fica igualmente evidente em artigo publicado por um presidente estadual do partido:

O constante caminhar das colorações partidárias no cenário nacional nos faz refletir sobre o seguinte tema: Para onde foi a Direita no Brasil? Vivemos uma constante 'esquerdização' [...]. Assistimos passivos um recuar da direita, dos conservadores, dos guardiões dos direitos e das garantias individuais, decorrendo assim em um folgado espaço para a anarquia e para o caos. [...]. Portanto meus caros: vamos à luta! Seremos um partido formado por civis e militares empenhados em resgatar a dignidade, o progresso e, sobretudo, à segurança - elemento imprescindível para uma sociedade civilizada. Resgataremos essa linha partidária. Para aqueles que não viam mais luz no fim do túnel, nós chegamos: Portanto... Direita volver!!!! (CRIVELARI, 2014).

Se o ocaso "da direita, dos conservadores", forja a "anarquia" e o "caos", o resgate da segurança pública será a condição *sine qua non* para construir-se uma "sociedade civilizada". As medidas definidas pelo partido para o restabelecimento da segurança adequam-se bastante às percepções de parte significativa da população brasileira, conforme demonstramos no segundo capítulo. Este ingrediente do conservadorismo à brasileira – a intransigência com os criminosos e o conseqüente apelo por leis mais severas – é, de fato, muito prezado pelo PMB. O capitão Augusto Rosa, um dos idealizadores do partido, declara que

Hoje o Congresso Nacional está na contramão da sociedade, que está clamando por leis mais rigorosas, mais severas. Os partidos que estão aí, no poder - PT, PSDB, PP - querem recuperar o marginal. A gente se preocupa com o cidadão de bem. Está na hora de as pessoas terem coragem de dizer que tem gente que não se recupera (PORTAL IG, 2014).

Embora lidere o movimento pela criação do PMB, o capitão filiou-se ao Partido da República (PR) a fim de disputar uma vaga à Câmara dos Deputados no pleito eleitoral de 2014. Vitorioso nas urnas com o apoio do conhecidíssimo deputado federal Jair Bolsonaro (também ele um militar da reserva), Rosa protocolou nada menos que trinta e oito projetos

²¹⁷Ver <<http://www.partidomilitar.com.br/>>.

até o momento²¹⁸, quase todos voltados à intensificação do combate à criminalidade pela via do recrudescimento da lei penal ou à garantia de proteção para os profissionais da segurança pública. Como sintoma de vertentes do conservadorismo à brasileira que se insurgem, é certo que a ação de nomes como Bolsonaro e Rosa não é isolada, uma vez que já se anuncia o surgimento da "Bancada da Bala" no Congresso Nacional, conforme veremos adiante.

A fim de fecharmos este item, importa examinarmos muito brevemente o caso do Partido Novo. A sigla, que também está em fase de implantação, assume posturas inequivocamente liberais, de modo que sua apreciação no escopo da presente tese só se justifica porque se trata de um grupo inteiramente alheio às elites políticas instituídas e porque há quem vislumbre, repita-se, uma ação conjunta entre liberais e conservadores na sociedade brasileira contemporânea.

Em seu *site* institucional, o partido se auto-define justamente como um movimento emanado da sociedade, preocupando-se fundamentalmente com a defesa de valores tipicamente liberais:

O NOVO é um movimento que foi iniciado por cidadãos insatisfeitos com o montante de impostos pagos e a qualidade dos serviços públicos recebidos. Este grupo de pessoas nunca havia se candidatado a nenhum cargo eletivo, mas concluiu que um partido político seria a ferramenta democrática adequada para realizar as mudanças desejadas e necessárias. Analisando os partidos políticos existentes, concluímos que nenhum deles defendia claramente a maior autonomia e liberdade do indivíduo, a redução das áreas de atuação do Estado, a diminuição da carga tributária e a melhoria na qualidade dos serviços essenciais, como saúde, segurança e educação. Em razão desta constatação, optamos pela formação de um novo partido político (PARTIDO NOVO, 2015).

Em entrevista concedida em 2014, afirma o presidente do partido, João Amoedo (um ex-executivo do mercado financeiro que foi convenientemente descrito como "uma figura improvável no mundo da política nacional" [FUCS, 2014] em razão de sua trajetória de vida, o que, aliás, reforça a proposta dos fundadores de apresentarem-se como *outsiders* capazes de renovar a política brasileira):

O principal é a ideia de que o indivíduo é o melhor gestor de sua vida. As pessoas tomam melhor as decisões daquilo que lhes afeta. No limite, mesmo que você não saiba o que é melhor para você, os recursos são seus. Você deve ter a possibilidade de errar para aprender. [...]. Nossa visão é que o governo não deve ter empresa nenhuma. Primeiro, porque não é seu papel fazer gestão de empresas, seja banco, empresa de petróleo, posto de gasolina, seja o que for. Segundo, porque não me parece correto cobrar mais pelo saco de feijão, ter mais impostos sobre os alimentos, para o governo poder aplicar parte desse dinheiro na Petrobras ou no

²¹⁸ Pesquisa realizada em 01 de maio de 2015. Ver <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_lista.-asp?Autor=5310434&Limite=N>.

Banco do Brasil. O governo deve privatizar as empresas estatais, devolvê-las ao mercado, devolver esses recursos aos cidadãos (AMOEDO, 2014).

Parece claro que as bandeiras liberais estão massivamente presentes na natureza da apologética do partido, de modo que sua associação aos conservadorismos seria, no mínimo, bastante árdua. Contudo, é razoável frisar que o Novo, como outros fenômenos políticos recentes, de certa forma povoa o rol das vozes associadas às direitas, as quais, da mesma forma que seus adversários ideológicos, se auto-proclamam dissonantes na atual sociedade civil brasileira.

Em declaração que bem consubstancia grande parte dos argumentos ventilados no presente tópico, André Singer considera que a cultura de esquerda instalada no Brasil finalmente sofreu fissuras, de modo que a competição ideológica pouco a pouco se reequilibra ao haver, inclusive, uma tendência de crescimento das direitas na atualidade:

Então, passamos a assistir ao surgimento de manifestações ideológicas, com articulistas, autores de livros e até artistas, produtores influentes, que defendiam abertamente esses pontos de vista, algo que não se encontrava até meados dos anos 1980. Assim, a presença quase total que a esquerda tinha no plano da cultura foi quebrada e passou a haver uma competição na qual continua existindo uma esquerda, mas a direita é crescente. Com isso, não quero dizer que ela necessariamente vai se tornar hegemônica, mas passou a haver uma competição (SINGER, 2012).

Mas, em paralelo às instâncias populares, culturais e midiáticas, faz-se sentir no Congresso Nacional um novo ímpeto dos dissonantes e uma nova perspectiva de disputa política. É o processo que prenderá nossa atenção nas próximas linhas.

4.3 A colonização "à direita" do Congresso Nacional

Na tentativa de tecer um balanço das eleições de 2014 para o Legislativo nacional, o jornal Folha de São Paulo assegurou:

Congressistas que defendem agendas conservadoras ganharam força na Câmara nas eleições. Estimativas apontam aumento dos integrantes das bancadas evangélica, ruralista e 'policial'. A configuração deve dificultar o debate de leis liberalizantes, como a legalização do aborto e das drogas, e da pauta ambiental e indígena (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

Com efeito, representantes da defesa de valores cristãos, da preservação do *status quo* do campo e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro, ao passo que as bancadas simpáticas ao progressismo – e às esquerdas de um modo geral – amargaram sensível enfraquecimento. Subsidiado por tais dados, o presidente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

afiançou, um dia após a eleição de 2014, que "o novo Congresso é o mais conservador desde 1964" (QUEIROZ, 2014).

A constatação repercutiu na imprensa brasileira, e grupos de esquerda, como o Levante Popular da Juventude e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conclamaram suas respectivas militâncias para reverter o quadro:

As eleições de 2014 estão sendo um marco do avanço do conservadorismo em nosso país. Foi eleito o Congresso mais conservador desde a ditadura militar. Além disso, a bancada fundamentalista, ruralista, da indústria armamentista tiveram (sic) um crescimento significativo. Figuras repugnantes como Bolsonaro, Heinze, Feliciano que propagam o ódio aos *gays*, indígenas, quilombolas, aos direitos das mulheres, às ações afirmativas, aos sem-terra estiveram entre os mais votados. [...] Não podemos ser apenas espectadores do avanço desse sentimento de ódio que toma as ruas, as praças e as certezas do povo. Vamos todos ocupar o Largo Glênio Peres contra o conservadorismo!²¹⁹

Ademais, Guilherme Boulos, membro da coordenação nacional do MST, considera que as eleições de 2014 trouxeram à tona "a ascensão de uma onda conservadora":

O último domingo revelou eleitoralmente um fenômeno que já se observava ao menos desde 2013 na política brasileira: a ascensão de uma onda conservadora. Conservadora não no sentido de manter o que está aí, mas no pior viés do conservadorismo político, econômico e moral. Uma virada à direita (BOULOS, 2014).

Ainda que seja prudente ressaltar que o exato perfil ideológico das bancadas que agora atuam no Congresso Nacional só poderá ser mensurado com plenitude à medida que a legislatura se aproximar do fim, importa-nos averiguar a dinâmica do processo que criou as condições para que afirmações dessa natureza sejam ventiladas.

Em paralelo, cabe-nos verificar em que grau se poderia relacionar os posicionamentos de tais parlamentares com o conservadorismo à brasileira. Se em 2014 a sociedade brasileira supostamente teria eleito o Congresso Nacional de perfil mais conservador desde aquele que sucedeu a grave crise que colapsou o sistema político cinquenta anos antes, é bastante plausível que o fenômeno tenha sido impulsionado, ao menos em parte, pelo êxito na divulgação de ideias inerentes aos movimentos analisados anteriormente (ideias que julgamos povoar o imaginário de expressivas fatias da população brasileira).

²¹⁹O Largo Glênio Peres é um local tradicional de manifestação política na cidade de Porto Alegre/RS. Disponível em: <<https://rsurgente.wordpress.com/2014/10/22/porto-alegre-promove-ato-de-virada-contra-o-conservadorismo/>>. Acesso: 20 abr. 2015.

Nesse sentido, a sentença do cientista político Leonardo Sakamoto, transcendendo meros juízos de valor, em linhas gerais corresponde aos argumentos que expusemos até aqui, ao mesmo tempo em que estimula as reflexões que conduzirão o restante do presente capítulo:

Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil de caráter mais progressista sempre empurraram o Congresso Nacional para que ele fosse menos conservador do que a população do país. Em outras palavras, a força da mobilização e da organização desses grupos na política nacional conseguia fazer com que esse descompasso acontecesse. [...] Mas esse descompasso entre o 'Brasil real' e o 'Brasil no parlamento' parece ter se reduzido nesta eleição [...]. O Congresso é o reflexo da população no que diz respeito à visão de mundo e ação diante desse mundo. Talvez não daquilo que ela gostaria de ser, mas daquilo que ela efetivamente é. Enfim, com o resultado dessas eleições, não é que o Congresso ficou pior. Ele apenas está mais parecido com o Brasil (SAKAMOTO, 2014).

Sob esta ótica, a assimetria representativa que já sugerimos estaria sendo suavizada sob o emblema de um novo Congresso Nacional, de modo que os interesses dos grupos progressistas – mais intensamente militantes desde a redemocratização – sofreriam paulatina erosão justamente porque os valores conservadores presentes em boa parte da sociedade ganharam proeminência. Vindo à luz de modo mais ostensivo (e, portanto, menos petrino), as direitas galgam espaços crescentes de representação, tornando o Congresso "mais parecido com o Brasil", para empregarmos as palavras de Sakamoto. É a guerra política que se instala.

Há que se antepor, entretanto, a possibilidade de que a conjuntura política atual estaria a pôr em risco determinadas bandeiras conservadoras, o que despertaria a reação de elites políticas com elas identificadas. Com efeito, iniciativas de relativização da ordem moral vigente passam a figurar com mais frequência na pauta do Congresso Nacional e chegam mesmo a obter a chancela de tribunais superiores, como é o caso da aceitação da união estável entre pessoas do mesmo sexo e da utilização de células-tronco para pesquisas científicas por parte do Supremo Tribunal Federal (STF).

De forma inédita no Brasil, o conservadorismo, como "uma resistência articulada, sistemática e teórica à mudança" (HUNTINGTON, 1957, p. 461, tradução nossa), recorreria então aos parlamentares de bancadas como a religiosa para reagir ao movimento dos progressistas, porque inédita é a introdução sistemática de semelhantes temas na sociedade brasileira. Nesta lógica, os conservadores estariam sendo "forçados" à mobilização para a defesa de valores que até então não eram fortemente questionados.

De igual modo, sentenças de natureza similar às aquelas proferidas pelo presidente do DIAP e apelos que excitam a indignação de movimentos de esquerda possivelmente estejam embriagados pelo afoitamento ou por paixões naturalmente emanadas de uma eleição recém-finda, uma vez que é pouco provável que o parlamento eleito em 1982, por exemplo, tenha sido mais progressista do que o atual²²⁰.

A despeito disso, as assertivas que sugerem o advento de uma crescente predominância do conservadorismo no Congresso encerram validade para a presente tese mais porque instigam o debate do que devido ao rigor analítico que poderiam conter. Logo, instaura-se a necessidade de examinarmos mais detidamente a lógica que ordena determinados grupos do Congresso Nacional, e mais especificamente da Câmara dos Deputados. Começemos pela chamada "bancada evangélica".

4.3.1 Os religiosos militantes no Congresso: conservadorismo e "cristocracia"

Os diagnósticos que apontam para uma ascensão conservadora no Congresso Nacional eleito em 2014 obviamente só poderiam encontrar algum lastro à medida que houvesse um movimento mais amplo, forjado com o passar dos anos, que aos poucos tenha angariado espaços de representação no parlamento. Conforme constatou Pierucci em relação à persistência do voto à direita em São Paulo durante os anos 1980, os eleitores conservadores

[...] seus comportamentos políticos, suas percepções do mundo político, seus juízos políticos, enfim, se contaminam de rigorismo moral, conservadorismo comportamental e autoritarismo doméstico. Dito de outro modo: a posição 'marginal' desse tipo de eleitor, politicamente desprovido e cognitivamente desapetrechado, não apenas o lança na órbita dos políticos personalistas (como notaram Lamounier e Muszynski), mas também o torna mais propenso a não pensar politicamente a política, vale dizer, a apreender o mundo político pelo viés das categorias morais, dentro dos marcos de percepção e apreciação próprios da esfera da moral privada (PIERUCCI, 1988).

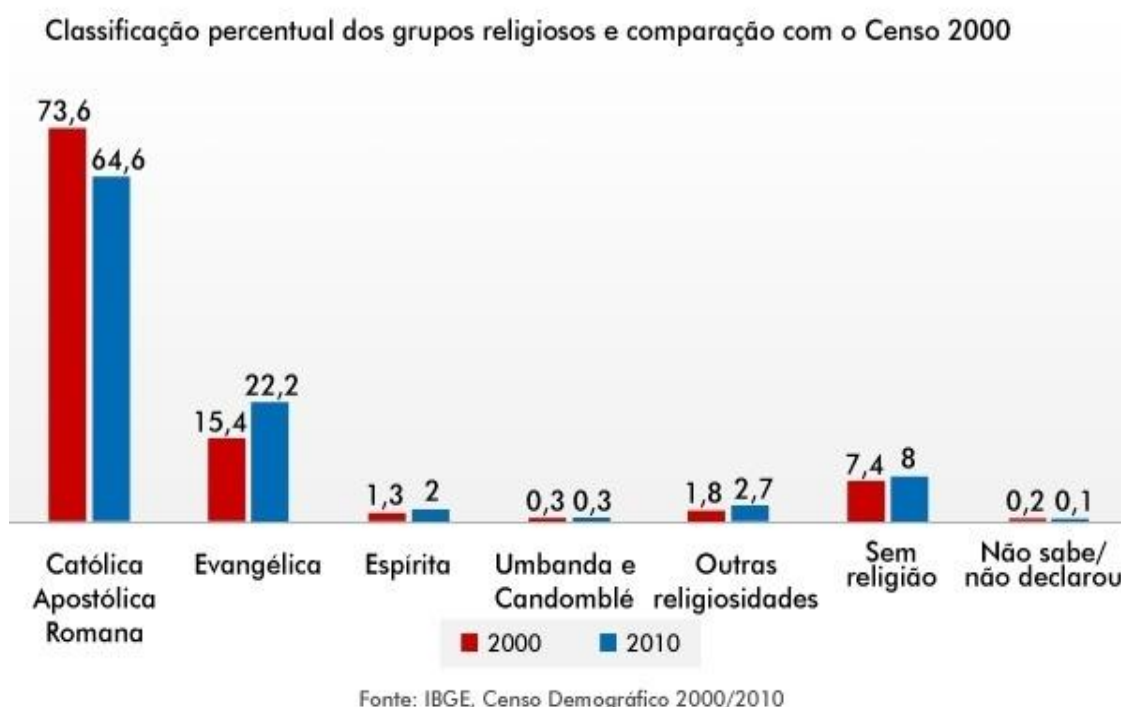
A cooptação deste eleitor por parte da chamada "bancada evangélica" é sobremaneira ilustrativa. Se, para retomarmos os argumentos do segundo capítulo, 89% dos brasileiros concordariam que "a religião é importante" para suas vidas (GALLUP WORLD POLL, 2010), é mesmo natural que valores religiosos extrapolem a esfera privada e de algum modo interfiram na política. Fruto de uma formação intensamente marcada pelo catolicismo, o

²²⁰Conforme evidencia o trabalho de Madeira (2006), era imenso o poder dos parlamentares oriundos da Arena ("ex-arenistas") no Congresso Nacional eleito em 1982. Logo, não se tratava de um Legislativo tendente ao progressismo.

Brasil, também desde sua Independência, contemplou a permanência de "vínculos, compromissos, contatos e cumplicidades entre autoridades e aparatos estatais e representantes e instituições católicas" (GIUMBELLI, 2000, p. 155).

Nesse sentido, o rompimento com o regime do padroado e o laicismo que esteve presente nas ambições dos positivistas que geriram a I República figuram como ações parentéticas, que rapidamente cederam lugar ao retono do influxo da Igreja na vida pública brasileira. É, portanto, em virtude da proeminência do catolicismo na sociedade – e, por consequência, no Estado – que o país historicamente se enquadraria no conceito de "quase laicidade" proposto por Catroga (2006).

Contudo, a estrutura dos laços entre atores políticos e religiosos modificou-se nas últimas décadas do século XX, no bojo de alterações ocorridas na própria sociedade brasileira. À margem do fenômeno da secularização – tão amplo quanto controverso e reiteradamente discutido pelas Ciências Sociais²²¹ – houve uma considerável mutação no mapa religioso do Brasil:



²²¹Dentre os estudos referenciais sobre o tema, pode-se citar O Dossel Sagrado, de Peter Berger (2003). Ademais, um bom exemplo do debate existente na literatura acerca da diáde secularização-dessecularização pode ser verificado em Mariz (2001).

O chamado "mercado religioso"²²² impõe seu cetro. Como é notório, o percentual de brasileiros que se filia ao catolicismo decai significativamente entre 2000 e 2010, ao passo que aumenta o contingente associado a outros credos cristãos. Na medição do IBGE, o grupo denominado "evangélico" agrega o protestantismo tradicional/"de missão" (luteranos, adventistas, batistas, presbiterianos, etc.) e as igrejas pentecostais e neopentecostais²²³, embora seja claro que a expansão realmente significativa tenha se desenvolvido nestas últimas (as maiores na atualidade são, em ordem de número de fiéis, Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Deus é Amor).

Em dez anos, foi de 61,4% o crescimento dos evangélicos, cabendo acrescentar que em 1991 o percentual de fiés dessa matriz religiosa compunha 9% da população, e apenas 6,6% em 1980, quando o protestantismo tradicional tinha mais peso na representação dos evangélicos brasileiros (em trinta anos, portanto, o crescimento supera a casa dos 335%, especialmente por conta do alargamento dos grupos de origem pentecostal).

Assim, o "maior país católico do mundo" de certo modo acompanha o fenômeno do relativo declínio da igreja romana na América Latina²²⁴, revelando novas formatações no perfil religioso de sua sociedade²²⁵. Visto que a religiosidade no Brasil, ressalte-se, apenas pontualmente esteve confinada ao campo individual da consciência, seria uma questão de tempo para que os evangélicos ampliassem seu prestígio também para o universo político.

Mas a ampliação não seria viável sem mobilização articulada. Com efeito, ao contrário da apatia que parece ter impregnado extratos conservadores da sociedade no período imediatamente posterior à redemocratização, os evangélicos de origem pentecostal se fizeram representar efetivamente na esfera política. A partir de um perfil militante que talvez esteja inspirado na tendência ativa que exige a apologética religiosa e as ações de

²²²O conceito é bem detalhado, por exemplo, no trabalho de Jungblut (2012).

²²³O pentecostalismo no Brasil foi recentemente dividido por pesquisadores em três ondas: Pentecostalismo Clássico (abrange o período de 1910 a 1950 com a fundação da Congregação Cristã no Brasil (1910) e Assembleia de Deus (1911), Pentecostalismo neoclássico (a partir da década de 50 com a criação da Igreja do Evangelho Quadrangular (1951) e Brasil Para Cristo (1955), Deus é Amor (1962) e muitas outras de menor porte) e Pentecostalismo Neopentecostal (a partir da metade dos anos 70 com a Universal do Reino de Deus (1977), Internacional da Graça de Deus (1980), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976) e Renascer em Cristo (1986) entre outras)" (ROIZ e FONSECA, 2009).

²²⁴Entre 1970 e 2014, os católicos passaram de 92% da população latino-americana para 69%. Os protestantes, por seu turno, saltam de 4% para 19% dos fiés na América Latina (PEW RESEARCH CENTER, 2014).

²²⁵O que não significa, no entanto, que o país deixe de possuir maioria católica no futuro. A dilatação do protestantismo, pelo contrário, se já não chegou próximo ao seu limite, pode perder seu ímpeto inicial de ortodoxia e vir a tornar-se "mais vulnerável à antropofagia brasileira" (MARIANO, p. 90).

conversão que caracterizam tais igrejas²²⁶ (bem como na necessidade de garantir espaços diante de uma sociedade majoritariamente católica), inicialmente ergue-se um lema que se tornaria emblemático: "irmão vota em irmão"²²⁷.

Os pentecostais abandonaram sua tradicional autoexclusão da política partidária, justificando seu inusitado ativismo político – antes proibitivo, porque tido como mundano e diabólico – com a alegação de que urgia defender seus interesses institucionais e seus valores morais contra seus adversários católicos, homossexuais, "macumbeiros" e feministas na elaboração da carta magna. Para tanto, propuseram-se as tarefas de combater, no Congresso Nacional, a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto e de demandar concessões de emissoras de rádio e tevê e de recursos públicos para suas organizações religiosas e assistenciais (Pierucci, 1989; Freston, 1993). Os pentecostais, ao mesmo tempo que faziam referência ao tradicional adversário católico, aludiam a seus adversários laicos, como justificativa para 'irmão votar em irmão', seu novo lema (MARIANO, 2011, pp. 250-251).

Logo, a partir da Assembleia Constituinte que teve lugar em meados da década de 1980, o pentecostalismo forja seu braço político de modo sistemático, apelando ao rebanho de fiéis a fim de frear as agendas laicas e católicas. Assim, visava-se assegurar simultaneamente a preservação de interesses doutrinários ligados à moral e aos costumes (proibição do aborto e da união civil de homossexuais, por exemplo) e operacionais (concessões de emissoras de comunicação que se mostraram cruciais para a propagação da "palavra" e de isenções fiscais para movimentações financeiras²²⁸). O raciocínio é manifesto: se o jogo político pode vir a pôr em causa os valores e interesses evangélicos, cabe aos "irmãos" (fiéis pentecostais) votarem em "irmãos" (pastores e demais líderes indicados pelas igrejas) para fazerem representar seus desejos no parlamento e no arcabouço legal.

Desde então, o pentecostalismo cresceu significativamente na sociedade e no Congresso Nacional. Na primeira instância, merece destaque o considerável número de rádios e televisões pertencentes às igrejas de origem pentecostal que operam no Brasil, além

²²⁶Porém, nem sempre foi assim. Como Cowan faz notar, os pentecostais brasileiros, antes dos anos 1980, tendiam a buscar afastar-se das coisas mundanas, o que inclui a política: "[...] de acordo com as prescrições evangélicas tradicionais, os crentes devem, cuidadosamente, mesmo obsessivamente, evitar as coisas deste mundo. Isto significava, explicitamente, a negação da política e do político. Ou seja, durante a maior parte da história dos evangélicos no Brasil, a política mundana provocava não só desaprovação, mas aversão visceral. A máxima 'a César o que é de César e a Deus o que é de Deus' aparecia como um refrão frequente, quase reflexivo, um advertência aos fiéis à gestão degradada dos assuntos terrestres" (COWAN, 2014, p. 107).

²²⁷A frase intitula o livro de Josué Sylvestre, publicado em 1987. Sylvestre, além de líder da Igreja Assembleia de Deus, trabalhava como assessor parlamentar no período da constituinte.

²²⁸Em junho de 2015, por exemplo, parlamentares evangélicos, juntamente com "os pastores Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e Robson Rodovalho, da Sara Nossa Terra, participaram da articulação com o vice-presidente Michel Temer" a fim de garantir, com êxito, um dispositivo que anula autuações fiscais da ordem de R\$ 300 milhões impostos às igrejas evangélicas, além de definir que os valores recebidos pelos pastores à margem do salário ficam livres de qualquer tributação (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015a).

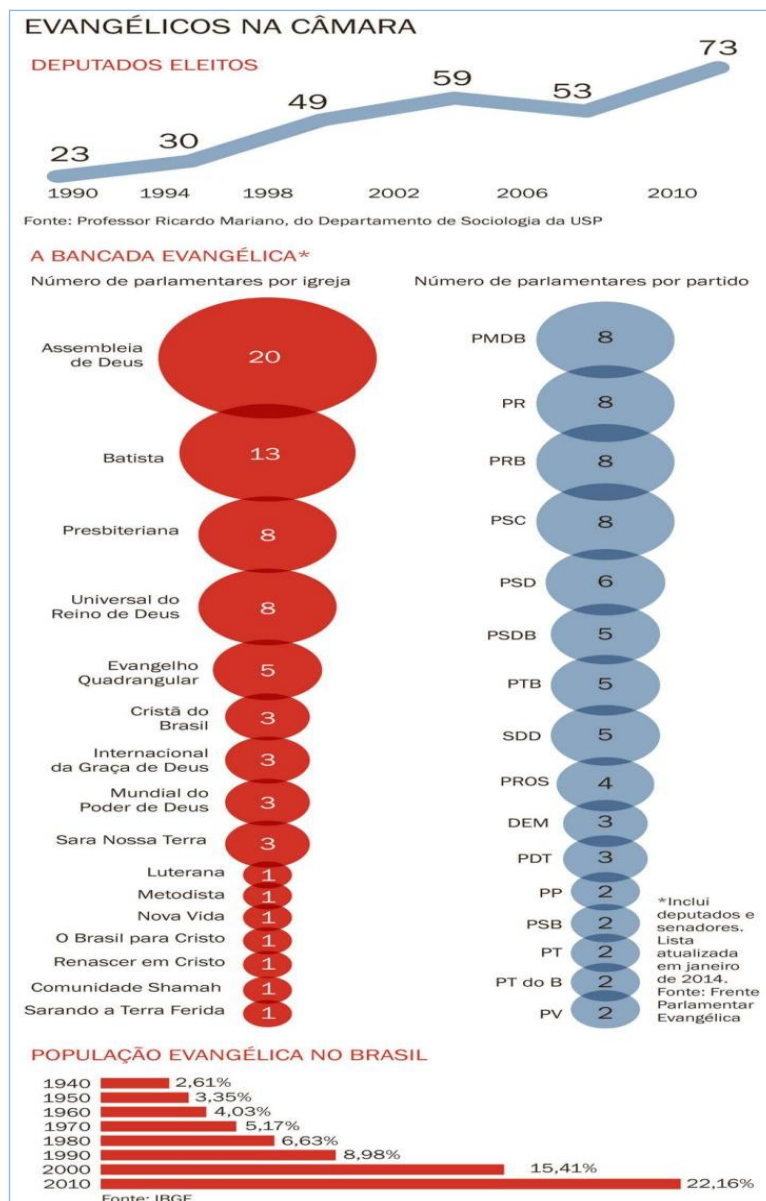
da veiculação de conteúdo religioso, mediante pagamento, nas grades de programação de algumas emissoras da TV aberta. Ademais, uma das mais importantes redes de televisão do país, a Rede Record, pertence a Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

O fenômeno do "televangelismo" ecoa também em outros setores econômicos, visto que é expressivo o mercado de produtos direcionados especificamente para o público evangélico:

[...] são justamente os grupos neopentecostais que, com a sua inserção na mídia, sobretudo televisiva, conseguem utilizar os recursos imagéticos como forma de aumentar os seus fiéis/consumidores. Paradoxalmente, as livrarias evangélicas têm vendido proporcionalmente cada vez menos livros e ocupado as suas vendas com Cd's, Dvd's, cartões, camisas, *bottons*, bonés, jogos, enfim, um mercado religioso lucrativo com a ampliação de diferentes produtos gospel para agradar a todos os estilos, sobretudo incorporando elementos interessantes para uma sociedade imagética (PAEGLE, 2008, p. 92-93).

No terreno político, os "crentes" migraram de uma representação marginal para um gradativo protagonismo, organizando-se em grupos parlamentares bastante numerosos e coesos (ao menos quando estão em discussão questões ligadas à moral religiosa). Ainda que deixemos à margem a plêiade de parlamentares evangélicos que atuam em Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas estaduais²²⁹, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), ou simplesmente, a "bancada evangélica", dilatou-se ao longo dos anos no parlamento brasileiro, especialmente na Câmara dos Deputados, casa legislativa na qual será balizada a presente investigação:

²²⁹ A presença dos evangélicos nos legislativos estaduais é certamente significativa, mas difícil de ser mensurada na integralidade. Diante disso, desconhecemos estudos que tenham pretendido traçar um panorama geral. É possível, no entanto, citar exemplos de pesquisas que se focaram em apenas um estado. É o caso de Machado (2006), o qual afirma que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro possuía 37% de seus deputados com ligações com igrejas. De igual modo, Miranda (2006) demonstra o influxo evangélico no legislativo cearense. No caso das Câmaras de Vereadores, um estudo capaz de abranger a situação em panorama nacional é ainda menos viável.



Evolução da bancada evangélica

Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/08/politica-da-salvacao-novas-estrategias-e-mudanca-de-perfil-marcam-o-avanco-dos-evangelicos-4571017.html>

Embora os dados sempre demandem relativização – já que é um tanto inseguro asseverar que determinado parlamentar, embora possa declarar-se evangélico, de fato atua em uníssono com o restante da bancada em questões doutrinárias e/ou de fé – o fato é que em 2014 o número de deputados com este perfil novamente aumentou, passando de 73 para 75 deputados, conforme estimativa do DIAP. Por conseguinte, os "evangélicos" ocupam 14,6% dos assentos disponíveis na Câmara dos Deputados eleita em 2014 e, em acréscimo, puseram um de seus membros, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), no posto decisório mais importante da Casa: a presidência.

Para o mais, a figura anterior realça que os membros da bancada costumam distribuir-se em vários partidos políticos, o que sinalizaria, paradoxalmente, para uma estratégia política de descolar-se dos partidos sempre que possível. Com efeito, determinadas igrejas inicialmente colonizaram siglas específicas, tornando-as seus tentáculos extraoficiais nas disputas políticas. É o caso do extinto Partido Liberal (PL), que conquanto amplamente dominado pela IURD, talvez tenha sido a agremiação que mais perto esteve de se tornar um típico "partido evangélico" amplo e capaz de cooptar pastores e líderes interessados em cargos eletivos.

Contudo, a dinâmica política demonstrou que a estratégia continha fragilidades. Estando as igrejas umbilicalmente associadas a um partido, é concreto o risco de desmoralização decorrente de possíveis escândalos e de outras práticas políticas maculadas como aquelas que compuseram o chamado "mensalão", episódio no qual membros do PL se fizeram envolver:

[...] as notícias divulgadas nos grandes meios de comunicação, detalhando o suposto envolvimento de parlamentares evangélicos em escândalos de corrupção como o 'mensalão' e o esquema das ambulâncias, e a conseqüente abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) resultou no afastamento de alguns parlamentares e a renúncia em 2005 da principal liderança política pertencente ao meio evangélico, o Deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), ex-coordenador político da Igreja Universal do Reino de Deus na Câmara (GONÇALVES, 2011b, p. 15).

Além de fomentar o descrédito dos fiés ao expor as igrejas às pecaminosas "coisas do mundo" (COWAN, 2014), como o "mensalão", a vinculação institucional declarada entre denominações de origem pentecostal e partidos políticos poderia dificultar a ampliação da bancada (uma vez que determinadas siglas, devido ao coeficiente eleitoral, são melhores trampolins do que outras para a obtenção da vitória de um deputado) e inibir a independência dos parlamentares evangélicos diante das lealdades que opõem governistas e opositoristas nas diferentes legislaturas (o que possivelmente incidiria em anteparo para a aprovação de projetos de lei que, sendo de interesse das igrejas, podem não o ser para o governo). É o que aventa Ari Oro ao examinar comportamento dos parlamentares da IURD e sua presença dividida entre o PL e outros partidos nos primeiros anos do século XXI:

Esse fato, porém, em vez de denunciar uma incapacidade política da IURD ou uma dificuldade de entendimento entre os deputados *iurdianos*, parece, antes, revelar o modo 'sofisticado' de fazer política dessa Igreja, que distribui seus deputados em diferentes partidos para alcançar melhor poder de barganha política, o que não impede que em determinadas situações os interesses da Igreja se sobreponham aos dos partidos (ORO, 2003, p. 54).

Exaurido o PL após o desgaste do "mensalão", os evangélicos, de início, poderiam ter se distribuído ainda mais entre os diversos partidos já instalados. Contudo, novas siglas fortemente controladas pelas igrejas (neo)pentecostais gradualmente reapareceram: o Partido Republicano Brasileiro (PRB, fundado em 2005 como sucessor do "nanico" Partido Municipalista Renovador) e o Partido da República (PR, fundado em 2006 como uma fusão entre o PL e o PRONA, de Enéas Carneiro). Além destes, o Partido Social Cristão (PSC, fundado ainda em 1990) passou por um processo de colonização pelos "políticos de Cristo", de modo que atualmente boa parte de suas lideranças pertencem à Assembleia de Deus (como exemplo, dos treze deputados federais eleitos pelo partido em 2014, nove pertencem à bancada evangélica).

Na atual legislatura (2015-2019), trinta e quatro deputados da bancada evangélica (de um total de setenta e quatro) estão alocados no PRB, no PR e no PSC²³⁰. A despeito disso, os demais quarenta parlamentares estão espalhados em nada menos que vinte partidos, compreendendo todo o espectro ideológico e transcendendo o eixo governo-oposição.

Logo, o artifício de buscar a dispersão em vários partidos é perfeitamente racional, como o é a tática de manter siglas específicas sob permanente colonização. No segundo caso, a lógica leva a crer que as igrejas, tendo pelo menos alguns partidos sob controle, garantem plataformas permanentes para o lançamento de candidaturas, a despeito das eventuais adversidades que o ambiente político possa oferecer. Além disso, tais partidos podem ser mobilizados com maior facilidade e naturalmente operariam, sem resistências, como canais de divulgação da "palavra" em espaços privilegiados como o Horário Eleitoral Gratuito de Propaganda Eleitoral (em partidos tradicionais, discursos de caráter intrinsecamente confessionais ficariam, no máximo, restritos ao espaço individual concedido a candidatos associados às igrejas).

Em paralelo, alguma fragmentação ocorre também quando o filtro é a igreja a qual pertence cada deputado da bancada evangélica. Ainda que vinte e seis pertençam à Assembleia de Deus e doze à Igreja Universal do Reino de Deus, os demais trinta e seis parlamentares da atual bancada evangélica estão distribuídos em outras dezoito igrejas, inclusive em algumas oriundas do protestantismo tradicional. Logo, existem igrejas mais

²³⁰O PRB detém quinze parlamentares, ao passo que o PSC, como assinalamos, possui nove e no PR estão filiados sete deputados.

eficazes do que outras para a obtenção de mandatos, mas o segmento evangélico tem se feito representar em praticamente toda a sua diversidade no parlamento.

De igual modo, com exceção de Mato Grosso do Sul e Tocantins, todos os estados brasileiros enviaram representantes evangélicos à Câmara, o que demonstra a capilaridade social do grupo ao longo do território nacional:



Distribuição da bancada evangélica eleita em 2014 nos estados brasileiros

Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/bancada-evangelica-ganha-forca-inedita-no-congresso-4704350.html>

Diante de tamanha heterogeneidade, pareceria conveniente pôr em xeque a coesão da "bancada evangélica". Realmente, "a questão da existência de uma identidade entre os 'políticos de Cristo' é controversa e é pautada em um debate que se baseia em aspectos teológicos, históricos e também ideológicos" (BORGES, 2009, p. 159). No corpo de tal debate inserem-se inúmeros pesquisadores dispostos a relativizar a coesão dos evangélicos, devido, entre outros fatores, às diferentes abordagens doutrinárias de cada igreja, o que impactaria no posicionamento político dos parlamentares em comissões e em plenário.

Em trabalho que sintetiza a discussão e apresenta mensurações baseadas em elementos colhidos dos discursos de parlamentares evangélicos, Gonçalves chega a sugerir

que "não existe uma bancada evangélica, ou seja, algo que oriente estes deputados a votarem em bloco", já que "esta suposta unidade está sempre sobre forte ameaça e, em determinadas circunstâncias ela nem sequer existe, mesmo quando são tratados os temas caros ao segmento evangélico" (GONÇALVES, 2011a, p. 198).

Não obstante, incontáveis dados revelam que o comportamento dos parlamentares evangélicos, sobretudo recentemente, é consideravelmente concordante, e se não se pode utilizar o termo "bancada evangélica" (ou "bancada religiosa", se incluirmos os católicos) sem evadir-se de brechas conceituais, também é razoável inferir que o bloco funciona quando estão em questão temas relevantes para a moral defendida pelas igrejas:

Não se pode falar de um carisma institucional que determine votações em bloco, por parte de parlamentares pentecostais ou neopentecostais, a não ser em casos excepcionais, quando envolve questões de interesse das corporações a que pertencem, ou quando está em jogo o tipo de moralidade defendida pelas igrejas evangélicas, mais tolerantes do que a Igreja Católica no caso de métodos anticoncepcionais, mas se aproximando desta nos casos de oposição ao aborto e união civil de homossexuais (BAPTISTA, 2009, p. 211).

Ainda que se outorgue peso à discussão, importa para a presente tese a ideia de que os deputados federais evangélicos – formando ou não uma bancada no sentido pleno da expressão – atuam como um grupo de pressão, ao menos nos momentos em que os interesses das igrejas às quais pertencem estão em debate. Como qualquer grupo de pressão que opera na política, tais parlamentares possuem singularidades ideológicas (e, no caso, teológicas), reproduzindo também clivagens regionais e divergências em relação à participação ou não em postos administrativos de governos constituídos. Contudo, um ponto os une: a pauta doutrinário-religiosa, e, mais especificamente, a defesa dos "valores da família cristã".

O raciocínio de Leonildo Campos acerca das ações da IURD acorda com nossas afirmativas:

Nos parece que o grande foco de interesse da IURD está na Câmara Federal (sic), pois é nela que surgem temas e há Comissões que interessam muito de perto o império empresarial construído pela IURD. Na Câmara, esses 'Políticos de Cristo' procuram se integrar em comissões-chave, por meio das quais possam interferir como grupo parlamentar de pressão, de forma a defender os interesses da igreja (CAMPOS, 2003, p. 95).

O que parece, ademais, é que os "casos excepcionais" citados no excerto anterior de Baptista (2009) vêm se tornando cada vez menos excepcionais na pauta da Câmara dos Deputados, o que exige a ação mais recorrente do grupo de pressão que aqui denominamos,

para fins didáticos, como "bancada evangélica". Como insinuaremos adiante, repetidas vezes tem estado "em jogo o tipo de moralidade defendida pelas igrejas evangélicas", o que impele seus parlamentares a agirem conjuntamente no cenário do "choque de ortodoxias delineado por George (2013). Com efeito, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) foi Instituída ainda em 2003, e reitera, no *site* que mantém, que "A Frente foi criada por deputados do segmento evangélico filiados a partidos políticos de bandeiras antagônicas, mas unidos na defesa da ética, da vida humana, da família, da liberdade religiosa"²³¹.

Articulando-se também sob agrupamentos de parlamentares que voluntariamente se associam para a defesa de objetivos comuns ligados ao campo moral/religioso, a FPE soma-se à Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família (236 deputados)²³², à Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida (207 deputados e seis senadores)²³³ e, ocasionalmente, mesmo à Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (criada em 2015, que conta com 209 deputados e cinco senadores)²³⁴. Os números atraem a atenção: se a bancada evangélica possui 74 deputados federais e a Frente Parlamentar Católica 209, nada menos que 283 congressistas (55,1% do total de membros da Câmara) militam em organizações de identidades expressamente religiosas no seio do parlamento. Seria a "bancada religiosa".

A justificativa para a possível união de forças entre católicos e evangélicos (e também conservadores laicos) é explicitada por Cunha:

Mais recente é o forte tradicionalismo moral que tem marcado a atuação da Frente Parlamentar Evangélica, que trouxe para si o mandato da defesa da família e da moral cristã contra a plataforma dos movimentos feministas e de homossexuais e dos grupos de direitos humanos, valendo-se de alianças até mesmo com parlamentares católicos, diálogo historicamente impensável no campo eclesiástico. Este discurso tem um apelo que atinge não só evangélicos, mas também católicos e outros grupos sociais mais conservadores que nem são ligados à religião (CUNHA, 2015).

Como bandeira central de combate, os evangélicos, como se faz notar, ergueram o tema da "defesa da família", no interior do qual se inserem, além da salvaguarda de valores morais mais amplos, a oposição ao aborto e à expansão de direitos aos homossexuais. À luz do que se procurou demonstrar no segundo capítulo, estes elementos constituem princípios prezados pelo conservadorismo à brasileira, e estão bastante disseminados na sociedade. Em

²³¹Disponível em: <<http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/a-frente/sobre-a-fep>>. Acesso: 01 jun. 2015.

²³²Ver lista completa em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53466.asp>.

²³³Ver lista completa em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53465.asp>.

²³⁴Ver lista completa em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53496.asp>.

acréscimo, também o catolicismo os incorpora à sua ortodoxia moral. Talvez, é sob tamanho amparo que Silas Malafaia, pastor célebre pelos discursos inflamados contra o homossexualismo e o aborto, sintá-se à vontade para emitir advertências tão enfáticas a governos e políticos de cariz progressista:

Se um governante apoiar leis que privilegiam homossexuais em detrimento da sociedade, vamos cair em cima. Hoje, sou a maior barreira que existe para aprovarem a lei que criminaliza a homofobia. E, se abrir a boca para dizer que apoia o aborto, vai ficar feio também (MALAFAIA, 2008).

A demonstração de força evidencia a confiança que têm os evangélicos na capacidade de pressão exercida por seus representantes na arena política, pressão esta que de fato pode ser eventualmente levada adiante por quase metade dos membros da Câmara dos Deputados, pois a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família – a qual obviamente funciona, em grande medida, como instrumento de vazão para agendas morais simpáticas às igrejas – congrega consideráveis 236 deputados.

Não é sem respaldo, portanto, que Eduardo Cunha, evangélico e atual presidente da Câmara dos Deputados, afirma: "Não sou eu que não vou deixar a pauta progressista andar, não sou eu que sou conservador. A maioria da sociedade pensa conforme nós pensamos. É só deixar que a maioria seja exercida, e não a minoria" (CUNHA, 2015).

Manifestações alheias ao fenômeno da "direita envergonhada" de fato não são raras entre os membros da bancada evangélica. Antecipando a retórica ostensivamente conservadora que atualmente se verifica nos discursos de intelectuais, formadores de opinião e movimentos da sociedade civil, parte dos religiosos que fazem da crença o pilar de suas respectivas atividades políticas já se auto-declaravam conservadores desde a constituinte:

A posição do jornal sempre foi conservadora. Não há nenhum desdouro em ser conservador. A grande Margaret Thatcher não é conservadora? E não foi conservador o maior estadista que a Inglaterra produziu neste século, Winston Churchill? Não sei por que razão os conservadores têm medo de afirmar sua posição. Deixam-se intimidar pelas acusações de radicais que os chamam de retrógrados, de direitistas, de reacionários [...] O povo batista brasileiro é conservador e o jornal não poderia ser diferente (PEREIRA, 1988, p. 3).

A semente lançada pelo Jornal Batista germinou nos membros mais proeminentes da bancada evangélica que atua no parlamento brasileiro. Marco Feliciano, pastor e deputado federal que gerou intensos debates quando esteve à frente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, afirma:

O Brasil, na sua grande maioria, é conservador. Só que é feito de conservadores silenciosos. Talvez falte a eles oportunidade de ter vez e voz porque trabalham muito, porque têm que cuidar da sua família, porque não cuidam da vida dos outros. Como eles não têm tempo, não se envolvem. Mas as urnas provaram isso. Eu, Jair Bolsonaro, Celso Russomano, somos três políticos de ala conservadora que tiveram uma votação expressiva. O que falta no país hoje, e eu acho que as pessoas buscam isso, são políticos de posicionamento. O político não pode ser maria-vai-com-as-outras, não pode ficar em cima do muro e chutar com os dois pés, não pode ser um político-prostituto, que se vende. Tem que saber o que quer ser [...] (FELICIANO, 2015).

Além de sustentar a tese de que a maioria da população brasileira abraçaria o conservadorismo, o deputado argumenta que "os conservadores silenciosos" estariam finalmente se fazendo representar por meio de figuras como ele próprio, ao lado de Jair Bolsonaro e Celso Russomano²³⁵. Em sentido similar àquele que adotou-se ao longo deste capítulo, o parlamentar igualmente credita sua "votação expressiva" justamente à suposta conexão entre os anseios da população e os valores conservadores que defende, de modo que a existência dos "políticos de posicionamento", inclusive os conservadores, tornar-se-ia necessária para o cumprimento do princípio da representação.

Não é diferente a visão do deputado João Campos, líder da Frente Parlamentar Evangélica, que se assumindo abertamente como "conservador", justifica sua postura precisamente com a ideia de que "a maioria da sociedade é conservadora e a Casa [a Câmara dos Deputados] representa a sociedade" (CAMPOS, 2013). Para o mais, o já citado pastor Silas Malafaia salienta que "A sociedade brasileira é conservadora, 90% da população é cristã. Você não muda essas coisas da noite para o dia" (MALAFAIA, 2015).

No bojo desta sorte de raciocínio, o Partido Social Cristão (PSC) – o qual, como se sublinhou, tem nos evangélicos o núcleo duro de seus militantes e apresentou Pastor Everaldo como seu candidato para as eleições presidenciais de 2014 – veiculou, em 28 de maio de 2015, a peça publicitária contendo o discurso mais ostensivamente direitista que cremos ter sido exibido por qualquer partido político brasileiro desde a redemocratização. Em seu Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral que foi transmitido em rede nacional, o partido reproduziu uma entrevista de seu presidente, Vitor Nösseis, na qual constaram declarações como as que seguem:

Entrevistador: O senhor se refere ao que aconteceu no Brasil em 1964 como uma revolução, e não como um golpe. É essa a compreensão do partido?

²³⁵Russomano é outro evangélico de renome que atua na arena política. Obteve notoriedade ao apresentar um programa televisivo no estado de São Paulo, e esteve próximo de vencer as eleições para a prefeitura da capital daquela unidade da federação em 2012. A figura de Jair Bolsonaro, que não é evangélico, guarda estreita relação com a "bancada da bala", e será analisada mais detidamente a seguir.

Nósseis: O país não tinha outra alternativa senão fazer a revolução contra Jango naquele momento. [...] Houve sim uma orientação no sentido de não se deixar que o Brasil se tornasse uma república comunista. [...]. E se fosse o contrário? E se eles [os comunistas] tivessem ganho essa revolução? Certamente nós todos estaríamos no paredão. Você não se iluda. Se houve algum desvio na época militar, e pode ter havido, foi cem mil vezes menor do que o que está acontecendo agora: o governo socialista do 'seu' Lula e da 'dona' Dilma.

Entrevistador: 2015 é igual 64?

Nósseis: Tem alguma coisa parecida sim...

Entrevistador: O PSC e o senhor seriam favoráveis, mesmo que momentaneamente, a uma intervenção militar, como alguns grupos têm pedido?

Nósseis: Nós temos que nos preparar. [...] Nós temos que ter Forças Armadas fortes [...] para nos defender. Eu acho o Feliciano um deputado muito valoroso. Ele conseguiu alavancar o partido, conseguiu demonstrar algumas posições do partido.

Entrevistador: O *slogan* do partido é "o Ser Humano em primeiro lugar". Não parece contraditório que um partido que use este *slogan*, por exemplo, ponha barreiras à aprovação dos direitos civis aos casais homossexuais?

Nósseis: O homossexualismo está aí desde tempos imemoriais. Agora, o que eu sou contra, é você fazer lobby disso, é você fazer propaganda favorável dentro das escolas, é você incentivar através dos meios de comunicação as crianças [a aprovarem o homossexualismo] (PSC, 2015).

Uma vez que semelhantes declarações vêm ganhando algum volume entre os membros da bancada evangélica e entre pastores que, como Malafaia, inegavelmente compõem a elite deste ramo político, supõe-se que a seleção aqui proposta seja suficiente para sugerir que foi consumado o primeiro passo para a superação da "negação petrina" (qual seja, o público auto-posicionamento junto ao conservadorismo) entre os "políticos de Cristo".

No entanto, é possível que a superação da "direita envergonhada" esteja em um estágio mais avançado de processamento por parte da bancada evangélica justamente porque seus apelos se expandem para além das esferas que caracterizam a "guerra cultural". Com efeito, a ação dos evangélicos é efetivamente política, de modo que a preocupação com a preservação dos "valores da família", longe de figurar apenas no teor da pregação que ordena os "cultos" religiosos, penetra no horário eleitoral, na tribuna do Congresso e já se faz sentir nas políticas públicas. A exemplo dos neoconservadores norte-americanos – os quais, como se procurou demonstrar, organizaram-se paulatinamente até a obtenção de protagonismo no Partido Republicano e na formulação das iniciativas de governos –, os parlamentares evangélicos brasileiros inequivocamente tornaram-se *players* ativos no processo legislativo do Brasil. Talvez por isso, há quem outorgue à bancada o título de "nova direita brasileira" (COWAN, 2014).

Visto que a atividade do grupo é vasta e compreende dilatado espaço de tempo, convém, para os fins da presente tese, examinar brevemente algumas das mais emblemáticas facetas do influxo evangélico na realidade política brasileira, destacando, ademais, sua capacidade de moldar políticas que interferem na vida cotidiana dos cidadãos.

Primeiramente, importa examinarmos o comportamento dos atores políticos evangélicos durante o episódio que ficou popularmente conhecido como "*Kit Gay*". O projeto, oficialmente denominado "Escola sem Homofobia", fora formulado pelo governo federal em 2011, objetivando forjar "ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro" (ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2013, p. 9). A operacionalização ocorreria mediante parceria entre o Ministério da Educação e ONG's nacionais (ECOS – Comunicação em Sexualidade, Replotina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva, ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e internacionais (GALE – *Global Alliance for LGBT Education*), consistindo na distribuição de um *Kit* voltado à educação de jovens matriculados nas escolas públicas (uma cartilha de 125 páginas precisamente intitulada "Escola sem Homofobia", uma série de seis boletins, três vídeos acompanhados de orientações para professores, um cartaz de divulgação e uma carta de apresentação).

Valendo-se de um vocabulário obviamente bastante militante e simpático às bandeiras dos movimentos homossexuais, os vídeos embutidos no *Kit* foram os itens que mais despertaram controvérsia no seio de setores conservadores da sociedade e das elites políticas. O primeiro filme, "Probabilidade", apresenta o tema do bissexualismo sob a ótica de um jovem (Leonardo) que sente atração por outro (Rafael) quando fixa residência em uma nova cidade. Já que Leonardo mantivera relacionamentos heterossexuais no passado e que uma garota passa a flertar com ele na nova escola, o protagonista inicialmente sente-se confuso, mas logo conclui que a atração por ambos os sexos, antes de ser problemática, lhe ofertaria "50% mais probabilidades de encontrar alguém por quem sentisse atração". No segundo filme, "Torpedo", apresenta-se uma dupla de mulheres e as dificuldades que enfrentam na vida social (e na escola em particular) devido à relação amorosa que mantém. As duas decidem enfrentar a situação, declarando-se como namoradas em pleno saguão da escola. O terceiro filme intitula-se "Encontrando Bianca", e retrata um garoto que se sente como uma mulher. O protagonista narra a estigmatização que teria sofrido ao longo da vida

e os constrangimentos que encara quando é impedido de usar o banheiro feminino da escola e quando os professores não lhe chamam pelo nome de Bianca, com o qual se identifica.

A reação dos parlamentares evangélicos foi imediata. A bancada inicialmente protocolou requerimento para avaliar o material antes que ocorresse sua distribuição às escolas. O ainda líder da bancada, João Campos, à época justificava a iniciativa:

Houve um momento em que o Ministério da Saúde editou uma cartilha para prevenir doenças sexualmente transmissíveis e a cartilha era uma apologia ao sexo livre, uma cartilha inteiramente pornográfica. [...] Em função desses precedentes é que estamos nos prevenindo. Queremos saber quem elaborou o kit, qual foi a rubrica que pagou, quais os dados que o Ministério da Educação tem para editar este material. [...] Estamos requerendo as informações para poder fazer essa avaliação. Primeiro: se o material proposto está dentro de uma visão pedagógica, dentro daquilo que foi anunciado, se é tão somente para prevenir a homofobia ou se vai além disso, fazendo apologia ao homossexualismo, induzindo à prática homossexual (CAMPOS, 2011).

Diante das repercussões que o tópico gerou na imprensa, no Congresso Nacional e na sociedade, os evangélicos promoveram encarniçada campanha contra o *Kit*, mobilizando suas bases em protestos de rua, como aqueles que se consumaram na "Marcha para Jesus"²³⁶ de 2011. Líder de uma das marchas, o pastor Cirino Ferro denunciou o projeto do governo como uma tentativa de "imposição que chega sem consultas prévias à sociedade, induzindo nossos filhos a aderir a coisas com as quais não concordamos" (FERRO, 2011).

Já no âmbito do Congresso Nacional, a bancada evangélica, como típico grupo de pressão, valeu-se de uma manobra política para impedir que o projeto fosse adiante. Considerando que o então ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, estava sob forte intimidação em decorrência de denúncias envolvendo o crescimento desproporcional de seu patrimônio pessoal, a bancada ameaça convocar o ministro para prestar esclarecimentos à Câmara dos Deputados. Como corolário, o grupo garantiu ser capaz de obstruir a pauta de votações em plenário até que o governo recuasse, e encaminhou um pedido de composição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e de exoneração do ministro da Educação, Fernando Haddad, por julgar que o material do "*Kit gay*" violaria princípios constitucionais e afrontaria as famílias brasileiras (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011).

Três dias depois que as ameaças de retaliação promovidas pelos evangélicos vieram à luz, o governo petista, acuado, decide cancelar a distribuição do material. Em uma

²³⁶ O evento ocorre anualmente, atraindo multidões por todo o país. É promovido por diversas igrejas evangélicas a fim de expor a fé publicamente e protestar contra iniciativas que contrariam os valores do cristianismo.

declaração que denota a fragorosa derrota do governo e o real poder da bancada, Gilberto Carvalho, então ministro da Secretaria-Geral da República, admitiu que "seria prudente não editar esse material que estava sendo preparado no MEC e a presidente Dilma Rousseff decidiu pela suspensão desse material, assim como o vídeo que estava sendo preparado por uma ONG", adicionando que doravante qualquer conteúdo que verse sobre costumes sociais "será feito a partir de uma consulta mais ampla à sociedade" (CARVALHO, 2011).

Ainda no terreno da expansão de direitos aos indivíduos que se enquadrariam na categoria LGBT, a bancada evangélica mostrou constituir-se em uma das principais barreiras à aprovação do projeto de lei nº 122/06, o qual pretende equiparar a "homofobia" (discriminação contra homossexuais) ao racismo, o que caracterizaria aqueles que a praticam como responsáveis por crime imprescritível e inafiançável. Os evangélicos, além de manifestarem sua contrariedade nas comissões da Câmara, passaram a difundir volumosas críticas ao projeto nos meios de comunicação, e promoveram um abaixo-assinado que somou um milhão de assinaturas. A fim de celebrar o feito, lideranças entregaram o documento à presidência do Senado em 01 de junho de 2011, e, na mesma data, mobilizaram 25 mil pessoas em uma manifestação diante do Congresso a fim de pressionar o parlamento e atrair a atenção da opinião pública (CASTRO, 2011b).

Passados cerca de vinte dias, na Marcha para Jesus, em São Paulo, Silas Malafaia, diante de pelo menos um milhão de pessoas²³⁷, emitiu seu parecer sobre o projeto de lei:

O STF rasgou a Constituição que, no artigo 226, parágrafo 3º, diz claramente que união estável é entre um homem do gênero masculino e uma mulher do gênero feminino. União homossexual uma vírgula. [...]. Ninguém aqui vai pagar de otário, de crente, não. Se for contra a família não vai ter o nosso voto [...] Eles querem aprovar uma lei para dizer que a Bíblia é um livro homofóbico e botar uma mordada em nossa boca. Se aprovarem o PL 122 no mesmo dia, na mesma hora, tudo quando é pastor vai pregar contra a prática homossexual. Quero ver onde vai ter cadeia para botar tanto pastor (MALAFAIA, 2011).

Na senda deste raciocínio, Magno Malta, senador pertencente à bancada evangélica, considera que

O projeto de lei 122, que concede vários privilégios aos homossexuais é uma aberração [...]. O tão exclamado preconceito vem da minoria na ostensiva e agressiva luta para mudar os costumes. Tentaram até implantar nas escolas uma cartilha impregnada de apologia ao homossexualismo, que pela força da Presidente da República, nasceu morta. Agora, o Senado Federal tem o dever de sepultar de vez o projeto de lei 122 [...]. A defesa da ética, da moral e dos bons costumes virou

²³⁷ Conforme <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/marcha+para+jesus+vira+ato+contra+u-niao+hom-oafeti-va/n1597044443203.html>>.

uma luta que atravessa a fronteira da religião e chega ao coração das famílias brasileiras. Religião é religião, família é família, o debate é maior, trata-se de preservar o que tem de mais importante na sociedade, a chamada instituição universal e sagrada. É dever de todos os homens de bem pensar no futuro do país formado por uma geração forte e saudável (MALTA, 2011).

Mas os discursos em defesa "da ética, da moral e dos bons costumes" não se restringem aos palanques, e cristalizam-se na prática. A bancada evangélica, com o apoio de congressistas católicos e das frentes parlamentares em defesa da família, valeu-se de todos os instrumentos possíveis para fulminar o projeto no cotidiano do Legislativo. O golpe final foi desferido pelo senador evangélico Eduardo Lopes, que viu acatado seu requerimento de apensamento da matéria com 29 votos favoráveis e 12 contrários. Finalmente, o projeto foi arquivado ao final da 54ª Legislatura (2011-2015) devido à expiração do prazo regimental, que faculta oito anos para que um projeto seja votado. À semelhança do que acontecera com o "Kit Gay", a bancada evangélica (ou "religiosa", se somarmos os católicos militantes) exerce com êxito seus mecanismos de pressão para frear agendas progressistas e defender aqueles que seriam, sob sua ótica, os valores cristãos presentes na sociedade brasileira.

A fim de exemplificar, dentre tantos casos, aqueles que se mostram mais simbólicos no que tange à demonstração de poder e à ostensiva ação dos religiosos no parlamento, importa referirmos um episódio ocorrido em 10 de junho de 2015. Contrariados com manifestantes que haviam simulado a crucificação de Cristo – substituindo Jesus por um transexual e a sigla "INRI" por "LGBT", além de terem protagonizado cenas de sexo em público durante a "Parada Gay" de São Paulo ocorrida poucos dias antes –, os evangélicos, em conjunto com deputados da bancada católica, entraram em grupo no plenário da Câmara rezando o Pai-Nosso a plenos pulmões e exibindo imagens colhidas na "Parada":



Protesto de parlamentares religiosos na Câmara dos Deputados (11/06/2015)

Fonte: <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil247/184589/Bancada-evangélica-agride-Estado-laico-na-Câmara.htm>

Ademais, os deputados bradaram reiteradamente o lema "Viva Jesus Cristo", e distribuíram *folders* que denunciavam a aplicação de recursos públicos para subsidiar manifestações homossexuais. A sessão foi temporariamente interrompida, e, em seguida, o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, João Campos, leu da tribuna a nota de repúdio formulada pelo grupo, a qual continha o seguinte trecho (a nota foi assinada também pelo presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, Alan Rick – PRB/AC – e pelo deputado Givaldo Carimbão – PROS-AL –, que preside a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana):

Os ativistas do movimento LGBT cometerem crime de profanação contra símbolo religioso, ferindo a todos os cristãos ao usarem uma pessoa pregada na cruz, utilizando símbolos do cristianismo de forma escandalosa, zombando e ridicularizando o sacrifício de Jesus (PORTAL G1, 2015).



Folder distribuído pelos deputados religiosos na Câmara dos Deputados (11/06/2015)

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/deputados-evangelicos-e-catolicos-fazem-ato-contraparada-gay.html>

O deputado Rogério Rosso (PDT/DF), que havia protocolado um projeto de lei cujo objetivo é transformar em crime hediondo a discriminação às religiões e a profanação de seus símbolos (atitudes que os evangélicos ordinariamente classificam como "cristofobia"), argumentou da tribuna que os ativistas do movimento homossexual estariam "fazendo o que ninguém imaginava, que é unir todas as religiões" (ROSSO, 2015). Por fim, os deputados, liderados por Anderson Ferreira (PR/PE), endereçaram ao Procurador-Geral da República

uma representação contra os organizadores da "Parada Gay", acusando-os de serem "responsáveis pelo escárnio e vilipêndio da imagem do Senhor Jesus Cristo e da Cruz, pela disseminação de ódio e intolerância religiosa durante o evento" (FERREIRA, 2015).

Mas a guerra política empreendida pelos religiosos no Congresso Nacional contempla outro elemento caro ao conservadorismo à brasileira: a ojeriza ao aborto. Se o homossexualismo talvez não seja vislumbrado pelo grosso da população com o mesmo grau de repulsa a ele outorgado pelos evangélicos (embora, como vimos por meio dos *surveys* apresentados no segundo capítulo, comportamentos sexuais menos heterodoxos tendam a atrair ressalvas amplas), o aborto é francamente repudiado pela grande maioria dos brasileiros.

Seja pela ciência desse fato (e conseqüentemente, pelo capital eleitoral que pode gerar), seja pelo estrito zelo à doutrina religiosa, a verdade é que a bancada evangélica tem atuado como protagonista nos movimentos de contenção de legislações menos restritivas ao aborto que transitam no Congresso Nacional. Segundo pesquisa que realizamos nos anais da Câmara dos Deputados, desde o ano 2000 foram protocolados nada menos que setenta e oito (78) projetos de lei, decretos legislativos, emendas constitucionais e requerimentos voltados à coibição do aborto, ao recrudescimento da lei para os casos em que a prática já é permitida e/ou a pedidos de esclarecimentos por parte de autoridades públicas envolvidas com o tema (a lista completa, com autoria e ementa, está disponível no anexo 1). Como seria previsível, todas as iniciativas partiram de evangélicos ou de parlamentares pertencentes às bancadas a eles relacionadas.

Os projetos guardam estreito vínculo com a pauta das igrejas, e atacam em múltiplas frentes: no aumento da pena para gestantes que praticam o aborto e para aqueles que as auxiliam (por exemplo, o PL-3207/2008, de autoria de Miguel Martini – PHS/MG), na conversão do aborto em crime hediondo no Código Penal (como o PL-7443/2006, de Eduardo Cunha – PMDB/RJ – e o PL-5058/2005, de Osmânio Pereira – PTB/MG), na proposta de obrigatoriedade do registro público da gravidez "para reduzir a prática ilícita do aborto" (PL-7022/2010, de iniciativa do deputado Rodovalho PP/DF), nos pedidos de criação de CPI "para investigar o aborto clandestino" (RCP-9/2008, de Luiz Bassuma – PT/BA), na proibição da comercialização de métodos contraceptivos considerados abortivos (como a "pílula do dia seguinte", conforme dispõe o PL-5376/2005, de Marcelo Serafim – PSB/AM), na pretensão de se inserir na Constituição da República a ideia de que "a vida do

nascituro se inicia com a concepção" (PEC-571/2002, de Paulo Lima – PMDB/SP) e na convocação de ministros para esclarecer políticas públicas que interfiram no aborto no país (RIC-750/2007, de Marcelo Serafim – PSB/AM e RIC-2563/2005, de Durval Orlato – PT/SP).

O levantamento revela que as iniciativas extrapolam a clivagem governo-oposição e o *continuum* ideológico dos partidos políticos, visto que parlamentares de todas as vertentes somam-se no enfrentamento ao aborto em nome de concepções religiosas e de lealdades confessionais que estão acima da conjuntura política "profana". Para o mais, muitos dos projetos partiram de iniciativas de parlamentares católicos, o que evidencia que a bancada evangélica não está só. Ainda que boa parte das proposições não tenha sido de fato acatada pelo aparato legal do Estado, convém realçar que a prática do aborto, a despeito de tentativas oriundas de parlamentares progressistas e de movimentos sociais, continua sendo alvo de consideráveis restrições por parte da lei brasileira. Não fosse a ação dos religiosos, a realidade provavelmente seria outra.

O comportamento dos religiosos na Câmara dos Deputados parece estar alinhado à "tese da ameaça" analisada por Hirschman (1992). Na obra *A Retórica da Intransigência*, o autor argumenta que os conservadores não raro sustentam que o ônus/custo de certas reformas é demasiado alto, e "coloca em perigo outra preciosa realização anterior" (idem, p. 15). No caso do comportamento dos parlamentares citados até aqui, parece claro que questões como a ampliação dos direitos dos homossexuais e a legalização do aborto são encaradas como custos elevados, que põem em xeque realizações "preciosas" já cristalizadas na sociedade: "a família tradicional" e "a moral cristã". Se tais agendas ameaçariam os valores nos quais os religiosos depositam sua crença mais cara, a "tese da ameaça" fica ainda mais visível quando se percebe que agrupamentos parlamentares como a bancada evangélica, a bancada católica e a bancada da família, pelo peso político que representam, enfrentam governos e facções rivais com ameaças literais, que vão do trancamento das votações à abertura de processos políticos ou judiciais e à incitação da opinião pública para direcionar resultados eleitorais (como no caso da pressão sobre os candidatos presidenciais em face do aborto, em 2010, conforme se demonstrou no segundo capítulo).

Não obstante, julgamos que seria no mínimo imprudente considerar que os evangélicos e outros grupos parlamentares de inspiração religiosa estejam a lapidar uma espécie de "projeto de poder" no Brasil contemporâneo. Embora o prestígio político e social

dos religiosos seja realmente expressivo, preferimos aventar que se trata de um grupo de pressão, que como tantos outros, visa defender interesses que lhes são respeitáveis valendo-se de todas as armas disponíveis. Conforme salientam Lopes e Vital, a bancada evangélica e suas congêneres caracterizam-se tão somente pela

Capacidade de recolocar/reorientar temas que estão em curso no Congresso Nacional; capacidade de amplificar seus argumentos e os difundirem no meio religioso e fora dele, obtendo em ambos muitas adesões; capacidade de pautar a agenda pública através da mídia e da articulação com ministérios e secretarias (LOPES e VITAL, 2012, p. 178).

Logo, a ideia de que os parlamentares religiosos acalentariam o inconfessável interesse de fulminar as bases democráticas vigentes, substituindo-as por uma "crístocracia" algo teocrática, supomos, guarda pouca relação com a realidade. Os dados nos levam a crer, pelo contrário, que a ação desta elite política condiz mais com a tentativa de representar facetas do conservadorismo à brasileira no Congresso Nacional, freando agendas desejadas por outros setores da sociedade nos espaços políticos formais e no âmbito vasto que possa conter o conceito de cultura.

Contudo, nota-se que outra corrente estaria a proceder de modo análogo, mas voltando-se à instrumentalização política do conservadorismo à brasileira em sua dimensão laica: a "bancada da bala".

4.3.2 A "bancada da bala" e os apelos do conservadorismo à brasileira

Vimos, no segundo capítulo, que valores que poderiam ser conectados com o conservadorismo à brasileira englobam elementos morais (como a valorização da religiosidade e a oposição a condutas sexuais heterodoxas e ao aborto) e sócio-políticos (como a valorização de instituições tradicionais e da hierarquia, bem como do estatismo e da rígida punição aos criminosos). Se o primeiro rol de princípios vem sendo instrumentalizado politicamente por bancadas parlamentares ligadas a igrejas cristãs, o segundo, especialmente no que diz respeito ao combate à criminalidade, vem pautando a ação de parlamentares agrupados na chamada "bancada da bala", inspirando o viés laico do conservadorismo brasileiro.

De fato, ciente da importância do tema para a população brasileira, a legislatura eleita em 2014 para a Câmara dos Deputados rapidamente formalizou a criação de uma bancada dedicada exclusivamente à formulação de políticas voltadas à segurança: a Frente

Parlamentar da Segurança Pública, que congrega nada menos que 287 parlamentares²³⁸. Contudo, seria prematuro assegurar que todos esses deputados estejam alinhados com concepções próximas ao conservadorismo à brasileira:

A bancada da segurança pública em sentido amplo, que inclui tanto os defensores da legislação educativa e preventiva para proteger a vida quanto aqueles que representam os interesses da indústria armamentista e também os adeptos de punição severa para casos de violência, é muito representativa [...]. Entretanto, pelo menos 22 nomes desse grupo, tem como prioridade a redução da maioria penal, a permissão de porte de arma, o fim das penas alternativas, a modificação do Estatuto do Desarmamento e também do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre os defensores de maior rigor no enfrentamento à violência, inclusive a praticada por menores, há aqueles que compõem o grupo conhecido como bancada da bala, com destaque para os deputados Delegado Waldir (PSDB-GO), Eder Mauro (PSD-PA), Fraga (DEM-DF) e Jair Bolsonaro (PTB-RJ) (DIAP, 2014, p. 135).

Com efeito, a intensidade do problema da (in)segurança pública no Brasil – especialmente nas grandes cidades – é preocupante o suficiente para atrair uma plêiade de parlamentares interessados em trabalhar por melhorias ou simplesmente buscar incremento de capital político. Logo, não seria razoável concluir que os 287 parlamentares (55,9% de todos os membros da Câmara) pertencentes à Frente Parlamentar da Segurança Pública fossem militares e policiais (ou militares da reserva e policiais aposentados) ativistas de causas como a redução da maioria penal e a revogação do estatuto do desarmamento.

Porém, conforme assegura o DIAP, haveria um núcleo-duro de vinte e um (21) deputados que se enquadram justamente nesse perfil, compondo a chamada "bancada da bala" (ou "bancada policial"). Embora o portal oficial da Câmara dos Deputados na *internet* insira no grupo vinte (20) parlamentares²³⁹, importa-nos o fato de que parece estar em processo de alavancagem a agenda voltada ao recrudescimento da lei penal, à repressão à criminalidade e à valorização das instituições ligadas à manutenção da ordem. Além disso, as duas dezenas de parlamentares que comporiam a alma da bancada tendem a contar com o suporte dos deputados que formam a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa, criada em dezembro de 2012 e que então agregava nada menos que 202 parlamentares²⁴⁰.

²³⁸ Ver lista completa em: <<http://www.camara.gov.br/internet/deputado/frentes.asp>>. É certo que parlamentares irmanados por interesses similares já atuavam em legislaturas passadas. Contudo, foi a partir do Congresso eleito em 2014 que se formalizou uma Frente Parlamentar e que o tema passou a exercer mais influxo na mídia e na opinião pública.

²³⁹Ver <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475579-NOVA-BANCADA-DA-SEGURANCA-DEFENDERA-TEMAS-COMO-REDUCAO-DA-M-AIORIDADE-PENAL.html>>.

²⁴⁰Ver lista completa em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53423.asp>.

Partindo de constatações genéricas – como a de que "vamos trabalhar de forma suprapartidária para melhorar a segurança pública" –, deputados do escol de Major Olímpio Gomes (PDT/SP) afirmam que "só em São Paulo, familiares e amigos de policiais podem formar um grupo de mais de 1,6 milhão de eleitores. Os grupos religiosos se juntam, os sindicalistas se juntam, os empresários se juntam; os policiais estão fazendo a mesma coisa" (GOMES, 2014). Assim, à semelhança do que ocorre com os pastores que migram dos "cultos" para o plenário, policiais e militares se convertem em deputados a fim de labutar pela preservação de valores/interesses comuns, freando pautas ordinariamente suscitadas por grupos de direitos humanos (e progressistas de um modo geral). Assim, o *modus operandi* da bancada da bala igualmente permite-nos considerá-la como um autêntico grupo de pressão que se instalou no interior do Congresso Nacional.

Ademais, o primeiro passo para a superação da "direita envergonhada" – qual seja, o voluntário e explícito auto-posicionamento ao campo político da direita – parece ter sido efetivado pelos membros mais proeminentes da bancada da bala. Referindo-se ao debate em torno da revogação do Estatuto do Desarmamento, o deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC) afirma:

Ano passado tínhamos um equilíbrio de opiniões contrárias e a favor na comissão, apesar de, na minha visão, ele ter se mostrado mais voltado para a revogação. Acho que agora o ambiente será ainda mais favorável, com a Câmara dos Deputados mais conservadora, mais próxima da direita (MENDONÇA, 2015).

De igual modo, Delegado Eder Mauro (PSD-PA) assegura que "Serei a voz da direita do povo de Belém em Brasília para apresentar projetos que possam dar um basta nesses vagabundos [os criminosos]" (MAURO, 2014), ao passo que o deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ), um dos mais enfáticos parlamentares da bancada da bala, é sobremaneira conhecido, por exemplo, por defender o regime militar e combater acidamente as esquerdas. Ex-capitão do Exército e deputado federal mais votado no Rio de Janeiro em 2014, Bolsonaro, adiantando seus planos de concorrer à Presidência da República, sublinha: "Sou de direita mesmo e não tenho vergonha de dizer. Vou disputar o Planalto. Se meu partido não me apoiar, mudo de legenda para concorrer. [...] É uma candidatura de direita, sem vergonha" (BOLSONARO, 2014).

Embora não tenha logrado êxito em concorrer ao cargo máximo do país na eleição de 2014, Bolsonaro já explicitou sua plataforma para 2018 abertamente, evidenciando algumas das bandeiras de combate da bancada da bala (e mesmo da bancada evangélica):

Meu nome, sem qualquer dúvida, encarna o sentimento daqueles que não suportam mais: o PT e demais partidos de esquerda; a desvalorização das Forças Armadas; o "politicamente correto"; a altíssima carga tributária; a política externa aliada com ditaduras; o ativismo gay nas escolas; o desarmamento dos cidadãos de bem; a não redução da maioria penal; o não reconhecimento da vital importância dos ruralistas e do agronegócio no desenvolvimento do País; a política de destruição de valores morais e familiares nas escolas; a ausência da pena de morte, prisão perpétua e trabalhos forçados para presos (ainda que consideradas cláusulas pétreas na Constituição); a manutenção do exame de ordem da OAB, nas condições atuais; as cotas raciais, que estimulam o ódio entre brasileiros e que, em muitos casos, são injustas entre os próprios cotistas; a Comissão Nacional da (in)Verdade, que glorifica terroristas, sequestradores e marginais que tentaram implantar, pelas armas, a ditadura do proletariado em nosso país; o Marco Civil da Internet, cuja regulamentação por decreto, inicia a censura virtual; o "Foro de São Paulo" onde ditadores e simpatizantes se acoitam por uma hegemonia marxista na América Latina; a liberação de recursos pelo BNDES para construir Porto em Cuba e metrô na Venezuela, assim como perdões de dívidas de ditadores africanos; as escolas com professores desprovidos de meios para exercerem sua autoridade; a ajuda financeira de mais de R\$ 1 bilhão por ano à ditadura cubana via contratação de mão de obra escrava pelo programa "mais médicos"; os programas "Bolsa Família" como curral eleitoral e "Brasil Carinhoso" que estimula a paternidade irresponsável; o Ministério da Defesa chefiado por incompetente civil como se não houvesse um oficial-general de quatro estrelas qualificado e confiável para o cargo; o Código Penal que não garante punições justas para os criminosos; a invasão e ocupação de terras e prédios públicos e privados por movimentos ditos sociais, sem legislação eficaz que puna tais práticas; a obstrução de vias públicas e queima de ônibus por qualquer motivação; a priorização na política de direitos humanos para criminosos em detrimento das vítimas, dos policiais e dos cidadãos de bem (BOLSONARO, 2015).

A longa retórica bem exemplifica muitos dos apelos acalentados pelo conservadorismo à brasileira e de fato faz juz a uma postura política de direita desprovida da vergonha ou de cacoetes advindos da negação petrina. Para além da evocação de princípios que adornam os discursos das bancadas religiosas (como as censuras ao "ativismo gay" e à "a política de destruição de valores morais e familiares nas escolas"), o deputado vai à carga contra "a não redução da maioria penal", "a ausência da pena de morte, prisão perpétua e trabalhos forçados para presos", "a Comissão Nacional da (in)Verdade, que glorifica terroristas, sequestradores e marginais que tentaram implantar, pelas armas, a ditadura do proletariado em nosso país²⁴¹" e "a priorização na política de direitos humanos para criminosos em detrimento das vítimas, dos policiais e dos cidadãos de bem", em uma plêiade de elementos que certamente poderiam ser arrolados pela íntegra da bancada da bala na tribuna da Câmara dos Deputados.

Com efeito, a bancada faz-se representante daquela parcela da sociedade que manifesta franca inflexibilidade diante dos criminosos e outorga grande prestígio às Forças Armadas e instituições análogas. Em face disso, os parlamentares da bancada da bala

²⁴¹O deputado refere-se à Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012 pelo governo federal a fim de investigar os crimes cometidos por agentes do Estado durante o regime militar.

protocolam projetos que visam, por exemplo, a proteção dos agentes policiais, a facilitação do porte de armas para os civis e a redução da maioria penal.

No primeiro caso, pode-se enquadrar o Projeto de Lei nº 19/2015, de iniciativa do deputado federal Leonardo Picciani (PMDB-RJ). O projeto contou com inúmeras emendas dos parlamentares da bancada da bala e foi aprovado pelo Senado Federal em 11 de junho de 2015, encaminhando-se à sanção presidencial. De acordo com o texto, torna-se crime hedendo o assassinato de policiais ou integrantes das Forças Armadas e do Sistema Prisional quando estes estiverem no exercício da função ou forem assassinados devido ao cargo que ocupam. A proposta anteriormente recebeu a deliberação da Câmara sob forte pressão de deputados das bancadas da bala e evangélica, que permaneceram em pé, ao lado do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), durante praticamente toda a sessão. Como prova de que as duas bancadas estão unidas em algumas pautas, a relatoria na Câmara coube justamente ao deputado João Campos, líder da Frente Parlamentar Evangélica.

Para além da proteção das instituições ligadas à ordem, a facilitação da posse e comercialização de armas de fogo é patrocinada pela bancada da bala com igual veemência. Nesse sentido, o PL nº 3722/2012, de autoria do já referido deputado Rogério Peninha Mendonça, prevê, em última análise, a extinção do Estatuto do Desarmamento, aumentando de seis para nove o número de armas legais por cidadão, abolindo testes cíclicos voltados à comprovação da aptidão técnica para o manuseio de armas, promovendo o aumento da quantidade de munição permitida por pessoa (de 50 para 600 projéteis a serem comprados por indivíduo/ano) e a redução da idade mínima exigida para a obtenção do porte: de 25 para 21 anos. O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), um dos apoiadores do projeto, argumenta que o referendo que consultou a população sobre a questão em 2005 gerou uma resposta clara, que deveria ser respeitada pelo governo: "Quero falar um pouco de vida real. [...] Porque nunca antes 60 milhões de brasileiros demonstraram na urna, claramente, a sua vontade – que tem sido negada pelo atual governo, de maneira peremptória" (LORENZONI, 2014).

No entanto, a bancada da bala vai além de propor dispositivos que preservam os policiais e ampliam a capacidade de compra de armamentos por parte da população. Guardando intrínseca associação com preceitos do conservadorismo à brasileira, os deputados daquele agrupamento parlamentar investem também contra a legislação que disciplina a maioria penal. Se, como vimos no segundo capítulo, expressivas parcelas da

sociedade brasileira tendem a ver com bons olhos o recrudescimento da lei penal e a diminuição da idade a partir da qual os cidadãos passam a responder por seus atos delituosos como adultos, a bancada da bala lidera iniciativas para reduzir a maioria penal.

Assim, em 07 de abril de 2015, a presidência da Câmara dos Deputados, após intenso *lobby* promovido pela bancada da bala, constituiu comissão especial para debater o assunto. De fato, pesquisa por nós realizada nos anais daquela casa legislativa revela que, apenas no ano de 2015, quatorze projetos de lei, emendas constitucionais ou requerimentos foram protocolados por membros da bancada da bala a fim de promover a redução da maioria penal de dezoito para dezesseis anos ou endurecer a aplicação de medidas de restrição de liberdade para adolescentes.

Na justificativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2015, pode-se ler:

Segundo enquetes e pesquisas realizadas pelo Instituto DataSenado entre os anos de 2007 e 2015, mais de 80% dos entrevistados são a favor da redução da maioria penal. Mais de 30% acreditam que 16 anos é a idade mínima para que um indivíduo seja considerado penalmente imputável, isto é, que possa ser julgado pela prática de crime, seja como autor ou partícipe. Mais de 15% querem reduzir a maioria penal para 14 anos de idade, e 16% defendem 12 anos. [...] As leis no Brasil precisam acompanhar a realidade dos fatos e se atualizar com eficiência. O Código Civil já reduziu a maioria civil de 21 para 18 anos, igualando-a com a idade de imputabilidade penal. Já está passando da hora de dar mais um passo. [...] É inegável que o cidadão de dessa idade está plenamente preparado e amadurecido para a maioria civil e penal, e, portanto, para conquistar a vida adulta, com seus direitos e responsabilidades. É evidente que todos devem ter a consciência de se submeter às obrigações previstas nas leis, suportando as sanções decorrentes de sua transgressão²⁴².

Nota-se, portanto, que o autor (Gonzaga Patriota – PSB/PE) valeu-se de dados oriundos da opinião pública a fim de fundamentar seus propósitos, e evocando a responsabilização pelos atos cometidos pelos jovens infratores, considera que "já está passando da hora de dar mais um passo", ou seja, reduzir a maioria penal para a idade de 16 anos.

Já na exposição de motivos do PL nº 1243/2015 – que antes de propor a redução da maioria, requer a revisão das medidas socioeducativas impostas a menores infratores – se verifica a seguinte argumentação:

Ao longo dos últimos anos, o número de crianças e, em especial, adolescentes envolvidos em práticas criminosas aumentou consideravelmente. A progressão dessa situação fez surgir questionamentos na sociedade quanto à adequação do

²⁴²Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?cod-teor=132880-4&filename=PEC+32/2015>. Acesso: 15 jun. 2015.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a essa nova realidade social. O presente projeto de lei tem como propósito adequar o Estatuto, aprovado em 1990, à nova realidade social, endurecendo os critérios de aplicação de medidas socioeducativas²⁴³.

O tom adotado pelo PL nº 387/2015 (Alberto Fraga – DEM/DF, o qual preside a bancada da bala) é consideravelmente mais enfático:

A sociedade Brasileira tem assistido o crime organizado aliciar menores para prática de crimes bárbaros, adolescentes de 12, 14 e 16 anos são utilizados como testa de ferro dessas organizações. Temos visto adolescentes de 17 anos praticarem latrocínio e ao completar 18 anos são postos em liberdade. Essa situação absurda não existe em nenhum local do mundo! Aqueles que se dizem defensores do menor fazem uma colocação distorcida dizendo que os que pedem justiça querem colocar uma criança no presídio. Essa farsa tem que acabar... O que se quer é uma medida justa para que jovens, pais e mães não seja trucidados sob o manto de uma suposta menoridade, um ser em evolução! Os falsos defensores de direitos humanos não adotam esses menores, não fazem abrigos para acolhê-los por meio de suas ONGs, mas querem deixá-los nas ruas se drogando e matando! Chega de impunidade, porque esses "doutos" não clamam pelo que temos de mais moderno no mundo? Na Europa e na América do norte, bem como na América do sul o menor é responsabilizado! Por que somente no Brasil temos que conviver com esse quadro de desmando e impunidade? A sociedade não aguenta mais, e a prova disso é que os militares e profissionais de segurança pública foram os mais votados nos Pais! Foram votados e eleitos para dar uma resposta, e ela passa por esse projeto e outros que o povo clama. Ressalta-se que nas pesquisas de opinião e de enquete da Câmara e do Senado a redução da menoridade teve o sim de mais de 83% do povo, e democracia é a vontade da maioria representada²⁴⁴.

Logo, se percebem apelos francamente ligados às parcelas mais intransigentes da sociedade no que se refere ao combate à criminalidade. Censurando "os falsos defensores dos direitos humanos", o deputado sustenta que "a sociedade não aguenta mais" a insegurança e manifestou essa insatisfação mediante pesquisas de opinião e através das urnas, as quais revelaram a ascensão de policiais e militares ao parlamento com votações expressivas. Uma vez que a maioria deveria conduzir os rumos da democracia, sustenta o parlamentar, é imperativo que medidas como a redução da maioridade penal se tornem realidade.

Para além da emissão de qualquer juízo de valor acerca de semelhante argumentação, cabe sintetizar assinalando que as duas bancadas – a evangélica e a "da bala" – encarnam, de algum modo, certos pendores de conservadorismo presentes na sociedade brasileira. Em vista disso, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, não se esquivava de referir que "a pauta conservadora nunca esteve tão forte" (CUNHA, 2015), ao passo que o líder dos evangélicos,

²⁴³Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarinte-gra?codteor=1324-132&filename=PL+1243/2015>. Acesso: 15 jun. 2015.

²⁴⁴Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?cod-teor=1301052-&filename=PL+387/2015>. Acesso: 15 jun. 2015.

João Campos, considera que há uma ação conjunta no parlamento entre os "políticos de Cristo" e os policiais de tribuna, pois "fazemos muitas conversas e reuniões. Estamos mobilizando a Casa para produzir resultados para a sociedade" (CAMPOS, 2015).

É o conservadorismo à brasileira que supera a vergonha, sai às ruas e conquista espaços de representação por meio de elites políticas que, como grupos de pressão organizados, atualmente impõem agendas no Congresso Nacional. Conforme avança Pinheiro (2014), "De princípios humildes, a 'nova direita' vem causando desconfortos e sendo bem recebida por muitos. De direita ou não, o fato é que ela traz novidades".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Àqueles que se lançam na análise das ideologias e de suas repercussões na *praxis* política impõe-se um caminho escarpado e repleto de ardis. Se as paixões que as ideias políticas despertam não raro assaltam o próprio pesquisador, também os objetos investigados, pela natureza do tema, revelam miragens e parcialidades que em tudo conspiram para fulminar a *recta ratio* intrínseca à investigação criteriosa. Uma vez que Hobbes observa que “em geral as paixões humanas são mais fortes do que a razão”, é imperativo com elas debater-se continuamente a fim de, pelo menos, vislumbrar a flor rara da "neutralidade axiológica" weberiana.

De fato, a imersão no estudo do conservadorismo reclama afrontar semelhantes desafios, sobretudo se, como é o caso, busca-se apreender seus sentidos e rumos na ordem política concreta do tempo presente (e justamente no país onde se vive). Ainda que sob o jugo de tais embaraços, esta tese, em suma, nutriu a pretensão de compreender o conservadorismo conceitualmente, relacionando-o com cosmovisões presentes na sociedade brasileira e com o comportamento político de grupos sociais e elites parlamentares na contemporaneidade.

Para tanto, primeiramente fez-se necessário mapear o sentido mesmo do conservadorismo, recorrendo-se aos autores referenciais que o construíram e aos valores essenciais que ainda hoje o inspiram. Verificou-se, assim, que a ojeriza de Edmund Burke à revolução francesa embasa-se em elementos muito mais densos do que na mera reação circunstancial a uma ruptura política, o que explica sua perenização e sua capacidade de servir como âncora aos conservadores nos séculos que nasceriam. Nesse sentido, às ideias de igualdade, de mudança e de libertação sem freios dos indivíduos, Burke contrapõe hierarquia, a defesa da ordem e a moderação. A realidade – e não as belas intenções baseadas no otimismo antropológico – deveria cimentar a ação política, visto que o Homem é irrevogavelmente imperfeito. O socorro oriundo das respostas ancestrais tem precedência sobre as ideologias de transformação social subitamente reveladas. A religiosidade e a rocha dos costumes imperam sobre o relativismo moral. A veneração da tradição, o apreço pelos "testes do tempo" tidos como únicos árbitros legítimos das progressões, o ceticismo diante do racionalismo, são ingredientes que permanecem presentes no atual pensamento

conservador com a mesma centralidade que tiveram nas reflexões já bicentenárias de seu *Founding Father*.

Assim, a capacidade de adaptação reiteradamente demonstrada pelo conservadorismo se evidencia no fato de que seus apelos transcenderam as páginas de *Reflections on the Revolution in France*. Ressignificando-se no espaço e no tempo, o conservadorismo torna-se "conservadorismos", conforme sustenta Coutinho (2014). Em face de tal pluralidade, procurou-se definir três linhagens básicas que comporiam o pensamento conservador: o "reacionarismo tradicionalista", o "ceticismo político" e a "inclinação liberal".

No primeiro caso, encontram-se as atitudes eminentemente reacionárias, reversionistas, antissistêmicas, radicais, antimodernas, ultramontanas. Antes de inibir o progressismo, pretende-se retornar a um passado ordinariamente idealizado, a uma idade de ouro bafejada pela tradição e pela religiosidade ortodoxa. Trata-se, conforme ventitou Quinton (1976), da "revolução negativa", que guarda relação apenas marginal com os pressupostos que alimentam o conservadorismo clássico. Maurras, De Bonald e De Maistre ascendem como protagonistas, convindo destacar que também no Brasil de Jackson de Figueiredo e Plínio Corrêa de Oliveira se percebe o influxo do reacionarismo tradicionalista de corte católico.

Diferente é o que se sucede com o ceticismo político. Alheia ao fervor místico e irreduzível que caracteriza o reacionarismo tradicionalista, a linhagem cética estima a manutenção das tradições sociais assentadas ao longo de sucessivas gerações, desprezando as ideologias – inclusive a reacionária – como portadoras que seriam de abstrações salvacionistas, as quais, em verdade, conduzirão os povos à tirania. Voluntariamente apartados da militância política direta, os conservadores céticos bem se fazem representar por intelectuais como Eric Voegelin e Michael Oakeshott, além do próprio Burke (no Brasil, o "autoritarismo instrumental" de Oliveira Vianna e o realismo de Alberto Torres poderiam ser mencionados).

No que tange à "inclinação liberal", importa sublinhar que bandeiras como liberdade, propriedade, democracia e constitucionalismo compuseram o rol de ideias que seduziram simultaneamente Jhon Locke e Burke, de modo que o consórcio entre liberais e conservadores dificilmente soaria como uma excrescência. Se ambientes políticos como a Guerra Fria facilitaram a associação em contextos específicos, autores do porte de um

Russel Kirk figuram como pontífices que desde o campo intelectual promovem a conciliação entre os valores de ambas as ideologias.

Não obstante, o surgimento do neoconservadorismo – mais afeito às iniciativas de moralização ativa da vida pública e ao entendimento de que a política é uma missão transcendente – certamente projetou novas luzes sobre o horizonte dos conservadores (ao menos nos Estados Unidos de Irving Kristol).

No entanto, o debate em torno dos significados dos conservadorismos, se bem que fartamente presente na literatura internacional (como no mundo anglo-saxônico, a partir do qual alicerçamos nosso exame), ganha contornos de escassez no Brasil. Sendo poucos os intelectuais autóctones que realmente tenham se centrado no assunto, o estudo dos pensadores brasileiros comumente identificados com o conservadorismo também se torna infrutífero à medida que seus escritos divorciaram-se do intento de compreender o *modus* brasileiro de "viver" o conservadorismo.

Logo, restou-nos compilar as ideias da própria população a respeito de temas morais, políticos e ideológicos, associando-as, quando possível, aos princípios filosóficos dos conservadorismos identificados anteriormente. Impulsionado por este objetivo, o segundo capítulo da tese demonstrou, por meio da avaliação de inúmeras pesquisas de opinião, que dorme no seio de expressivas parcelas da sociedade brasileira um viés conservador, o qual se expressa basicamente nos seguintes postulados: posituação de instituições tradicionais (sobretudo daquelas ligadas à tradição religiosa e à manutenção da ordem), autoritarismo político e ceticismo em relação à lógica democrática, valorização das hierarquias nas relações sociais cotidianas, intransigência com os criminosos e demandas por maior repressão policial, estatismo empedernido, moralismo de coloridos religiosos e auto-posicionamento à direita no *continuum* ideológico.

Ainda que muitos destes elementos possam ligar-se ao conservadorismo clássico sem grandes traumas, o conservadorismo à brasileira encerra singularidades que derivam, de um lado, do próprio caráter heterogêneo dos conservadorismos, e, de outro, da formação social, política e psicológica particular do Brasil. É um conservadorismo popular, cotidiano, antropofágico, tropical, mestiço.

Entretanto, para além do dissecamento das eventuais idiosincrasias de "ser conservador" no Brasil, a pesquisa sugeriu que há uma assimetria entre o peso do

conservadorismo social e sua representação política. Assim, a despeito do potencial eleitoral que poderiam conter, os ideais conservadores acariciados por parte da população não são transpostos explicitamente às propostas políticas formuladas institucionalmente pelos principais partidos, especialmente no panorama das eleições presidenciais ocorridas entre 1994 e 2014. Por meio da investigação da gênese e desenvolvimento do fenômeno da "direita envergonhada", do conteúdo dos programas dos partidos e do discurso de seus candidatos à presidência, percebeu-se que o *mainstream* político das direitas, no bojo de um consenso de esquerda instalado seminalmente no âmbito da cultura, petrinamente renunciou ao seu passado, evadindo-se de assumir posturas explicitamente conservadoras/direitistas após a redemocratização.

Com isso, edificou-se um vácuo representativo. Mesmo os isolados e desarticulados esforços realizados por algumas elites partidárias a fim de canalizar para si o discurso conservador, transformando-o em capital eleitoral, foram, até pouco tempo, proporcionalmente tímidos e sucumbiram à dinâmica da “direita envergonhada” e do consenso de esquerda.

Mais recentemente, porém, setores descontentes da sociedade, vislumbrando espaços, passaram a se revelar paulatinamente menos "envergonhados", articulando a reação conservadora. Demonstrou-se que movimentos sociais, revistas e *blogs*, intelectuais, formadores de opinião e figuras midiáticas pululam nas ruas, nas editoras, na *internet*, na academia e na imprensa a fim de reconquistar o aventado protagonismo perdido do conservadorismo, inclusive com base em novas bandeiras como o antipetismo.

Com efeito, as retóricas de um Olavo de Carvalho, de um Reinaldo Azevedo, de uma Raquel Sheherazade, de um partido incipiente como o Nova Arena, daquelas multidões que desfilaram nas cidades em março de 2015, revelam que acendeu-se na contemporaneidade brasileira uma espécie de "guerra cultural" que visa pautar a opinião pública e ecoar no terreno propriamente político. Na esteira do exemplo dado pelos portugueses durante o período imediatamente posterior ao salazarismo, elites conservadoras da sociedade brasileira (as quais denominamos "vozes dissonantes"), três décadas depois do ocaso do regime militar, parecem estar em plena forja de uma ação sistemática de criação de uma alternativa cultural efetiva, organizada e ostensiva às esquerdas.

Mas a "guerra cultural" se completa também em um *front* eminentemente político. Percebendo, como as vozes dissonantes da sociedade, que o vácuo representativo pode ser preenchido por atores políticos conservadores, grupos religiosos – especialmente determinadas igrejas pentecostais – estariam operando em um estágio mais avançado de instrumentalização política do conservadorismo. Conduzindo seus representantes ao parlamento e distribuindo-os em vários partidos sob a égide de um processo que batizamos de “colonização do Congresso Nacional”, os evangélicos viram facilitada sua estratégia à medida que a política brasileira, bem como a própria sociedade, é historicamente suscetível ao influxo religioso, baseada que é nas estruturas de um “Estado quase-laico”. Além de influenciar pautas das mais recentes eleições no Brasil, a “bancada evangélica” – por vezes em conjunto com parlamentares católicos – atua fortemente no Congresso Nacional como um grupo de pressão voltado à promoção de valores associados ao conservadorismo. Dentre tais valores, destacam-se a moralidade cristã e a oposição ao homossexualismo e ao aborto.

Ademais, a instrumentalização política de apelos relacionados à direita conservadora ocorre também a partir da ação da chamada "bancada da bala", outro grupo que se instala no parlamento a fim de fazer triunfar aspectos da faceta laica/profana do conservadorismo à brasileira. Muitas vezes declarando-se voluntariamente como conservadores (fato que, aliás, se repete entre os movimentos e atores sociais emergentes, bem como entre os membros da "bancada evangélica"), os deputados da "bancada da bala" potencializam com êxito a positivação de instituições ligadas à ordem, bem como a inflexibilidade da população para com as condutas criminosas, incorporando às políticas públicas demandas como a proteção dos agentes policiais e o recrudescimento da lei penal. Trata-se, enfim, de mais um grupo de pressão, de mais um tentáculo do conservadorismo que se faz presente na realidade da política brasileira contemporânea.

A "guerra cultural" e a "guerra política" se desenvolvem, portanto, em duas frentes distintas, mas complementares. Das ruas à apologética dos formadores de opinião, das receitas moralizantes dos evangélicos ao recrudescimento da lei penal, os valores progressistas sofrem alguma erosão e os princípios do conservadorismo à brasileira se dilatam para além da percepção popular.

Caberia, por fim, prospectar que não seria de todo surpreendente se as demandas de setores da sociedade brasileira e de grupos atuantes no Congresso Nacional eventualmente impuserem, no porvir, uma agenda política na qual algumas bandeiras conservadoras se

tornarão elementos propedêuticos também para os partidos institucionalmente, criando nichos eleitorais expressivos que os impeliriam à definitiva superação do sentimento da “direita envergonhada”.

Ainda que tal questão de algum modo exceda os intuitos da presente tese, compete frisar que o contemporâneo conservadorismo à brasileira, pelos elementos que suscita e pelos atores que o defendem, parece tender mais à "retórica da intransigência" examinada por Albert Hirschman do que às "feições conciliatórias" aventadas por Paulo Mercadante. Também é certo que o conservadorismo no Brasil, devido às nossas particularidades, é um “conservadorismo difícil” (RICUPERO, 2010), mas, se “por paradoxal que possa parecer, o pensamento político da época moderna começa por este conservador [Burke]” (WEFFORT, 1989, p. 9), não seria heterodoxo sugerirmos a possibilidade de que também a proclamada “pós-modernidade” continue sob seu influxo.

Certos *players* sociais e políticos não raro validam semelhante hipótese, inclusive no Brasil dos dias que correm.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando; COUTO, Cláudio. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, v. 3, n. 10, 1996, pp. 40-47. Disponível em: <http://www.s-eade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_05.pdf>. Acesso: 28 fev. 2014.

AGUIAR, Flávio. Opus Dei? Não: TFP. **Carta Capital**. São Paulo, 13 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Opus-Dei-Nao-TFP/20487>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. São Paulo: Record, 2007.

ALMEIDA, Ronaldo. Dez anos do 'chute da santa': a intolerância com a diferença. In: SILVA, Wagner Gonçalves (org.). **Intolerância Religiosa**. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: USP, 2008, pp. 171-190.

AMARAL, Cadu. O objetivo único da grande imprensa. **Brasil 247**, 05 dez. 2013b. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/123034/O-objetivo-%C3-%BANico-da-grande-imprensa'.htm>>. Acesso: 09 mai. 2015.

AMARAL, Roberto. As esquerdas e a pauta conservadora. **Carta Capital**, 24 mai. 2013a. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/as-esquerdas-e-a-pauta-conservadora-6946.html>>. Acesso: 09 mai. 2015.

AMOEDO, João Dionísio. 'A gente quer acabar com os privilégios'. *Entrevista concedida a José Fucs*. In: **Revista Época**, 25 set. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/temp-o/eleicoes/noticia/2014/09/bjoao-dionisio-amoedob-gente-quer-acabar-com-os-privilegios.html>>. Acesso: 01 mai. 2015.

ARAÚJO, Valdeci Lopes. O sublime, o belo e a Revolução: história e narrativização em Burke e Hegel. **Revista Intellectus**, v. 1, n. 3, 2004, pp. 1-15. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/>>. Acesso: 14 jan. 2013.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Barômetro AMB de confiança nas instituições brasileiras**, 2008. Disponível em: <<http://www.amb.co-m.br/porta-l/docs/pesquisa/barometro.pdf>>. Acesso: 05 fev. 2014.

AUERBACH, Morton. **The Conservative Illusion**. New York: Columbia University Press, 1959.

AZEVEDO AMARAL, Antônio. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Editora da UNB, 1981.

AZEVEDO, Reinaldo. Gramsci. **Blog do Reinaldo Azevedo**. Brasília, 04 ago. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/tag/gramsci/>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

_____. O PT e a Máfia. **Folha de São Paulo**, 21 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/11/15-51205-o-pt-e-a-mafia.shtml>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

_____. Os fascistas de esquerda da política e da imprensa querem censurar a oposição, o jornalismo independente e o debate. É parte da guerra cultural para impor a sua pauta. Isso tem história e teoria. **Blog do Reinaldo Azevedo**. Brasília, 16 out. 2012. Disponível em: <<http://veja.bril.com.br/blog/reinaldo/geral/os-fascistas-de-esquerda-da-politica-e-da-imprensa-querem-censurar-a-oposicao-o-jornalismo-independente-e-o-debate-e-parte-da-guerra-cultural-para-impor-a-sua-pauta-isso-tem-historia-e-teoria/>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

_____. Pesquisa Datafolha evidencia outra vez: o brasileiro é conservador. Ou: Eleitores em busca de um partido. **Blog do Reinaldo Azevedo**. Brasília, 26 dez. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/pesquisa-datafolha-evidencia-outra-vez-o-brasileiro-e-conservador-ou-eleitores-em-busca-de-um-partido/>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume/Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BENEVIDES, Maria Victoria. O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo -1945/1964). **Lua Nova**, n. 17, 1989, pp. 133-161.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**. São Paulo: Paulus, 2003.

BIANCHI, Gioroio. *Reação*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília, UNB 1998, pp. 1073-1074.

BLOCH, Avital. El neoconservadorismo en Estados Unidos: una historia concisa. In: NÚÑEZ, Silvia; VERA, Mônica (coords.). **El conservadorismo en Estados Unidos y Canadá: tendencias y perspectivas hacia el fin del milenio**. Ciudad del Mexico: UNAM, 1997, pp. 49-74.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 1995.

BOLSONARO, Jair. Bolsonaro: "Serei o candidato da direita à Presidência em 2018". **O Estado de São Paulo**, 30 out. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.co-m.br/blogs/marcelo-moraes/2014/10/30/bolsonaro-serei-o-candidato-da-direita-a-presidencia-em-2018/>>. Acesso: 15 jun. 2015.

_____. Jair Bolsonaro: a cara da direita. In: **Revista Veja**, Coluna Ricardo Setti. 14 abr. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/especial-para-o-blog-deputado-jair-bolsonaro-explica-porque-quer-ser-candidato-a-presidencia-se-este-governo-conseguir-mais-um-mandato-o-que-de-melhor-nos-podera-acontecer-ser/>>. Acesso: 15 jun. 2015.

BONAZZI, Tiziano. *Conservadorismo*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998, pp. 242-246.

BORGES, Alexandre. Que venha o *Tea Party* brasileiro. In: **Mídia sem Máscara**, 18 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.midiасemmascara.org/artigos/cultura/15546-que-venha-o-tea-party-brasileiro.html>>. Acesso: 28 fev. 2015.

BOULOS, Guilherme. Onda conservadora. In: **Folha de São Paulo**, 09 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2014/10/1-52954-3-onda-conservadora.shtml>>. Acesso: 20 abr. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: PINHEIRO; Wilhelm (org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 222-259.

_____. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.74, 2006, p. 25-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/n-ec/n74/29638.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

British Broadcasting Corporation (BBC). **Pesquisa mostra insatisfação com livre mercado**. Brasília, novembro de 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/11/091109_pesquisa_bbc_muro_rw.shtml>. Acesso: 25 fev. 2014.

BROWN, R. Authoritarianism. In: MANSTEAD, A. R.; HEWSTONE, M. **The Blackwell Encyclopedia of Social Psychology**. Oxford: Blackwell, 1996.

BURKE, Edmund. **A Philosophical Inquiry Into The Origin Of Our Ideas Of The Sublime And Beautiful**. New York: P.F. Collier & Son Company, 1909.

_____. **A Vindication of Natural Society**: a view of the miseries and evils arising to mankind from every species of artificial society. London: M. Cooper, 1756. Disponível em: <<http://archive.org/details/vindicationofnat00burk>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

_____. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

CAMPOS, João. A bancada evangélica e o conservadorismo da sociedade. Entrevista concedida a Assis Ribeiro, **Correio Braziliense**, 29 jan. 2013. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/a-bancada-evangelica-e-o-conservadorismo-da-sociedade>>. Acesso: 02 jun. 2015.

_____. Frente Parlamentar Evangélica quer avaliar "kit gay" do MEC. Entrevista concedida a Ana Cláudia Barros. In: **Terra Magazine**, 25 fev. 2011. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4960741-EI6578,00-Frente+Parlamentar+Evangelica+quer+avaliar+kit+gay+do+MEC.html>>. Acesso: 05 jun. 2015.

_____. Líder da 'bala': 'conservadores estão Fortes'. **O Estado de São Paulo**, 25 abr. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lider-da-bala-conservadores-estao-fortes,1676018>>. Acesso: 16 jun. 2015.

CAMPOS, Leonildo. Evangélicos nas eleições de 2002: os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, pp. 83-100, 2003.

CAPELLATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 107-144.

CARDIA, Nancy. Conservadores ou liberais? **Le Monde Diplomatique Brasil**, 02 outubro de 2012a. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/ar-tigo.php?id=1276>>. Acesso: 27 fev. 2014.

_____. (coord.). **Pesquisa nacional por amostragem domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação a violação de direitos humanos e violência**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2012b.

CARDOSO, Fernando Henrique. ‘Centro-direita não tem a ver com PSDB’, diz FHC. **Entrevista concedida a Gabriel Manzano**, 05 out. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,centro-direita-nao-tem-a-ver-com-psdb-diz-fhc,781717,0.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

_____. Livros que inventaram o Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 37, 1993, pp. 21-35. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/-v1/files/uploads/contents/71/20080625_livros_que_inventaram.pdf>. Acesso: 12 jan. 2014.

CARNEIRO, José Fernando. **Catolicismo, revolução e reação**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947.

CARVALHO, Gilberto. Após pressão contra Palocci, governo suspende kit anti-homofobia do MEC. Entrevista concedida a Camila Campanerut e Karina Yamamoto. In: **Portal UOL**, 25 mai. 2011. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/25/governo-recua-com-kit-anti-homofobia-por-pressao-da-frente-parlame-ntar-evangelica-e-catolica.htm>>. Acesso: 05 jun. 2015.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da Ordem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Olavo. A normalidade simulada. In: **Jornal da Tarde**, São Paulo, 07 nov. 2002, p. 12. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/semana/07112002j-t.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

_____. **A Nova Era e a Revolução Cultural**. Fritjof Capra e Antonio Gramsci. São Paulo: Vide Editorial, 2014.

_____. Para que serve a direita? In: **Diário do Comércio**, São Paulo, 06 fev. 2013, p. 6. Disponível em: <http://www.dcomercio.com.br/2014/0-2/06/para-que-serve-a-direita>>. Acesso: 15 mai. 2014.

_____. Perdendo a guerra cultural. In: **Diário do Comércio**, São Paulo, 18 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/semana/080218dc.html>>. Acesso: 01 fev. 2015.

CASTRO, Gabriel. O incrível caso do país sem direita. **Revista Veja**, São Paulo, 03 br. 2011a. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/o-incrivel-caso-do-pais-sem-direita>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

_____. Religiosos entregam 1 milhão de assinaturas contra projeto que criminaliza homofobia. **Revista Veja**, São Paulo, 01 jun. 2011b. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/religiosos-entregam-1-milhao-de-assinaturas-contra-pl-122>>. Acesso: 05 jun. 2015.

CATHARINO, Alex. Remindo o Tempo na Era dos Homens Ocos. In: **Revista Vila Nova**, 8º edição, julho de 2013. Disponível em: <<http://revistavilanova.com/remindo-o-tempo-na-era-dos-homens-ocos/>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césaes**: secularização, laicidade e religião civil. Coimbra: Almedina, 2006.

CDS/PP. **Programa de Renovação Doutrinária e Organizativa do Partido do Centro Democrático e Social**. Lisboa: CDS/PP, 1993.

CECIL, Hugh. **Conservatism**. London: Thornton Butterworth, 1912.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. São Paulo: AGIR, 1966.

COCCO, Gisuseppe. As manifestações de Março de 2015 são o avesso de Junho de 2013. Entrevista concedida a Patricia Fachin e Ricardo Machado, 23 de março de 2015. In: **Instituto Humanitas - UNISINOS**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/e-ntrevistas/541110-as-manifestacoes-de-marco-de-2015-sao-o-avesso-de-junho-de-2013-entrevista-especial-com-giuseppe-cocco>>. Acesso: 28 mar. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA/INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (CNI/IBOPE). **Pena de morte, prisão perpétua e redução da maioria penal**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,no-brasil-46-aceitam-pena-de-morte-e-51-prisao-perpetua,787757,0.htm>>. Acesso: 17 fev. 2014

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Governo Dilma falta com a palavra e promove o aborto**. Texto preparado e aprovado na reunião extraordinária de 23/06/2012. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.dio-cesedeassis.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1247:governo-dilma-falta-com-a-palavra-e-promove-o-aborto>. Acesso: 10 mar. 2014.

CORTÉS, Donoso. **Obras completas**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1970.

COSTA, Luciano Martins. Imprensa torna a sociedade conservadora. **Observatório da Imprensa**, Ed. 418, 30 jan. 2007. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/imprensa-torna-a-sociedade-conservadora/>>. Acesso: 09 mai. 2015.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Cooperativismo e justiça social: o projeto de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim. **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Unicamp, 1993, pp. 131-143.

COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio. In: NETTO, Leila E. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 9-11.

COUTINHO, João Pereira. **Conservadorismo**. Lisboa: Dom Quixote, 2014.

_____. Dez notas para a definição de uma direita. *In*: COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. **Por que virei à direita**. São Paulo: Três Estrelas, 2012, pp. 24-49.

_____. Em busca do Equilíbrio. **Dicta e Contradicta**, n. 3, junho de 2009. Disponível em: <<http://www.dicta.com.br/edicoes/edicao-3/em-busca-do-equilibrio/>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

COWAN, Benjamin. "Nosso Terreno": crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, 2014, pp. 101-125.

CRIVELARI, 'Capitão'. Direita Volver! *In*: **Partido Militar Brasileiro** - Sítio Oficial, 2014. Disponível em: <<http://www.partidomilitar.com.br/?p=1380>>. Acesso: 25 abr. 2015.

CRUZ, Manuel Braga da. Notas para uma classificação política do salazarismo. **Análise Social**. Lisboa, v. XVIII, n. 74, 1982, pp. 773-794.

CRUZ, Sebastião Velasco. Empresários e o Regime no Brasil: a campanha contra a estatização. **Tese de Doutorado**, Departamento de Ciência Política/Universidade de São Paulo, 1984.

CUNHA, Eduardo. Para Eduardo Cunha, "a maioria da sociedade brasileira é conservadora". *In*: **Site da Frente Parlamentar Evangélica**, 05 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/component/k2/item/335-para-eduardo-cunha-a-maioria-da-sociedade-brasileira-e-conservadora>>. Acesso: 06 jun. 2015.

_____. Líder da 'bala': 'conservadores estão Fortes'. **O Estado de São Paulo**, 25 abr. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lider-da-bala-conservadores-estao-fortes,1676018>>. Acesso: 16 jun. 2015

CUNHA, Magali do Nascimento. Bancada evangélica tem católicos como aliados em pautas homofóbicas, diz pesquisadora. Entrevista concedida a Helder Lima. *In*: Instituto **Humanitas - UNISINOS**, 30 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/542202-bancada-evangelica-tem-catolicos-como-aliados-em-pautas-homofobicas-diz-pesquisadora>>. Acesso: 05 jun. 2015.

DAHL, Robert. 1956. **A preface to democratic theory**. Chicago: University of Chicago Press.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DATAFOLHA. **Perfil ideológico dos brasileiros**. São Paulo, novembro de 2013. Disponível em: <www.datafolha.com.br>. Acesso: 23 fev. 2014.

_____. **Perfil ideológico dos brasileiros**. São Paulo, outubro de 2014. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/09/1512693-direita-supera-esquerda-no-brasil.shtml>>. Acesso: 15 out. 2014.

_____. **Pesquisa nacional sobre pena de morte**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL19305-5598-133,00.html>>. Acesso: 17 fev. 2014.

DATA POPULAR. **Pesquisa nacional sobre homossexualismo**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/37-dos-brasileiros-nao-aceitari-am-filho-homossexual-diz-pesquisa.html>>. Acesso: 07 mar. 2014.

DATASENADO. **Criminalização do preconceito ou discriminação contra homossexuais**. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <www.senado.gov.br/datasenado>.

_____. **Reforma do código penal**. Pesquisa de opinião pública nacional. Brasília: Senado Federal, 2012a. Disponível em: <www.senado.gov.br/datasenado>.

_____. **Reforma do código penal**. Pesquisa de opinião pública nacional. Brasília: Senado Federal, 2014. Disponível em: <www.senado.gov.br/datasenado>.

_____. **Segurança Pública no Brasil**. Pesquisa de opinião pública nacional. Brasília: Senado Federal, 2012b. Disponível em: <www.senado.gov.br/datasenado>.

_____. **Violência e punição**. Grupos de discussão com jovens da periferia de Brasília sobre a criminalidade e a redução da maioria penal. Brasília: Senado Federal, 2007. Disponível em: <www.senado.gov.br/datasenado>.

DE MAISTRE, Joseph. *Considérations sur la France*. In: **Écrits sur la Révolution**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

_____. **Du pape**. Paris: Charpentier Librairie-Éditeur, 1860.

DEJEAN, Joan. **Ancient against moderns**. Culture Wars and the Making of a Fin de Siècle. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

DEMANT, Peter. Desafios islamistas, respostas ocidentais. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 3, 2004, pp. 1-28. Disponível em: <http://www.pucs-p.br/reve-r/rv3_2004/p_demant.pdf>. Acesso: 23 ago. 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR - DIAP. **Radiografia do Novo Congresso** - Legislatura 2015-2019. Brasília: Estudos Políticos do Diap, 2014. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdo-wnloads&Itemid=513&view=viewcategory&catid=41>. Acesso: 13 jun. 2015.

DUGIN, Aleksandr. **A quarta teoria política**. Curitiba: Editora Austral, 2013.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora da UNB, 1980.

ELIOT, Thomas Stearns. **The idea of a Christian society**. London: Faber, 1946.

ESCOLA SEM HOMOFÓBIA. Caderno. Brasília: Ministério da Educação, 2013, 125f. Disponível em: <revistaescola.abril.com.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso: 05 jun. 2015.

ESEB 2010. In: **Opinião Pública**. Campinas, v. 17 n. 2, 2011, *Encarte Tendências*, pp. 516-540.

ESPADA, João Carlos. **A tradição anglo-americana da liberdade**. Um olhar europeu. Cascais: Princípia, 2008.

_____. Michael Oakeshott e a disposição conservadora. **Jornal I**, 27 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www1.ionline.pt/conteudo/10542-michael-oakeshott-e-disposicao-conservadora>>. Acesso: 02. Ago. 2013.

EVOLA, Julius. **Revolta Contra o Mundo Moderno**. São Paulo: IRGET, 2010.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FELICIANO, Marco. "Não sou um deputado da Idade Média", diz Marco Feliciano ao falar sobre política, sexo e religião em Camboriú. Entrevista concedida ao **Clic RBS**, 02 mai. 2015. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/guarda-sol/2015/05/02/nao-sou-um-deputado-da-idade-media-diz-marco-feliciano-ao-falar-sobre-politica-sexo-e-religiao-em-camboriu/?topo=9-8,2,18,,15>>. Acesso: 04 jun. 2015.

FERREIRA, Anderson. **Representação à Procuradoria-Geral da República**. Brasília: 11 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/blogdafolha/wp-content/uploads/2015/06/açãompf.jpg>>. Acesso: 13 jun. 2015.

FERRO, Cirino. Evangélicos protestam contra Kit Gay e criminalização da homofobia. In: **Folha de São Paulo**, 23 mai. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/919073-evangelicos-protestam-contrakit-gay-e-criminaliza-caoda-homofobia.shtml>>. Acesso: 05 jun. 2015.

FIGUEIREDO, Jackson. **Pascal e a Inquietação Moderna**. Rio de Janeiro: s/e, 1922.

FINGUERUT, Ariel. Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos. In: SILVA, Carlos Eduardo. **Uma nação com alma de igreja: religiosidade e políticas públicas nos EUA**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. Câmara aprova aumento de isenção tributária a igrejas. 06 jun. 2015a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1638436-camara-aprova-aumento-de-isencao-tributaria-a-igrejas.shtml>>. Acesso: 06 jun. 2015.

_____. Direita ganha espaço entre os livros mais vendidos. 02 mar. 2015b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2015/03/1596-817-direita-ganha-espaco-entre-os-livros-mais-vendidos.shtml>>. Acesso: 03 abr. 2015.

_____. Mais conservadora, Câmara deve barrar ações liberalizantes. 08 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1529052-maisconservadora-camara-deve-barrar-acoes-liberalizantes.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. 'Sou de esquerda, mas ninguém acredita', diz FHC. 09 abr. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1438019-sou-de-esquerda-mas-ninguem-acredita-diz-fhc.shtml>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

_____. Em protesto contra 'kit gay', bancada evangélica mira Palocci. 24 mai. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/920455-em-protesto-contrakit-gay-bancada-evangelica-mira-palocci.shtml>>. Acesso: 05 jun. 2015.

FONSECA, Francisco. A mídia contra a democracia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 12 out. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?i-d=1273>>. Acesso: 09 mai. 2015.

FRANCA, Leonel. **A Psicologia da Fé**. Rio de Janeiro: AGIR, 1952.

FREDERICO, Rui Antônio Madeira. Evolução Político-Ideológica do CDS/PP. **Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa**. Dissertação de Mestrado, Lisboa, 2000.

FREEDEN, Michael. **Ideology**. A Very Short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. O amplo aspecto da morenidade brasileira. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 fev. 1982. Disponível em: <http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_imprensa/amplo.htm>. Acesso: 17 mar. 2014.

FRIAS, Octávio. Yankees e Rebeldes. **Folha de São Paulo**, 10 mai. 2006. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=102&lang=pt-br>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

FUCS, José. João Dionísio Amoedo: 'A gente quer acabar com os privilégios'. In: **Revista Época**, 25 set. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/temp-o/eleicoes/noticia/2014/09/bjoao-dionisio-amoedob-gente-quer-acabar-com-os-privilegios.html>>. Acesso: 01 mai. 2015.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUND, John. Liberals Are the New McCarthyites - and they're Proud of It. **National Review**, 02 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.nationalreview.com/article/416397/liberals-are-new-mccarthyites-and-theyre-proud-it-john-fund>>. Acesso: 03 abr. 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Relatório ICJ Brasil**. Ano 4. Escola de Direito de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/1-0438/11221/Relat%C3%B3rio%20ICJBrasil%20%20Ano%204.pdf?sequence>>. Acesso: 13 fev. 2014.

_____. **Relatório ICJ Brasil**. Ano 2. Escola de Direito de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6618/d-iscover?filtertype=author&filter_relational_operator=equals&filter=Bueno%2C+Rodrigo+de+Losso+da+Silveira>. Acesso: 13 fev. 2014.

FURET, François. **A Revolução em debate**. Bauru: Edusc, 2001.

GALLI, Giorgio. **Hitler e il nazismo magico: le componenti esoteriche del Reich milenário**. Milano: La Biblioteca Universale Rizzoli, 1993.

GALLUP WORLD POLL. **Religiosity Highest in World's Poorest Nations**, 2010. Disponível em: <<http://www.gallup.com/poll/142727/Religiosity-Highest-World-Poore>>

stNations.aspx?utm_source=RELIGION&utm_medium=search&utm_campaign=tiles>.
Acesso: 20 mai. 2015.

GAROTINHO, Antony. Com a cabeça em 2002. **Isto É**, ed. 1545, 12. Mai. 1999. Entrevista concedida a Aziz Filho. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/30978_COM+A+CABECA+EM+2002>. Acesso em: 20 mai. 2014.

GELERNTER, David. The Inventor of Modern Conservatism. **The Weekly Standard**, Washington, DC, v. 10, n. 20, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.weeklystandard.com/print/Content/Public/Articles/000/000/005/198cdapm.asp>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

GEORGE, Robert. **The Clash of Orthodoxies**. Law, Religion and Morality in Crisis. Wilmington: ISI Books, 2013.

GHERI, Gonzalo Gamio. Pensando peligrosamente: la teoria política reaccionaria y el mito del retorno al 'orden natural'. **Pensamiento Constitucional**, v. 17, n. 17, 2012, pp. 465-485. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?cluster=856-9495328321378966-&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>. Acesso: 02 jun. 2013.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

GIUMBELLI, Emerson. O fim da religião: controvérsias acerca das "seitas" e da "liberdade religiosa" no Brasil e na França. **Tese de Doutorado**. Departamento de Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

GOLDBERG, Jonah. **Fascismo de Esquerda**. A História Secreta do Esquerdismo Americano. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos (Orgs.). **Os intelectuais do antiliberalismo**. Projetos e políticas para outras modernidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 202-231.

GOMES, Olímpio. Número de ex-policiais eleitos deputados aumenta 25%. **Terra Notícias**, 07 out. 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/numero-de-ex-policiais-eleitos-deputados-aumenta-25,227a8ce1ec9e8410VgnCLD200000b-2bf46-d0RCRD.html>>. Acesso: 14 jun. 2015.

GONÇALVES, Rafael. "Bancada evangélica?": uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, 2011a, 218f.

_____. Religião e representação política: a presença evangélica na disputa eleitoral brasileira. **Espaço Acadêmico**, n. 116, 2011b, pp. 13-20. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/1089-1/6468>>. Acesso: 25 mai. 2015.

GONZAGA, Sergius. **Manual de literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAY, John. **Missa Negra**. Religião apocalíptica e o fim das utopias. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Jogos Finais**. Questões do Pensamento Político Tardio. São Paulo: UNESP, 2008.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2003.

GROSS, Michael. Kulturkampf and Unification: German Liberalism and the War Against the Jesuits. Cambridge, **Central European History**, v. 30, n. 4, 1997, pp 545-566.

GRUPO DE OFIR. No caminho da sociedade aberta. Lisboa, 1988. In: NUNES, Adolfo Mesquita. **O CDS e a democracia-cristã**. Lisboa: Gabinete Gonçalo Begonha, 2007.

HAGOPIAN, Frances. 'PSDB precisa assumir-se como partido de centro-direita', diz pesquisadora de Harvard. **Entrevista concedida a Gabriel Manzano e Roldão Arruda**, 01 out. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nac-ional,psdb-precisa-assumir-se-como-partido-de-centro-direita-diz-pesquisadora-de-harvard,780078,0.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

HAILER, Marcelo. O legado de junho nas urnas. **Revista Fórum Semanal**, 20 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/165/legado-de-junho-nas-urnas/>>. Acesso: 28 mar. 2015.

HIMMELSTEIN, Jerome. **To the right: the transformation of American conservatism**. Berkeley: University of California Press, 1990.

HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

HUME, David. **Um tratado sobre a natureza humana**. São Paulo: UNESP, 2000.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Conservatism as an Ideology. **The American Political Science Review**, v. 51, n. 2, 1957, pp. 454 – 473.

_____. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Penguin Books, 1996.

IBOPE. Pesquisa sobre a confiança nas instituições brasileiras. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 01 ago. 2013 (versão digital). Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,ibope-protestos-derrubam-credibilidade-das-instituicoes,1059657,0.htm>>. Acesso: 11 fev. 2014.

_____. **Pesquisa sobre o aborto**. São Paulo: 2010. Disponível em: <http://www.catolicasonline.org.br/uploads/Folder%20Aborto%20ok_vffinal.pdf>. Acesso: 08 mar. 2014.

ISEB. In: **Opinião Pública**. Campinas, v. 17, n. 2, 2011, Encarte, pp. 516-540. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v13n2/a08v13n2>>. Acesso: 06 fev. 2014.

JACOB, Cesar. Carta Capital. 'Irmão vota em irmão': a base do voto de Marina Silva. 17 set. 2014. **Entrevista concedida a Renan Truffi**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/201cirmao-vota-em-irmao201d-a-base-do-voto-de-marina-silva-3009.html>>. Acesso em: 07 out. 2014.

JUNGBLUT, Airton. O "Mercado Religioso": considerações sobre as possibilidades analíticas da teoria da "economia religiosa" para a compreensão da religiosidade contemporânea. **Rever**, ano 12, n. 2, 2012, pp. 11-22. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/download/14560/10586>. Acesso: 18 mai. 2015.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

KEKES, John. **A case for conservatism**. New York: Cornell University Press, 1998.

_____. Conservadorismo Pluralista. In: ESPADA, João Carlos; PLATTNER, Marc; WOLSON, Adam. **Direita e Esquerda? Divisões ideológicas no século XXI**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2007, pp. 141-164.

KINZO, Maria D'Alva. Burke: a continuidade contra a ruptura. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 1989, pp. 13-46.

KIRK, Russel. The Best Form of Government. **Catholic World**, v. 192, 1960, pp. 156-63. Disponível em: <<http://www.kirkcenter.org/index.php/detail/the-best-form-of-government/>>. Acesso: 23 ago. 2013.

_____. **The conservative mind**. From Burke to Eliot. Washington: Library of Congress, 2001.

_____. **The Politics of Prudence**. Wilmington: ISI Books, 1993. Traduzido por Ivan Cruz. Disponível em: <<http://10principios.blogspot.com.br/>>. Acesso: 02 ago. 2013.

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of the western European party systems. In: LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. (orgs.). **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University Press, 1972.

KIRKPATRICK, Jeane. Neconservatism as a response to the counter-culture. In: STELZER, Irwin (org.). **The neocon reader**. New York: Atlantic Books, 2004, pp. 234-249.

KRAMNICK, Isaac. **The Portable Edmund Burke**. New York: Penguin Books, 1999.

KRISTOL, Irving. **Neoconservatism**. The autobiography of an idea. New York: The Free Press, 1995.

KUNTZ, Rolf. **Locke: liberdade, igualdade e propriedade**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: < www.iea.usp.br/artigos>. Acesso: 02 ago. 2013.

KURT, James. The Real Clash. **The National Interest**, n. 3, 1994, pp. 3-15.

LAMOUNIER, Bolívar. TV Globo *News*. Programa Globo *News* Painel. 29 dez. 2013. **Entrevista concedida a William Waack**, 46min,43seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/wa-tch?v=lwEUK8_E60k>. Acesso em: 29 mai. 2014.

LASKI, Harold. **Political thought in England: Locke to Bentham**. Oxford: Oxford University Press, 1950.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2002.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. São Paulo, **Novos Estudos**, n. 88, 2010, pp. 21-37. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n88/n88a02.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

LINCE, Leo. A Cidadania desencarnada e o fascismo de mercado. **Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)**. Artigos e entrevistas, 10 nov. 2011. Disponível em: < <http://www.psol50.org.br/site/artigos-e-entrevistas/424/a-cidadania-desencarnada-e-o-fascismo-de-mercado>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

LIPSET, Seymour Martin. Esquerda e Direita: conflito ideológico do século XX. In: ESPADA, João Carlos; PLATTNER, Marc; WOLSON, Adam. **Direita e Esquerda? Divisões ideológicas no século XXI**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2007, pp. 11-18.

LIVINGSTONE, Donald. El conservadurismo de David Hume. **Estudios Públicos**. Madrid, n. 107, 2007, pp. 167-204. Disponível em: <<http://dialnet.unirioj-a.es/servlet/articulo?codigo=2381177>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOPES, Marcos Antônio. O direito divino dos reis: para uma história da linguagem política do antigo regime. **Síntese Nova Fase**, v. 19, n. 57, 1992. Disponível em: < <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/viewArticle/1541>>. Acesso: 09 mar. 2013.

LOPES, Paulo Victor Leite; VITAL, Christina. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2012.

LORENZONI, Onix. Câmara pode liberar até nove armas por pessoa. **Congresso em Foco**, 02 dez. 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/cam-ara-discute-liberar-ate-nove-armas-por-pessoa/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

LUCAS, Kevin; SAMUELS, David. A 'coerência' ideológica do sistema partidário brasileiro (1990-2009). In: POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar (Orgs.). **O Congresso por ele mesmo**. Autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011, pp. 37-60.

LUKES, Stephen. Epilogue: The Grand Dichotomy of the Twentieth Century. In: T. Ball e R. Bellamy (orgs.). **The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 602-626.

MACHADO, Maria das Dores. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MACHADO, Ângela Montalvão. O Binómio 'Esquerda/Direita' no Portugal pós-25 de Abril. **Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**. Lisboa, n. 9, 2009, pp. 23-57. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/hand-le/10437/4275>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

MACINTYRE, Alasdair. **After Virtue**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2003.

MADEIRA, Rafael Machado; TAROUÇO, Gabriela da Silva. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 21, n. 45, 2013, pp. 149-165. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a11v21n45.pdf>>. Acesso: 27 abr. 2014.

_____. Como partidos significam e legitimam suas origens? *Saliency Theory* e análise dos textos partidários. In: **Anais do Oitavo Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP**. Gramado, 2012, pp. 1-25. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/19_7_2012_12_59_41.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2014.

MADEIRA, Rafael Machado. Vinhos antigos em novas garrafas. A influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**. Tese de Doutorado, 2006, 208 fl.

MAGALHÃES, Fernando. Burke e a formação da Filosofia Política do Liberalismo Conservador. **Perspectiva Filosófica**, Recife, v. 4, n. 8, 1996. Disponível em: <www.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/pf08_artigo30001.pdf>. Acesso: 16 jan. 2013.

McCUE, Jim. **Edmund Burke and Our Present Discontents**. London: The Claridge Press, 1997.

MAGNET, Myron. O que é conservadorismo solidário? In: ESPADA, João Carlos; PLATTNER, Marc; WOLSON, Adam. **Direita e Esquerda? Divisões ideológicas no século XXI**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2007, pp. 103-112.

MAIA, João Marcelo. Pensamento brasileiro e teoria social. Notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 71, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v24n71/v24n71a11.pdf>>. Acesso: 30 jan. 2014.

MAINWARING, Scott. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: The Case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Raquel; POWER, Timoty. **Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MALAFAIA, Silas. Silas Malafaia fala contra anúncio da Boticário e compara homossexuais a pedófilos. In: **F5 Uol**, 02 jun. 2015. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/v-oceviu/2015/06/1637093-silas-malafaia-fala-contr-anun-cio-da-boticario-e-compara-homossexuais-a-pedofilos.shtml>>. Acesso: 04 jun. 2015.

_____. Silas Malafaia: "Governante vai ter que me dizer em que acredita". Entrevista concedida a Eliseu Barreira Júnior. **Revista Época**, 20 ago. 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI259012-15223,00.html>>. Acesso: 04 jun. 2015.

_____. Marcha para Jesus vira ato contra união homoafetiva. **Último Segundo**, 23 jun. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/marcha+para+je-sus+vir-a+ato+contra+uniao+homoafetiva/n1597044443203.html>>. Acesso: 05 jun. 2015.

MALTA, Magno. Senado vai sepultar PL 122. In: **Website do Senador Magno Malta**, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.magnomalta.com/portal2/index.php/pl-122-mainmenu-52/2147-magno-malta-senado-vai-sepultar-pl-122>>. Acesso: 05 jun. 2015.

MANNHEIN, Karl. O pensamento conservador. In: ARAÚJO, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986, pp. 84-106.

MARCHI, Riccardo. The European Radical Right and Xenophobia in West and East: Trends, Patterns and Challenges. Country Analyses: Portugal. In: MELZER, Ralf; SERAFIN, Sebastian (Eds.). **Right-Wing Extremism in Europe**. Berlin: Friedrich Ebert Foundation, 2013, pp. 133-156.

MARENCO, André. Democracia e valores cívicos: uma relação necessária? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 69, p. 145-160, 2004. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/103/20080627_democracia_e_valores_civicos.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2015.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, pp. 238-258, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647/6619>>. Acesso: 22 mai. 2015.

_____. O futuro não será protestante. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 89-114, set. 1999.

MARIZ, Cecília Loreto. Secularização e dessecularização; comentários a um texto de Peter Berger. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2001, pp. 25-39. Disponível em: <www.iser.org.br/religioaesociedade/pdf/mariz21.1_2000.pdf>. Acesso: 18 mai. 2015.

MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998, pp. 685-705.

MAURO, Eder. Parentes de políticos e policiais são os campeões de votos. **Congresso em Foco**, 07 out. 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias-/parentes-de-politicos-e-policiais-sao-os-campeoes-de-votos/>>. Acesso: 16 jun. 2015.

MAURRAS, Charles. **Trois idées politiques**. Paris: l'Association des Amis de la Maison du Chemin de Paradis, 2008.

MELLO, Patrícia. Liberais, libertários e conservadores, uni-vos. **Folha de São Paulo**, 05 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/10/152-6258-liberais-libertarios-e-conservadores-univos.shtml>>. Acesso: 20 abr. 2015.

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, pp. 71-17, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n1/a03v55n1.pdf>>. Acesso em : 06 jun. 2014.

MELO, Felipe. Uma merecida despedida. In: **Blog UNB Conservadora**, 13 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://unbconservadora.blogspot.com.br/>>. Acesso: 28 mar. 2015.

MENDONÇA, Carlos Vinicius de. O êxtase autoritário: O pensamento político de Azevedo Amaral. **SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais**. Vitória, n. 7, v.1, 2010, pp. 89-104. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/sinais/article/download/28-90/2356>. Acesso em: 02 jun. 2014.

MENDONÇA, Rogério Peninha. Bancada da Bala reabre comissão para tentar derrubar o estatuto do desarmamento. **Portal IG**, 04 abr. 2015. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-04-04/bancada-da-bala-reabre-comissao-p-ara-tentar-derrubar-estatuto-do-desarmamento.html>>. Acesso: 12 jun. 2015.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MIGUEL, Luis Felipe. Em busca da harmonia perdida. Mito e discurso político (uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994). Tese de doutorado. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas**. Campinas, 1997, 281 fl. Disponível em: <<file:///C:/Users/Marcos/Downloads/Migue-lLuisFelipe.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

MIRANDA, J. Nós, vocês e eles: os desafios de uma convivência (in)desejada. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. das Dores (Orgs.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Massangana, 2006, pp.148-171.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia. Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n. 66, 2008, pp. 14-43.

_____. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**. Campinas, v. 16, n. 2, 2010, pp. 269-309.

MOLL NETTO, Roberto. Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-1988). Niteroi: Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História. **Dissertação de Mestrado**, 265 pp.

MORAES, Eduardo Jobim de. **A brasilidade modernista**. Sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MORAES, João Quartim de. Ideólogos Autoritários e Teorias sobre o Autoritarismo: uma Síntese Crítica. In: ROSENFELD, Denis (org.). **Filosofia Política 3**. Porto Alegre, LP&M, 1986.

MORAN, Dermot. **Introduction to Phenomenology**. London: Routledge, 2000.

NETO, João Mellão. Uma nova direita, por que não? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.est-adao.com.br/noticias/impre-ssou,uma-nova-direita--por-que-nao-,839845,0.htm>>. Acesso em: 15 maio. 2014.

NETO, Odilon Caldeira. O PRONA e a direita grupuscular pós-ditadura. **Anais do V Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Estadual de Londrina**. Londrina, outubro de 2011, pp. 187-199. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mesthis/Anais_Vol1.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2014.

NETTO, Leila E. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

NISHIMURA, Katia Mika. Conservadorismo social: opiniões e atitudes no contexto da Eleição de 2002. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, 2004, pp. 339-367.

NOVA ARENA. Estatuto da Aliança Renovadora Nacional - Nova Arena, 2012. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/43178052/dou-secao-3-13-11-2012-pg-202-203>>. Acesso: 25 abr. 2015.

OAKESHOTT, Michael. **Ser Conservador**. Lisboa: Gabinete de Estudos Gonçalo Borgonha, s/d.

O'DONOVAN, Oliver. Democracia e representação: uma perspectiva teológica. In: ESPADA, João Carlos (org.). **Democracia Liberal e Religião**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Editora, 2007, pp. 49-72.

O'GORMAN, Frank. **Edmund Burke: his political philosophy**. New York: Routledge, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição e Política: o pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Orgs.). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, pp. 12-44.

OLIVEIRA, Plínio Correa de. **Revolução e Contra-Revolução**. São Paulo: Artpress, 1998.

ORO, Ari. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, 2003, pp. 54-69.

ORO, Ari; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**. Porto Alegre, ano 10, n. 16, pp. 9-34, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/17634/10453>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. A "Mcdonaldização" da fé: um estudo sobre os evangélicos brasileiros. **Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo**, v. 17, 2008, pp. 86-99. Disponível em: <<http://ism.edu.br/periodicos/index.php/nepp/article/viewArticle/2047>>. Acesso: 22 mai. 2015.

PAIM, Antônio. Oliveira Vianna e o Pensamento Autoritário no Brasil. (Apresentação). In: VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

PARKIN, C. W. Burke e la tradición conservadora. In: THOMPSON, David. **Las ideas políticas**. Barcelona: Editorial Labor, 1965, pp. 121-133.

PARTIDO NOVO. Quem somos. **Site do Partido Novo**, 2015. Disponível em: <<http://novo.org.br/partido.php>>. Acesso: 01 mai. 2015.

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC). Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, 28 mai. 2015, 10 min e 18s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZB1-rWsdleoM>>. Acesso: 02 jun. 2015.

PASTOR EVERALDO. TV Globo. Programa Jornal Nacional. 19 ago. 2014. **Entrevista concedida a William Bonner e Patrícia Poeta**. 16min, 01 seg. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/08/pastor-everaldo-e-entrevistad-o-no-jornal-nacional.html>>. Acesso em: 07 out. 2014.

PEREIRA, José dos Reis. Ponto final. **Jornal Batista**, 24 abr. 1988, p. 3.

PEW RESEARCH CENTER. Global Views on Morality. Washington: 2014. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2014/04/15/global-morality/country-/brazil/>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

_____. Worldwide: Many See Belief in God as Essential to Morality. Washington: 2013. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2014/0-3/13/worldwide-many-see-belief-in-god-as-essential-to-morality/>>. Acesso: 17 mar. 2014.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A direita mora do outro lado da cidade. **XII Encontro Anual de Anpocs**, Águas de São Pedro, out. 1988. Disponível em: <www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_03.htm>. Acesso: 14 jun. 2015.

_____. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINHEIRO, Joel. O que há de novo na nova direita? **Valor Econômico (online)**, 31 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3036830/rede-e-organizacao-partidaria>>. Acesso: 16 jun. 2015.

PINTO, Jaime Nogueira. Direitas e Nova Direita no Portugal democrático. In: MARCHI, Riccardo (coord.). **Raízes profundas não gelam?** Ideias e Percursos das direitas portuguesas. Lisboa: Texto, 2012, pp. 359-373.

_____. **A direita e as direitas**. Lisboa: DIFEL, 1996.

PONDÉ, Luiz Felipe. A camisa do Feliciano. In: **Folha de São Paulo**, 08 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.contraocorodoscontentes.com.br/2013/07/ponde-o-conservador-liberal-chamou.html>>. Acesso: 10 mar. 2015.

_____. A formação de um pessimista. In: COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. **Por que virei à direita**. São Paulo: Três Estrelas, 2012, pp. 50-81.

_____. Contra os comissários da ignorância. In: **Folha de São Paulo**, 24 set. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/1158128-contr-os-comissarios-da-ignorancia.shtml>>. Acesso: 10 mar. 2015.

_____. **Guia politicamente incorreto da filosofia**. Lisboa: Texto, 2012.

PORTAL G1. Deputados evangélicos e católicos fazem ato contra parada gay. 10 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/deputados-evange-licos-e-caticos-fazem-ato-contr-a-parada-gay.html>>. Acesso: 13 jun. 2015.

PORTAL IG. Pirata, Militar, Novo e Arena tentam virar partidos políticos no Brasil. 01 mar. 2014. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-03-01/pirata-militar-novo-e-arena-tentam-virar-partidos-politicos-no-brasil.html>>. Acesso: 25 abr. 2015.

PORTAL TERRA. Estudante lidera movimento para refundar partido do regime militar. 24 jul. 2012. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2012/noticias/0%2c%2cO-I6001985-EI19136-%2c00-Estudante+lidera+movimento+para+refundar+partido+do+regime+mili-tar.html>>. Acesso: 25 abr. 2015.

PORTO, Mauro Pereira; GUAZINA, Liziane. A política na TV: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. **Contracampo**, Rio de Janeiro, n. 3, 1999, pp. 5-33. Disponível em: <<file:///C:/Users/Marcos/Downloads/376-1101-1-SM.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

POWER. Timothy; ZUCCO JR., Cesar. Ouvindo os próprios parlamentares. In: POWER. Timothy; ZUCCO JR., Cesar (Orgs.). **O Congresso por ele mesmo**. Autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011, pp. 11-36.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **A Democracia na América Latina**. Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs. São Paulo: LM&X, 2004.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PUGGINA, Percival. Você é, mas não sabe. **Site do Partido Progressista do Rio Grande do SUL**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.pp-rs.org.br/artigos.php?colunista=15&artig-o=36>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. O papel do Estado diante do conservadorismo brasileiro: possíveis correlações entre propostas intelectuais, práxis política e percepção popular. In: **Anais do V Seminário Nacional de Ciência Política**. Porto Alegre: UFRGS, 2013, pp. 1-23.

_____. Progressistas, mas conservadores: a ideologia do Partido Progressista no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**. 2012, 118 f.

_____. Neoconservadorismo e direita religiosa nos Estados Unidos: formação ideológica, "guerra cultural" e política externa. São Paulo: **Espaço Plural**, Ano XV, n. 31, 2014, pp. 43-61.

_____. O *soft power* brasileiro e o problema da violência nas favelas cariocas. In: ZANELLA, Cristine Koehler; NEVES JÚNIOR, Edson José (Orgs.). **As Relações Internacionais e o Cinema: Espaços e Atores Transnacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2015, pp. 220-242.

QUEIROZ, Antônio Augusto. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. Entrevista concedida a Nivaldo Sousa e Bernardo Caram, **Estado de São Paulo**, 06 out. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleic-oes,congresso-eleito-e--o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

QUINTON, Antony. **The politics of imperfection**. The religious and secular traditions of conservative thought in England from Hooker to Oakeshott. London: Faber e Faber, 1976.

RAMOS, Rui. Órfãs da história? As direitas e a historiografia em Portugal. In: MARCHI, Riccardo (coord.). **Raízes profundas não gelam?** Ideias e Percursos das direitas portuguesas. Lisboa: Texto, 2012, pp. 13-78.

RAPOSO, Henrique. Na III República e na UE: o regresso da direita cartista. In: MARCHI, Riccardo (coord.). **Raízes profundas não gelam?** Ideias e Percursos das direitas portuguesas. Lisboa: Texto, 2012, pp. 375-408.

REIS, Elisa. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, pp. 187-203. Disponível em: <<http://bibliotecadigit-al.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2166/1305>>. Acesso: 18 abr. 2014.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 45, 1998, p. 71-92.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Realinhamento, síndrome do Flamengo e a social-democracia brasileira: breves reflexões sobre a última disputa presidencial. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 11, nov. 2010, pp. 16-21. Disponível em: <<http://www.o-piniaopublica.ufmg.br/emdebate/03-Artigo%20Pedro%20Ribeiro.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

RICARDO, Paulo. A infiltração do marxismo Cultural no Brasil. **Portal do Pe. Paulo Ricardo**, 2012. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/aulas/a-infiltracao-do-marxismo-cultural-no-brasil>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

RICUPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec-FAPESP, 2010, pp. 76-94.

ROBINSON, Richard. Do CDS ao CDS-PP: o Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política Portuguesa. **Análise Social**, Lisboa, v. XXXI, n. 138, 1996, pp. 951-973.

ROIZ, Diogo; FONSECA, André. As representações da Igreja Assembleia de Deus sobre a televisão entre 1960 e 2000. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano II, n. 4,

2009, pp. 185-205. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/-RbhrAnpuh/article/view/26731/14343>>. Acesso: 22 mai. 2015.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem**: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 48, v. 17, 2002, p. 31-47.

_____. **Quem é quem na Constituinte**: uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

ROETT, Riordan. **The New Brazil**. Washington: The Brookings Institution, 2011.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo. Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**. Lisboa, v. XXXV, n. 157, pp. 1031-1054.

ROSENFELD, Denis. Ao centro, os conservadores. **O Valor Econômico**, São Paulo, 13 abr. 2012. Entrevista concedida a Diego Viana. Disponível em: <<https://conteudoclipppingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/4/13/ao-centro-os-conservadores/>>. Acesso: 15 mai. 2014.

ROSSO, Rogério. Bancada Evangélica agride o Estado Laico na Câmara. In: **Brasília 247**, 11 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil247/1-84589/Bancada-evangelica-agride-Estado-laico-na-Camara.htm>>. Acesso: 13 jun. 2015.

ROTHBARD, Murray. A Note on Burke's Vindication of the Natural Society. **Journal of the History of Ideas**, v. 19, n. 1, 1958, pp. 114-118.

RYAN, Vanessa Lyndal. The Physiological Sublime: Burke's Critique of Reason. **Journal of the History of Ideas**, v. 62, n. 2, 2001, pp. 265-269.

SADER, Emir. A marcha da restauração conservadora e as alternativas ao governo Dilma. In: **Rede Brasil Atual**, 22 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2015/03/a-marcha-da-restaurac-ao-conservadora-e-as-alternativas-ao-governo-dilma-5195.html>>. Acesso: 28 mar. 2015.

_____. Por que a extrema-esquerda fracassou. **Blog do Emir**, 04 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Por-que-a-extrema-esquerda-fracassou/2/29430>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

SAKAMOTO, Leonardo. O Congresso não ficou pior. Apenas está mais parecido com o Brasil. **Blog do Sakamoto**, 08 out. 2014. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/10/08/o-congresso-nao-ficou-pior-apenas-esta-mais-parecido-com-o-brasil/>>. Acesso: 20 abr. 2015.

SAMUELS, David. As bases do petismo. **Opinião Pública**. São Paulo, v. 10, n. 2, pp. 221-241, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/220-16.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

SANTIN, Ricardo João. **Construção de um partido político**: a trajetória política e a estabilidade eleitoral do PP gaúcho. Porto Alegre: Berthier, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito**: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. Wanderley Guilherme dos Santos - Professor diz que falta um bom partido conservador no Brasil, para dar um pouco de equilíbrio. **Cadernos do IPEA**, Brasília, ano 5 . ed. 44, 08 jun. 2008. Entrevista concedida a Jorge Luiz de Souza. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content-&view=article&-id=13-54:entrevistas-materias&Itemid=41>. Acesso em: 17 mi. 2014.

SCAVONE, Lucila. Políticas feministas do aborto. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 2, 2008, pp. 675-680. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/-23.pdf>>. Acesso: 10 mar. 2014.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964-1969. Alguns esquemas*. In: _____. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pp. 61-92.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Publit, 2007.

SCRUTON, Roger. **The meaning of conservatism**. London: Palgrave, 2001.

SEVERO, Julio. Ditadura *gay* anticristã: lésbicas exigem retirada de crucifixos e tribunais obedecem! **Blog do Julio Severo**, 09 de março de 2012. Disponível em: < <http://julio-severo.blogspot.com.br/2012/03/ditadura-gay-anticrista-lesbicas-exigem.htm-l>>. Acesso: 28 mar. 2015.

SHEHERAZADE, Raquel. 'Conservadorismo não é retrocesso'. Entrevista Concedida a Agnaldo Almeida. **Jornal A União**, João Pessoa, 08 de setembro de 2013, p. 26. Disponível em: <http://issuu.com/auniaio/docs/jornal_em_pdf_08-09-13/26>. Acesso em: 19 abr. 2015.

SILVA, Antônio Ozaí. O pensamento conservador. Maringá, **Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 107, 2010. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/-article/view/9912/5472>>. Acesso: 12 jul. 2013.

SILVEIRA, Tasso da. **Tendências do Pensamento Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

SINGER, André Vitor. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. Novas expressões do conservadorismo brasileiro. Entrevista concedida a Luís Brasilino. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, 02 out. 2012. Disponível em: < <https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1268>>. Acesso 09 mai. 2015.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SORJ, Bernardo. Internet, espaço público e marketing político: entre a promoção da comunicação e o solipsismo moralista. São Paulo, **Novos estudos CEBRAP**, n.76, 2006, pp. 123-136. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000300006>>. Acesso: 02 mar. 2014.

- SOUZA, Gilberto. Mídia conservadora tenta desestabilizar a sociedade brasileira com discurso extremista. **Correio do Brasil**, 30 dez. 2012. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/noticias/opiniaio/midia-conservadora-tenta-desestabilizar-o-pais/564552/>>. Acesso: 09 mai. 2015.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A Nova República sobre a espada de Dâmocles. In: STEPHAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Thomas Paine e Edmund Burke: contrastes, aproximações. **Revista Múltipla**, Brasília, v. 22, n. 12, 2007, pp. 21–38.
- STACKELBERG, Roderick. **Idealism debased: from Völkisch ideology to national socialism**. Ohio: Kent University Press, 1981.
- STELZER, Irwin. Neoconservatives and their critics. An introduction. In: STELZER, Irwin (org.). **The neocon reader**. New York: Atlantic Books, 2004, pp. 3-27.
- STRAYER, Joseph. **As origens medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Gradiva, 1986.
- SULLIVAN, Andrew. **A alma Conservadora**. Lisboa: Quetzal, 2010.
- TALMON, Jacob Leib. **Los orígenes de la democracia totalitaria**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- TAROUCO, Gabriela da Silva. **Os partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda**. 2007. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- TERRA. 'Vão levar um susto', diz Alckmin sobre conservadorismo. 15 mar. 2006. Disponível em: <<http://entretenimentoar.terra.com.ar/oscar/2009/interna/0,,OI919805-EI53-90,00.html>>. Acesso em: 23 mai. 2014.
- THE ECONOMIST. **Tropical Tea Party**. 18 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/americas/21648665-crowds-are-smaller-they-are-not-go-ing-away-tropical-tea-party?zid=305&ah=417bd5664dc76da5d98af4f7a640f-d8a>>. Acesso em: 19 abr. 2015.
- TORRES, Alberto. **A Organização Nacional**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- TOUCHARD, Jean. **História das ideias políticas**. Paris: Presses Universitaires de France, 1959, v. 5.
- TURNER, Henry. Fascism and modernization. **World Politics**, v. 4, n. 24, 1972, pp. 547-564.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- VIERECK, Peter. **Conservatism**. From John Adams to Churchill. New York: Anvil Books, 1956.
- VINCENT, Andrew. **As ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VOEGELIN, Eric. **A Nova Ciência da Política**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

_____. **Reflexões autobiográficas**. São Paulo: É Realizações, 2008.

VOX POPULI. **Pesquisa nacional sobre aborto, união civil entre pessoas do mesmo sexo e descriminalização das drogas**. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/vox-populi-82-da-populacao-e-contra-aborto/>>. Acesso: 08 mar. 2014.

WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 1989.

WILL, George. The slow undoing: the assault on, and the underestimation of, nationality. In: STELZER, Irwin (org.). **The Neocon Reader**. New York: Atlantic Books, 2004, pp. 127-140.

WILLIAMS, Rhys. **Cultural Wars in American Politics**. Critical reviews of a popular myth. New York: Walter de Gruyter, 1997.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZUCCO JR., Cesar. Esquerda, direita e governo. A ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar (Orgs.). **O Congresso por ele mesmo**. Autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011, pp. 37-60.

_____. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidentialist settings. **Journal of Politics**, Arizona, v. 71, n. 3, 2009, pp. 1076-1092.

ZÚQUETE, José Pedro. O império contra-ataca: uma ideia para as direitas do futuro. In: MARCHI, Riccardo (coord.). **Raízes profundas não gelam?** Ideias e Percursos das direitas portuguesas. Lisboa: Texto, 2012, pp. 409-428.

ANEXO - Lista de iniciativas legislativas protocoladas na Câmara dos Deputados com teor voltado à inibição do aborto desde 2000

<u>PL-5069/2013</u>	Pronta para Pauta
	<p>Autores: Eduardo Cunha - PMDB/RJ, Isaias Silvestre - PSB/MG, João Dado - PDT/SP, Andre Moura - PSC/SE, Arolde de Oliveira - PSD/RJ, Padre Ton - PT/RO, Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP, Aureo - PRTB/RJ, Rodrigo Maia - DEM/RJ, Lincoln Portela - PR/MG, João Campos - PSDB/GO, Roberto de Lucena - PV/SP, Marcos Rogério - PDT/RO, José Linhares - PP/CE.</p> <p>Ementa: Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto.</p>
<u>RCP-21/2013</u>	Arquivada
	<p>Autores: João Campos - PSDB/GO, Salvador Zimbaldi - PDT/SP.</p> <p>Ementa: Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a existência de interesses e financiamentos internacionais para promover a legalização do aborto no Brasil, prática tipificada como crime no Código Penal Brasileiro, em seus arts. 124 a 127.</p>
<u>REQ-205/2013</u> <u>CSPCCO</u>	Arquivada
	<p>Autor: Fernando Francischini - PEN/PR.</p> <p>Ementa: Requer seja realizada, nessa Comissão, reunião de Audiência Pública para discutir o apoio do Presidente do Conselho Federal de Medicina - CFM quanto à realização do aborto, bem como a sugestão de alteração no Código Penal proposta por aquele Conselho para descriminalizar o aborto.</p>
<u>REQ-89/2013 CDHM</u>	Arquivada
	<p>Autor: Pastor Marco Feliciano - PSC/SP.</p> <p>Ementa: Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para discutir o Aborto.</p>
<u>RIC-3136/2013</u>	Aguardando Deliberação
	<p>Autor: João Campos - PSDB/GO.</p> <p>Ementa: Requeremos informações adicionais do Ministro de Estado da Saúde sobre viagens oficiais internacionais, feitas por servidores daquele Ministério, para estudo/pesquisa e acompanhamento de programas e projetos sobre aborto seguro.</p>
<u>PDC-565/2012</u>	Aguardando Deliberação de Recurso

	Autor: Pastor Marco Feliciano - PSC/SP.
	Ementa: Susta a aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54, que declara não ser crime a "antecipação terapêutica de parto" de anencéfalos.
<u>PL-3725/2012</u>	Tramitando em Conjunto
	Autor: Luciano Castro - PR/RR.
	Ementa: Altera o caput e o § 3º do art. 392, o art. 395 da CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta §§ 6º e 7º ao art. 392 e § 3º ao art. 134 da CLT e art. 4º B à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a licença maternidade.
<u>REQ-5123/2012</u>	Arquivada
	Autor: João Campos - PSDB/GO.
	Ementa: Requer a transcrição nos anais desta Casa, do artigo publicado no Jornal Diário da Manhã, intitulado "Aborto". Data de apresentação: 3/5/2012
<u>REQ-4150/2012</u>	Diversas
	Autor: Alberto Filho - PMDB/MA.
	Ementa: Requer realização de Sessão Solene para homenagear o Movimento Nacional da Cidadania pela Vida - Brasil Sem Aborto, no dia 12 de Julho de 2012.
<u>RIC-2714/2012</u>	Arquivada
	Autor: João Campos - PSDB/GO.
	Ementa: Solicita informações adicionais do Ministro de Estado da Saúde sobre viagens oficiais internacionais, feitas por servidores daquele Ministério, para estudo/pesquisa e acompanhamento de programas e projetos sobre aborto seguro.
<u>RIC-2476/2012</u>	Arquivada
	Autor: João Campos - PSDB/GO.
	Ementa: Solicita informações ao Ministro da Saúde sobre Termos de Cooperação e Convênios destinados a estudos e pesquisas sobre aborto e descriminalização do aborto no Brasil.
<u>RIC-2475/2012</u>	Arquivada
	Autor: João Campos - PSDB/GO.

		Ementa: Solicita informações adicionais do Ministro de Estado da Saúde sobre viagens oficiais internacionais, feitas por servidores daquele Ministério, para estudo/pesquisa e acompanhamento de programas e projetos sobre aborto seguro.
<u>RIC-2381/2012</u>		Arquivada
		Autores: João Campos - PSDB/GO, Pastor Eurico - PSB/PE, Marcos Rogério - PDT/RO, Gilmar Machado - PT/MG, Ronaldo Nogueira - PTB/RS, Leonardo Quintão - PMDB/MG, Lourival Mendes - PTdoB/MA, Costa Ferreira - PSC/MA, Dr. Grilo - PSL/MG, Benedita da Silva - PT/RJ, Pastor Marco Feliciano - PSC/SP, Márcio Marinho - PRB/BA, Roberto de Lucena - PV/SP, Liliam Sá - PSD/RJ, Ronaldo Fonseca - PR/DF, Anthony Garotinho - PR/RJ, Walney Rocha - PTB/RJ, Rosinha da Adefal - PTdoB/AL, Edmar Arruda - PSC/PR, Stefano Aguiar - PSC/MG, Jefferson Campos - PSD/SP, George Hilton - PRB/MG, Onyx Lorenzoni - DEM/RS, Marcelo Aguiar - PSD/SP, Anderson Ferreira - PR/PE, Eduardo Cunha - PMDB/RJ, Telma Pinheiro - PSDB/MA.
		Ementa: Requeremos informações do Ministro da Saúde sobre Termos de Cooperação e Convênios destinados a estudos e pesquisas sobre aborto e descriminalização do aborto no Brasil.
<u>RIC-2380/2012</u>		Arquivada
		Autores: João Campos - PSDB/GO, Pastor Eurico - PSB/PE, Marcos Rogério - PDT/RO, Gilmar Machado - PT/MG, Ronaldo Nogueira - PTB/RS, Leonardo Quintão - PMDB/MG, Lourival Mendes - PTdoB/MA, Costa Ferreira - PSC/MA, Dr. Grilo - PSL/MG, Pastor Marco Feliciano - PSC/SP, Márcio Marinho - PRB/BA, Roberto de Lucena - PV/SP, Liliam Sá - PSD/RJ, Ronaldo Fonseca - PR/DF, Anthony Garotinho - PR/RJ, Walney Rocha - PTB/RJ, Rosinha da Adefal - PTdoB/AL, Edmar Arruda - PSC/PR, Stefano Aguiar - PSC/MG, Jefferson Campos - PSD/SP, George Hilton - PRB/MG, Onyx Lorenzoni - DEM/RS, Marcelo Aguiar - PSD/SP, Anderson Ferreira - PR/PE, Eduardo Cunha - PMDB/RJ, Telma Pinheiro - PSDB/MA.
		Ementa: Requeremos informações do Ministro da Saúde sobre viagens oficiais internacionais, feitas por servidores daquele Ministério, para estudo/pesquisa e acompanhamento de programas e projetos sobre aborto seguro.
<u>SRL-15/2012 CCJC</u> => <u>REL-3/2012</u> <u>CCJC</u>		
		Autor: Marcos Rogério - PDT/RO.

Ementa: O art. 1º do Anteprojeto nº 1 passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 1º Os arts. 121, 122, 129 e 136 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal passam a vigorar com a seguinte redação: "Homicídio Simples Art.121 Pena - reclusão, de oito a vinte anos. Forma Qualificada §1º Se o crime é cometido: I - mediante paga, mando, promessa de recompensa, por preconceito de raça, cor, etnia, deficiência, condição de vulnerabilidade social, religião, procedência regional ou nacional, ou por outro motivo torpe; II - por motivo fútil; III - em contexto de violência doméstica ou familiar; IV - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; V - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; VI - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem ilegal; VII - por dois ou mais agentes em atividade típica de grupo de extermínio; VIII - contra testemunha, agente público ou privado em razão de defesa dos direitos humanos ou de atividade jornalística, de prevenção, investigação e julgamento criminais. Pena - reclusão, de quinze a trinta anos. Aumento de pena § 2º A pena é aumentada de um terço se o crime é praticado contra criança ou idoso. Homicídio privilegiado § 3º A pena é diminuída de um sexto a um terço se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob domínio de violenta emoção, logo em seguida de injusta provocação da vítima. Modalidade culposa § 4º Se o homicídio é culposo: Pena - Reclusão, de um a quatro anos. Culpa gravíssima § 5º Se as circunstâncias do fato demonstrarem que o agente não quis o resultado morte, nem assumiu o risco de produzi-lo, mas agiu com excepcional temeridade, a pena será de quatro a oito anos de prisão. Aumento de pena § 6º As penas previstas nos parágrafos anteriores são aumentadas até a metade se o agente: I - deixa de prestar socorro à vítima, quando possível fazê-lo sem risco à sua pessoa ou a terceiro; II - não procura diminuir as consequências do crime. Isenção de pena §7º O juiz, no homicídio culposo, deixará de aplicar a pena se a vítima for ascendente, descendente, cônjuge, companheiro, irmão ou pessoa com quem o agente esteja ligado por estreitos laços de afeição ou quando o próprio agente tenha sido atingido, física ou psiquicamente, de forma comprovadamente grave, pelas consequências da infração. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio Art. 122. Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao suicídio: Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a quatro anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal grave. §1º O juiz deixará de aplicar a pena avaliando as circunstâncias do caso e a relação de parentesco ou estreitos laços de afeição do agente com a vítima. Aumento de pena §2º A pena é aumentada de um terço até a metade se o crime é cometido por motivo egoístico. Infanticídio Art. 123. Matar o próprio filho, durante ou logo após o parto, sob a influência perturbadora deste: Pena - reclusão, de um a quatro anos. Parágrafo único. Quem, de qualquer modo, concorrer para o crime, responderá nas penas dos tipos de homicídio. Lesão corporal Art.129..... Pena - reclusão, de seis meses a um ano. Lesão corporal grave em primeiro grau § 1º Se resulta: I - incapacidade para as ocupações habituais por mais de quinze dias; II - dano estético; ou III - enfermidade grave. Pena - reclusão, de um a quatro anos. Lesão corporal grave em segundo grau § 2º Se resulta: I - perigo de vida; II - enfermidade grave e incurável; III - incapacidade permanente para o trabalho que a vítima exercia; IV - debilidade permanente de membro, sentido ou função; ou V - aceleração de parto. Pena - reclusão, de dois a seis anos. Lesão corporal grave em terceiro grau § 3º Se resulta: I - perda ou inutilização de membro, sentido ou função; II - aborto, desconhecendo o agente a gravidez da vítima; III - incapacidade para qualquer

	<p>trabalho; ou IV - deformidade permanente. Pena - reclusão, de três a sete anos. Lesão corporal seguida de morte § 4º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo: Pena - prisão, de quatro a doze anos. Diminuição de pena § 5º A pena de todas as figuras de lesão corporal será reduzida de um sexto a um terço se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima. Substituição da pena de prisão § 6º O juiz, não sendo graves as lesões, aplicará somente a pena de multa: I - se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior; ou II - se as lesões são recíprocas. Aumento de pena § 7º A pena de todas as figuras de lesões corporais será aumentada de um terço até dois terços se: I - a vítima for criança ou adolescente, pessoa com deficiência física ou mental, idoso ou mulher grávida; II - mediante paga, mando ou promessa de recompensa; III - por preconceito de raça, cor, etnia, identidade ou orientação sexual, condição de vulnerabilidade social, religião, procedência regional ou nacional ou por outro motivo torpe; IV - por motivo fútil; ou V - em contexto de violência doméstica ou familiar. Lesão corporal culposa § 8º Se a lesão é culposa: Pena - reclusão, de dois meses a um ano, ou multa. Culpa gravíssima § 9º Se as circunstâncias do fato demonstrarem que o agente não quis produzir a lesão, nem assumiu o risco de produzi-la, mas agiu com excepcional temeridade, a pena será de um a dois anos de prisão. Isenção de pena §10. O juiz deixará de aplicar a pena das lesões culposas se: I - a vítima for ascendente ou descendente, irmão, cônjuge ou companheiro do agente ou pessoa com quem este tenha laços estreitos de afeição; ou II - o próprio agente for atingido física ou psiquicamente de forma comprovadamente grave pela infração ou suas consequências. Ação penal §11. Nos casos de lesão corporal leve ou culposa, somente se procede mediante representação, exceto se se tratar de violência doméstica contra a mulher, caso em que a ação penal será pública incondicionada. §12. Nas hipóteses do caput e do § 6º, somente se procede mediante representação. Exposição ou abandono de recém-nascido Art. 134. Expor ou abandonar recém-nascido:</p> <p>..... Maus tratos Art. 136..... Pena - reclusão, de seis meses a dois anos. §1º Pena - reclusão, de um a cinco anos.</p> <p>....."(NR) Art. 2º Fica revogado o §1º do art. 121 do Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>
<u>PL-3050/2011</u>	Tramitando em Conjunto
	<p>Autor: Aguinaldo Ribeiro - PP/PB.</p> <p>Ementa: Altera o §2º do art. 10 da Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, de forma a permitir a realização da laqueadura tubárea nos períodos de parto ou aborto em caso de cesária anterior.</p>
<u>PL-1618/2011</u>	Aguardando Parecer
	<p>Autor: Roberto Britto - PP/BA.</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a criação de código de acesso telefônico para informações e orientação sobre métodos contraceptivos e aborto.</p>

<u>PL-1545/2011</u>	Aguardando Parecer
	Autor: Eduardo Cunha - PMDB/RJ.
	Ementa: Inclui art. 128-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Explicação: Tipifica o crime de aborto praticado por médico quando não for os tipos admitidos no Código Penal: necessário ou quando a gravidez resultante de estupro (sentimental).
<u>PL-1085/2011</u>	Tramitando em Conjunto
	Autor: Cleber Verde - PRB/MA.
	Ementa: Dispõe sobre a assistência para a mulher vítima de estupro que vier a optar por realizar aborto legal. Explicação: Concede bolsa-auxílio à mulher que engravidar em decorrência de estupro e optar por realizar aborto legal ou que sofrer aborto espontâneo.
<u>REQ-1219/2011</u>	Arquivada
	Autor: Salvador Zimbaldi - PDT/SP.
	Ementa: Requer registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida - Contra o Aborto Conforme o disposto do Ato da Mesa nº 069 de 10/11/2005.
<u>INC-6638/2010</u>	Arquivada
	Autor: Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP.
	Ementa: Sugere ao Ministério da Previdência Social, a revisão da Portaria nº 2.998, de 23/08/2001. Explicação: Para que seja incluído na aludida Portaria, item XV com a seguinte redação: XV - Aborto não especificado completo ou incompleto.
	Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.
<u>PDC-2840/2010</u>	Devolvida ao Autor
	Autor: Paes de Lira - PTC/SP.
	Ementa: Susta os efeitos gerados pelo ato do Poder Executivo na participação da elaboração do Documento "Consenso de Brasília", originado por Conferência organizada por Órgão da Organização das Nações Unidas em conjunto com a Secretaria de Política para as Mulheres do Brasil. Explicação: Apoio do Governo Brasileiro à irrestrita prática do aborto.
<u>PL-7254/2010</u>	Arquivada
	Autor: Marcelo Serafim - PSB/AM.
	Ementa: Altera os arts. 125 e 126 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) . Explicação: Aumenta a pena de reclusão para o crime de aborto.

<u>PL-7022/2010</u>	Arquivada
	Autor: Rodovalho - PP/DF.
	Ementa: Inclui dispositivo na Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, dispondo sobre o registro público da gravidez. Explicação: Para reduzir a prática ilícita do aborto.
<u>REQ-6532/2010</u>	
	Autor: Paes de Lira - PTC/SP.
	Ementa: Requer a designação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncia sobre a existência de comércio clandestino de substâncias abortivas e da prática do aborto no Brasil.
<u>REQ-49/2010 CDHM</u>	Arquivada
	Autor: Paulo Rubem Santiago - PDT/PE.
	Ementa: Requer a realização de audiência pública para apresentar os dossiês sobre a realidade do aborto inseguro nos Estados de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.
	Ementa: Acrescenta parágrafo ao Art. 391 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar à mulher sob estabilidade provisória a continuidade do benefício em caso de falecimento do filho.
<u>PL-3207/2008</u>	Tramitando em Conjunto
	Autor: Miguel Martini - PHS/MG.
	Ementa: Acresce os incisos VIII, IX e X ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Explicação: Inclui o induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio (eutanasia) e o aborto provocado nos crimes considerados hediondos.
<u>PL-3204/2008</u>	Arquivada
	Autor: Miguel Martini - PHS/MG.
	Ementa: Obriga a impressão de advertência nas embalagens de produtos comercializados para a detecção de gravidez. Explicação: Obriga a impressão das seguintes expressões: "aborto é crime; aborto traz risco de morte à mãe; a pena de aborto provocado é de 1 a 3 anos de detenção".
<u>RCP-9/2008</u>	Arquivada

		Autor: Luiz Bassuma - PT/BA e outros.
		Ementa: Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncia feita pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em entrevista no Programa Roda Viva da TV Cultura, no dia 16 abril de 2007, sobre a existência do comércio clandestino de substâncias abortivas e da prática do aborto no Brasil.
<u>REQ-3768/2008 => RCP-9/2008</u>		Tramitação do Requerimento Finalizada
		Autor: Maria Lúcia Cardoso - PMDB/MG.
		Ementa: Requer a retirada do nome da lista de apoio à criação da CPI do Aborto.
<u>REQ-3049/2008</u>		Arquivada
		Autor: João Campos - PSDB/GO.
		Ementa: Requer a transcrição nos anais desta Casa, do texto publicado no Jornal Diário da Manhã, "Aborto é novamente rejeitado no Congresso Nacional".
<u>REQ-54/2008 CCJC => PL-1135/1991</u>		Arquivada
		Autor: Eduardo Cunha - PMDB/RJ.
		Ementa: Solicita realização de Audiência Pública, para ouvir o Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão; o Presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio Rocha; o Ministro do STF, Dr. Carlos Alberto Menezes Direito; o Pastor Silas Malafaia; o Reverendo da Catedral Presbiteriana do Brasil, no Rio de Janeiro, Senhor Guilhermino Cunha; o Presidente da Convenção das Igrejas Assembléia de Deus, no Rio de Janeiro, Pastor Abner Ferreira; o Presidente da Convenção das Igrejas Assembléia de Deus, em Tocantins, ex- Deputado Federal, Pastor Amarildo e a ex-Senadora Heloísa Helena, possibilitando debate acerca do Projeto de Lei nº 1.135/1991, que suprime o artigo que caracteriza crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento.
<u>PL-2690/2007</u>		Arquivada
		Autor: Miguel Martini - PHS/MG.
		Ementa: Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a propaganda e o induzimento aos métodos ou substâncias abortivas ("aborto ilegal").
<u>PL-2504/2007</u>		Arquivada
		Autor: Walter Brito Neto - PRB/PB.

		Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do cadastramento de gestante, no momento da constatação da gravidez, nas unidades de saúde, ambulatoriais ou hospitalares, públicas e particulares.
<u>PL-2433/2007</u>		Retirado pelo Autor
		Autor: Marcelo Serafim - PSB/AM.
		Ementa: Altera os arts. 124, 125 e 126 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940). Explicação: Aumenta a pena de detenção para a gestante que realizar ou consentir o aborto, a pena de reclusão para o aborto realizado por terceiros e tipifica o crime de induzir, instigar ou auxiliar mulher grávida a abortar.
<u>PL-2273/2007</u>		Arquivada
		Autor: Dr. Talmir - PV/SP.
		Ementa: Modifica o art. 126 do Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a conduta de auxiliar ou fornecer instrumentos ou fármacos para a prática do aborto. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.
<u>PL-2154/2007</u>		Arquivada
		Autor: Dr. Talmir - PV/SP.
		Ementa: Dispõe sobre a criação de código de acesso telefônico para recebimento de denúncias de abortos clandestinos.
<u>PL-1820/2007</u>		Arquivada
		Autor: Rodovalho - DEM/DF.
		Ementa: Inclui dispositivo na Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, dispondo sobre o registro público da gravidez.
<u>PL-1763/2007</u>		Tramitando em Conjunto
		Autores: Jusmari Oliveira - PR/BA, Henrique Afonso - PT/AC.
		Ementa: Dispõe sobre a assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro.
<u>PL-831/2007</u>		Arquivada
		Autor: Odair Cunha - PT/MG.
		Ementa: Dispõe sobre a exigência para que hospitais municipais, estaduais e federais, implantem um programa de orientação à gestante sobre os efeitos e métodos utilizados no aborto, quando este for autorizado legalmente.

<u>REQ-1517/2007</u>	Tramitação do Requerimento Finalizada
	Autor: João Campos - PSDB/GO.
	Ementa: Requer a transcrição nos anais desta Casa, do texto publicado no Jornal Opção, intitulada "Aborto".
<u>REQ-1516/2007</u>	Tramitação do Requerimento Finalizada
	Autor: João Campos - PSDB/GO.
	Ementa: Requer a transcrição nos anais desta Casa, do texto publicado no Jornal Diário da Manhã, intitulada "Aborto: Cultura da Morte!".
<u>REQ-1438/2007</u>	Arquivada
	Autor: Luiz Bassuma - PT/BA.
	Ementa: Requer registro da Frente Parlamentar em Defesa da Vida - Contra o Aborto!
<u>REQ-1334/2007</u>	Arquivada
	Autor: Luiz Bassuma - PT/BA.
	Ementa: Requer registro da Frente Parlamentar em Defesa da Vida - Contra o Aborto.
<u>REQ-773/2007</u>	Arquivada
	Autor: Leandro Sampaio - PPS/RJ.
	Ementa: Requer o registro da Frente Parlamentar em Contra a Legalização do Aborto - Pelo Direito à Vida.
<u>RIC-750/2007</u>	Arquivada
	Autor: Marcelo Serafim - PSB/AM.
	Ementa: Solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde sobre as estatísticas do aborto no Brasil.
<u>RIC-682/2007</u>	Arquivada
	Autor: Jorge Tadeu Mudalen - DEM/SP.
	Ementa: Solicita complementação de informações sobre aborto ao Sr. Ministro de Estado da Saúde.
<u>RIC-607/2007</u>	Arquivada
	Autor: Marcelo Serafim - PSB/AM.
	Ementa: Solicita informações ao Senhor Ministro da Saúde acerca das estatísticas do aborto no Brasil.
<u>RIC-408/2007</u>	Arquivada

		Autor: Jorge Tadeu Mudalen - DEM/SP.
		Ementa: Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre aborto. Explicação: Cópia do estudo "Magnitude do Aborto no Brasil", divulgado pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), financiado pelo Ministério da Saúde e informações sobre o número de mulheres mortas pela prática do aborto clandestino.
<u>PL-7443/2006</u>		Tramitando em Conjunto
		Autor: Eduardo Cunha - PMDB/RJ.
		Ementa: Dispõe sobre a inclusão do tipo penal de aborto como modalidade de crime hediondo. Explicação: Altera a Lei nº 8.072, de 1990.
<u>PDC-1832/2005</u>		Arquivada
		Autor: Osmânio Pereira - S. PART./MG e outros.
		Ementa: Dispõe sobre convocação de plebiscito relativo à interrupção da gravidez até à décima segunda semana de gestação.
<u>PDC-1757/2005</u>		Devolvida ao Autor
		Autor: Osmânio Pereira - PTB/MG.
		Ementa: Dispõe sobre convocação de plebiscito relativo à interrupção da gravidez até à décima segunda semana de gravidez.
<u>PL-6150/2005</u>		Arquivada
		Autores: Osmânio Pereira - PTB/MG, Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP.
		Ementa: Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1990.
<u>PL-5376/2005</u>		Arquivada
		Autor: Carlos Nader - PL/RJ.
		Ementa: Proíbe a comercialização, da chamada "pílula do dia seguinte", e dá outras providências.
<u>PL-5364/2005</u>		Arquivada
		Autores: Luiz Bassuma - PT/BA, Angela Guadagnin - PT/SP.
		Ementa: Dispõe sobre a punibilidade do aborto no caso de gravidez resultante de estupro. Explicação: Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.
<u>PL-5061/2005</u>		Arquivada
		Autor: João Batista - PFL/SP.
		Ementa: Altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, de forma a permitir a realização da laqueadura tubérea nos

	períodos de parto ou aborto em caso de cesária anterior.
<u>PL-5058/2005</u>	Arquivada
	Autor: Osmânio Pereira - PTB/MG.
	Ementa: Regulamenta o art. 226, § 7º, da Constituição Federal, dispondo sobre a inviolabilidade do direito à vida, definindo a eutanásia e a interrupção voluntária da gravidez como crimes hediondos, em qualquer caso. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1990.
<u>PL-5044/2005</u>	Arquivada
	Autor: Milton Cardias - PTB/RS.
	Ementa: Inclui dispositivo na Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, dispondo sobre o registro público da gravidez.
<u>PL-4889/2005</u>	Tramitando em Conjunto
	Autor: Salvador Zimbaldi - PTB/SP.
	Ementa: Estabelece normas e critérios para o funcionamento de Clínicas de Reprodução Humana.
<u>RIC-3218/2005</u>	Arquivada
	Autor: Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP.
	Ementa: Solicita informação ao Sr. Ministro da Saúde sobre "abortos legais" no Brasil. Explicação: Ministro Saraiva Felipe.
<u>RIC-2748/2005</u>	Arquivada
	Autor: Edson Duarte - PV/BA.
	Ementa: Solicita informações ao Exmo. Sr. Humberto Costa, Ministro da Saúde, sobre ações desenvolvidas com relação ao acidente com o Césio 137. Explicação: Ministro Humberto Costa.
<u>RIC-2563/2005</u>	Arquivada
	Autor: Durval Orlato - PT/SP.
	Ementa: Solicita informações à Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Exma. Sra. Nilcéa Freire, no sentido de esclarecer esta casa sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Explicação: Esclarecimentos acerca de "assistência ao abortamento", "anticoncepcional reversível e de emergência", "direitos sexuais e reprodutivos das mulheres". Ministra Nilcéia Freire.
<u>EMC-3/2003 CSSF =></u> <u>PL-1091/2003</u>	Arquivada
	Autor: Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP.

		Ementa: Dispõe sobre a exigência para que hospitais municipais, estaduais e federais, implantem um programa de orientação à gestante sobre os efeitos e métodos utilizados no aborto, quando este for autorizado legalmente.
<u>EMC-2/2003 CSSF =></u> <u>PL-1091/2003</u>		Arquivada
		Autor: Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP.
		Ementa: Dispõe sobre a exigência para que hospitais municipais, estaduais e federais, implantem um programa de orientação à gestante sobre os efeitos e métodos utilizados no aborto, quando este for autorizado legalmente.
<u>EMC-1/2003 CSSF =></u> <u>PL-1091/2003</u>		Arquivada
		Autor: Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP.
		Ementa: Dispõe sobre a exigência para que hospitais municipais, estaduais e federais, implantem um programa de orientação à gestante sobre os efeitos e métodos utilizados no aborto, quando este for autorizado legalmente.
<u>INC-696/2003</u>		Arquivada
		Autor: Severino Cavalcanti - PP/PE.
		Ementa: Sugere ao Procurador-Geral da República que adote as providências necessárias para apurar a atuação da Promotoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde - Pró-Vida, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Explicação: Apuração da atuação do Promotor de Justiça Diaulas Costa Ribeiro quanto a autorização de "aborto eugênico".
		Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.
<u>PL-2069/2003</u>		Arquivada
		Autor: Kátia Abreu - PFL/TO.
		Ementa: Acrescenta parágrafo aos arts. 61 e 89 da Lei nº 9.099, 26 de setembro de 1995, nos termos que determina. Explicação: Exclui da competência do Juizado Especial Criminal o julgamento dos Crimes contra a Vida e dos Crimes contra a Liberdade Pessoal, tipificados no Código Penal, e os que causam lesão corporal à vítima, deixando de ser considerado como crime de menor potencial ofensivo.
<u>PL-1459/2003</u>		Pronta para Pauta
		Autor: Severino Cavalcanti - PP/PE.

		Ementa: Acrescenta um parágrafo ao art. 126 do Código Penal. Explicação: Aplica pena de reclusão aos casos de abortos provocados em razão de anomalia na formação do feto ou "aborto eugênico"; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.
<u>PL-1091/2003</u>		Arquivada
		Autor: Durval Orlato - PT/SP.
		Ementa: Dispõe sobre a exigência para que hospitais municipais, estaduais e federais implantem um programa de orientação à gestante sobre os efeitos e métodos utilizados no aborto, quando este for autorizado legalmente.
<u>PL-849/2003</u>		Arquivada
		Autor: Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP.
		Ementa: Autoriza o Poder Executivo a criar central de atendimento telefônico destinada a atender denúncias de abortos clandestinos.
<u>RIC-1183/2003</u>		Arquivada
		Autor: Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP.
		Ementa: Solicita informações ao Ministro da Justiça em relação às medidas tomadas para regular a entrada no Brasil de navios-hospitais ou de pesquisa médica de bandeira estrangeira que estariam prestando assistência médica gratuita em áreas carentes, bem como à presença de navios-cassino em portos brasileiros e ao longo da costa brasileira. Explicação: Ministro Márcio Thomaz Bastos.
<u>RIC-1182/2003</u>		Arquivada
		Autor: Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP.
		Ementa: Solicita informações ao Ministro da Defesa em relação às medidas tomadas para regular a entrada no Brasil de navios-hospitais ou de pesquisa médica de bandeira estrangeira que estariam prestando assistência médica gratuita em áreas carentes, bem como à presença de navios-cassino em portos brasileiros e ao longo da costa brasileira. Explicação: Ministro José Viegas Filho.
<u>RIC-720/2003</u>		Arquivada
		Autor: Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP.
		Ementa: Solicita informações à Exma. Sra. Secretária Especial de Política para Mulheres, acerca do relatório brasileiro apresentado às Nações Unidas em cumprimento ao Protocolo Facultativo à Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Explicação: Ministra Emília Fernandes.

<u>RIC-255/2003</u>	Arquivada
	Autor: Elimar Máximo Damasceno - PRONA/SP.
	Ementa: Solicita informações ao Ministro da Saúde sobre a realização de abortos legais. Explicação: Ministro Humberto Costa.
<u>PEC-571/2002</u>	Arquivada
	Autor: Paulo Lima - PMDB/SP.
	Ementa: Acrescenta o inciso LXXVIII ao art. 5º da Constituição Federal. Explicação: Dispondo que a vida do nascituro se inicia com a concepção e serão punidas, severamente, as práticas que resultem em sua morte, sofrimento ou mutilação, na forma da lei; alterando a Constituição Federal de 1988.
<u>PL-7235/2002</u>	Arquivada
	Autor: Severino Cavalcanti - PPB/PE.
	Ementa: Revoga o art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Revoga dispositivo que autoriza a realização do aborto necessário no caso de não haver outro meio de salvar a vida da gestante e no caso de gravidez resultante de estupro.
<u>PL-4917/2001</u>	Tramitando em Conjunto
	Autor: Givaldo Carimbão - PSB/AL.
	Ementa: Inclui inciso no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, tipificando como hediondo o crime de aborto, e altera os arts. 124, 125 e 126 do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.
<u>PDC-467/2000</u>	Arquivada
	Autor: Inocêncio Oliveira - PFL/PE.
	Ementa: Estabelece consulta plebiscitária sobre o aborto, união civil e prisão perpétua por ocasião de eleições gerais.
<u>PDC-463/2000</u>	Arquivada
	Autor: Inocêncio Oliveira - PFL/PE.
	Ementa: Estabelece consulta plebiscitária sobre temas de relevante interesse nacional.